

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais

Marina D'Lara Siqueira Santos

**A CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA DE ISRAEL E A LEGITIMAÇÃO DO USO DA
VIOLÊNCIA:
uma análise dos discursos de Ariel Sharon entre 2001 e 2005**

Belo Horizonte

2020

Marina D' Lara Siqueira Santos

**A CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA DE ISRAEL E A LEGITIMAÇÃO DO USO DA
VIOLÊNCIA:
uma análise dos discursos de Ariel Sharon entre 2001 e 2005**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais.

Orientador Prof. Dr. Cristiano Garcia Mendes.

Área de concentração: Segurança e Instituições Internacionais.

Belo Horizonte

2020

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

S237c Santos, Marina D'Lara Siqueira
A construção identitária de Israel e a legitimação do uso da violência: uma análise dos discursos de Ariel Sharon entre 2001 e 2005 / Marina D'Lara Siqueira Santos. Belo Horizonte, 2020.
195 f. : il.

Orientador: Cristiano Garcia Mendes
Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.
Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais

1. Sharon, Ariel, 1928-2014 - Discursos, ensaios, conferências. 2. Conflito árabe-israelense. 3. Análise do discurso. 4. Terroristas - Palestina. 5. Israel - História. 6. Legitimidade (Direito). 7. Violência política. 8. Palestina - História. I. Mendes, Cristiano Garcia. II. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais. III. Título.

SIB PUC MINAS

CDU: 327.56

Ficha catalográfica elaborada por Fernanda Paim Brito - CRB 6/2999

Marina D' Lara Siqueira Santos

**A CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA DE ISRAEL E A LEGITIMAÇÃO DO USO DA
VIOLÊNCIA:
uma análise dos discursos de Ariel Sharon entre 2001 e 2005**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais.

Área de concentração: Segurança e Instituições Internacionais

Prof. Dr. Cristiano Garcia Mendes – PUC Minas (Orientador)

Prof. Dr. Danny Zahreddin – PUC Minas (Banca Examinadora)

Prof. Dr. Victor Coutinho Lage – UFBA (Banca Examinadora)

Belo Horizonte, 30 de outubro de 2020

*Aos meus pais, Sônia e José Uilson,
pelo apoio e amor incondicional.
À memória do professor Otávio Dulce.*

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer aos meus pais, Sônia e José Uilson. Sem o apoio deles nenhuma das minhas conquistas acadêmicas existiriam. Obrigada por me apoiarem, por confiarem em mim e por estarem ao meu lado. Agradeço à minha mãe por me ensinar a ser uma mulher forte, guerreira e gentil, e ao meu pai, por ser meu exemplo de honestidade, trabalho duro, simplicidade e inteligência.

Também gostaria de agradecer ao Ivam, que me deu amor, carinho e amizade, estando ao meu lado nos momentos em que pensei em desistir e que duvidei da minha capacidade. Obrigada por ter sido meu ombro para os risos e para os choros, por ter vivido comigo as dificuldades desse mestrado, me aconselhando e me ajudando de todas as formas possíveis.

Agradeço ainda às minhas amigas e amigos, Brenda, Izabella, Lilian, Mariana, Marina, Matheus, aos amigos da República “Matagal”, às amigas da República “Nós Seis” e às minhas primas, Gabriela, Izabela e Uly. Obrigada por me proporcionarem diversos momentos de alegria nessa caminhada, aliviando o estresse e a angústia do dia a dia. Em especial, agradeço ao Matheus, meu parceiro de profissão, que sempre me ajudou e incentivou durante o processo de escrita.

Agradeço aos meus dois orientadores. Ao professor Otávio Dulce, que foi peça central para a decisão do tema dessa dissertação, que me incentivou com suas palavras doces e cheias de sabedoria. E também ao professor Cristiano, que sempre esteve disponível com muita paciência, que me apresentou um caminho teórico e metodológico que eu não imaginava seguir, mas que me encheu de realizações.

Por fim, agradeço à PUC-MG, ao Programa e à Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, e aos professores que ajudaram na minha formação. Em especial, agradeço ao Lucas, que sempre fez tudo ao seu alcance para me ajudar com as questões burocráticas do mestrado.

A todos vocês que estiveram ao meu lado, perto ou longe, em BH, Lavras, Divinópolis, Bonfinópolis ou Brasília, meu muitíssimo obrigada!

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 002.

“A Revolução estará completa quando a linguagem for perfeita” (ORWELL,
2009, p. 69)

RESUMO

Esta dissertação analisa a construção discursiva da identidade israelense, e a legitimação do uso da violência como política de segurança de Israel em relação aos palestinos. A abordagem teórica que informa esta análise é o Pós-estruturalismo, que percebe a realidade como construída discursivamente, e por consequência, foi utilizada a Análise de Discurso Desconstrutivista como metodologia. A análise foi realizada através dos discursos de Ariel Sharon, proferidos durante seu mandato como Primeiro-Ministro de Israel, entre 2001 e 2005, e gira em torno do evento-chave conhecido popularmente como Segunda Intifada. Foi possível observar que Ariel Sharon cria um discurso básico sobre a identidade israelense em torno de quatro categorias principais: soberania, judeu, paz e democracia. E constrói o *Other* palestino, principalmente os “terroristas palestinos” e o líder, Yasser Arafat, como completamente opostos à identidade israelense. Dessa forma, Sharon constrói uma narrativa acerca da ameaça que os palestinos representam, e o direito e obrigação de Israel se defender, defender seus cidadãos e seus valores.

Palavras-chave: Conflito Israel-Palestina. Ariel Sharon. Identidade. Violência. Análise de Discurso.

ABSTRACT

This dissertation analyzes the discursive construction of the Israeli identity, and the legitimation of the use of violence as an Israeli security policy in relation to the Palestinians. The theoretical approach that informs this analysis is Post-Structuralist, which perceives reality as constructed discursively, and as a consequence, Deconstructive Discourse Analysis was used as a methodology. The analysis was carried out through the discourses of Ariel Sharon, given during his mandate as Prime Minister of Israel, between 2001 and 2005, and revolves around the key event popularly known as the Second Intifada. It was possible to observe that Ariel Sharon creates a basic discourse on Israeli identity around four main categories: sovereignty, Jew, peace and democracy. And it builds the Other Palestinian, especially the "Palestinian terrorists" and its leader, Yasser Arafat, as completely opposed to Israeli identity. In this way, Sharon builds a narrative about the threat posed by the Palestinians, and Israel's right and obligation to defend itself, to defend its citizens and its values.

Keywords: Israel-Palestine conflict. Ariel Sharon. Identity. Violence. Discourse Analysis.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Relação entre significado e significante para Saussure	28
Figura 2 – Construção de significação das categorias	49
Figura 3 – Construção da significação das categorias por oposição.....	49
Figura 4 – Modelo de desenho de pesquisa para análise de discurso.....	52
Figura 5 – Desenho de pesquisa.....	53
Figura 6 – Construção da categoria “Israelense”	87
Figura 7 – Categorias “Israelense” e “judeu”	88
Figura 8 – Discurso básico da identidade de Israel.....	99
Figura 9 – Caracterização da relação Israel-Estados Unidos.....	102
Figura 10 – Pirâmide hierárquica do Oriente Médio	110
Figura 11 – Pirâmide hierárquica do Oriente Médio em 2001	114
Figura 12 – Pirâmide hierárquica do Oriente Médio em 2005	118
Figura 13 – Categoria “Terrorismo”	122
Figura 14 – Construção da relação entre Israel e Arafat.....	134
Figura 15 – Teia identitária associada à categoria “palestino”	137
Figura 16 – Fluxo da violência no conflito	150

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD	Análise de Discurso
AD-1	Análise de Discurso Estruturalista
AD-2	Análise de Discurso Construtivista
AD-3	Análise de Discurso Desconstrutivista
AP	Autoridade Palestina
FD	Formação discursiva
IDF	<i>Israel Defensive Forces</i>
ISA	<i>Israel Security Agency</i>
PA	<i>Palestinian Authority</i>
RI	Relações Internacionais

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	23
2	PÓS-ESTRUTURALISMO E ANÁLISE DE DISCURSO.....	27
2.1	O Estruturalismo linguístico.....	27
2.2	O Pós-estruturalismo de Derrida.....	31
2.2.1	<i>Desconstrução</i>	37
2.3	Ontologia e Epistemologia no Pós-estruturalismo.....	39
2.4	Análise de Discurso.....	41
2.5	Metodologia e delimitação do objeto	47
3	PÓS-ESTRUTURALISMO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS	55
3.1	A dicotomia inside/outside e a construção da soberania.....	57
3.2	Estado, identidade e política externa.....	63
3.2.1	<i>A ascensão do Estado moderno soberano</i>	64
3.2.2	<i>A ontologia estatal e a identidade</i>	67
3.2.3	<i>Política externa e identidades</i>	69
3.3	A construção das identidades pela contraposição	72
3.3.1	<i>Schmitt e a relação amigo-inimigo</i>	72
3.3.2	<i>Estratégias de construção das identidades</i>	74
4	A CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA DE ISRAEL.....	79
4.1	Eretz Israel.....	80
4.1.1	<i>A sovereign Jewish state</i>	81
4.1.2	<i>The Jewish people's ancestral homeland</i>	83
4.1.3	<i>Israel is a peace-seeking nation</i>	90
4.1.4	<i>A free and democratic nation</i>	93
4.2	The free world against the black forces of wickedness	99
4.2.1	<i>The greatest democracy on earth - the United States of America</i>	100
4.2.2	<i>We do not underestimate Europe, we have contact with Europe</i>	104
4.2.3	<i>The darkness of the Middle East</i>	108
4.3	Our Palestinian neighbors	119
4.3.1	<i>The PA Chairman is an enemy of Israel</i>	126
5	A LEGITIMIDADE DA VIOLÊNCIA NOS DISCURSOS DE ARIEL SHARON	139
5.1	The right and the capability to defend themselves by themselves	139
5.2	There can be no moral equivalency between acts of self-defense and terrorist actions	146
5.3	A partnership of blood	155
5.4	Israel will not negotiate under fire and under terror	166
6	CONCLUSÃO.....	181
	REFERÊNCIAS	185

1 INTRODUÇÃO

O Pós-estruturalismo é uma abordagem pós-moderna que evidencia os aspectos contraditórios e incoerentes da realidade. Dentro das Relações Internacionais, ela surge como uma crítica às teorias tradicionais e sua busca pelo positivismo científico. De forma geral, os pós-estruturalistas criticam a percepção dessas teorias tradicionais de que existe uma estrutura estável e uma realidade objetiva que pode ser alcançada. A realidade, para o Pós-estruturalismo, é fruto de uma construção de significações localizada no espaço e no tempo (MENDES, 2015).

O Pós-estruturalismo enxerga a construção da realidade como uma prática discursiva. Ou seja, é apenas através da linguagem que as coisas do mundo, sejam objetos materiais, seres humanos ou até Estados, ganham significados e identidades. A linguagem é um sistema de signos socialmente construídos, eles são necessários para que os indivíduos se expressem e sejam compreendidos em sociedade e, portanto, a linguagem tem caráter social. Ela estabelece os significados a partir de contraposições entre polos opostos, por exemplo, o 'belo' só tem sentido em contraposição ao 'feio', o 'pacífico' em contraposição ao 'violento', o 'moderno' ao 'bárbaro', etc. Além disso, dentro dessas dicotomias, um polo sempre será valorizado em contraposição ao outro. Durante esse processo de significação, a linguagem cria, recria e simultaneamente exclui subjetividades e identidades como se fossem objetivas e estáveis. Essas construções são tidas como reais e geram consequências nas práticas políticas (HANSEN, 2006).

A construção de identidades está no centro da discussão Pós-estruturalista. Para o Pós-estruturalismo, toda identidade é construída discursivamente, através da linguagem, e toda conduta política depende dela. Além disso, a identidade será reforçada e recriada pela prática política, de modo que as duas se reconstituem simultaneamente. Quando a linguagem cria identidades, ela o faz a partir de dois processos relacionais simultâneos, sendo um positivo de ligação, e outro negativo de diferenciação. Esses processos articulam *Selves* e *Others* de diversas formas, trabalhando com noções de espaço, tempo e moralidade, construindo relações de amizade, inimizade, competição, admiração, entre diversas outras possibilidades (HANSEN, 2006).

O Pós-estruturalismo é de grande utilidade na análise das Relações Internacionais e da política externa. Segundo Walker (1993), as próprias teorias de Relações Internacionais são discursos que expressam uma percepção específica da ação política. Essa percepção é construída a partir do Estado-moderno, e disciplina e demarca os limites da vida política. A construção das Relações Internacionais fundamentou-se no estabelecimento da esfera internacional em contraponto à esfera doméstica, em uma dicotomia que ele denomina como *inside-outside*. Ou seja, a noção do que é o 'internacional', dentro do campo das Relações Internacionais, é construída discursivamente em um processo de ligação e diferenciação em contraponto ao seu oposto, a esfera doméstica. Apresentar as Relações Internacionais a partir da dicotomia *inside-outside* tem suas consequências práticas, que serão traduzidas na política externa de cada Estado. A política externa é também uma prática discursiva e ela produz e é produzida pela identidade dos Estados. Assim, a forma como o Estado delimita quem está dentro e quem está fora e atribui sentidos e valores a essas relações, constrói sua política externa (HANSEN, 2006; WALKER, 1993).

Mas, o aspecto mais importante a ser destacado sobre o Pós-estruturalismo, e sobre a abordagem Pós-estruturalista das Relações Internacionais, é o fato de que as construções discursivas da realidade possuem implicações práticas na vida das pessoas. A forma como um Estado articula sua identidade, constrói relações com outros *Selves*, e assim, constrói sua política externa, molda a realidade das pessoas envolvidas. A construção discursiva de uma realidade pode legitimar segregação, violência, supremacia, pode exaltar ou inferiorizar, pode legitimar uma política de integração ou de combate. Os discursos são atos de performance, e é por isso que trazer o Pós-estruturalismo para as Relações Internacionais, e realizar a análise que essa dissertação se propõe, é imensamente importante.

A presente dissertação busca analisar os discursos do ex-Primeiro-Ministro israelense, Ariel Sharon, durante o período de 2001 e 2005, com o objetivo de compreender a construção da identidade israelense. A partir dessa construção das identidades, e da forma como ele articula os *Selves* e *Others*, busca-se, ainda, analisar as reivindicações da legitimidade do uso da violência por Israel contra os palestinos. Ou seja, como essa construção discursiva das identidades impacta na prática política externa de Israel em relação aos palestinos. Para isso foi necessário, primeiramente, compreender como os processos de ligação e diferenciação presentes nos discursos

do Primeiro-Ministro caracterizam o *Self* israelense, mas ao mesmo tempo, que também constroem os *Others* – neste caso foram analisadas as construções dos Estados Unidos, Europa, Oriente Médio e palestinos. Em segundo lugar, foi necessário compreender como essa construção identitária criou diferentes relações com os *Others*, variando desde relações de amizade, desconfiança, até inimizades radicais. E por fim, foram analisadas a construção discursiva das ameaças ao *Self* israelense, e a legitimação do uso da violência contra essas ameaças.

É válido ressaltar que esse trabalho se baseia no Pós-estruturalismo de Derrida e, portanto, durante todo esse processo foram identificadas as instabilidades discursivas, contradições e aberturas estruturais, que permitiram desconstruir grande parte dessas categorias. Como afirma Hansen (2006), ao combinar uma análise da construção espacial, temporal e moral de uma identidade atrelado ao nível de alteridade, é possível ter conhecimento substancial sobre a construção da identidade em questão, e é possível identificar semelhanças, diferenças e sobreposições discursivas. E é somente através da análise das narrativas que se torna possível acessar a realidade.

Para a realização deste trabalho foram analisados cerca de 270 discursos, disponíveis nos sites oficiais do governo israelense. Os discursos foram proferidos por Ariel Sharon em hebraico, língua oficial de Israel, e em inglês. Porém, o próprio governo israelense disponibiliza as traduções oficiais dos discursos em hebraico para o inglês. Na medida que são traduções oficiais, elas foram assumidas por Ariel Sharon, e podem ser utilizadas na análise. Nesta dissertação, foram priorizadas as versões em inglês dos discursos devido às limitações linguísticas. Também é necessário destacar que os discursos foram mantidos neste mesmo idioma nas citações feitas durante o trabalho com o objetivo de manter as características originais dos discursos. Por fim, a análise de discurso foi realizada com a ajuda do *software* de análise qualitativa de dados, MAXQDA.

O presente trabalho está distribuído em quatro capítulos, além desta Introdução e a Conclusão. No capítulo dois, “O Pós-estruturalismo e a Análise de Discursos”, são apresentados a abordagem básica Pós-estruturalista derridiana, como ela leva logicamente a uma metodologia de Análise de Discurso e a delimitação do objeto de pesquisa. O capítulo três, “Pós-estruturalismo nas Relações Internacionais”, informa sobre como a lógica desconstrutivista do Pós-estruturalismo derridiano pode ser utilizado para lançar uma percepção diferente dos “fenômenos internacionais”. Ele se

debruça sobre a construção da categoria “soberania” através da lógica do *inside-outside*, e das categorias “Estado”, “identidade” e “política externa”. Além disso, o capítulo articula a lógica da construção discursiva da identidade e da política externa, e as principais estratégias utilizadas no processo de construção das identidades.

Os últimos dois capítulos focam na análise em si. O capítulo quatro, “A construção identitária de Israel”, foca, conforme o próprio nome diz, na construção da identidade do *Self* israelense. Ele começa com a construção do discurso básico de Sharon sobre Israel, e depois aprofunda na relação de Israel com os *Others*. Primeiramente, naqueles que influenciam de certa forma a construção discursiva do conflito, que são Estados Unidos, Europa e Oriente Médio. E depois, especificamente no *Other* palestino, dividindo-o em três categorias principais: o palestino “comum”, o palestino “terrorista”, e as lideranças palestinas, personificadas na figura de Yasser Arafat.

O quinto e último capítulo, “A legitimidade da violência nos discursos de Ariel Sharon”, foca na construção da legitimidade da violência contra os palestinos. Primeiramente busca-se analisar a construção da ameaça palestina, e assim, o discurso sobre legítima defesa. Depois, o capítulo se desdobra na construção da diferença moral entre o uso da violência por Israel e pelos palestinos. Em sequência, são apresentadas as formas como o Primeiro-Ministro articula a relação com outros *Selves* para legitimar “internacionalmente” essa violência, principalmente através da Guerra ao Terror estadunidense. E por fim, o capítulo analisa como essa busca por legitimidade está presente nas narrativas de Ariel Sharon sobre os Planos de Ação e propostas de negociação do conflito.

2 PÓS-ESTRUTURALISMO E ANÁLISE DE DISCURSO

“Afim de contas, o que justifica a existência de uma palavra que seja simplesmente o oposto da outra? Uma palavra já contém em si mesma o seu oposto” (ORWELL, 2009, p. 67-68).

O Pós-estruturalismo é uma abordagem acadêmica pós-moderna, que questiona, em grande parte, as bases do Estruturalismo na ciência. De modo geral, o Pós-estruturalismo questiona a busca pela impessoalidade, objetividade e verdade na ciência, além de questionar a estabilidade das estruturas do conhecimento. O a-historicismo estruturalista esconde que toda tomada de decisão envolve um processo de privilegiar um lado e excluir outro, de modo que sempre haverá um caráter subjetivo, pessoal e político na ciência. Jacques Derrida é um dos seus principais precursores do Pós-estruturalismo, e seus questionamentos irão guiar toda a análise desta pesquisa (BLAIKER, 2008).

Esse capítulo se dedica a entender o Pós-estruturalismo, principalmente a abordagem de Derrida, suas singularidades e formas de análise. Para tanto, primeiramente será apresentado o Estruturalismo, focando na teoria linguística de Ferdinand de Saussure. Em sequência, será apresentado o Pós-estruturalismo de Derrida e sua teoria da desconstrução. Por fim, o capítulo aborda Análise de Discurso, como a metodologia desta análise e a delimitação do objeto de pesquisa.

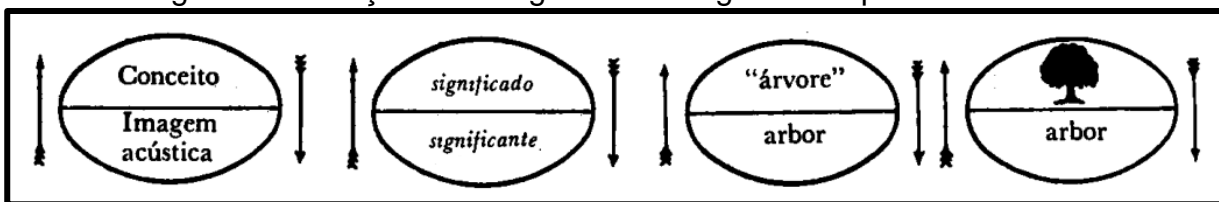
2.1 O Estruturalismo linguístico

O Estruturalismo é uma abordagem cientificista que, de modo geral, busca analisar o funcionamento de sistemas a partir de suas estruturas. Ainda no século XIX, o termo estrutura ganhou destaque nas Ciências Sociais, principalmente com Herbert Spencer, que trouxe a ideia dos organismos biológicos para as ciências sociais, criando o conceito de estruturas sociais, Lewis Morgan e sua teoria sobre sistemas de parentesco e Karl Marx, introduzindo as noções de estrutura e superestrutura nas sociedades. Porém, a construção de um movimento estruturalista aconteceu a partir do século XX (BEST; KELLNER, 1991; DOBIE, 2012; SALES, 2003).

O Estruturalismo teve início na área da linguagem, com o Curso de Linguística Geral de Ferdinand de Saussure, publicado em 1916 por seus alunos. Ele afirmava que a linguagem é um sistema governado por certas regras inconscientes, e o objetivo

de uma análise é conhecer essas regras de funcionamento em um determinado momento, de forma sincrônica. Apesar de Saussure não utilizar a palavra estrutura, o linguista é considerado o pai do Estruturalismo (BEST; KELLNER, 1991; DOBIE, 2012; SALES, 2003). Segundo Saussure (2006), o signo linguístico é composto por dois componentes: o significante, que é o componente acústico-visual do signo; e o significado, que é componente conceitual do signo, conforme exemplifica a Figura 1.

Figura 1 – Relação entre significado e significante para Saussure



Fonte: Adaptado de Saussure (2006, p. 80-81).

Esses dois componentes estão relacionados integralmente, juntos formam o signo e um sistema complexo de signos forma a linguagem. Saussure (2006) alerta para algumas características principais dessa relação. Primeiramente, o signo linguístico é arbitrário, ou seja, a relação entre significante e significado não é natural, mas arbitrária. Isso significa que não existe nenhuma razão objetiva que vincule um ao outro, não há nada na sequência de letras que forma uma palavra que se relacione ao significante, e é por isso que existem línguas diferentes, em que significantes diferentes compartilham o mesmo significado. Dizer que signo é arbitrário não significa que ele depende de uma escolha livre de quem fala, mas apenas que não é uma relação natural. A segunda característica é o caráter linear do significante acústico, ou seja, ele representa uma extensão em apenas uma dimensão, uma linha do tempo (SAUSSURE, 2006).

Saussure (2006) também destaca que a linguagem é um sistema diferencial de signos. Isso significa que os significados são definidos a partir de um processo de diferenciação daquilo que elas não são, ou seja, a partir de opostos binários. Além disso, a linguagem possui duas características aparentemente contraditórias: a imutabilidade e a mutabilidade. Primeiramente o autor destaca que a língua possui imutabilidade, o que significa que ela não está em constante mudança. A linguagem é uma instituição social perpetuada e conservada pela sociedade que não permite muitas iniciativas individuais para mudanças. Segundo Saussure (2006, p. 88), uma vez que o signo é arbitrário “não conhece outra lei senão da tradição”. Por outro lado, ela também possui a mutabilidade, que é quando a relação entre significado e

significante se desloca. Na medida em que a língua não é limitada por algo natural, de modo que ela está fadada aos deslocamentos no decorrer do tempo. O autor destaca “[o] tempo altera todas as coisas, não existe razão para que a língua escape a essa lei universal” (SAUSSURE, 2006, p. 91).

Saussure faz essas colocações embasado em dois pressupostos principais: o logocentrismo e o fonocentrismo. O logocentrismo diz respeito a prioridade do *logos* no pensamento ocidental, ou seja, da razão e da fala. Saussure presume que existe uma realidade material e objetiva, que é a verdade falada pelo sujeito racional e consciente, e tudo aquilo fora dele é mera representação. Aqui se formam algumas dicotomias fundamentais ao Estruturalismo linguístico de Saussure: entre o que está dentro e fora da linguagem, e o que é presença e representação (DERRIDA, 1973; MENDES, 2008).

Isso aparece em Saussure (2006) quando ele destaca a diferenciação entre o sistema de fala e o sistema de escrita, e na prioridade do primeiro sobre o segundo. No fonocentrismo, como é chamada essa hierarquia entre fala e escrita, a fala é percebida como tendo o significado auto presente, imediato, e aqueles que estão envolvidos na fala entendem seus significados. Já a escrita é considerada uma representação da fala do sujeito, exterior a ele, e por isso está fadada à imperfeição (DERRIDA, 1973; ZEHFUSS, 2004). Assim, existe uma prioridade e valorização da fala sobre a escrita, de modo que, por exemplo, quando buscamos provar nossas ideias, “[...] nós ‘mostramos’, ‘revelamos’, ‘deixamos claro’. Em outras palavras, nosso objetivo é demonstrar como eles estão de acordo com uma presença” (ZEHFUSS, 2004, p. 198, tradução nossa)¹.

Essa diferenciação chama atenção para os componentes do signo: da mesma forma que a escrita é mera representação da fala, o significante é representação do significado. Enquanto essa relação não é natural, mas arbitrária, a relação entre o signo e seu referente, a fala, é natural e imediata. Essas características do Estruturalismo linguístico de Saussure são universalizáveis, ou seja, segundo o autor, qualquer sistema de linguagem ocidental falado pode ser analisado a partir desse modelo (BEST; KELLNER, 1991; MENDES, 2008; LUNDY, 2013).

Saussure, no início do século XX, criou a teoria sobre a linguística que permitiu analisá-la sem recorrer às propriedades históricas, ou subjetivas, e que prioriza o

¹ “[...] we ‘show’, ‘reveal’, ‘make clear’. In other words, we aim to demonstrate how they are in accordance with a presence.” (ZEHFUSS, 2004, p. 198).

sistema, sua estrutura, regras e os códigos sociais de funcionamento e suas interrelações. Entre a década de 50 e 70, principalmente na França, essa teoria foi adaptada para outras áreas do conhecimento, criando o movimento Estruturalista. Após a Segunda Guerra Mundial, a França se encontrou em um momento de muita efervescência cultural, econômica e social. O país passava por um processo intenso de modernização, industrialização e urbanização, fazendo com que se instaurasse uma sensação generalizada de mudanças rápidas e dinâmicas. Esse ambiente em transformação gerou choques entre o “tradicional” e as práticas “modernas”. Todas essas mudanças sociais, econômicas e culturais tomaram também o ambiente acadêmico, que começou a teorizar essas mudanças (BEST; KELLNER, 1991; SALES, 2003).

Foi nesse ambiente de efervescência que o Estruturalismo começou a ganhar espaço na ciência. A primeira área de conhecimento fora da linguística a ser amplamente influenciada foi a Psicologia, com a Escola de Wurzburg, e a teoria de estrutura cognitiva e motivacional. Já nas Ciências Sociais, a primeira área específica que foi amplamente influenciada pelo Estruturalismo saussuriano foi a Antropologia, com Claude Lévi-Strauss. O antropólogo teve contato com um dos linguistas mais influenciados por Saussure na década de 50, Jakobson, e trouxe a noção de estrutura e a metodologia estruturalista para os sistemas de parentesco. Pode-se ainda citar outros grandes nomes do Estruturalismo, influenciados pela teoria linguística-estrutural, como Jacques Lacan, Louis Althusser e Roland Barthes (BEST; KELLNER, 1991; SALES, 2003).

O Estruturalismo se tornou nessa época a grande ortodoxia nas Ciências Sociais, chegando, inclusive, na disciplina de Relações Internacionais. Onde houvesse comportamento social, haveria também um sistema significante, que poderia ser explicado a partir de suas estruturas. Nesse sentido, todas as relações estruturais existiam simultaneamente dentro de um sistema. Durante a investigação se fazia necessário analisar a lógica interna do sistema de forma sincrônica, para extrair suas constantes, dispensando um desenvolvimento histórico, diacrônico. Uma vez que as estruturas eram identificadas dentro de sistema, seja ele linguístico, social, religioso, era possível fazer considerações universais, criando métodos e modelos científicos. Isso se traduz em modelos de análises a-históricas, universais, com regras gerais de funcionamento dentro de sistemas. Pode-se destacar, por exemplo, a perspectiva estruturalista na abordagem tradicional Realista nas Relações

Internacionais. Segundo a abordagem Realista, existe um Sistema Internacional, que tem a anarquia como um dos seus condicionantes estruturais, os Estados como unidades centrais e uma regra geral de funcionamento: em um sistema anárquico, os Estados agem de forma auto interessada e tendem a interagir a partir de um balanceamento de poder (BEST; KELLNER, 1991).

2.2 O Pós-estruturalismo de Derrida

O Pós-estruturalismo é uma abordagem crítica ao Estruturalismo. Apesar de não o negar por completo, ele enfatiza algumas categorias que foram ignoradas e problematiza outras que são tidas como naturais, coerentes e não-problemáticas. De modo geral, o Pós-estruturalismo critica o cientificismo estruturalista, com suas pretensões para a objetividade, busca da verdade e impessoalidade. O Estruturalismo se constituiu em grande parte como a-histórico, e com isso, ele apagou a subjetividade humana e as experiências históricas que informam as decisões tomadas. Assim sendo, as análises estruturalistas são usualmente feitas a partir de metáforas, analogias ou modelos, isto é, a partir de simplificações das complexidades dos fenômenos. Esses recursos linguísticos, segundo a crítica Pós-estruturalista, estão inseridos em uma lógica política e cultural mais ampla e relacionados a preconceitos e códigos culturais mais profundos (BEST; KELLNER, 1991; WALKER, 1993).

Nesse contexto, vale ressaltar que o Pós-estruturalismo não nega as estruturas, mas as percebe como temporais, e com isso, busca aprofundar as análises principalmente na maneira como essas estruturas foram moldadas por processos de diferenciação e apagamento histórico, enfatizando as relações temporais, e não o universalismo. Quando o Pós-estruturalismo começa sua análise a partir das construções linguísticas, ele desafia essa lógica de apagamento da subjetividade e desvenda os códigos culturais por trás das metáforas e analogias, e assim, evita a reificação de categorias históricas como naturais e atemporais (WALKER, 1993).

Um dos precursores do Pós-estruturalismo é Jacques Derrida, um filósofo argelino que trabalhou sua crítica, principalmente, a partir do Estruturalismo linguístico de Saussure. Segundo o autor, a linguagem é constituída através de dicotomias, assim como Saussure afirmava. Porém, ele denuncia que o pensamento ocidental prioriza o que considerado real e presente, em detrimento ao que é ausente e representativo. Essa prioridade da presença e do real chamamos de logocentrismo, e

ela se apresenta na própria noção do “signo” dentro do Estruturalismo, como foi apresentado anteriormente (DOBIE, 2012; DERRIDA, 1973; ZEHFUSS, 2004).

A noção de signo implica sempre, nela mesma, a distinção do significado e do significante, nem que fossem no limite, como diz Saussure, como as duas faces de uma única folha. Tal noção permanece, portanto, na descendência deste logocentrismo que é também um Fonocentrismo: proximidade absoluta da voz e do ser, da voz e do sentido do ser, da voz e da idealidade do sentido. Hegel mostra muito bem o estranho privilégio do som na idealização, na produção do conceito e na presença a si do sujeito. [...] O que é dito a respeito do som em geral vale o *fortiori* para a fonia, pela qual, em virtude do ouvir-se-falar - sistema indissociável - o sujeito afeta-se a si mesmo e refere-se a si no elemento da idealidade (DERRIDA, 1973, p. 14-15, grifo do autor).

O logocentrismo, e também o fonocentrismo, formam a estrutura do pensamento e a filosofia ocidental. Em Saussure, a lógica do signo reifica o pensamento ocidental na medida que se fundamenta, principalmente, na lógica da unidade, da presença acabada e das hierarquias entre aquilo que é mais valioso e verdadeiro, e o que é falso. A verdade é sempre aquilo que está mais presente a si mesmo, e assim, a fala é sempre mais verdadeira, e a escrita subordinada a fala (DERRIDA, 1973).

O logo-fonocentrismo não é um erro filosófico ou histórico no qual se teria acidentalmente, patologicamente, precipitado a história da filosofia do Ocidente, ou melhor do mundo, mas sim um movimento e uma estrutura necessários e necessariamente finitos: história da possibilidade simbólica em geral (antes da distinção entre o homem e o animal e mesmo entre vivo e não-vivo); história da diferencia, história como diferencia; que encontra na filosofia como *episteme*, na forma européia (sic) do projeto metafísico ou onto-teológico a manifestação privilegiada, mundialmente senhora da dissimulação, da censura em geral do texto em geral (DERRIDA, 1995, p. 180, grifo do autor).

Para o filósofo, o ato comunicativo logocêntrico é um jogo contínuo de *différance*. Ao cunhar esta palavra, o autor trabalha com o duplo significado da palavra *différer* do francês, que pode significar tanto diferenciar quanto adiar, em tradução livre. Assim, ao dar significados, faz-se esses dois movimentos: um de diferenciação dos opostos, e outro de conexão com comunicações anteriores, com analogias, e com as outras formas que esse signo foi usado no passado (DERRIDA 1973; DOBIE, 2012; ZEHFUSS, 2004).

[...] o sentido do ser não é um significado transcendental ou trans-epocal (sic) (ainda que fosse sempre dissimulado na época) mas já, num sentido propriamente *inaudito*, um rastro significante determinado, é afirmar que, no conceito decisivo de diferença ôntico-ontológica, *tudo não deve ser pensado*

de um só gole: ente e ser, ôntico e ontológico, "ôntico-ontológico" seriam, num estilo original, derivados com respeito à diferença; e, em relação ao que denominaremos mais adiante a *diferencia*, conceito econômico designando a produção do diferir, no duplo sentido desta palavra (DERRIDA, 1973, p. 29, grifo do autor).

Assim, ele afirma que todo significado se baseia em um sistema de diferenciação, e em uma comunicação prévia, tardia. Isso é válido tanto para um conceito, quanto para a estrutura da linguagem em si. A partir desse jogo de *différance*, nada pode ter presença absoluta, sempre que um conceito se apresenta, ele já passou por um processo de significação e, com isso, pela diferenciação e adiamento. E com isso, a *différance* implica na impossibilidade de origens originais (DERRIDA 1973; DOBIE, 2012; ZEHFUSS, 2004).

Como resultado, é impossível imaginar uma origem da linguagem sem assumir uma organização e diferenciação prévias. Assim, a *différance* coloca em questão a busca de origens ou essências. Tudo o que podemos encontrar são "origens não-originais" (ZEHFUSS, 2004, p. 200, tradução nossa, grifo do autor)².

A *différance* no signo é possível a partir de duas características: a iterabilidade e a suplementação. Na teoria dos atos de fala de Austin (apud BARNETT, 1999), o significado depende do contexto significativo, de modo que o locutor possui uma intenção clara de comunicação, é autoconsciente, e o receptor compartilha esse contexto, entendendo qual a intenção do locutor. Essa é uma perspectiva fonocêntrica, pois prioriza a fala na dicotomia entre fala/escrita. A escrita tem papel secundário, pois ela opera sem a presença do autor, fora do contexto comunicativo dos interlocutores e de suas intenções. Assim, ela é o meio pelo qual o significado é transportado, mas representa um perigo para a intenção do autor, que pode ser transgredida. Para Derrida, a capacidade de deslocar a comunicação do seu contexto original não se restringe à escrita, ela é possível em toda a linguagem. A iterabilidade é essa capacidade do signo de ser repetido em contextos diferentes, ter diferentes significados em cada contexto em que é repetido, mas, ainda assim, manter uma sobra mínima, um traço/rastro que possibilite reconhecê-lo (BARNETT, 1999; DERRIDA, 1995; 1973; ZEHFUSS, 2004).

² "As a result, it is impossible to imagine an origin of language without assuming prior organisation and differentiation. Hence, *différance* puts into question the search for origins or essences. All we can ever find are 'nonoriginary origins'" (ZEHFUSS, 2004, p. 200).

Sem uma retenção na unidade mínima da experiência temporal, sem um rastro retendo o outro como outro no mesmo, nenhuma diferença faria sua obra e nenhum sentido apareceria. Portanto, não se trata aqui de uma diferença constituída, mas, antes de toda determinação de conteúdo, do movimento puro que produz a diferença. O *rastro (puro)* é a *diferença*³. Ela não depende de nenhuma plenitude sensível, audível ou visível, fônica ou gráfica. É, ao contrário, a condição destas. Embora não exista, embora não seja nunca um ente-presente fora de toda plenitude, sua possibilidade é anterior, de direito, a tudo que se denomina signo (significado/ significante, conteúdo/expressão, etc.), conceito ou operação, motriz ou sensível (DERRIDA, 1973, p. 76-77, grifos do autor).

O suplemento adiciona significado ao signo no movimento de repetição do signo em diferentes contextos. A ausência de um significado transcendental, ou uma origem original, possibilita a suplementação. O suplemento é a representação do signo e a usurpação de seu significado na ausência do locutor, que ao mesmo tempo enriquece o signo ao representá-lo e ameaça substituí-lo (BARNETT, 1999; DERRIDA, 1995; ZEHFUSS, 2004).

O apelo do suplemento é aqui originário e escava aquilo que se reconstitui mais tarde como o presente. O suplemento, aquilo que parece acrescentar-se como um pleno a um pleno, é também aquilo que supre. "Suprir: 1. Acrescentar o que falta, fornecer o excesso que é preciso" diz Littré, respeitando como um sonâmbulo a estranha lógica desta palavra (DERRIDA, 1995, p. 200).

O suplemento impossibilita a existência de uma presença absoluta e de um significado, pois ele depende de uma cadeia de suplementos impossível de se alcançar. Não existe uma origem fora do texto em que o leitor possa se agarrar para buscar uma realidade metafísica, ele sempre cairá em origens não-originais. Como é impossível conhecer com exatidão todo o contexto em que o signo é utilizado (iterabilidade) e todos os seus suplementos, sua significação nunca é totalmente clara. A presença, que é parte essencial do logocentrismo, é colocada em risco uma vez que com a iterabilidade e o suplemento, o signo sempre é uma representação de si mesmo e, portanto, não há presença absoluta (BARNETT, 1999; DERRIDA, 1973; 1995; ZEHFUSS, 2004).

Não há portanto verdade inconsciente para encontrar porque ela estaria escrita noutro lugar. Não existe texto escrito e presente noutro lugar, que desse ocasião, sem ser por ele modificado, a um trabalho e a uma temporalização (pertencendo esta, se seguirmos a literalidade freudiana, à consciência) que lhe seriam exteriores e flutuariam na sua superfície. Não

³ Na edição da obra de Derrida, Gramatologia, traduzida para o português em 1973, o termo *différance* é traduzido para *diferência*, de modo a distingui-la da palavra *diferença*, em português.

existe texto presente em geral, nem mesmo há texto presente-passado, texto passado como tendo sido presente. O texto não é pensável na forma, originária ou modificada, da presença. O texto inconsciente já está tecido de traços puros, de diferenças em que se unem o sentido e a força, texto em parte alguma presente-, constituído por arquivos que *são sempre já* transcrições. Estampas originárias. Tudo começa pela reprodução. Sempre já, isto é, depósitos de um sentido que nunca esteve presente, cujo presente significado é sempre reconstituído mais tarde, *nacluraglich*, posteriormente, *suplementarmente: nacluraglich* também significa suplementar (DERRIDA, 1995, p. 200, grifo do autor).

A partir do suplemento e da iterabilidade, o significado se torna indecidível, “elemento ambivalente sem natureza própria, que não se deixa compreender nas oposições clássicas binárias; elemento irreduzível a qualquer forma de operação lógica ou dialética” (SANTIAGO, 1976, p. 40). O signo indecidível escapa da lógica binária logocêntrica, ele é a duplicidade, ambiguidade e as contradições inerentes à significação da linguagem. Não existem formas, como postulavam os estruturalistas, para decifrar os códigos e regras gerais em um texto. O próprio suplemento é indecidível, uma vez que ele possui dois significados contraditórios e complementares: ao mesmo tempo complementa e substitui (BARNETT, 1999; ZEHFUSS, 2004).

Assim sendo, “[d]ifférance implica uma dupla referência: à espacialidade, no sentido da diferença como distanciamento e separação, e dispersão; e à temporalidade, no sentido de adiar, atrasar e postergar” (DERRIDA, 1973 apud BARNETT, 1999, p. 287, tradução nossa)⁴, permitidas pela iterabilidade. Além disso, ela também implica em acaso e em origens não-originais, possibilitadas pela suplementação. Assim que um evento é enunciado, ele rompe com seu contexto “original” e se envolve em outros, é dispersado sem condições de retorno, sem uma trajetória esperada. Em resumo, a linguagem, diferente do que foi postulado pelo Estruturalismo de Saussure, não é estável e homogênea, mas instável, conflitiva, contraditória e ambígua (BARNETT, 1999; DERRIDA, 1995; 1973; ZEHFUSS, 2004).

Ao se referir ao “contexto original” é necessário destacar que para Derrida (apud BARNETT, 1999), o contexto também é um texto. O contexto, em uma teoria tradicional, geralmente é utilizado para desqualificar o argumento universalista, e se coloca como uma autoridade legítima que fornece significado para o texto em questão. O contexto, seja ele histórico, social, político ou econômico, orienta o leitor para a interpretação adequada de um texto, o recolocando em suas condições originais, e

⁴ “*Différance* implies a double reference: to spatiality, in the sense of difference as apartness and separation, and dispersal; and to temporality, in the sense of deferring, delay and postponement” (DERRIDA, 1973 apud BARNETT, 1999, p. 287).

limitando o quadro interpretativo. Assim, em um contexto específico, o texto só possui o significado “A”. Uma vez que é estabilizado pelo contexto, esse significado não pode ser deslocado (BARNETT, 1999).

Porém, para Derrida (apud BARNETT, 1999), não se pode permanecer nem dentro da estrutura interna do texto, nem se apegar a total exterioridade do contexto, principalmente porque o contexto é também uma construção discursiva. Assim, texto e con(texto) são da mesma forma indecíveis. Com a iterabilidade e a suplementação, contextos estão sempre abertos e ilimitados, e assim, nenhum significado pode ser definido a partir dele (BARNETT, 1999). Assim, conforme aponta Derrida (apud ZEHFUSS, 2004, p. 239), não existe nada fora do texto. Para ele, o “texto”

[n]ão está confinado às esferas semântica, representacional ou simbólica. O texto “implica todas as estruturas chamadas “real”, “econômico”, “histórico”, “socio-institucional”, enfim: todos os referentes possíveis” (LI 148 [273]). A realidade não está confinada aos livros (P 44 [61]), como a declaração, tirada do contexto, poderia sugerir. Que não há coisa fora do texto significa que “toda a realidade tem a estrutura de um traço diferencial, e que não se pode referir a este “real”, exceto em uma experiência interpretativa” (LI148 [273]) (ZEHFUSS, 2004, p. 239, tradução nossa)⁵.

Desse modo, Derrida não nega ou confirma a materialidade da existência, para ele é impossível saber. Conforme aponta Campbell (1992) “[o] mundo existe independentemente da linguagem, mas nunca podemos saber disso (além do fato de sua afirmação), porque a existência do mundo é literalmente inconcebível fora da linguagem e de nossas tradições de interpretação” (p. 6, tradução nossa)⁶. Assim, não cabe aqui a afirmação sobre a “realidade externa”, pois ela nunca poderá ser alcançada fora da interpretação, e tudo aquilo que é tido como real são representações. Não há nada fora do texto, nem mesmo o contexto (CAMPBELL, 1992; ZEHFUSS, 2004).

⁵ “It is not confined to the semantic, representational or symbolic spheres. Text ‘implies all the structures called “real”, “economic”, “historical”, “socio-institutional”, in short: all possible referents’ (LI 148 [273]). Reality is not confined to books (P 44 [61]), as the statement, taken out of context, might suggest. That there is no thing outside of the text means that ‘all reality has the structure of a differential trace, and that one cannot refer to this “real” except in an interpretive experience’ (LI148[273]).” (ZEHFUSS, 2004, p. 239).

⁶ “The world exists independently of language, but we can never know that (beyond the fact of its assertion), because the existence of the world is literally inconceivable outside of language and our traditions of interpretation.” (CAMPBELL, 1992, p. 6).

Ainda, a delimitação do que é “real” não é um processo neutro, ela apoia certas posições políticas, exclui outras e cria hierarquias violentas de valoração. Nas teorias tradicionais, tudo aquilo que não é “real” é impossível, e isso define nossos limites de ação, construção e pensamento. Assim, quando afirmamos que “essa é a realidade”, não o fazemos por sua substância ou conteúdo, mas porque isso eleva o valor da afirmação. Naturalizar esse movimento é despolitizar essa decisão e manter as hierarquias existentes (ZEHFUSS, 2004).

Dessa forma, de modo geral, a crítica de Derrida ao Estruturalismo linguístico aponta para a impossibilidade de estruturas fechadas de oposição, conforme afirmava Saussure. Diferentemente do Estruturalismo, em que o significado e o significante possuem uma relação única e estável, para Derrida, o significante tem primazia sobre o significado, que não é fixo, nem estável. A significação do significante é contínua, dinâmica, instável, e sempre se difere. Em última instância só existem significantes. Enquanto para o Estruturalismo a presença tem primazia uma vez que coloca o sujeito em contato direto com a realidade, para o Pós-estruturalismo de Derrida, essa diferença não existe, a presença sempre pressupõe a ausência, além de não existir essa realidade absoluta para ser alcançada, apenas interpretações destas como tal (BEST; KELLNER, 1991; DERRIDA, 1973).

2.2.1 Desconstrução

Derrida concordava com o Estruturalismo ao afirmar que o pensamento e a linguagem ocidentais são estruturados a partir de dicotomias, como bem/mal, presença/ausência, realidade/representação, identidade/diferença, dentro/fora. Porém, ele destacava que dentro de cada dicotomia existe uma relação hierárquica, de modo que o primeiro termo é sempre valorizado qualitativamente e temporalmente em relação ao segundo. Ao observar e identificar quais são os polos privilegiados das dicotomias em um texto, é possível identificar qual ideologia prevalece naquela dada situação (DERRIDA, 1973; DOBIE, 2012; ZEHFUSS, 2004).

Conforme foi trabalhado, a linguagem, formada através de dicotomias, é pura indecibilidade e indeterminação. Para que a comunicação aconteça, a iterabilidade é necessária, ou seja, é preciso desfazer contextos e se envolver em outros. Para tanto, Derrida desenvolve um instrumento de análise que trabalha a partir dessa lógica, chamada desconstrução. A desconstrução, portanto, busca chamar atenção para a

despolitização que ocorre nos discursos quando são apresentados como neutros e naturais, ela subverte essa percepção espacial e temporal da linguagem, sua concepção estática e limitada (DERRIDA, 1973; DOBIE, 2012; ZEHFUSS, 2004).

A desconstrução interfere no entendimento das bordas e limites, reescrevendo as categorias espaciais de acordo com uma retórica do movimento, rastreando as maneiras pelas quais o fechamento conceitual é constituído apenas pela regulação do jogo de abertura e exposição (BARNETT, 1999, p. 282, tradução nossa)⁷.

O texto, para a desconstrução, deixa de ser entendido em sua concepção geral, como o conteúdo de um livro, um corpus acabado, o início e fim de uma obra, e passa a ser visto como “uma rede diferencial, uma estrutura de traços que se refere infinitamente a algo que não seja ele próprio, a outros traços diferenciais” (DERRIDA, 1979 apud BARNETT, 1999, p. 284, tradução nossa)⁸, sem início e sem fim. Desconstruir é subverter, deslocar, inverter uma lógica de um texto. O objetivo não é substituir um conceito por outro, mas trazer à tona todas as características daquele conceito que normalmente são escondidas, suas contradições, ambiguidades, questionando limites e fronteiras no processo de significação (BARNETT, 1999; DERRIDA, 1973). A desconstrução consiste em

[...] denunciar num determinado texto (o da filosofia ocidental) aquilo que é valorizado e em nome de quê e, ao mesmo tempo, em desrecalcar o que foi estruturalmente dissimulado nesse texto. [...] A leitura desconstrutora implica, primeiro, delimitar o campo do fechamento da metafísica ocidental e situar-se na "margem" dele, isto é, criar "conceitos" ou trabalhar com categorias que não se deixem compreender pelo regime anterior, ainda que, por estratégia e economia, seja usado o léxico da linguagem filosófica (SANTIAGO, 1976, p. 17-18).

Assim, a leitura desconstrutora acontece em dois gestos: “a – ler o texto no seu interior – o que ele diz – os seus filosofemas; b – ler o texto de fora – o que ele dissimulou ou recalcou – suas metáforas” (SANTIAGO, 1976, p. 17). Isto é, ler um texto de forma tradicional, buscando os significados estabilizados, as dicotomias, e em sequência, questionar aquilo que é apontado como natural. Essa reinterpretação do texto deve ser feita repetidamente, porque não há uma única interpretação válida.

⁷ “Deconstruction interferes with understandings of borders and boundaries by rewriting spatial categories according to a rhetoric of movement, tracking the ways in which conceptual closure is only ever constituted by regulating the play of opening and exposure.” (BARNETT, 1999, p. 282).

⁸ “[...] a differential network, a fabric of traces referring endlessly to something other than itself, to other differential traces” (DERRIDA, 1979 apud BARNETT, 1999, p. 284).

Segundo Dobie (2012), ao fazer uma leitura desconstrutiva, percebe-se que a interpretação, assim como a criação do texto, também é um ato criativo. Ao ponto de não haver textos. Apenas interpretações (DOBIE, 2012; SANTIAGO, 1976).

A desconstrução começa identificando as oposições binárias do texto, e passa para o processo contínuo de derrubar as hierarquias de valorização nas oposições que o texto apresenta. Esse processo é contínuo porque as hierarquias tendem a sempre se reestabelecerem, assim, busca-se sempre descentrar os novos centros que surgem durante a desconstrução (DOBIE, 2012; ZEHFUSS, 2004). Em sequência, a desconstrução exige o deslocamento e a inversão:

Em primeiro lugar, revela-se a oposição como uma imposição metafísica e ideológica, deixando claro seus pressupostos, seu papel no sistema de valores e mostrando como ele é desfeito nos textos que se baseiam nele. Em segundo lugar, ao mesmo tempo mantém a oposição empregando-a em seu próprio argumento e deslocando-a através de uma inversão (CULLER apud ZEHFUSS, 2004, p. 203, tradução nossa)⁹.

Assim, após derrubar as hierarquias, as oposições e seus sistemas de valores são escancarados e as forças de significação e as contradições inerentes a ela são expostas. A desconstrução, segundo Derrida (apud MENDES, 2015), não pode ser absoluta. Ela deve ser realizada em relação a algo, ou seja, não é “negar por completo o que se quer relativizar, mas aceitar até certo ponto o que está dado para, a partir daí, ressignificar o fenômeno” (MENDES, 2015, p. 51). Dessa forma, Derrida não nega a lógica do logocentrismo, ele continua trabalhando com dicotomias e oposições. Porém, ele desestabiliza todas as estruturas desse sistema de linguagem por dentro. Só é possível desconstruir algo a partir de seus próprios pressupostos (ZEHFUSS, 2004).

2.3 Ontologia e Epistemologia no Pós-estruturalismo

Dizer que não existe nada fora dos textos aponta para a ausência de uma ontologia estabelecida *a priori*. O Pós-estruturalismo entende que existe uma construção discursiva da ontologia, o que significa dizer que a linguagem é ontologicamente significante. Ela constrói o que temos como realidade, sejam objetos

⁹ “Firstly, one reveals the opposition as a metaphysical and ideological imposition by making clear its presuppositions and role in the value system and by showing how it is undone in the texts that are based on it. Secondly, one at the same time maintains the opposition by employing it in one’s own argument and by displacing it through a reversal.” (CULLER apud ZEHFUSS, 2004, p. 203).

materiais, seres humanos ou Estados, dando significado e identidade a eles. A linguagem possui caráter social, na medida que ela é formada por códigos convencionados coletivamente que permitem aos indivíduos serem compreendidos em sociedade. Além disso, a linguagem também possui caráter político, uma vez que ela reproduz certas identidades particulares como naturais e objetivas, enquanto exclui outras (HANSEN, 2006).

A vida política é um conjunto de práticas discursivas, que ganham sentido a partir do modo como lidamos com elas. Além disso, o material não tem presença significativa fora da linguagem e da identidade, nem vice-versa. A análise pós-estruturalista, dessa forma, não ignora a existência de uma realidade material ou privilegia a linguagem sobre esta, mas busca entender que o suposto material somente ganha significado e prioridade a partir da linguagem e de um conjunto de identidades (CAMPBELL, 1992; HANSEN, 2006).

A intenção analítica não é medir a importância relativa das ideias e da materialidade, mas entendê-las como construídas por meio de um discurso que dá sentido à materialidade, recorrendo a um conjunto particular de construções identitárias (HANSEN, 2006, p. 23, tradução nossa)¹⁰.

A ontologia discursiva do Pós-estruturalismo é amparada por uma epistemologia discursiva não-causal. Dizer que o Pós-estruturalismo parte de uma epistemologia discursiva significa que as coisas do mundo, sejam elas identidades, políticas e até questões materiais, serão analisadas a partir da sua realidade discursiva. A materialidade, conforme será apresentado nos tópicos subsequentes, não se impõe como realidade independente da linguagem¹¹. Ela sempre precisa ser mediada pelo discurso para ganhar significado e identidade. Dessa forma, é possível dizer que não existe nada fora do discurso, ou seja, não existe também uma materialidade extra discursiva para procurarmos respostas para os fenômenos e testar hipóteses (HANSEN, 2006).

Portanto, essa análise não pretende buscar as causas “reais” do fenômeno estudado, porque não é possível estabelecer “verdades objetivas” sobre o objeto de

¹⁰ “The analytical intent is not to measure the relative importance of ideas and materiality but to understand them as constructed through a discourse which gives materiality meaning by drawing upon a particular set of identity constructions” (HANSEN, 2006, p. 23).

¹¹ Considerando que a linguagem é fator crucial para essa análise, é necessário destacar que ela pode ser expressa de diversas maneiras, verbais e não-verbais, e todas estas terão implicações na construção da identidade e na significação da materialidade (HANSEN, 2006).

análise. Toda “verdade” é um discurso dotado de legitimidade e autoridade, que é privilegiado em um determinado contexto histórico em que está inserido e nele se reproduz. Ou seja, essas “verdades” são construídas em determinado tempo e espaço. A análise busca, então, considerar como políticas e identidades se articulam e quais são as consequências políticas de uma representação criada e legitimada (CAMPBELL, 1992; HANSEN, 2006).

2.4 Análise de Discurso

Como foi apresentado anteriormente, o Pós-estruturalismo trabalha com uma ontologia discursiva, ou seja, que a linguagem e os discursos constroem realidades, e os objetos não possuem significado ou identidade *a priori*, eles são construídos socialmente através do discurso. Portanto, para compreender a construção da identidade e seus desdobramentos, é essencial o uso da metodologia que perceba o discurso dessa forma.

A Análise de Discurso (AD) é uma disciplina que nasceu na França na década de 1960, principalmente com o filósofo Michel Pêcheux, a partir de três grandes áreas: a linguística, o marxismo e a psicanálise. Primeiramente, ela partia da ideia do Estruturalismo linguístico de Saussure, segundo o qual a linguagem é um sistema fechado em si mesmo, que é estruturado a partir de regularidades, e que se significa a partir das oposições nas relações binárias (MUSSALIM, 2004). Nesse sentido, Mussalim (2004) afirma que o sistema linguístico se define a partir de um critério diferencial – os elementos do sistema não se definem por si só – o que gera também um critério relacional – eles se definem em relação ao *Other*. Para a autora, a definição dos sentidos ainda depende da posição do elemento dentro da díade diferencial, o que ela chama de critério posicional. Por fim, os elementos adquirem identidade fora de si mesmo, mas dentro do sistema maior de linguagem, o que é chamado de critério do lugar vazio (MUSSALIM, 2004).

Do marxismo, a AD se inspirou na teoria de Althusser, afirmando que era a partir da linguagem que a ideologia dos Aparelhos Ideológicos do Estado se materializava. Com isso, ele adiciona à teoria de Saussure o sujeito e sua ideologia, que são responsáveis pela significação. Desse modo, se torna necessário analisar as condições de produção do discurso, que é capaz de determinar as possibilidades

discursivas em determinado momento histórico e a partir de determinados sujeitos, que ocupam uma posição social (MUSSALIM, 2004).

Por fim, a psicanálise de Jacques Lacan também foi essencial para a construção dessa disciplina. Lacan (apud MUSSALIM, 2004), afirma a existência do inconsciente, que se estrutura assim como a linguagem em Saussure. O sujeito, assim como a linguagem, se define por um critério diferencial e relacional – a partir do *Other* que é o inconsciente, e não por si mesmo. Sua identidade é definida a partir do *Other*, como o critério do lugar vazio, e depende da posição do *Other* – que pode ser o pai, a mãe, o discurso da mãe sobre o pai, etc. – dentro do sistema, ou seja, o critério posicional. O inconsciente domina a relação com o consciente, e na linguagem, o inconsciente é a ideologia. Esse sujeito dividido, clivado, que se define a partir da posição social e pelo *Other* é o sujeito da AD de Pêcheux (MUSSALIM, 2004).

A Análise de Discurso, como disciplina, se coloca como uma psicanálise lacaniana do texto. A partir da análise é possível decifrar o discurso do inconsciente/da ideologia. É revelar no texto, aquilo que não está explícito e exposto. Assim, a AD é uma disciplina que busca analisar a linguagem em relação às condições de produção, ou seja, o contexto histórico e social que permitiu sua produção e geração de sentidos específicos. Isso se difere, por exemplo, de uma análise puramente linguística, que buscaria nos discursos o funcionamento da língua e suas propriedades formais. Diferentemente, a AD se preocupa com a política do discurso. Ela pode ser dividida em três fases, sendo a primeira fase chamada de AD estruturalista, a segunda fase de AD construtivista, e por fim, a terceira fase, a AD desconstrutivista (MAINGUENEAU, 1990; MUSSALIM, 2004).

A Análise de Discurso de Pêcheux é considerada por Mussalim (2004) como a primeira fase da AD (AD-1). Nesta fase entende-se que para cada processo discursivo, existe uma única estrutura de produção, ou uma única “máquina discursiva”. Essa “máquina” possui suas próprias regras de linguagem, que são estáveis e coerentes, determinadas por uma única ideologia. Ela é autodeterminante. Acredita-se, ainda, que um sujeito cria o discurso e é responsável por este, de modo que não há abertura para a contraposição com o *Other* ou com outras máquinas discursivas durante o processo de construção discursiva. Com essa percepção mais estruturada da formação discursiva, a AD-1 ficou conhecida por ter uma posição teórica “estruturalista” (MUSSALIN, 2004; PÊACHEUX 1990).

Uma máquina autodeterminada e fechada sobre si mesma, de tal modo que um sujeito-estrutura determina os sujeitos como produtores de seus discursos: os sujeitos acreditam que “utilizam” de seus discursos quando na verdade são seus “servos” assujeitados, seus “suportes” (PÊCHEAUX, 1990, p. 311).

A AD-1 é utilizada para analisar discursos que não são criados em ambientes com incertezas e conflitos ideológicos, e sim onde há uma ideologia claramente predominante e aceita pela maioria. Ela é voltada para os discursos com menor variação polissêmica, ou seja, menor abertura para variação de sentidos, que são criados em condições de produção estáveis e homogêneas (MUSSALIN, 2004; PÊCHEAUX, 1990). Mussalin (2004, p.117-118), apresenta como exemplo de discurso auto estabilizado o Manifesto Comunista, que foi “enunciado no interior do Partido Comunista e representa seus possíveis interlocutores inscritos neste mesmo espaço discursivo”, dessa forma, entende-se que foi produzido em condições de grande homogeneidade ideológica.

A AD-1 é realizada em quatro etapas que, segundo Pêcheaux (1990) e Mussalin (2004), são essenciais e devem ser realizadas nesta sequência:

- I) Na primeira etapa deve-se selecionar um *corpus* discursivo fechado, auto estabilizado e produzido em condições estáveis e homogêneas, como o Manifesto Comunista;
- II) Em sequência, se realiza uma análise linguística das sequências discursivas, que, segundo Pêcheux (1990) é indispensável à AD-1. A análise linguística deve considerar a sintaxe – ou as relações entre os enunciados – e o vocabulário do *corpus*, ou léxico;
- III) Na terceira etapa, se faz a análise discursiva propriamente dita, em que se detectam sítios de identidade a partir de proposições basilares e relações de sinonímia e paráfrase;
- IV) Na quarta e última fase da AD-1, o analista deve reconstituir o trajeto das paráfrases e da simonia, mostrando como estes partem de uma mesma “máquina discursiva” (MUSSALIM, 2004; PÊCHEAUX, 1990).

Como afirma Maingueneau (1990), as raízes da AD-1 eram fortes nas Ciências Sociais na década de 1960, mas perderam autoridade com o tempo. Com isso, seus fundamentos foram repensados, tornando suas bases mais sólidas e complexas. Surge, então, o que é denominado por Mussalim (2004) de segunda fase da AD (AD-2), ou Análise de Discurso Construtivista.

Primeiramente, é necessário salientar que a Análise Construtivista parte de três pressupostos principais, destacados por Mendes (2008). O autor aponta como primeiro pressuposto a separação entre mundo real e mundo das ideias, o exterior e o interior. Nessa vertente de análise, o discurso deve ser colocado em confronto com o real, de modo que este limita o mundo das ideias e as possibilidades de análises do discurso. “O exterior do indivíduo como verdade absoluta que, apesar de filtrado pelos sentidos individuais e regras sociais, ainda assim, teria o status de presença estabelecendo os limites da interpretação” (MENDES, 2008, p. 152).

O segundo pressuposto diz respeito ao sujeito produtor do discurso, que é exterior ao texto, de modo que ele é parte do contexto discursivo, e assim, deve ser levado em consideração na análise. Por fim, o próprio contexto é um dos pressupostos. Conforme foi apresentado anteriormente, o contexto funciona como uma autoridade legítima, que apresenta as possibilidades de interpretações de um texto, na medida que o coloca em contato com sua realidade material (BARNETT, 1999; MENDES, 2008).

Partindo destes pressupostos, enquanto a AD-1 considerava que o discurso era produzido por uma única “máquina discursiva” fechada em si mesma, a AD-2 considera a relação entre diferentes “máquinas discursivas”, ou seja, o contato entre diferentes estruturas discursivas, e introduz o conceito de formação discursiva (FD). A FD é um conceito de Michel Foucault (apud MUSSALIM, 2004) definido como um conjunto de regras, determinadas pelo tempo e pelo espaço, que funcionam como um mecanismo de controle daquilo que pode ser enunciado por alguém, ou não, de acordo com seu lugar social. É o local em que a ideologia e o discurso se articulam. As regras da FD delimitam o que é interno e pertence a ela, e o que é externo, e pertence a outra FD (MUSSALIM, 2004; PÊCHEUX, 1990).

Na perspectiva da AD-2, estas relações são relações de forças desiguais entre processos discursivos, estruturando o conjunto por “dispositivos” com influência desigual uns sobre os outros: a noção de formação discursiva tomada de empréstimo a Michel Foucault, começa a fazer explodir a noção de máquina estrutural fechada na medida em que o dispositivo da FD está em relação paradoxal com seu “exterior”: uma FD não é um espaço estrutural fechado, pois é constitutivamente “invadida” por elementos que vêm de outro lugar (isto é, de outras FDs) que se repetem nela, fornecendo-lhes suas evidências discursivas fundamentais [...] (PÊCHEUX, 1990, p. 314).

Portanto, na AD-2, não existe mais o espaço estrutural fechado, conforme se pensava na AD-1, uma vez que a FD é atravessada por discursos externos a ela. O

analista, a partir de etapas de análise similares as etapas AD-1, busca entender as regras de definição de cada FD, e a relação entre as “maquinas discursivas”. O ambiente discursivo é heterogêneo, uma vez que é um lugar de disputas ideológicas, de modo que dependendo do lugar ideológico de que se parte, é possível ter diferentes interpretações do mesmo enunciado. Porém, apesar da heterogeneidade, ainda é possível determinar aquilo que pertence a cada FD, uma vez que se tem conhecimento do sítio ideológico delas (MUSSALIM, 2004).

A terceira fase da Análise de Discurso (AD-3), ou Análise de Discurso Desconstrutivista, rompe com todos os pressupostos da AD-1 e da AD-2. Primeiramente, em relação a separação do mundo das ideais do mundo real, a AD desconstrutivista percebe essa separação como resultado do logocentrismo, uma vez que a presença tem prioridade à ausência, e o real ao imaginado. Assim, como a desconstrução não inverte as polaridades, mas as neutraliza, o discurso não precisa ser confrontado com o mundo real, ou levar em consideração o contexto discursivo para fazer a interpretação. “Todo discurso seria uma realidade em si mesmo”, não existindo nada fora do texto (MENDES, 2008, p. 157).

Da mesma forma, a AD-3 também se distancia da percepção da AD-2 em relação ao sujeito criador do texto, o autor. O autor não constrói o texto, mas é construído por ele. Dessa forma, o sujeito também é construído no interdiscurso, e não existe *a priori*. Quando um discurso é enunciado, o autor perde controle sobre as possibilidades de significações existentes. Desse modo, ele não é, necessariamente, uma autoridade sobre o texto, que pode ser recorrido quando há controvérsias sobre sua interpretação. Ele é uma criação do mesmo (MENDES, 2008).

O "sujeito" da escritura não existe se entendemos por isso alguma solidão soberana do escritor. O sujeito da escritura é um sistema de relações entre as camadas: o bloco mágico, do psíquico, da sociedade, do mundo. No interior desta cena, é impossível encontrar a simplicidade pontual do sujeito clássico. Para descrever esta estrutura, não basta lembrar que se escreve sempre para alguém; e as oposições emissor-receptor, código-mensagem, etc., permanecem instrumentos muito grosseiros. Em vão se procuraria no "público" o primeiro leitor, isto é, o primeiro autor da obra. E a "sociologia da literatura" nada percebe da guerra e das astúcias de que é objeto a origem da obra, entre o autor que lê e o primeiro leitor que dita. A socialidade da escritura como drama requer uma disciplina completamente diferente (DERRIDA, 1995, p. 222)

Por fim, conforme já foi trabalhado anteriormente no capítulo, a desconstrução não trabalha com a autoridade do contexto para delimitar o significado. Para a AD-2,

o contexto é utilizado para estabilizar os significados e limitar as interpretações. Uma vez que a desconstrução não busca estabilização, mas celebra as instabilidades, contradições e ambiguidades, o contexto não deve ser uma ferramenta na análise de discurso. Ele é parte de uma intertextualidade, e pode ser também objeto de análise (BARNETT, 1999; MENDES, 2008).

A partir desses pressupostos, a AD-3 rompe com a ideia de “máquina discursiva” definitivamente. Diferente da AD-1, em que para cada processo discursivo existe uma máquina discursiva autodeterminada, e a AD-2, em que as formações discursivas acontecem separadamente, para depois entrar em contato com outras FDs, na AD-3 a identidade da FD se constitui em um emaranhado de posições enunciativas. Segundo Pêcheaux (1990), “o primado teórico do *outro* sobre o *mesmo* se acentua, empurrando até o limite a crise da noção de máquina discursiva estrutural. É mesmo a condição de construção de novos algoritmos enquanto ‘máquinas paradoxais’” (p. 315, grifo do autor). Ou seja, ela se forma no interior do interdiscurso, na relação entre diversos discursos, sempre em contato com o *Other*. Para Maingueneau (1997 apud MUSSALIM, 2004, p. 129)

[...] considerando que uma formação discursiva não pode ser compreendida como um bloco compacto e fechado, mas que ela é definida a partir de uma incessante relação com o Outro, afirma o primado do interdiscurso sobre o discurso. Para ele, a unidade de análise pertinente não é o discurso, mas um espaço de trocas entre vários discursos. Os diversos discursos que atravessam uma FD não passam de componentes, ou seja, em termos de gênese, tais discursos não se constituem independentemente uns dos outros para serem, em seguida, postos em relação, mas se formam de maneira regulada no interdiscurso. Será a relação interdiscursiva, pois, que estruturará a identidade das FDs em questão. A AD-3 e as recentes pesquisas tomam, como já apontado, o interdiscurso como um pressuposto teórico.

Desse modo, uma vez que temos o interdiscurso como pressuposto teórico, o espaço discursivo na AD-3 é, necessariamente, heterogêneo. A heterogeneidade discursiva é uma perspectiva apresentada por Authier-Revuz (apud MUSSALIM, 2004), que se refere às múltiplas possibilidades de significação do discurso. E essa multiplicidade existe porque os sentidos são constituídos historicamente, de modo que a palavra “não é monológica, não é neutra, mas atravessada pelos discursos nos quais viveu sua existência socialmente sustentada” (AUTHIER-REVUZ, 1982 apud MUSSALIM, 2004, p. 127).

A AD-3 pode ser caracterizada, então, como autorreferencial porque o discurso é a própria realidade e todos os significados serão produzidos em referência a significados anteriores e subsequentes dentro do próprio discurso. Ela está interessada em como o significado foi construído e estruturado através das dicotomias, quais são as estratégias de naturalização destas, as relações espaciais, morais e temporais atribuídas às dicotomias, e como elas hierarquizam as identidades. Porém, ao invés de aceitar essas construções como naturais e despolitizadas, a AD-3 irá se empenhar em questionar e problematizar essas ordens normativas, desconstruir o discurso, nos termos de Derrida, revelando as instabilidades, contradições, ambiguidades, fronteiras, hierarquias e formas de poder (NABERS, 2015).

2.5 Metodologia e delimitação do objeto

Até o momento foi apresentada uma abordagem que percebe a significação dos signos a partir do jogo constante de *différance*, ou seja, por diferenciação e adiamento, e que por estar em constante ressignificação com outros textos, o discurso é essencialmente instável. Também foi apresentada a Análise de Discurso como uma metodologia que condiz com a ontologia discursiva do Pós-estruturalismo. Faz-se necessário, agora, entender como o analista deve proceder na prática para realizar essa análise de discurso e como ela será utilizada nesta análise, a partir da delimitação do objeto.

Segundo Nabers (2015), o papel do analista na AD-3 é identificar nos discursos como os significados são negociados, construídos, estabilizados. Uma palavra sozinha é vazia de significado, ela precisa ser analisada a partir das suas relações com outras palavras. O analista precisa se atentar para as redes textuais que se formam, como uma palavra em um texto é entrelaçada de significações na medida que se relaciona com outros textos. Deve-se assumir que sempre haverá alusões e diálogos com outros textos.

Os componentes de um discurso adquirem seu significado por paráfrase. Como Wolfgang Teubert sugere: “Quando falamos de uma expressão, falamos sobre o que ela representa, ou seja, o objeto do discurso, e esse objeto é representado, identificado, explicado e definido apenas pelo pot-pourri de paráfrases que outros usaram antes de nós”. Uma vez tomada a decisão de confiar nos dados textuais, o cientista é levado à análise de redes

textuais para identificar como os significados são negociados, questionados, transformados ou substituídos (NABERS, 2015, p. 133, tradução nossa)¹².

Existem dois níveis de significação que devem ser levados em consideração pelo analista, sendo o nível paradigmático e o nível sintagmático. O eixo paradigmático é aquele das “escolhas”, em que existe um arsenal de signos que podem ser utilizados em uma sentença, que podem substituir uns aos outros. Esse eixo está relacionado com a característica da suplementação dos signos, das substituições. Já o eixo sintagmático é aquele das “combinações”. Levando em consideração o arsenal de signos existentes, quais são aqueles escolhidos para compor a sentença, quais são as cadeias de equivalências e articulações estabelecidas (NABERS, 2015).

Assim, a análise de discurso deve considerar tanto as escolhas, quanto as combinações para entender a produção do significado. Essas escolhas e combinações não são neutras, elas regulam as relações sociais. A partir do estabelecimento de sinonímia e antonímia, criam-se opostos binários e relações hierárquicas e de poder. “Relações sintagmáticas indicam cadeias de equivalência, relações paradigmáticas aludem à lógica da diferença e especificam elementos que podem substituir um ao outro, implicando hierarquias e exclusões” (NABERS, 2015, p. 135, tradução nossa)¹³.

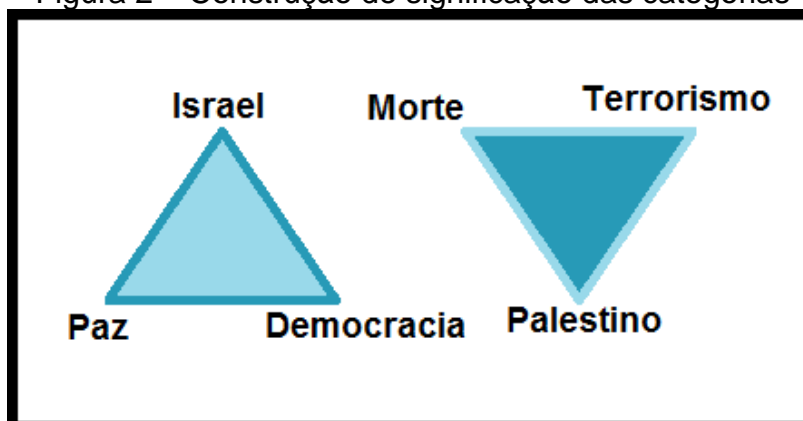
Diversas estratégias linguísticas são utilizadas nesse processo de significação. Os substantivos são uma classe de palavras essencial no processo de significação. “Democracia”, “terrorismo”, “paz”, “tirania” são substantivos generalizáveis, que são utilizados rotineiramente, pelo senso comum e, portanto, são facilmente manipuláveis para construir estereótipos e identidades coletivas. Por exemplo, ao escolher as combinações de signos: “palestinos usam o terrorismo”, “Israel quer paz”, “Israel celebra a democracia” e “Terroristas santificam a morte”, os verbos “usar”; “querer”, “celebrar” e “santificar” criam as conexões entre os substantivos. Israel-democracia, Israel-paz, palestinos-terrorismo, terrorismo-morte. Há ainda a relação em cadeia, de

¹² “Components of a discourse acquire their meaning by paraphrase. As Wolfgang Teubert suggests, “When we talk about an expression, we talk about what it stands for, namely the discourse object, and this object is represented, identified, explained, and defined solely by the potpourri of paraphrases that others have used before us.” Once the decision to rely on textual data has been made, the scientist is thrust into the analysis of textual networks to identify how meanings are negotiated, called into question, transformed, or replaced.” (NABERS, 2015, p. 133).

¹³ “Syntagmatic relations indicate chains of equivalence, paradigmatic relations allude to the logic of difference and specify elements that can replace one another, implying hierarchies and exclusions.” (NABERS, 2015, p. 135).

modo que democracia se associa a paz, e palestinos se associa a morte, conforme a Figura 2.

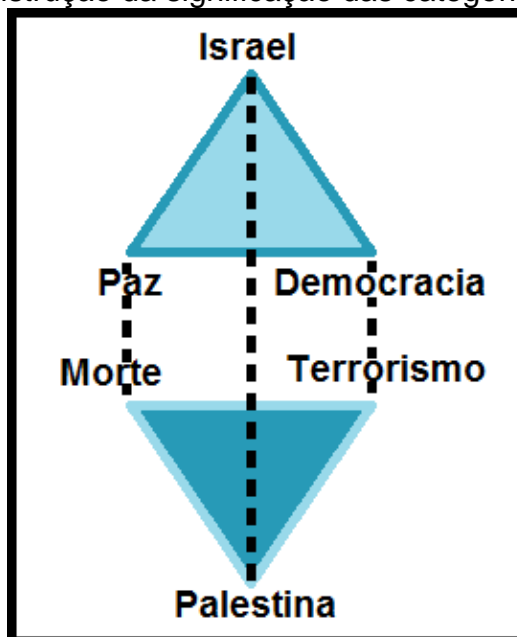
Figura 2 – Construção de significação das categorias



Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Dependendo da forma como todas as sentenças se relacionam no texto, oposições são criadas, por exemplo: “Enquanto Israel quer paz, e celebra a democracia, os palestinos usam o terrorismo, a arma daqueles que santificam a morte”. Da forma como eles se situam no discurso, percebemos que existe uma relação de oposição: paz/morte; democracia/terrorismo, Israel/palestinos, conforme a Figura 3.

Figura 3 – Construção da significação das categorias por oposição



Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Outra estratégia de significar é a partir das figuras de linguagem, como a metonímia, as metáforas e a sinédoque. As figuras de linguagem podem construir associações, diferenciações e hierarquias, na medida que estabelecem cadeias de

equivalência no discurso (NABERS, 2015). A metonímia cria uma relação de contiguidade entre signos, ela “produz ordem ligando coisas em séries espaciais e temporais, se movendo de uma coisa para outra no interior de um dado domínio” (CULLER, 1999, p. 74), como a substituição de “judeu” por “povo de Abraão”, por exemplo. A metáfora, diferentemente, desvia uma palavra do seu uso comum, mudando de domínio, de forma a criar conexões, como por exemplo, substituir “regime não democrático” por “regime das trevas”. Essa estratégia é importante pois ela remonta àquelas características de outro domínio que se quer associar a uma categoria. “Uma metáfora trata algo como outra coisa [...]. A metáfora é, portanto, uma versão de um modo básico de conhecimento: conhecemos algo vendo-o como algo” (CULLER, 1999, p. 73-74).

E, por fim, a sinédoque, em que há uma substituição do todo pela parte, ou vice-versa. “Ela infere qualidades do todo a partir das qualidades da parte e permite que as partes representem os todos” (CULLER, 1999, p. 74). Quando, por exemplo, se substitui “palestino” por “árabe”, “terrorismo palestino” é usado em equivalência com “terrorismo árabe”. Segundo Nabers (2015), quando mais estendida a cadeia de equivalências, mais o discurso necessita da sinédoque, para criar um equivalente geral que represente a cadeia como um todo, uma representação hegemônica da categoria. A metáfora, a sinédoque e a metonímia geralmente são conduzidas no discurso como senso comum. Mas isso é problemático pois a essência das figuras de linguagens é justamente sua instabilidade e abertura interpretativa, elas nunca são redutíveis a verdade. Quando um texto é desconstruído, o objetivo não é apresentar aquilo que está exposto, mas o que está ausente no discurso. O não-dito, mas que poderia ter sido dito. Dessa forma, as figuras de linguagem são essenciais para identificar as relações sintagmáticas, porque uma palavra, durante o texto, pode ser substituída por diversos outros termos, que darão significado para ela, criando cadeias de equivalência (NABERS, 2015).

Nestas cadeias de equivalência normalmente ocorre o fenômeno chamado de hiperlexicalização, ou seja, os signos vão sendo super lexicalizados implicitamente, a partir do senso comum. Então uma categoria “judeu” começa a ser substituída por diversas outras, como “pacífico”, “democrático”, “sionista”, “civilizado”, contando com a interpretação do leitor para cada um destes signos. Essas categorias criam oposições a outras, como binárias opostas. E nesse percurso interpretativo, a categoria “judeu” ganha significação a partir das outras categorias e das suas

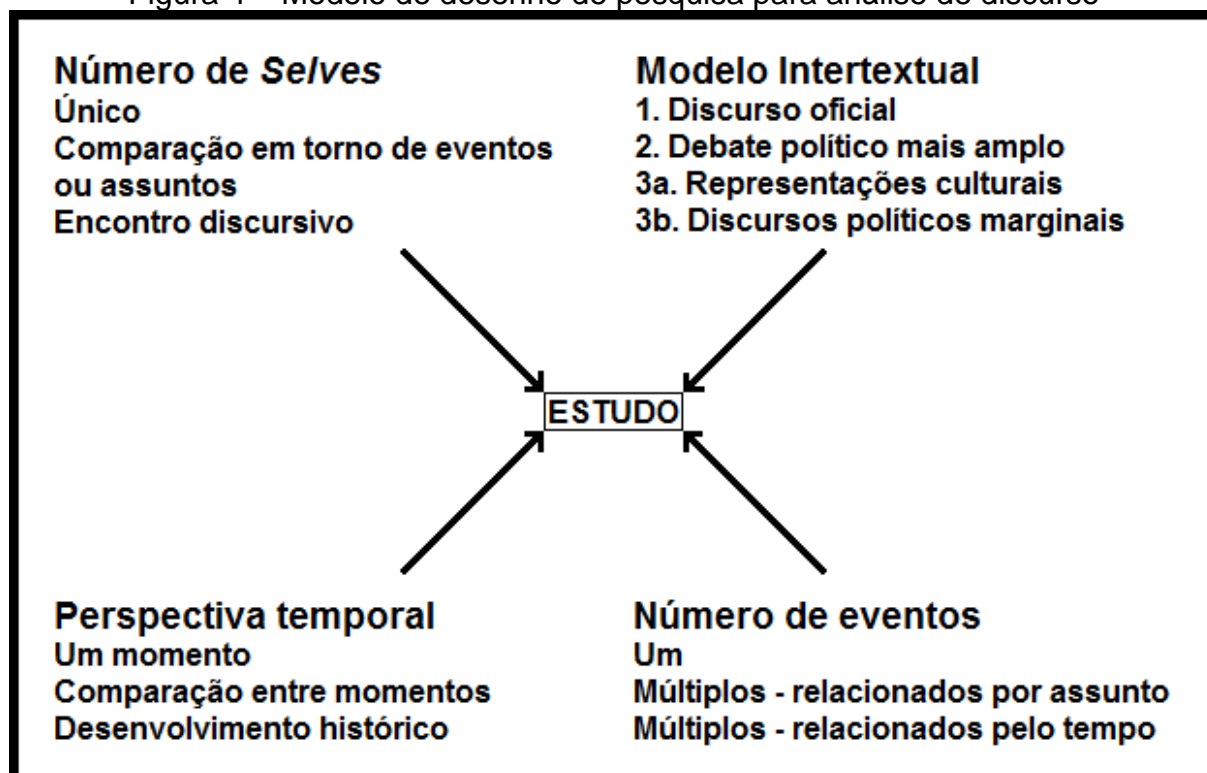
oposições. Portanto, é impossível desconstruir um texto analisando cada signo separadamente, é necessário entender as cadeias de equivalência construídas a partir da hiperlexicalização das categorias (NABERS, 2015).

O primeiro passo que deve ser dado na Análise de Discurso Desconstrutivista é, então, a identificação do *corpus* linguístico a ser analisado que são signos vazios de significado. Isso será feito através de levantamentos estatísticos das diferenciações e equivalências encontradas nos discursos, com a ajuda do *software* MAXQDA. Com o *corpus* linguístico delimitado, começam as três leituras da Análise de Discurso. Na primeira leitura deve ser realizada uma análise das categorias mais frequentes e as conotações típicas atribuídas. Seu objetivo é identificar as categorias e as instabilidades presentes no discurso sem que haja hipóteses pré-estabelecidas. Segundo Nabers (2015), trabalhar sem as hipóteses pré-estabelecidas faz com que a AD-3 seja um método mais aberto a resultados inovadores. Após o levantamento das categorias, padrões e instabilidades, passa-se para a segunda leitura da AD-3, que consiste no levantamento de hipóteses a partir do próprio discurso. E por fim, uma última leitura é feita, desconstruindo os padrões levantados, desestabilizando as estruturas e apontando as contradições (NABERS, 2015).

Por fim, também é necessário delimitar o contexto discursivo que será analisado, o objeto da pesquisa. Para tanto, será utilizado o modelo de desenho de pesquisa construído por Lene Hansen (2006) para uma análise de discurso. A autora explica que existem quatro dimensões que precisam ser estabelecidas para delimitar o objeto de análise, sendo eles o número de *Selves* que serão analisados, o modelo intertextual, a perspectiva temporal e o número de eventos. Segundo Hansen (2006) uma análise de discurso pode pretender analisar apenas um *Self*, fazer a comparação de *Selves* por evento ou questão, ou ainda trabalhar com o encontro discursivo entre diferentes *Selves*.

O modelo intertextual pode se embasar em discursos oficiais, debate político mais amplo, representações culturais ou em discursos políticos marginalizados. A perspectiva temporal pode ser uma análise de um momento, de comparação entre momentos ou um desenvolvimento histórico. E por fim, pode-se focar em um evento-chave, múltiplos eventos relacionados por questão, ou múltiplos eventos relacionados por tempo, conforme mostra a Figura 4. Estabelecendo todas essas dimensões, é possível delimitar o contexto discursivo que será analisado (HANSEN, 2006).

Figura 4 – Modelo de desenho de pesquisa para análise de discurso



Fonte: Adaptado de HANSEN (2006, p. 72).

A partir desse modelo, foi estabelecido o seguinte desenho de pesquisa desta dissertação. Primeiramente, será analisado um único *Self*, o israelense. Não é objetivo desta pesquisa verificar a aceitabilidade da audiência dessa identidade, por isso não será utilizado um encontro discursivo. O modelo intertextual adotado foi o primeiro modelo, focando nos discursos oficiais de Ariel Sharon enquanto ocupante do cargo de Primeiro-Ministro israelense. Esses discursos estão disponíveis no site do Ministério de Relações Exteriores de Israel¹⁴ e do Escritório do Primeiro-Ministro¹⁵ em inglês. Serão analisados, ao total, 271 discursos. Esse modelo foi escolhido pois é a partir dos discursos oficiais que as políticas são articuladas e que o Estado busca construir legitimidade.

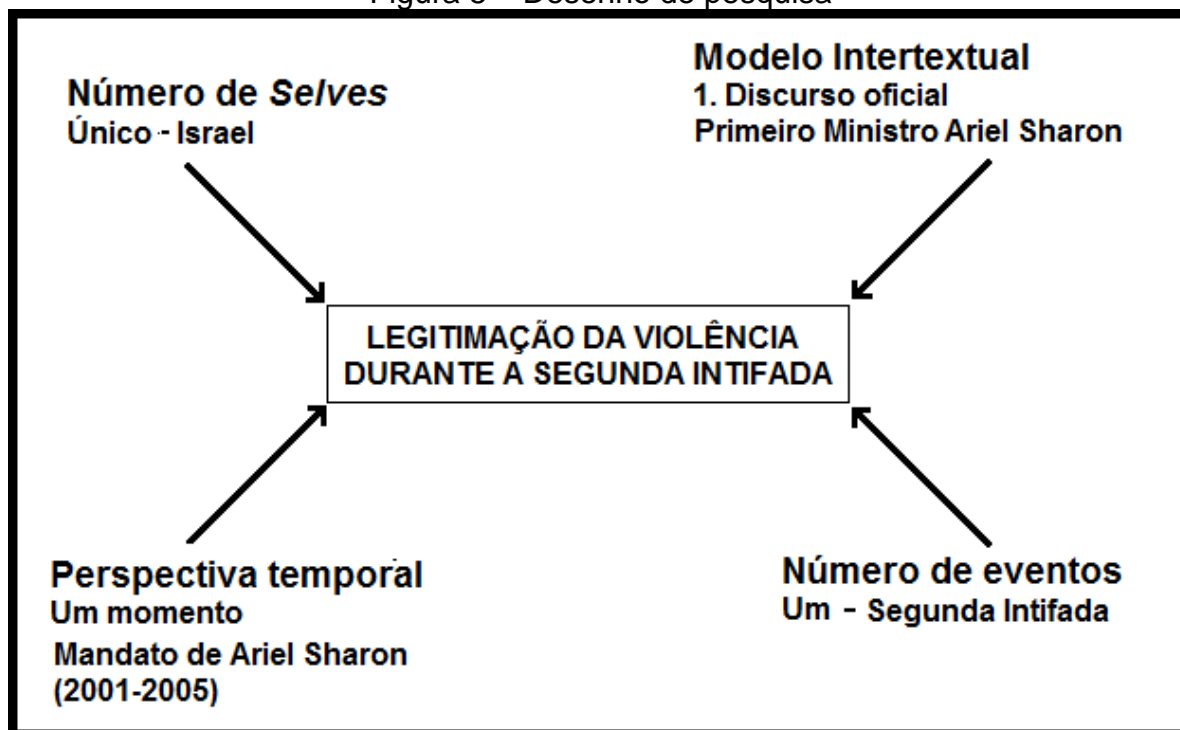
A perspectiva temporal utilizada será de um momento, o mantado de Ariel Sharon como Primeiro-Ministro de Israel. E por fim, o número de eventos será apenas um, sendo considerada o evento-chave conhecido popularmente como Segunda Intifada. Dentro deste período e relacionado a este evento em específico, serão apresentados outros eventos que coincidiram com esse período, como os ataques do

¹⁴ Disponível em ISRAEL, 2013.

¹⁵ Disponível em ISRAEL, 2019.

11 de setembro, e alguns eventos internos a Segunda Intifada, como por exemplo, a morte de Yasser Arafat. O desenho de pesquisa está representado na Figura 5.

Figura 5 – Desenho de pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora (2020) a partir de HANSEN (2006).

A partir deste desenho de pesquisa, busca-se responder a seguinte pergunta: Como a construção discursiva da identidade israelense durante a Segunda Intifada (2001-2005) reivindica legitimação das ações de violência perpetradas por Israel contra os palestinos neste período? Nos discurso de Ariel Sharon busca-se identificar três frentes principais de construção: primeiramente, como são caracterizados o *Self* (israelense) e o *Other* (palestino) a partir das dimensões de espaço, tempo e responsabilidade; segundo, como é caracterizado o grau de amizade/inimizade e alteridade entre os dois *Selves*; e por fim, a construção da legitimação do uso da violência contra o *Other*. Como veremos, para construir o *Self* israelense e o *Other* palestino, Sharon precisa articular outras relações, e elas também estarão presentes na análise.

3 PÓS-ESTRUTURALISMO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

“E se todos os outros aceitassem a mentira imposta pelo Partido – se todos os registros contassem a mesma história –, a mentira tornava-se história e virava verdade. ‘Quem controla o passado, controla o futuro; quem controla o presente, controla o passado’, rezava o lema do Partido” (ORWELL, 2009, p. 47).

A disciplina de Relações Internacionais se desenvolveu em torno de teorias que, em grande parte, afirmavam explicar objetivamente a realidade internacional. Essa forma de ler o mundo, chamada Realismo Epistêmico, afirma que os objetos de análise existem independentemente de quaisquer ideias ou crenças sobre eles. A análise pretendida nesta dissertação parte de um pressuposto analítico que problematiza essa epistemologia, desconstruindo a noção de “realidade”, “objetividade” e “naturalidade” intrínsecas ao pensamento convencional (CAMPBELL, 1992; 2013).

Pressupõe-se aqui que não há nada fora do texto e do discurso, de modo que, por mais que as teorias *mainstream* das RI se afirmem “objetivas”, elas são interpretações dominante de como alguém, a partir de um ponto de vista particular, enxerga o mundo e o interpreta. De modo geral, aqueles que estão envolvidos nos estudos ou nas práticas políticas ajudam a construir essas interpretações dominantes que terão efeitos na vida das pessoas e nas práticas políticas. Dessa forma, se torna essencial analisar os discursos sobre a construção do campo das Relações Internacionais, uma vez que esses são os discursos dominantes que estabeleceram os limites desse conhecimento (CAMPBELL, 1992; 2013).

Dentro das Relações Internacionais, o Pós-estruturalismo busca centralizar o caráter interpretativo do mundo, promover questionamentos e problematizações sobre o conhecimento já estabelecido, entender os processos de inclusão e exclusão existentes e compreender “como certos termos e conceitos têm funcionado historicamente dentro do discurso” (CAMPBELL, 1992, p. 5, tradução nossa)¹⁶. Segundo R. B. J. Walker (1993), a disciplina de Relações Internacionais se consolidou a partir do estabelecimento de diversas dicotomias, principalmente a oposição entre dentro/fora, identidade/diferença e espaço/tempo. Essas dicotomias fizeram dessa

¹⁶ “[...] how certain terms and concepts have historically functioned within discourse” (CAMPBELL, 1992, p. 5).

disciplina menos uma explicação objetiva da realidade internacional, e mais “uma descrição historicamente específica da natureza, localização e possibilidades de identidade e comunidade política” (WALKER, 1993, p. 15, tradução nossa)¹⁷. Elas foram estabelecidas principalmente a partir do Realismo Político e Epistêmico, e têm como fonte principal a antinomia entre Realismo e Idealismo (WALKER, 1993).

Como Walker (1993) afirma, as categorias estabelecidas pelo Realismo Político disciplinam e demarcam os limites da vida política. Elas se tornaram tão arraigadas que mesmo as abordagens críticas ao Realismo continuam as reificando. Nas palavras de Smith (2008):

A teoria internacional sustenta e informa a prática internacional, mesmo que haja um longo atraso entre o ponto alto das teorias e sua absorção gradual no debate político. Uma vez estabelecidas como senso comum, as teorias se tornam incrivelmente poderosas, pois delineiam não apenas o que pode ser conhecido, mas também o que é sensato falar ou sugerir. [...] Definir o senso comum é, portanto, o ato final do poder político. [...] As teorias não simplesmente explicam ou preveem, elas nos dizem quais possibilidades existem para ação e intervenção humana; eles definem não apenas nossas possibilidades explicativas, mas também nossos horizontes éticos e práticos (p. 13, tradução nossa).¹⁸

Porém, uma vez que essas categorias são resoluções espaço-temporais historicamente específicas, elas vêm se tornando cada vez mais limitadas para explicar as práticas políticas existentes. Isso porquê as acelerações, disjunções e incertezas da modernidade não reproduzem mais a fixação espaço-temporal que essas categorias afirmam. Neste sentido, o Pós-estruturalismo busca pensar as práticas que sustentaram e reificaram essas categorias e, então, superar essas fronteiras impostas pelo Realismo pensando novos atores, novas reivindicações de identidade e novos problemas (WALKER, 1993).

O Realismo Político se tornou o grande mito de origem das Relações Internacionais como campo de conhecimento, e estabeleceu as relações entre comunidades políticas em oposição à relação dentro destas. Assim, a disciplina de

¹⁷ “an historically specific account of the nature, location and possibilities of political identity and community” (WALKER, 1993, p. 15).

¹⁸ “International theory underpins and informs international practice, even if there is a lengthy lag between the high-point of theories and their gradual absorption into political debate. Once established as common sense, theories become incredibly powerful since they delineate not simply what can be known but also what it is sensible to talk about or suggest. [...] Defining common sense is therefore the ultimate act of political power. [...] Theories do not simply explain or predict, they tell us what possibilities exist for human action and intervention; they define not merely our explanatory possibilities but also our ethical and practical horizons.” (SMITH, 2008, p. 13).

Relações Internacionais *mainstream* focou em estudar as relações entre Estados soberanos, que são as unidades de análise centrais, a partir de uma epistemologia empirista. Além disso, estabeleceu como regra no ambiente internacional uma realidade política trágica e conflitiva. Esse mito de origem marginalizou atores e questões das análises internacionais e, ao mesmo tempo, limitou as possibilidades de conhecimento. Assim, o Pós-estruturalismo questiona aquelas categorias e pressupostos das RI que eram tidos como naturais e necessários, problematizando sua constituição histórica e as exclusões que foram necessárias para firmar certos conceitos, além de trazer novas categorias que estavam fora desse espectro estadista, como raça, gênero e religião (CAMPBELL, 2013).

O pensamento de Derrida ajuda a compreender as dicotomias que dão base para a disciplina de Relações Internacionais, e desconstruí-las. Como será apresentado, essas dicotomias limitaram o conhecimento e a prática da política mundial. Para tanto, serão utilizados autores que trabalharam com a desconstrução de alguns dos princípios basilares da disciplina, como o conceito de soberania estatal, Estado, política externa e identidade.

3.1 A dicotomia *inside/outside* e a construção da soberania

Dentro da disciplina de Relações Internacionais trabalha-se tradicionalmente com conceitos básicos que oferecem um plano de fundo para as possibilidades de análises. Os principais conceitos são: Estado, Soberania e Anarquia, que definem as características básicas do Sistema Interestatal e são, em grande parte, tidos como naturais, a-históricos e não-problemáticos. Porém, conforme já foi estabelecido no capítulo anterior, toda construção é por si só problemática e contraditória. Essas contradições são apagadas através da repetição estilizada, e para escancará-las é necessária a desconstrução. Desse modo, é importante questionar essa naturalização dos conceitos e compreender suas consequências para a prática política e, portanto, é essencial desconstruir essas categorias e o discurso tradicional das RI.

Este tópico se debruça na dicotomia *inside/outside*, ou dentro/fora. Essa dicotomia é importante pois ela possibilita a formação das Relações Internacionais como um campo de estudos diferente da Ciência Política. Assim, aquilo que é encontrado dentro do Estado, e aquilo que está fora, devem ser substancialmente diferentes para justificar essa diferenciação. E nesse contexto, o conceito de

soberania é essencial, uma vez que ele define o que é interno ao Estado e o que é externo (WALKER, 1993).

A diferenciação do que existe dentro dos Estados daquilo que está fora parte da dicotomia *inside/outside*, ou dentro/fora. Essa dicotomia parte de definições espaço-temporais, e estão sujeitas a significações valorativas. Essa diferenciação é feita a partir do princípio da soberania estatal, que presume a existência natural do Estado. Apesar da importância central da soberania nas Relações Internacionais, Walker (1993) sugere que ainda existe pouca análise sobre essa categoria. Isso acontece em parte porque ela é tida como dada, e reificada constantemente pelas práticas políticas. Assim, na soberania interna, ou seja, no âmbito doméstico, *inside*, pressupõe-se encontrar um ambiente pacífico, cooperativo, organizado, harmônico e que possui uma autoridade central e é suscetível à evolução no tempo. Além disso, o ambiente doméstico é o recinto do particularismo, onde há espaço para a subjetividade. Por outro lado, para o ambiente internacional – *outside* – pressupõe-se o oposto: ele é construído como violento, conflitivo e anárquico. Os atores agem baseados na autoajuda e não é suscetível à evolução, é estático. Essas características são vistas como naturais, a-históricas, universais (HANSEN, 2006; WALKER, 1993).

A categoria soberania sugere permanência, ela representa um

[...] espaço territorial relativamente imutável a ser ocupado por um estado caracterizado por mudanças temporais; ou um recipiente institucional espacial para ser preenchido pelas aspirações culturais ou étnicas de um povo. Governos e regimes podem ir e vir, mas estados soberanos, essas reivindicações sugerem, continuam para sempre (WALKER, 1993, p. 166, tradução nossa)¹⁹.

Porém, essa percepção é altamente problemática por ignorar o caráter da constituição histórica e das relações espaço-temporais. Questionar esse princípio não é sugerir que a soberania é uma categoria ultrapassada, pois as práticas estatais a reforçam todos os dias. Mas destacar que não é natural e que existe um esforço diário para que os Estados mantenham a soberania como ela é. Um exemplo são as forças transnacionais, a globalização e os processos cosmopolitas em que os cidadãos estão

¹⁹ “[...] relatively unchanging territorial space to be occupied by a state characterised by temporal change; or a spatial-cum institutional container to be filled by the cultural or ethnic aspirations of a people. Governments and regimes may come and go, but sovereign states, these claims suggest, go on forever” (WALKER, 1993, p. 166).

cada vez mais inseridos, que sempre questionam o papel do Estado como autoridade central, como referência identitária central, e etc. Ser o centro da identidade e da autoridade de um povo é requisito essencial para que o Estado pertença e participe do internacional. Caso haja disfunções nessas características, o ente é visto como uma doença dentro do Sistema que deve ser curada (WALKER, 1993; 2006).

Apesar da naturalização da categoria soberania, existe uma narrativa histórica amplamente aceita sobre sua formação e constituição.

Esta história geralmente começa com tribos; progride para os estados da cidade grega; torna-se complicado com a era dos impérios, especialmente no caso de Roma; torna-se enlameado com a estranha geografia do feudalismo europeu; explora a vida com o surgimento do Renascimento e a luta no início da modernidade pela autonomia do império; então se torna cada vez mais refinada à medida que o princípio da soberania é codificado, e como o Estado se entrelaça com a organização da vida econômica capitalista, por um lado, e com a fusão de diferenças culturais e sociais em solidariedade nacional, por outro. Como uma história, não está claro se ela vai continuar, e nesse caso o tédio é temperado com um sentimento de tragédia; ou se chegará a um final repentino – glorioso ou catastrófico, quando os padrões de fragmentação darão lugar aos da integração (WALKER, 1993, p. 167, tradução nossa)²⁰.

Conforme Walker (1993; 2006) aponta, essa é uma história linear e não contraditória do surgimento da soberania, porém a história oficial sempre apaga as exclusões que foram realizadas para que ela existisse. Isso implica em diversos problemas. O primeiro problema dessa narrativa é a exclusão de todas as formas de organização política fora da Europa que não atendiam aos critérios de soberania estabelecidos, o resto do mundo é ignorado na formação da soberania. O segundo problema diz respeito ao fato dela ser uma leitura estadista da história e reduz a imensa variedade histórica e geográfica de experiências estatais, mesmo na Europa, a uma categoria vazia e formal do Estado (WALKER, 1993).

Por fim, apesar dessa narrativa histórica ser amplamente aceita, não há consenso sobre quando o princípio de soberania realmente começa. Desse modo, Walker (1993) afirma que essa narrativa é reificada e não problematizada porque ela

²⁰ “This story generally begins with tribes; progresses to the Greek city states; becomes complicated with the age of empires, especially in the case of Rome; becomes muddled with the strange geography of European feudalism; flares into life with the emergence of the Renaissance and the early-modern struggle for autonomy from empire; then becomes increasingly refined as the principle of sovereignty is codified, and as the state meshes with the organisation (sic) of capitalist economic life, on the one hand, and with the fusion of cultural and social differences into national solidarity on the other. As a story, it is not clear whether it will just go on and on, in which case boredom is tempered with a sense of tragedy; or whether it will come to a sudden - glorious or catastrophic - end when patterns of fragmentation give way to those of integration.” (WALKER, 1993, p. 167).

reproduz as reivindicações históricas afirmadas nas teorias de Relações Internacionais. Apelar para essa história, mesmo com os diversos problemas, é uma tentativa de manter a atemporalidade das RI, como veremos adiante. Contestar essa história é contestar o mito original das RI e ameaçar um discurso político que disciplina o pensamento (WALKER, 1993).

Walker (1993), então, busca problematizar o conceito mainstream de soberania. Primeiramente, ele aponta que ainda não existe consenso sobre quando exatamente começa nosso sistema de Estados moderno. Diversos marcos históricos, como a Paz de Vestefália, o fim da Revolução Francesa, ou até mesmo o fim das descolonizações no continente africano no século XX, são salientados como possíveis marcos iniciais do Sistema Internacional. Se ainda não há consenso sobre seu início, Walker questiona a possibilidade de existir consenso sobre o que o Sistema Internacional realmente envolve (WALKER, 1993).

Para manter o discurso mais forte e esconder as contradições, a história específica de cada categoria foi sendo substituída pela lógica da estrutura. Assim, se postulou que independente da forma histórica que o Estado adquira, os princípios estruturais que existem no sistema regem suas ações, gerando uma regularidade de comportamento. Essa regularidade é muito importante para uma ciência que busca ser universalista e racionalista, pois ela permite a criação de modelos e máximas que explicam o comportamento, independentemente do momento histórico e do marco espaço-temporal em que se insira. A partir do apagamento dessas diferenças e da negação da história, foi possível instituir uma “grande tradição”. Não só a soberania foi retirada do seu contexto e afirmada como permanente, como ideal regulador, mas também outras categorias como Estado e anarquia passam pelo mesmo processo (WALKER, 1993).

A tradição Realista, na busca da formulação dos modelos de análise, construiu a história e a estrutura como opostos dicotômicos, ou seja, um como oposto ao outro. Ou existe tempo e história ou existe uma estrutura universal, estável e invariável. Para problematizar essa dicotomia, Walker (1993) mostra como o próprio embasamento teórico do Realismo Político é contraditório nesses termos. Um exemplo desse processo de apagamento das diferenças em Nicolau Maquiavel e Thomas Hobbes. Ambos os autores foram utilizados para dar base ao pensamento Realista, e confirmar a “realidade” externa aos Estados como anárquica. Porém, os autores possuem

visões bastante distintas do mundo, principalmente em relação a predominância da estrutura sobre a história (WALKER, 1993).

A separação entre o doméstico e o externo começa com Nicolau Maquiavel, autor considerado um realista arquetipo. Ele é repetidamente utilizado para salientar uma lógica da política sobre a ética, da necessidade do uso da violência e de fins justificando os meios, além de ser associado às características da “anarquia internacional”. Apesar disso, segundo Walker (1993), uma leitura breve de Maquiavel é suficiente para perceber que o autor estava mais preocupado com o âmbito interno, onde as comunidades políticas e a *virtù* podem se desenvolver, do que com o âmbito externo. Assim, as características trágicas da “anarquia internacional” só podem ser apontadas nos textos de Maquiavel por uma negação/diferenciação da realidade interna, de modo que ela adquirisse todas as características opostas das comunidades políticas internamente (WALKER, 1993).

Na interpretação de Walker (1993), Maquiavel está fazendo uma leitura da vida política no tempo. Ele não delinea categorias a-históricas como “anarquia”, mas a possibilidade da mudança, da imprevisibilidade e da contingência na vida política. Até mesmo a noção de comunidade política para Maquiavel é fluída e historicamente situada. Além disso, Maquiavel escreve em um período em que ainda não havia se consolidado o princípio de soberania estatal. Para Walker (1993), mais que um autor preocupado em estabelecer como é o funcionamento da realidade objetiva da política, Maquiavel era um problematizador do universalismo escolástico. Porém, para sustentar o argumento Realista, toda sua perspectiva de mudança temporal foi apagada e suas máximas foram cristalizadas fora de contexto. Assim, eles delinearão um ambiente externo, em oposição ao interno, como aquele da lógica de poder sobre a ética e onde não há espaço para *virtù* (WALKER, 1993).

Por outro lado, Thomas Hobbes também informou muito o pensamento realista. Hobbes escreve sobre a relação entre indivíduos soberanos, em um “estado de natureza”. Nesse cenário, as condições estruturais levariam a um estado de guerra de todos contra todos. Temendo por sua vida e propriedade, os indivíduos abririam mão de parte da sua soberania para um Leviatã, um ser superpoderoso que governaria as relações dos indivíduos. Hobbes adverte que os Estados são menos vulneráveis que indivíduos, e que suas relações são menos autônomas e iguais, e mais desiguais e hegemônicas, de modo que são substancialmente diferentes das relações entre indivíduos. Porém, a “tradição” realista faz uma analogia entre as duas

situações, instituindo um “estado de natureza internacional”, que levaria também ao direito natural da autopreservação (WALKER, 1993).

Além das controvérsias em relação à analogia interna feita pelos realistas, Walker (1993) ainda salienta que a abordagem estruturalista de Hobbes é incompatível com a abordagem de Maquiavel. Maquiavel é um autor do tempo e da mudança, do particularismo e da luta contra o universalismo. Hobbes, por sua vez, percebe o tempo como um problema a ser solucionado, de modo que ele abandona o historicismo para trabalhar com categorias atemporais como a natureza humana. A visão hobbesiana da política como estruturalista foi mantida, e o historicismo e particularismo de Maquiavel foi apagado. Por outro lado, a demarcação espacial da comunidade política de Maquiavel – *lo stato* – foi mantida, enquanto as divergências entre as relações dos indivíduos dos Estados de Hobbes foram apagadas. Assim sendo, o Realismo constrói uma linha reta de evolução entre os autores a partir de um apagamento das diferenças tão elementares em suas abordagens (WALKER, 1993).

Desse modo, pode-se argumentar que no Estruturalismo, a história de uma categoria se torna a estrutura dessa categoria. Quando a história passa por uma descontinuidade bruta e significativa que não pode ser apagada com facilidade, o Estruturalismo a retrata como um salto entre estruturas. Assim, a recusa ao historicismo faz com que as categorias sejam retratadas de forma vazia. Esse problema foi absorvido pelas Relações Internacionais de duas formas. Primeira pela justaposição, em que a diversidade e o pluralismo foram analisados a partir de uma epistemologia universal; e pela redução, em que um valor constituído historicamente é reduzido a uma categoria a-histórica a partir da abolição da diferença. Porém, em vez de apenas fazer o oposto daquilo que é feito pelos tradicionais, e insistir nas exclusões e dicotomias, passando a celebrar a diferença em contraposição a identidade, o Pós-estruturalismo busca sair dessa lógica. Assim, o objetivo central é entender como as práticas humanas históricas, que hoje são constituídas como estruturas, passaram a existir como tal (WALKER, 1993).

Somente é possível apresentar e defender a categoria soberania através de exclusões. Assim, tudo aquilo que está fora dessa lógica moderna do *inside/outside* não consegue se inserir no mundo moderno, fazendo com que seja necessário se questionar quem foi excluído para que essa lógica dupla funcionasse. A modernidade se constituiu como um mundo à parte de todos os outros mundos, de todas as outras forças espaço-temporais, o que gera uma dupla exclusão, um duplo *outsider*. O

Estado moderno é o único ente legítimo no internacional, e todos aqueles fenômenos que fogem da lógica estatal e que questionam essa lógica, como por exemplo o terrorismo transnacional, são duplamente excluídos. Para lidar com essas forças, o próprio Estado tem legitimidade para agir de forma excepcional para excluir esse fenômeno. Para participar do internacional, os atores que estão fora dessa lógica espaço-temporal devem se ajustar e agir de acordo com o imperativo regulador do sistema: a soberania. Assim, ou eles devem buscar soberania através do pertencimento a um Estado – cidadania – ou de buscá-la através da criação do seu próprio Estado (WALKER, 2006).

A partir do que foi apresentado, é possível apontar que o princípio da soberania expressa a demarcação do que é dentro e fora, do eu e outro, da identidade e da diferença, da comunidade e da anarquia. Todas essas construções informam nossa percepção do espaço político. Também é possível perceber a partir do que foi apresentado, que existem inconformidades internas a essas construções. As delimitações espaciais carregam em si reivindicações temporais, e as acelerações históricas do mundo vêm tirando o sentido dessas espacialidades. Essas perturbações não podem ser resolvidas, elas são parte das nossas construções. Porém, é possível desconstruir essas dicotomias, para entendermos que não existe uma “realidade” objetiva e oposta entre dentro e fora dos Estados que é delimitada pela soberania. Existem, pelo contrário, práticas que reificam essas diferenças marcantes entre esses dois âmbitos, que diferenciam entre o *Self* e o *Other*, que apagam as similaridades, mas que não são a única maneira de pensar o mundo político (WALKER, 1993).

3.2 Estado, identidade e política externa

Conforme foi trabalhado no tópico anterior, a soberania é uma categoria reguladora do Sistema Internacional. Ela delimita quem pode e quem não pode participar desse mundo moderno, excluindo do internacional tudo aquilo que não é Estado soberano. Assim sendo, entender o que é o Estado é essencial para entender o funcionamento do mundo moderno, ele é a principal unidade de análise em praticamente todas as teorias *mainstream* de RI, e é a partir do seu estabelecimento espacial que foi possível pensar em domínios diferentes como o doméstico e o internacional.

Dessa forma, o Estado é constitutivo para esse campo de estudos, mas mesmo com esse papel essencial, pouco tempo foi gasto dentro das RI para discutir sua natureza ou diversidade fundacional. Em grande parte, pensar o Estado é pensar em um reduto geográfico, um contêiner espacial, uma caixa preta ou uma bola de bilhar (WALKER, 1993). Portanto, se buscamos desconstruir as Relações Internacionais, será necessário questionar a narrativa tradicional sobre sua ascensão e abrir a “caixa preta” para compreender sua ontologia.

3.2.1 A ascensão do Estado moderno soberano

Segundo a perspectiva tradicional, a ascensão do Estado se deu com o fim da Idade Média em que a Igreja, principal organização social da época, deu lugar ao Estado. Essa perspectiva tem uma visão teleológica da história, de modo que traça uma linha crescente do caos em direção à ordem, tendo seu fim no Estado Moderno. Essa passagem ocorreu com a Paz de Vestefália (1648), que gerou o fim dos conflitos religiosos e edificou o espaço para o que hoje entendemos como Sistema de Estados. A Paz de Vestfália recebeu o *status* de ponto de origem para esse sistema moderno e, assim, para as relações internacionais (CAMPBELL, 1992).

Conforme afirma Campbell (1992), essa narrativa histórica foi naturalizada dentro das Relações Internacionais para sustentar um discurso estadista das RI, e privilegiar uma orientação estruturalista dessas relações. Assim sendo, para a visão tradicional, as relações internacionais existem na medida que existe o Estado e que o Sistema Internacional se edifica em torno dessas entidades. Uma vez que existe o Sistema, os Estados necessitam interagir e diminuir os conflitos entre si, e fazem isso através da política externa, que é posterior ao Estado e uma ponte de conexão entre eles (CAMPBELL, 1992).

Essa narrativa tradicional é contestada pela abordagem alternativa, que argumenta contra essa ruptura clara entre Igreja e Estado, e entende esse processo como multifacetado, não-linear e não progressivo, contrariando a teleologia inerente à perspectiva tradicional. Segundo essa abordagem, no continente europeu, o Estado e a Igreja coexistiram como formas de assegurar a identidade comunitária em tempos e espaços comuns e, aos poucos, o Estado passou a predominar como centro de referência identitária, adentrando as infraestruturas da Igreja. Desse modo, não houve

uma ruptura, mas uma continuidade pelo Estado das funções que eram exercidas pela Igreja – de mediadora da identidade (CAMPBELL, 1992).

A Igreja era a principal mediadora da identidade na Idade Média. Ela passou a ocupar esse papel pois ofereceu uma solução para a crise identitária em um cenário caótico, criando uma ordem social duradoura. Apesar de ser uma identidade dividida, sem meios coercitivos e que não tinha total domínio do cotidiano dos crentes, a Igreja conseguiu construir uma ordem social criando um quadro de referências mais amplo. Essa estratégia colocava as diferenças sociais em segundo plano, e centrava em um Deus único, que transcendia determinadas estruturas sociais e incentivava uma lealdade à autoridade divina universal. Em Deus, e em seu representante na Terra, o papado, encontrava-se o que Campbell (1992) estabelece como a estrutura vertical e hierárquica de poder. Além disso, Deus e o Papa mediavam as extensas relações terrenas, que eram as diversas organizações sociais em relação horizontal. Desse modo, a ordem social era organizada em relações horizontais de poder mediadas pela estrutura vertical (CAMPBELL, 1992).

O papado era o centro da identidade do homem, ele legitimava significados e determinada o comportamento esperado destes. Grande parte desse poder exercido pelo papado era feito através do evangelismo do medo, uma forma de pedagogia moral que a Igreja utilizava para controlar o comportamento dos crentes a partir da esperança da salvação. Assim, ela levava as pessoas a pensar constantemente na possibilidade da morte, e se autodisciplinar para não cair no pecado, porque morrer em pecado levaria a uma eternidade de sofrimento no inferno. Apenas com a autovigilância, e seguindo os comportamentos esperados pela Igreja, é que o fiel tinha a chance da salvação. O perigo do inferno é criado pelo próprio discurso da Igreja e tido como um perigo externo. Além disso, ele é necessário para garantir a legitimidade do papado e a ordem social. “A lógica do evangelismo do medo, portanto, fermenta as mesmas condições que afirma exigir vigilância contra os inimigos do eu; simplificando, produz seu próprio perigo” (CAMPBELL, 1992, p. 55, tradução nossa)²¹.

Com a passagem da cristandade para o absolutismo, a força legitimadora sagrada de Deus se moveu para o nível terreno e temporal do monarca, que com tempo estimularia a divisão interestadual do continente europeu. Campbell (1992)

²¹ “The logic of the evangelism of fear thus ferments the very conditions which it claims necessitate vigilance against the enemies of the self; put simply, it produces its own danger” (CAMPBELL, 1992, p. 55).

afirma que podemos considerar que o período da cristandade criou um processo indutor para a ascensão do Estado soberano. Assim, a era moderna foi uma continuidade da cristandade, respondendo aos mesmos problemas – a garantia da identidade em um mundo de diferenças – porém, com respostas diferentes. Na cristandade esse problema foi respondido com a providência divina, na modernidade foi respondido com a autoafirmação e a racionalização do mundo e do individualismo. Com a “morte de Deus”, estimulada principalmente pelo Iluminismo, a teleologia da certeza divina mudou para o entendimento de que o mundo tem uma qualidade ameaçadora e inacabada. A partir disso, a razão se torna a própria regra de comportamento, e a vocação do homem passa a ser a de concluir o mundo inacabado, uma autoafirmação do homem como sujeito de sua história (CAMPBELL, 1992).

Apesar da proliferação de uma diversidade de Estados na Europa garantir a estrutura horizontal de poder apontada por Campbell (1992), o Estado não possuía uma estrutura vertical intensa que assegurava a identidade em detrimento da diferença. Assim, o Estado passou a utilizar as ameaças do mundo inacabado como esse elo, criando um discurso de perigo análogo ao evangelismo do medo cristão, em que o perigo é o novo Deus. Durante a cristandade, o medo das coisas invisíveis e do pecado fazia com que os indivíduos se submetessem à Igreja e aos comportamentos disciplinados por esta. Na modernidade, a razão supera esse medo das coisas invisíveis, que é tido como ignorância. Porém, ele estabelece um novo medo: da desordem, da anarquia, do estado de natureza, da barbárie (CAMPBELL, 1992).

Esse discurso pode se estruturar de diversas formas, mas, no geral, todas buscam assegurar um *Self* ordenado em um ambiente ordenado a partir de elementos que são definidos como problemas para a ordem. A obstrução à ordem é representada como algo ruim, muitas vezes como alteridade, que precisa ser disciplinada. O Estado se legitima na medida que oferece uma promessa de identidade e de segurança, e assim, os indivíduos se sujeitam à sociedade de normalização para se encaixar no *Self* e se diferenciar do *Other*. Sem o perigo de cair na desordem e na anarquia, não há porque se submeter ao Estado (CAMPBELL, 1992).

[...] o projeto de assegurar os fundamentos para a identidade no Estado envolveu uma “evangelização do medo” que enfatizava a natureza inacabada e ameaçada do mundo. Nesse sentido, os discursos de perigo que eram essenciais para a Igreja – onde o medo da morte punha vidas através da promessa de salvação – foram rearticulados por (como Hobbes coloca) o Deus mortal do Estado, de modo que a anarquia, o perigo, e o medo de voltar

ao estado de natureza efetuaram a ordem política através da promessa de segurança (CAMPBELL, 1992, p. 68, tradução nossa)²².

Essa construção é parte constitutiva da teoria de Thomas Hobbes, autor considerado um dos arquétipos do Realismo nas RI. Como mostra Campbell (1992), a construção da alteridade e da diferença está no coração da teoria hobbesiana, em que o medo de voltar ao estado de natureza é uma sanção disciplinadora dos indivíduos pelo Estado. Assim, essa lógica informa profundamente a tradição hobbesiana das Relações Internacionais. A existência de “dentro” e “fora”, a diferenciação normativa de dois reinos diferentes, separa o local da política boa e ordenada, no âmbito doméstico, da política ruim e desordenada, caótica e anárquica, no lado de fora. Assim, essa estratégia de separação pelo evangelismo do medo constitui o mundo dos Estados em meio à anarquia (CAMPBELL, 1992).

3.2.2 *A ontologia estatal e a identidade*

A partir da desconstrução da narrativa tradicional sobre a ascensão do Estado, passamos para entender a construção da ontologia Estatal; porém, para tanto, é necessário entender o papel da identidade nessa formação. Conforme aponta Campbell (1992), a identidade é uma dimensão da ontologia de todo ser, seja ele individual ou coletivo. Ela é constituída em relação à diferença, através da demarcação de fronteiras que diferenciam o *Self* do *Other*. Do mesmo modo, a diferença também é construída em relação à identidade. Isso significa que nem a identidade, nem a diferença são fixas ou naturais, nenhum ser nasce com uma identidade pronta, nem a constrói a partir de um comportamento intencional (CAMPBELL, 1992).

A problemática da identidade / diferença não contém, portanto, fundamentos anteriores ou externos à sua operação. Quer estejamos falando de 'corpo' ou 'estado', ou corpos e estados particulares, a identidade de cada um é performaticamente constituída. Além disso, a constituição da identidade é conseguida através da inscrição de fronteiras que servem para demarcar um

²² “[...] project of securing the grounds for identity in the state involved an 'evangelism of fear' which emphasized the unfinished and endangered nature of the world. In this sense, the discourses of danger that were pivotal to the church - where the fear of death disciplined lives via the promise of salvation - were rearticulated by (as Hobbes put it) the mortal god of the state, such that anarchy, danger, and a fear of slipping back into the state of nature effected political order through the promise of security” (CAMPBELL, 1992, p. 68).

'interior' de um 'exterior', um 'eu' de um 'outro', um 'doméstico' de um 'estrangeiro' (CAMPBELL, 1992, p. 8, tradução nossa)²³.

Dizer que a identidade é constituída performativamente significa que ela não possui "[...] *status* ontológico separado dos vários atos que constituem sua realidade" (BUTLER apud CAMPBELL, 1992, p. 9, tradução nossa, grifo nosso)²⁴. Não há realidade auto presente ou um ato fundador original, apenas origens não-originais. Sua constituição depende de um discurso para se legitimar e disciplinar os corpos, de modo que ela passe a ser percebida como estável, não-problemática e natural. Ela é alcançada através de um processo regulado de repetição que apaga as contradições e as diferenças existentes dentro de si e ressalta as similaridades (BUTLER apud CAMPBELL, 1992; DERRIDA, 1995; ZEHFUSS, 2004).

O Estado é um ente coletivo, e como todos os entes coletivos ou indivíduos particulares, não possui *status* ontológico *a priori*, ele é produzido por sua identidade performativamente através dos “atos que constituem sua realidade”. Isso significa que perceber o Estado como um ente naturalmente soberano não-problemático, como é feito tradicionalmente nas RI, só é possível pois existe um discurso que o produz dessa forma e que se legitima como uma identidade primária e estável. Para tanto, é necessário disciplinar o “corpo” político, estabelecer os limites do seu conteúdo, estabelecer o desvio característico à norma e, se necessário, marginalizá-lo, criando uma sociedade de normalização. Conforme veremos, o perigo é a repetição estilizada que informa a identidade do Estado e normaliza o “corpo” político (CAMPBELL, 1992).

Quando falamos especificamente sobre Estado-Nação, devemos ainda destacar que essa é uma categoria inevitavelmente contraditória e paradoxal. Muitas vezes a nação é discursivamente defendida como a origem do Estado, e que a legitimidade deste emana da nação. Por outro lado, diversos estudos apontam como o nacionalismo é uma construção do Estado para buscar legitimidade, é o que Benedict Anderson (apud CAMPBELL, 1992) chama de “comunidades imaginadas” e, desse modo, o Estado precede a nação e a cria para se legitimar. Assim, esse paradoxo implica que existe uma tensão inevitável entre vários domínios do Estado

²³ “The problematic of identity/difference contains, therefore, no foundations which are prior to, or outside of, its operation. Whether we are talking of 'the body' or 'the state,' or particular bodies and states, the identity of each is performatively constituted. Moreover, the constitution of identity is achieved through the inscription of boundaries which serve to demarcate an 'inside' from an 'outside,' a 'self' from an 'other,' a 'domestic' from a 'foreign.’” (CAMPBELL, 1992, p. 8).

²⁴ “no ontological status apart from the various acts which constitute its reality.” (BUTLER apud CAMPBELL, 1992, p. 9).

que buscam se alinhar para produzir essa identidade de modo estável. Conforme afirma Campbell (1992),

[...] Estados nunca são terminados como entidades; a tensão entre as demandas da identidade e as práticas que a constituem nunca pode ser totalmente resolvida, porque a natureza performativa da identidade nunca pode ser plenamente revelada. Esse paradoxo inerente ao fato de eles tornarem os estados em permanente necessidade de reprodução: sem *status* ontológico além das muitas e variadas práticas que constituem sua realidade, os estados são (e têm que estar) sempre em processo de transformação (p. 11, tradução nossa, grifo nosso)²⁵.

O principal meio de produção de identidade do Estado é a política externa, que é a instância privilegiada de repetição dos atos e, conforme veremos no tópico seguinte, também é produzida pela própria identidade em um processo mútuo e simultâneo.

3.2.3 Política externa e identidades

Tradicionalmente, a política externa é considerada aquela política que constrói conscientemente pontes entre as unidades soberanas do Sistema Internacional. Nesse sentido, os Estados são anteriores à política externa e ela depende de variáveis como os fatores internos e externos que explicam as diferentes decisões. Como adotamos nesta dissertação uma postura alternativa à visão tradicional, é necessário salientar o caráter discursivo e interpretativo da política externa. Assim, a política externa aqui é tida como uma prática discursiva que produz e é produzida pela identidade dos Estados, de modo que faz parte da construção da ontologia estatal e do Sistema de Estados (CAMPBELL, 1992; HANSEN, 2006). Conforme aponta Lene Hansen (2006)

[...] é somente através da representação discursiva da política externa, ou nos termos de Judith Butler, 'performances', que a identidade surge, mas essa identidade é ao mesmo tempo, construída como a legitimação da política proposta (Butler 1990: 25; Campbell 1992: 8-9; Weber 1998). As identidades são, assim, articuladas como a razão pela qual as políticas devem ser encenadas, mas também são (re)produzidas através desses

²⁵ “[...] states are never finished as entities; the tension between the demands of identity and the practices that constitute it can never be fully resolved, because the performative nature of identity can never be fully revealed. This paradox inherent to their being renders states in permanent need of reproduction: with no ontological status apart from the many and varied practices that constitute their reality, states are (and have to be) always in a process of becoming.” (CAMPBELL, 1992, p. 11).

mesmos discursos políticos: elas são simultaneamente fundação e produto (discursivos) (p. 21, tradução nossa)²⁶.

A política externa tem papel privilegiado na produção da identidade, principalmente através das práticas de diferenciação e exclusão. Sendo assim, é possível diferenciar essa perspectiva da abordagem tradicional principalmente porque a política externa é tida como uma produtora de fronteiras e abismos, delimitando o *Self* e o *Other*, em vez de pontes entre as entidades preexistentes. Porém, entender a política externa como ponte entre entes soberanos só foi possível por tanto tempo porque a narrativa histórica de ascensão do Estado Moderno Europeu favorecia essa perspectiva, conforme vimos nos tópicos anteriores (CAMPBELL, 1992, HANSEN, 2006).

Levando em consideração a narrativa revisionista apresentada, a política externa tem papel importante para a construção do discurso do medo que legitimou o fortalecimento do Estado como mediador da identidade no mundo moderno. Isso porque a política externa passou a estabelecer as fronteiras que definem alguns eventos e atores como estrangeiros, e constituiu o que é o Estado e o que é Sistema Internacional. Para delimitar o estrangeiro, a política externa lança mão do discurso de perigo, de modo que a alteridade torna a política externa possível. Ela disciplina o *Self* e o *Other* nessa relação e localiza o perigo e a diferença fora do Estado (CAMPBELL, 1992). Conforme Ashley (apud CAMPBELL, 1992), “[em] outras palavras, a política externa é um ‘tipo específico de performance política para produzir fronteiras’” (p. 69, tradução nossa)²⁷.

Porém, é necessário destacar que mesmo que a política externa localize o perigo externamente, essa segurança, totalidade e coerência interna nunca estão totalmente presentes, conforme foi trabalhado a partir de Derrida. O doméstico e o externo possuem muitas similaridades. Por isso, é necessário um processo de exclusão e apagamento dessas similaridades para que seja possível diferenciar absolutamente os dois âmbitos. Campbell (1992) chama esse movimento de dupla

²⁶ “[...] it is only through the discursive enactment of foreign policy, or in Judith Butler’s terms ‘performances,’ that identity comes into being, but this identity is at the same time constructed as the legitimization for the policy proposed (Butler 1990:25; Campbell 1992:8–9; Weber 1998). Identities are thus articulated as the reason why policies should be enacted, but they are also (re)produced through these very policy discourses: they are simultaneously (discursive) foundation and product.” (HANSEN, 2006, p. 21).

²⁷ “[in] other words, foreign policy is ‘a specific sort of boundary-producing political performance’ (ASHLEY apud CAMPBELL, 1992, p. 69).

exclusão, sendo a primeira para lidar com a possibilidade das ameaças internas, e a segunda para apagar esse próprio movimento de exclusão. Assim, o âmbito doméstico não é visto como problemático e não é passível de outras interpretações. Caso a política externa não funcione, e outras interpretações comecem a questionar sua unidade, os fundamentos que legitimam a existência e o poder do Estado, ou seja, a segurança e a identidade, podem ser contestados (CAMPBELL, 1992).

Nesse sentido, podemos entender “política internacional” como “uma prática da inscrição do perigoso, a externalização e totalização de perigos, e a mobilização de populações para controlar esses perigos - tudo em nome de uma totalidade social que nunca é realmente presente, que sempre contém vestígios de fora para dentro, e isso nunca é mais que um efeito das práticas pelas quais os perigos totais são inscritos” (ASHLEY apud CAMPBELL, 1992, p. 70, tradução nossa)²⁸.

Segundo Lene Hansen (2006), o formulador da política externa precisa apresentar uma política externa que seja legitimada pelo público relevante, e exequível. Para isso ser possível, ele articula identidades e políticas de modo que haja coerência entre as duas. Conforme a autora salienta, empiricamente esse processo é simultâneo, não há uma separação entre a política externa e a identidade, e elas se ajustam mutuamente através do tempo. Porém, teoricamente podemos afirmar que há um processo que busca estabilidade e equilíbrio no discurso. Quando a política externa destoa da identidade, haverá um ajuste em algum dos dois lados para reestabelecer o equilíbrio (HANSEN, 2006).

Essas desestabilizações podem ocorrer tanto no âmbito interno do discurso, quanto em relação ao contexto social e político em que se insere, uma vez que dependerá da aceitação do discurso pela audiência relevante. Um discurso concorrente pode ameaçar tanto características centrais da identidade, quanto contestar a eficácia da política externa articulada. Quando um discurso concorrente ao discurso estatal mostra, por exemplo, que há similaridades entre o doméstico e o externo, ou que sua identidade “nacional” se articula com identidades “nacionais” de outros Estados, ou mesmo que o Outro e a ameaça estão presentes dentro do Estado, então pode haver uma crise de legitimidade do Estado. Sem o medo do estado de

²⁸ “In this sense, we can understand 'international politics' as 'a practice of the inscription of the dangerous, the externalization and totalization of dangers, and the mobilization of populations to control these dangers - all in the name of a social totality that is never really present, that always contains traces of the outside within, and that is never more than an effect of the practices by which total dangers are inscribed.’” (ASHLEY apud CAMPBELL, 1992, p. 70).

natureza para sancionar os indivíduos, ou se não é possível diferenciar o estado de natureza e a comunidade política assistida pelo Leviatã, então esse discurso e a identidade do Estado podem perder sua legitimidade (CAMPBELL, 1992; HANSEN, 2006).

3.3 A construção das identidades pela contraposição

Conforme trabalhamos até agora, é possível apontar que a identidade pressupõe a diferença e, portanto, é construída a partir de um processo de contraposição. Este tópico irá abordar a construção da inimizade, como uma forma de construção identitária com antagonismos radicais, e as principais estratégias de construção dessas oposições.

3.3.1 Schmitt e a relação amigo-inimigo

Uma análise notável sobre a construção da ameaça e sua relação com o Estado soberano foi travada por Carl Schmitt (2009). Apesar de Schmitt não ser um autor pós-estruturalista, sua abordagem sobre a definição das relações de amizade e inimizade na esfera política podem colaborar no entendimento da proposta. Desse modo, as devidas considerações sobre esse aspecto serão feitas no decorrer do tópico para tornar essa abordagem compatível com a análise proposta.

O autor trabalha com a ideia de que a vida social é separada em diferentes esferas, e cada esfera é definida por seus elementos de polarização, por exemplo, a esfera da estética é definida e polarizada entre belo e feio, a esfera moral entre certo e errado, entre outras. Os elementos que definem a esfera política são as relações de amizade e inimizade, na dicotomia amigo-inimigo. Para Schmitt (2009), uma relação política é caracterizada pela constante possibilidade de ameaça à existência de um grupo. Nesse sentido, delimitar algo como amigo ou inimigo é chegar ao extremo grau de união ou separação. Schmitt (2009) define o inimigo como

[...] precisamente o outro, o desconhecido e, para sua essência, basta que ele seja, em um sentido especialmente intenso, existencialmente algo diferente e desconhecido, de modo que, em caso extremo, sejam possíveis conflitos com ele, os quais não podem ser decididos nem através de uma normalização geral empreendida antecipadamente, nem através de sentenças de um terceiro “não envolvido”, e destarte, “imparcial” (p. 28).

Ou seja, é parte constituinte do inimigo a diferenciação radical, numa relação que pode evoluir eventualmente ao conflito, e que esse processo só pode ser decidido pelas partes envolvidas. Isso não significa dizer que política é somente a guerra, ou que a guerra é desejável, mas sim que ela é uma possibilidade, ela é o meio político mais extremo. Na verdade, uma ação política pode ser tanto um ato de guerra quanto um ato para evitar uma guerra (SCHMITT, 2009).

Um ponto saliente da análise de Schmitt é que o inimigo deve ser público, ele é uma ameaça existencial feita por um grupo de pessoas a outro grupo de pessoas, e nesse sentido, não deve ser confundido a um inimigo privado e pessoal, ou um adversário econômico. Esse agrupamento pode ser um outro Estado, e nesse caso a relação política de inimizade que chega ao extremo é conhecida como guerra, mas também pode ser um inimigo interno, um grupo de pessoas dentro do Estado tentando subverter seu poder e, nesse caso, a guerra civil seria o ponto extremo em relação de inimizade (SCHMITT, 2009).

Na modernidade, a unidade política que normativamente tem prerrogativa para definir o amigo-inimigo é o Estado, de forma que ele se constrói como o soberano. O autor ainda destaca que outras forças podem conseguir definir a relação de amizade-inimizade, sejam elas forças religiosas, econômicas, etc. Nesse caso, elas subvertem a prerrogativa estatal e se tornam a unidade política soberana. Assim, como exemplifica o autor, uma comunidade religiosa pode pedir a vida de um membro para que ele garanta sua própria salvação, mas não pode pedir em nome da existência da própria estrutura religiosa. Caso este último aconteça, a estrutura religiosa ganha grandeza política e o poder de definir o inimigo e suas próprias guerras (SCHMITT, 2009).

Levando em consideração que Schmitt não é um autor pós-estruturalista, a relação amigo-inimigo para ele é baseada em uma realidade material. Nas palavras do autor, “os conceitos de amigo, inimigo e combate adquirem sentido real pelo fato de que se referem à real possibilidade de morte física e mantêm essa referência” (SCHMITT, 2009, p. 35). Para o pós-estruturalismo o perigo e a ameaça são construções discursivas, e assim sendo, uma relação de inimizade deve ser entendida como uma construção discursiva radical do *Other* que é visto como uma ameaça existencial ao *Self*. É a partir da construção de uma identidade em contraponto ao *Other* inimigo que ocorre a legitimação do uso da violência e da exceção. Nesse

sentido, a prerrogativa do soberano não é de identificar o inimigo, mas de construí-lo e legitimá-lo (FOUCAULT apud MENDES, 2008).

Nessa perspectiva, o Estado soberano é aquele responsável pela proteção da população do inimigo público. Segundo Campbell (1992), quando algo é tratado como ameaça, o Estado deve agir de forma a corrigir, normalizar, ordenar a ação desordenada, muitas vezes através do uso da violência. Dessa forma, a política externa de segurança de um Estado busca delimitar fronteiras entre o estrangeiro e o doméstico, e disciplinar os indivíduos no seu espaço, na sua identidade, sob sua soberania.

3.3.2 Estratégias de construção das identidades

Os Estados articulam diferenças no processo de oposição entre o *Self* e o *Other*. Esse processo pode ser positivo, um processo de ligação, ou negativo, processo de diferenciação. O primeiro caso diz respeito a discursos afirmativos de semelhanças, como uma nacionalidade, religião, símbolos nacionais e etnia compartilhados por indivíduos ou Estados. No segundo caso trabalha-se principalmente com discursos de oposição que demarcam os aspectos que separam dois grupos. Uma vez que o perigo é essencial para o estado, o processo de diferenciação é o mais comum, e mesmo em um processo positivo de construção, a diferenciação do *Self* e do *Other* está implícita (CAMPBELL, 1992).

Nem toda delimitação da diferença leva à alteridade radical, essas articulações podem acontecer de diversas maneiras. O *Other* pode ser construído como superior ou como inferior ao *Self*, como temporalmente diferente, como um ideal que é adorado ou rejeitado pelo *Self* e pode ainda ser radicalmente diferente, até o ponto ser interpretado como uma ameaça existencial ao *Self*. Essas articulações estão situadas dentro de uma teia de identidades, na qual existem diversos *Others*, uns mais radicais, estáveis e coerentes que os demais. Cada articulação pode gerar um tipo diferente de política externa, quando estamos trabalhando com Estados e uma relação de alteridade radical, normalmente denominamos essas políticas como sendo Políticas de Segurança (CAMPBELL, 1992; HANSEN, 2006).

A construção das identidades ainda implica na valorização moral dos polos das dicotomias. Assim, a delimitação das fronteiras através da identidade define também espaços morais diferentes, no qual um polo sempre é valorizado positivamente em

contraponto ao outro. Segundo Campbell (1992), a ideia de corpo político é essencial nessa lógica moral da identidade, pois fornece uma percepção do “corpo” político “saudável”, ameaçado por diversas “doenças”, “sujeiras” e desvios comportamentais, que representam a desordem, a anarquia, o estado de natureza. Neste sentido, para construir as identidades, a diferença pode ser relacionada a diferentes categorias, contendo traços patriarcais, sexistas, racistas, xenófobos e até patológicos (CAMPBELL, 1992).

Um exemplo de estratégia para a construção de identidades é o discurso sócio-médico. Nesse tipo de estratégia, categorias da medicina e biologia são deslocadas para o discurso político. Longe de expressar características “reais” ou referências empíricas, o discurso sócio-médico busca relacionar o *Other* ao estigma e à moralidade que a doença/sujeira/desvio social representa. Sua eficácia social é alta porque a prática médica possui grande legitimidade nas sociedades ocidentais (CAMPBELL, 1992). Essa estratégia tem diversas implicações nas práticas políticas, conforme aponta Campbell (1992), o discurso sócio-médico

[...] lança o perigo como uma aberração que se desvia da norma de saúde e ameaça à integridade do corpo ou suas funções habituais; estabelece uma relação de poder na qual a autoridade que faz o diagnóstico ocupa a posição de médico em relação ao paciente, reproduzindo assim a noção de que a saúde (ou segurança) da população maior depende do conhecimento especializado de uma elite; apresenta problemas complexos simplisticamente como os sintomas de uma infecção alienígena de origem externa; e exige a intervenção (geralmente violenta) como o curso de ação apropriado que resultará em uma cura (p. 96, tradução nossa)²⁹.

O discurso sócio-médico é apenas uma das formas que a política externa associa categorias à diferença. Existem diversas categorias que podem ser associadas a partir de um processo de ligação. Elas não precisam compartilhar o mesmo significado, mas construir a imagem do *Other* que é esperada, e desenvolver nos *insiders* daquela sociedade uma sensação de estranheza, preocupação em relação ao *Other*, e até transformá-lo em uma ameaça (CAMPBELL, 1992).

²⁹ “[...] it casts the danger as an aberration which deviates from the norm of health and threatens the integrity of the body or its habitual functions; it establishes a power relationship in which the authority making the diagnosis occupies the position of a doctor vis-a-vis their patient, thereby reproducing the notion that the health (or security) of the larger population is dependent upon the specialized knowledge of an elite; it renders complex problems simplistically as the symptoms of an alien infection which is external in origin; and it mandates (often violent) intervention as the appropriate course of action which will result in a cure” (CAMPBELL, 1992, p. 96).

Assim, por exemplo, o *Other* pode ser construído como um estrangeiro – localizando-o fora da comunidade política ou do Estado, e passando a sensação de que ele é essencialmente diferente e desconhecido –, como um câncer – ou seja, uma doença para o corpo político saudável que degenera a identidade –, bárbaro – de modo que esse *Other* é irracional e não civilizado, impossível de se negociar e ser compreendido – e até histórico – primeiramente relacionando o *Other* a uma doença, mas também a uma concepção de irracionalidade feminina. Cada uma dessas concepções tem significados diferentes, mas em conjunto criam uma sensação de que o *Other* é ameaçador, e compõem a natureza moral superior do Eu, que é pertencente, conhecido, saudável, civilizado e racional. Nos termos de Foucault (apud CAMPBELL, 1992),

[...] a política externa pode ser comparada a um “poder ético de segregação”, em que distinções morais podem ser feitas através de delineamentos espaciais e temporais, de tal forma que uma “geografia do mal” seja constituída, de modo que se possa calcular os perigos como originários de lugares distintos e distantes (p. 99, tradução nossa)³⁰.

Desse modo, a percepção do perigo e da ameaça está no cerne da construção identitária dos Estados. Os Estados possuem um ímpeto em transformar a diferença em alteridade, e assim, as políticas de segurança possuem grande importância na construção das suas identidades. Segundo Hansen (2006), a segurança é uma necessidade ontológica do Estado porque ela faz parte da sua identidade. Como defende David Campbell (1992), o perigo não é objetivo, nem algo que existe independente daquele que é ameaçado, ao contrário, ele depende da interpretação de um risco como ameaça. A percepção da ameaça pode variar, e aquilo que é percebido como mais perigoso nem sempre é o que infere maior risco a existência do objeto. Construir uma ameaça a partir de algo externo é mais fácil com a dicotomia *inside-outside*, pois o internacional é construído como o lugar da ameaça, do perigo e da insegurança e moralmente inferior ao doméstico. Porém, essa ameaça também pode ser interna, como Connolly destaca (apud CAMPBELL, 1992):

A mera existência de um modo alternativo de ser, cuja presença exemplifica que diferentes identidades são possíveis e assim desnaturaliza a

³⁰ “[...] foreign policy might be likened to an 'ethical power of segregation,' whereby moral distinctions can be made through spatial and temporal delineations, such that a 'geography of evil' is constituted, so that dangers can be calculated as originating from distinct and distant places” (FOUCAULT apud CAMPBELL, 1992, p. 99).

reivindicação de uma identidade particular como sendo a verdadeira identidade, às vezes é suficiente para produzir a compreensão de uma ameaça (p. 3, tradução nossa³¹).

Assim, levando em consideração tudo o que foi apresentado até aqui, podemos afirmar que para formular uma política externa como questão de segurança é necessário que um ator tenha legitimidade política e construa discursivamente uma ameaça. Dentro da construção identitária, os lugares do *Self* e do *Other* serão estabelecidos de forma que o *Other* seja radicalmente diferente, constituindo uma ameaça à existência do *Self*. Essa construção identitária será feita a partir de delimitações dos polos em termos espaciais, temporais e morais – dentro-fora, progressivo-estático, bom-mal, por exemplo – através dos processos de ligação e diferenciação. Uma política externa de segurança bem-sucedida garante o poder e a responsabilidade ao ator de agir, muitas vezes de forma violenta (HANSEN, 2006).

³¹ “The mere existence of an alternative mode of being, the presence of which exemplifies that different identities are possible and thus denaturalizes the claim of a particular identity to be the true identity, is sometimes enough to produce the understanding of a threat.” (CONOLLY apud CAMPBELL, 1992, p. 3).

4 A CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA DE ISRAEL

“Se o Partido era capaz de meter a mão no passado e afirmar que esta ou aquela ocorrência jamais acontecera – sem dúvida isso era mais aterrorizante do que a mera tortura ou a morte” (ORWELL, 2009, p. 47).

Conforme foi apresentado no capítulo anterior, todo ente, seja ele individual ou coletivo, possui uma identidade que não é dada *a priori*, mas construída em um processo relacional com o *Other* através de diversos atos discursivos. Para tanto, existem processos relacionais – em que o ente cria conexões entre sua identidade, identidade de outros *Selves* e algumas categorias – e processos diferenciais – em que o ente contrapõe a sua identidade a outras identidades, destacando suas dissimilaridades. Um Estado-Nação constrói sua identidade através da política externa, que são os atos discursivos que constituem as fronteiras entre o *Self* daquele Estado, e o *Other* (CAMPBELL, 1992; HANSEN, 2006). Dessa forma, os discursos de Ariel Sharon enquanto Primeiro-Ministro são atos performáticos, eles constroem a identidade de Israel, e o fazem a partir de um amplo processo de ligação e diferenciação com outros *Selves*, criando uma teia identitária.

Este capítulo tem como objetivo analisar essa teia identitária, os diversos atos discursivos que a compõem, suas contradições e instabilidades. Diferentes estratégias de política externa podem ser utilizadas nesse processo de construção identitária, relacionando *Selves* das mais diversas formas, desde aquelas mais apaziguadoras até as mais radicais. Dessa forma, o capítulo é dividido de modo a entender essas diferentes estratégias. Primeiramente será analisado o discurso básico de Sharon sobre a identidade de Israel. Esse discurso básico circunda a ideia de Israel ser um Estado soberano, judeu, pacífico e democrático. Em sequência, parte-se para a construção da identidade de Israel a partir da sua relação com outros Estados. Neste tópico serão analisados a construção da amizade de Israel com os Estados Unidos, a indecibilidade da relação com a Europa, e por fim, a pirâmide construída por Sharon para hierarquizar os países do Oriente Médio. Por fim, analisa-se a construção do *Other* palestino em suas diversas facetas. Sharon divide os palestinos em três categorias principais, “comuns”, “terroristas” e “líderes”, mas como será apresentado, essas categorias se misturam, criando uma vasta teia identitária, com relações que variam de empatia até antagonismo radical e inimizade.

4.1 Eretz Israel

Neste primeiro tópico serão apresentadas as construções mais básicas da identidade de Israel, segundo os discursos de Ariel Sharon. Durante todos os anos analisados nessa dissertação, foram identificadas quatro categorias principais que formam essa base da identidade do *Self* israelense. Essas quatro categorias são mobilizadas durante seus discursos para delimitar as fronteiras entre o *Self* e os *Others*, para construir o tipo de interação que Israel terá com outros países, e ainda para legitimar sua política externa contra os palestinos. Elas aparecem nos discursos de Ariel Sharon como guias para a política externa de Israel, são o que Lene Hansen (2006) chama de “discursos básicos” que estruturam a identidade do *Self*. Dessa forma, os atos discursivos de Sharon performam Israel como um Estado *soberano, judeu, pacífico e democrático*.

Ladies and Gentlemen, I stand before you at the gate of nations as a Jew and as a citizen of the democratic, free, and sovereign State of Israel, a proud representative of an ancient people, whose numbers are few, but whose contribution to civilization and to the values of ethics, justice, and faith, surrounds the world and encompasses history (SHARON, 2005a).³²

Conforme será mostrado, o Primeiro-Ministro trabalha essas categorias e sua ligação com Israel no nível do senso comum, tratando-as como naturais, não-problemáticas e totalmente coerentes, para que não haja aberturas estruturais. Consequentemente, essas categorias estão no centro do discurso do Primeiro-Ministro e são constantemente repetidas e reificadas. Conforme foi apresentado no primeiro capítulo, essa possibilidade de repetição existe graças às características de iterabilidade e suplementação dos signos. Assim, toda vez que o signo é repetido em um contexto diferente, ele mantém uma sobra mínima, que garante seu reconhecimento, mas traz também uma nova significação que, na inexistência de um significado natural e transcendental, pode ser usurpado (BARNETT, 1999; ZEHFUSS, 2004). Isso significa que a repetição cria, na verdade, aberturas estruturais que podem desestabilizar o discurso básico. Ao trazer essas categorias para o centro do discurso, Ariel Sharon abre mais espaço para a contradição, instabilidades e para a desconstrução.

³² Discurso proferido na Assembleia Geral das Nações Unidas em 15 de setembro de 2005.

4.1.1 *A sovereign Jewish state*

A primeira categoria central da identidade de Israel é a soberania. Conforme já foi construído no capítulo anterior, a soberania é uma categoria reguladora do Sistema Internacional, pois delimita quem pode e quem não pode fazer parte desse espaço. Uma vez que a soberania regula o sistema, ela garante legitimidade para aqueles que se performam como “soberanos” para delimitar o que está dentro e o que está fora, para construir fronteiras através da política externa, criar as ameaças, inimizadas e amizades (WALKER, 1993). Construir a identidade israelense como um Estado soberano garante a Sharon um lugar legítimo na “família das nações” ou “comunidade internacional”, garante a possibilidade de estabelecer relações de amizade com *Others* estratégicos, e declarar inimizadas àqueles que ameaçam sua estabilidade.

Sharon utiliza o substantivo “soberania” – *sovereignty* – para representar, primeiramente, a soberania doméstica, ou seja, a capacidade de Israel de gerir as regras e controlar um certo território. Isso pode ser visto, por exemplo, quando ele fala da cidade de Jerusalém estar “sob a soberania de Israel”, ou seja, quando ela está resguardada, controlada por Israel.

Only *under the sovereignty* of Israel has Jerusalem been open to all faiths. Jerusalem and the Temple Mount, the holiest site to the Jewish people, is something you should stand up and speak out about. Jerusalem will remain united *under the sovereignty* of Israel – forever (SARON, 2001a, grifo nosso).³³

Apesar de falar em “soberania de Israel”, Sharon também destaca, em outro contexto discursivo, que a soberania pertence ao povo Judeu, criando uma relação direta entre Israel e o povo Judeu. Israel é o representante da soberania desse povo, e o congresso e Jerusalém são, por exemplo, símbolos dessa soberania. “This House [Knesset] symbolizes the sovereignty of the Jewish people in the Land of Israel and the freedom of our citizens in a democratic regime” (SHARON, 2005b).³⁴

Assim, ao utilizar o substantivo em diferentes contextos – primeiramente direcionando à soberania doméstica de Israel como Estado, e depois como uma categoria que pertence ao povo Judeu – Sharon trabalha com um processo de suplementação do signo, através da transposição do seu significado nos diferentes

³³ Discurso proferido na AIPAC Policy Conference em 19 de março de 2001.

³⁴ Discurso proferido sessão de aniversário de 56 anos do Knesset em Tu Bishvat em 25 de janeiro de 2005.

contextos discursivos. E esse processo de suplementação vai ajudá-lo a construir uma narrativa ampla de caracterização de Israel como um Estado judeu, como será apresentado no próximo tópico.

A categoria soberana(o) – “*sovereign*” – como adjetivo, também sofre algumas instabilidades no discurso de Sharon. Em alguns contextos discursivos o adjetivo é utilizado para se referir a uma categoria dada, que não tem movimento ou transitoriedade. Israel é soberano, ele não *está* soberano. Nos discursos a seguir, por exemplo, ele utiliza sinédoque para substituir Israel (parte) pela expressão “países soberanos” ou “nações soberanas” (todo), gerando a ideia de equivalência entre eles.

I take the opportunity to call upon those Arab nations with which we do not yet have peace treaties, especially Syria and Lebanon, with which we share a border, to choose the path of peace. *A sovereign country* cannot allow its citizens to be attacked in the streets (SARON, 2001b, grifo nosso).³⁵

All this has happened at a time when Israel's hand was - and still is - extended towards peace. We have done everything in our power to achieve a cease-fire and an immediate entry into the Tenet process in order to advance any possibility of a cease-fire. All we have received in return was terrorism, terrorism and more terrorism. *No sovereign nation* would tolerate such a sequence of events (SARON, 2002a, grifo nosso).³⁶

Nesses discursos ainda é possível notar que Sharon estabelece o que se é esperado de “nações soberanas”, como Israel: “não permitir que seus cidadãos sejam atacados nas ruas” e “não tolerar terrorismo”, que como veremos adiante, são tratados por Sharon como equivalentes. Ou seja, essa construção discursiva de Israel como soberano começa a moldar sua prática política, tanto em relação aos seus deveres – proteger seus cidadãos contra terroristas – quanto os seus direitos – o direito de autodefesa do soberano.

The Jewish people have one small, tiny country; it is the only place in the world where Jews have the right and capability to defend themselves by themselves. For 2000 years we had to rely on others for our defense, now we control our own destiny. Exercising this right strengthens the security of Jews everywhere (SARON, 2001a).³⁷

De forma um pouco contraditória, “soberano”, como adjetivo, também é utilizado por Sharon como uma categoria que não é dada, mas conquistada. “[...] *our*

³⁵ Discurso proferido em Jerusalém em 22 de maio de 2001

³⁶ Discurso proferido em conjunto com o Ministro da Defesa Binyamin Ben-Eliezer para a imprensa após uma reunião de gabinete em 29 de março de 2002.

³⁷ Discurso proferido na AIPAC Policy Conference em 19 de março de 2001.

existence here in a sovereign Jewish state can only be guaranteed if our birthright to this piece of land is recognized by us, our neighbors and the entire world" (SHARON, 2005c, grifo nosso).³⁸

Neste sentido, a própria construção discursiva de Sharon sobre a necessidade constante de conquistar e defender a soberania confirma a proposta desconstrutiva de Walker (1993) sobre essa categoria, quando ele afirma que são as práticas diárias dos Estados que mantêm a categoria "soberania" como ela é entendida, e não sua natureza. Os Estados precisam constantemente, através da política externa, defender sua soberania, e serem reconhecidos como tal pelos demais entes soberanos – Estados. Eles não são naturalmente entes soberanos e sim, construídos como tal.

Em síntese, a categoria "soberania" possui algumas contradições inerentes ao discurso de Sharon, que transita entre ser uma característica do Estado ou do povo Judeu, e também entre ser soberano como característica dada, não-problemática, e como característica negociada, conquistada e defendida. Nesse sentido, por causa dessas instabilidades, há uma amplitude interpretativa dessa categoria.

4.1.2 *The Jewish people's ancestral homeland*

Conforme foi apresentado, a categoria "soberania" em alguns momentos está associada não ao Estado de Israel, mas ao povo Judeu. Pode-se afirmar, então, que se Israel é soberano, e o povo judeu é soberano, nessa lógica discursiva, Israel é o povo judeu. Esse discurso sobre Israel ser um Estado judeu forma a segunda categoria do discurso básico de Ariel Sharon sobre a identidade de Israel.

The biblical vision of the prophet Isaiah - "Peace, peace to him that is far, and to him that is near, saith the Lord" - is based on the historic continuity of Jewish life throughout 3500 years in Israel - *the homeland of the Jewish people*. This vision will never be forsaken. We in Israel know that any agreement will have to be based on the uncompromising principle which lies at the root of our existence as a nation. That is that the State of Israel - *the Jewish people's ancestral homeland* and its glorious legacy - is the only place in the world where we have the right, duty and today also the capability to defend ourselves by ourselves (SARON, 2002b, grifo nosso).³⁹

³⁸ Discurso proferido na quarta Celebração do Assassinato do Ministro Rehavam Ze'evi em 02 de novembro de 2005.

³⁹ Discurso proferido na cerimônia de entrega do título de Doutor Honorário ao ex-Presidente dos EUA Bill Clinton em 20 de janeiro de 2002.

Como foi trabalhado no capítulo anterior, Campbell (1992) afirma que o Estado se legitima a partir da centralização da identidade e de uma promessa de segurança para um povo, que por medo da desordem e da anarquia, se submetem ao seu poder regulador. Na construção identitária de Israel por Sharon, esse discurso é muito proeminente. O Primeiro-Ministro cria uma narrativa que conecta diretamente aquele território ao povo Judeu, e afirma que o Estado de Israel é o protetor dessa relação. Nesta narrativa, Sharon determina que todo aquele território, inclusive o que não está sob a soberania israelense, pertence historicamente ao povo Judeu. Em alguns momentos esse pertencimento tem caráter divino, aquela é a terra prometida à Moisés e aos judeus.

*The Jewish people has a long memory, the memory which united the exiles of Israel for thousands of years: a memory which has its origin in God's commandment to our forefather Abraham: "Go forth!" and continued with the receiving of the Torah at the foot of Mount Sinai and the wanderings of the children of Israel in the desert, led by Moses on their journey to the promised land, the Land of Israel (SHARON, 2005a, grifo nosso).*⁴⁰

Em outros momentos essa ligação é mundana. O direito de pertencimento existe porque, segundo Sharon, os judeus habitam a região há mais de três mil anos, tempo superior aos muçulmanos. Foi nesse território que os judeus tiveram a primeira experiência de autogoverno, e mesmo sendo exilados, nunca abandonaram completamente sua terra natal. Uma minoria judaica permaneceu no território por milhares de anos, e outra parte se espalhou pelo mundo criando a diáspora judaica.

The areas that we speak about are areas in Samaria and Judea, or as you will refer to them as the West Bank. If you know the Bible, you do not need a guide book in this country, because you can hold the Bible and all the names, biblical names, are them. Jerusalem is Yerushalayim and the Jordan is Hayarden and Jericho is Jericho and Bethlehem is Bethlehem and Hebron is Hevron, whereas King David ruled Israel for seven years and six months. And Mount Carmel is Har Carmel and Mount Tabor is Har Tavor and there is Kever Rachel and Shilo that was the Jewish political and spiritual center for 369 years; and Beit-El - all those names kept for thousands of years. And how were they kept for thousands of years? Because first, *they are in the Bible, and second: Jews never left this country*. I believe that about 100 years before the Muslims arrived here, the number of Jews here was still close to half a million (SHARON, 2004a, grifo nosso).⁴¹

É válido ressaltar que o discurso sobre esse momento de exílio é formado de modo contraditório. Em alguns momentos, quando o Primeiro-Ministro quer destacar

⁴⁰ Discurso proferido na Assembleia Geral das Nações Unidas em 15 de setembro de 2005.

⁴¹ Discurso proferido a Foreign Press Corps em 11 de janeiro de 2004.

o direito de pertencimento dos judeus a terra, ele foca seu discurso em como milhares de judeus sempre permaneceram nessa região, *apesar* do exílio. Em contraposição, quando Sharon busca destacar a necessidade da existência de Israel como Estado judeu para a proteção desse povo, o exílio ganha destaque como um período de muito sofrimento, provações e perseguições, em que os judeus foram privados da sua terra e do direito de exercer sua identidade como nação. Dessa forma, Sharon manipula essas narrativas de acordo com o contexto discursivo e de acordo com o que ele pretende construir no discurso específico.

Seguindo a narrativa que destaca o exílio na história do povo Judeu, Sharon afirma que mesmo com a diáspora e a separação física do povo Judeu pelo mundo, seu vínculo com a terra foi mantido, e mais tarde, com ajuda de algumas lideranças e com o movimento sionista, o povo Judeu se viu novamente como uma só nação, e se reencontraram para refundar o reino de Israel, agora como um Estado-nação.

Many similarities can be found between Herzl and Moses. Both became prominent while the Jews were in exile, dependent on the kindness of others. In both cases, *the Jews became a nation* by force of the appearance and actions of the leader. They both led the people of Israel towards sovereignty in their land, and both paved the path for future generations, but did not see the realization of their dream (SHARON, 2004b, grifo nosso).⁴²

Esse mito fundacional de Israel reforça o argumento de Campbell (1992) sobre a legitimação do Estado como centralizador e salvaguarda da identidade. Nesta vertente da narrativa de Sharon, Israel foi fundado com o objetivo elementar de acolher todos os judeus que desejassem retornar à terra de Sião, um lugar onde eles poderiam viver em plenitude sua identidade sem medo. Israel é a consagração do empreendimento sionista, tem como razão de existir garantir a independência do povo Judeu e sua proteção.

Herzl changed the history of the Jewish people, but first he changed their perception of themselves as a nation. Before Herzl, world Jewry saw itself as a people whose fate depended on the arbitrariness of the international community. Herzl understood that we must be the master of our destiny. [...] a nation that wishes to stand up straight must put all its trust only in itself. Today, 100 years following his death, we promise to act in his spirit. We will continue to place all our trust in ourselves; we will advance the Zionist enterprise; we will gather all exiles of the Jewish people and we will ensure

⁴² Discurso proferido no 100º aniversário de morte de Theodor Herzl, em 08 de julho de 2004.

the future of our State of Israel, the realization of his vision, for generations (SHARON, 2004b).⁴³

A conexão entre povo, território e Estado é tamanha que para ele, negar o direito de pertencimento dos judeus àquele território, é negar o direito de Israel de existir. *“The only way to ensure the existence of the Jewish people is a free Jewish State which is capable of defending itself. Whoever objects to this, in fact, condones hatred of Israel”* (SHARON, 2005d).⁴⁴

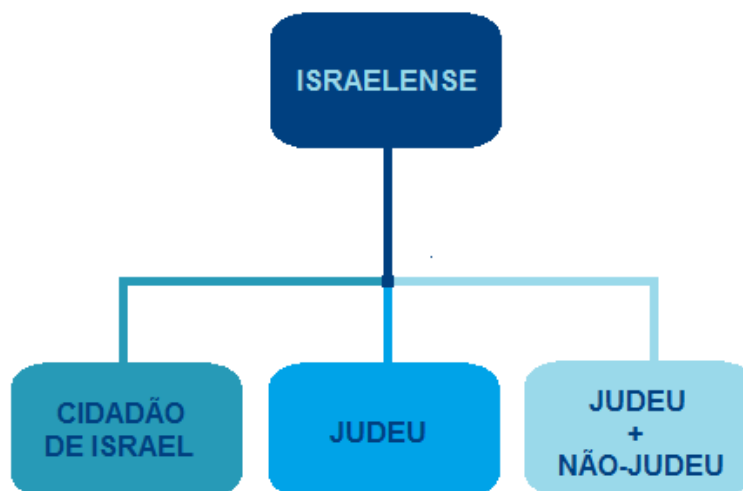
Essa construção da identidade de Israel como um Estado-nação judeu, também está no centro do discurso de Sharon e, portanto, suscetível a maiores aberturas estruturais e instabilidades. A ideia que circunda a categoria Estado-nação é inevitavelmente paradoxal porque, conforme aponta Campbell (1992), envolve a necessidade de uma identidade estável e finalizada, algo impossível devido ao *status* ontológico do Estado. Por ser construído pelos diversos atos performáticos, sempre haverá uma tensão entre identidades e práticas em busca de equilíbrio. Essa tensão identitária está presente nos discursos sobre a característica judaica do Estado, e pode ser percebida principalmente através da construção do que é, para Sharon, “ser israelense”.

Ele trabalha essa categoria de três formas diferentes. Na primeira, e mais comum, Sharon usa o termo “israelense” de modo genérico, sem definições étnicas, ser israelense é ser cidadão de Israel. Diferentemente, na segunda forma mais utilizada, “israelense” é categorizado como equivalente a “judeu”. E, por fim, em alguns momentos ele separa “israelense” entre os setores “judeu” e “não-judeu”, conforme a Figura 6. Os discursos em sequência apontam essas diferenças. No dia 21 de fevereiro de 2002, Sharon direcionou um discurso à nação israelense. No início do discurso, Sharon se direciona aos “cidadãos israelenses”, de modo geral, sem nenhuma especificidade. Nesta primeira parte, é possível ver que ele cita diversas características da sociedade “israelense”, sem se referir a nenhuma categoria étnica.

⁴³ Discurso proferido no 100º aniversário de morte de Theodor Herzl, em 08 de julho de 2004.

⁴⁴ Discurso proferido ao Knesset durante a visita do Presidente Alemão, Köhler, em 02 de fevereiro de 2005.

Figura 6 – Construção da categoria “Israelense”



Fonte: Elaborado pela autora (2020).

The State of Israel is not collapsing and will not collapse. Everything is in our hands, and future developments depend on us - our conduct, our courage. It depends on the attainment of complete unity between us, on forgoing all disputes and personal ambitions, facing the dangers together and striding together toward hope. We are proud of our democracy, and we yearn for peace with our neighbors, even at the price of painful concessions. All we seek is to maintain our freedom and our way of life. We are an open society and we insist on remaining so, despite the tremendous threats which have been hovering over the State since its inception (SARON, 2002c, grifo nosso).⁴⁵

Mas, dando continuidade ao discurso, ele passa a trabalhar com “israelense” correlacionando a “povo Judeu”.

Citizens of Israel, [...] This is not the time to utter words of disaster - it is the time to stand firm and united and assist wherever you can. This is the time for demonstrating the *unity* which is at the core of the character of the *Jewish people*. This is the time to demonstrate that *we are proud to be Israelis and Jews in the Land of Israel*. Yes, proud to be Israelis and Jews in the Land of Israel (SARON, 2002c, grifo nosso).⁴⁶

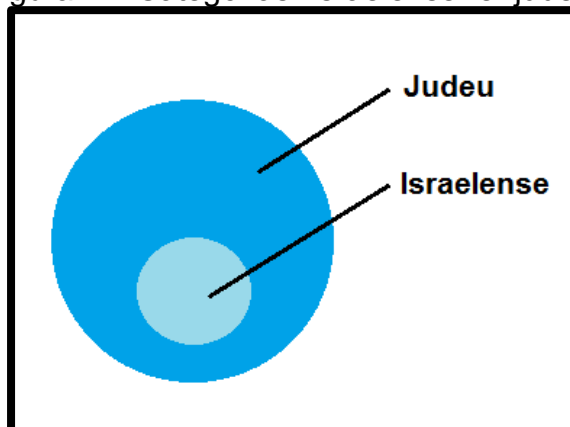
Sharon atribui diretamente uma característica do “povo Judeu” – união – a todos os cidadãos israelense, porém, ele também separa as duas categorias – “*we are proud to be Israelis and Jews*”. Ou seja, são duas categorias distintas, mas que compartilham características iguais. Pode-se inferir que, para Sharon, essas categorias possuem amplitudes diferentes, mas se sobrepõem. “Povo Judeu” é uma categoria mais ampla, engloba todos aqueles que participam dessa etnia, cidadãos

⁴⁵ Discurso proferido à nação israelense em 21 de fevereiro de 2002.

⁴⁶ Discurso proferido à nação israelense em 21 de fevereiro de 2002.

ou não de Israel. Já “israelenses”, em específico, simbolizando os judeus que são cidadãos de Israel, conforme a Figura 7.

Figura 7 – Categorias “Israelense” e “judeu”



Fonte: Elaborado pela autora (2020).

O Primeiro-Ministro faz uso desse movimento entre as duas categorias durante todo seu mandato. Em alguns momentos, como no discurso anterior, através de sinédoque, em outras como metonímia, mostrando a contiguidade entre as categorias. No discurso a seguir, por exemplo, no primeiro momento Sharon fala sobre o direito dos “cidadãos israelenses” de viverem uma vida normal, e em seguida se refere ao direito do “povo Judeu” de se defender.

I would like to emphasize that *the Israeli citizens* have the full right to live quiet, normal lives. *We* live in this country, tiny small country, the only democratic country in the region, that is the only place what the *Jewish people* have the right and the capabilities to defend themselves by themselves, and that is something that they have to preserve (SHARON, 2001n, grifo nosso).⁴⁷

Utilizar as duas categorias em equivalência cria instabilidades nos discursos de Sharon na medida que ele também lida com o “setor não-judeu” ligado à categoria “israelense”. Esse “setor” é formado por outras etnias que vivem em Israel, como os árabes, drusos e beduínos, mas é usada, principalmente, quando ele se refere aos árabes. Sharon afirma que integrar o “setor não-judeu”, principalmente os árabes, na sociedade israelense é uma das prioridades de seu governo, porém, essa categoria é periférica nos seus discursos de Sharon, aparecendo em momentos pontuais.

My government will turn over a new page in its relations with the non-Jewish citizens of Israel, with the purpose of creating a true partnership and a feeling of equality among all citizens of the state. I would like to take this opportunity

⁴⁷ Discurso proferido em coletiva de imprensa juntamente com o Secretário de Estado dos Estados Unidos, Powell, em 25 de fevereiro de 2001.

to send my best wishes to Israeli Arabs on the occasion of the Id el-Adha holiday. And I would like to extend my very best wishes to our friend - Minister Salah Tarif - the first non-Jewish minister in the history of the country, who has come from the Druze minority community (SHARON, 2001c).⁴⁸

Trabalhar com “israelense” e “judeu” como equivalentes, e depois assumir a existência de “setor não-judeu” é uma instabilidade discursiva, e gera uma tensão na construção identitária do Estado-nação. Para estabilizar essas tensões, Sharon afirma que ter minorias não nega o caráter judeu do Estado. E, na medida que elas continuem sendo minorias e se integrem à sociedade, não são ameaças a essa identidade. Ele assume que essa integração ainda não é completa, mas que seu governo está criando condições para que ocorra.

Allow me to clarify: a Jewish State in no way implies undermining our partnership with non-Jewish Israeli citizens. On the contrary. All the recent statements against Israeli Arabs must stop. I do not accept the term "demographic problem". Since when are citizens of this country a problem? I have never considered a situation whereby the Arabs and we will not be living together, in cooperation, in this country. [...] This is a Jewish state, but it has non-Jewish citizens, Arab citizens, and we must create the conditions that is not to say that we do not have problems in this area but we must create the conditions and try to create a more comfortable atmosphere for our joint lives (SHARON, 2004c).⁴⁹

Conforme pode ser visto, o importante para Sharon é “criar uma atmosfera mais confortável para a vida conjunta”. De acordo com o que foi trabalhado no capítulo anterior, o âmbito doméstico de um Estado, ou *inside*, deve ser construído como o lugar da harmonia, da identidade, da ordem e do progresso, para se diferenciar da anarquia e do caos no *outside* (WALKER, 1993). Portanto, faz parte da estratégia de Sharon não criar oposição entre a maioria judaica e as minorias não-judaicas. Isso é essencial para diminuir as tensões identitárias e construir um *inside* harmônico. Assim sendo, Sharon, em sua grande maioria, trata a identidade israelense como uma, coerente e judaica. Mas quando as tensões aparecem, principalmente por causa da multietnicidade, ele assume essas tensões e já apresenta a solução – a integração. Dessa forma ele evita dar destaque às tensões e às diferenças entre as etnias, e salienta as similaridades.

Apesar de afirmar que as minorias étnicas em Israel não é um “problema demográfico”, essa questão aparece significativamente nos discursos do Primeiro-

⁴⁸ Discurso proferido ao Knesset na inauguração do primeiro mandato, em 07 de março de 2001.

⁴⁹ Discurso proferido na Caesarea Conference, em 08 de julho de 2004.

Ministro. Sharon destaca a importância de manter a demografia israelense favorável aos judeus, reforçando que só não existe um “problema”, na medida em que se mantenha a maioria judaica. Caso essa situação mude, essas etnias podem ameaçar a identidade judaica de Israel. Isso vai influenciar, por exemplo, a narrativa sobre os assentamentos judeus, sobre os locais que Israel deve se “engajar”, ou “ocupar”, e aqueles que Israel deve “desengajar” ou “desocupar”, além da narrativa sobre imigração para Israel. Sharon constrói discursivamente uma relação próxima com a diáspora judaica, não só para promover a imagem de Israel externamente, mas também para garantir que cada vez mais judeus da diáspora imigrem para a “terra prometida”, que façam a Aliá judaica.

Aliyah is the primary goal of my government. Only through Aliyah will Israel maintain its character as a Jewish State. Only in Israel is it possible to lead a fully Jewish existence. Only here can you be sure that your children and grandchildren will remain Jews. In the past year, approximately 25,000 Jews were lost to us in Diaspora due to negative demographic trends, while 70,000 Jews were added to Israel through natural growth and Aliyah. Therefore, Aliyah does not just guarantee Israel's future, but it guarantees the future of the Jewish people (SHARON, 2004r)⁵⁰.

Assim sendo, da mesma forma que promover a integração dos não-judeus é um objetivo do governo, promover a Aliá judaica também é. Sharon mantém um equilíbrio discursivo entre não criar oposição e conflito interno com as outras etnias, mas garantir a característica judaica da identidade de Israel.

4.1.3 Israel is a peace-seeking nation

Da mesma forma que Sharon transporta características do “povo Judeu” para o “israelense”, ele também faz esse movimento com o Estado de Israel. Assim, para Sharon, o povo Judeu é extremamente talentoso, inteligente e inovador, um povo sobrevivente e invencível. Da mesma forma, Israel é um Estado inovador, desenvolvido e próspero, que sobrevivem em meio a um ambiente hostil, cercado de inimigos, e forte, nunca perdeu uma guerra. A força que habita o povo Judeu, o povo escolhido, segundo o discurso de Sharon, se traduz na força de Israel. Um Estado que gera inveja em outras nações por suas conquistas, desenvolvimento tecnológico, humano, social, mesmo estando em meio a constantes hostilidades.

⁵⁰ Discurso proferido aos líderes das Comunidades Judaicas Unidas dos EUA, em 18 de julho de 2004.

The past two years have not been easy. The people and State of Israel have been forced to confront brutal waves of terrorism. But terrorism has not - and could never - defeat the people of Israel. This is a strong and ancient people. A people of great spirit. A people who, during the last century, learned the importance of its right and duty to defend itself by itself. It is a people who returned to its ancient language and historic homeland and staked a strong claim to this land - a claim which we will never relinquish. [...] This has always been the destiny and trademark of our people: to withstand - and survive. To confront - and overcome. To fight - and triumph. To withstand strong tests - human or divine - which no other people has faced, and to emerge strengthened in spirit and deed. There is nothing more precious to me than the confidence shown by this people and I will do everything in my power to justify it and to successfully confront the complex challenges ahead (SHARON, 2003a).⁵¹

No discurso a seguir, por exemplo, Sharon inicia se referindo ao Holocausto, como uma tragédia que atrasou o desenvolvimento de Israel. Em sequência, o Primeiro-Ministro se refere aos judeus que morreram nesse evento, desperdiçando o talento natural desse povo que poderia ter ajudado a construir ainda mais rápido Israel. E logo depois, ele muda de foco, contrastando o que seria esse “atraso causado pelo Holocausto” com as conquistas “impressionantes” e “sem precedentes” de Israel. O povo Judeu e Israel são singulares, únicos e especiais, para Sharon.

The different stations you will pass during your visit to Israel - Mount Herzl and Mount Zion, Tel Hashomer Hospital and Beit Hatefutzot, Sderot, the Weizmann Institute, the Hebrew University and Yad Vashem - will tell you, briefly, the story of this Land. *60 years after the Holocaust*, the tremendous achievements by the State of Israel in all fields, serve to prove *what we could have achieved with the help of those talented people who were destroyed*. Despite the fact that we have meager rainfall, our agriculture is among the most advanced in the world. Despite its small size, Israel is among the leading countries in the world in the field of Hi-Tech, and is a member of the exclusive club of countries which launched satellites into space. It is a country in which the level of science, medicine and culture sparks *envy throughout the world*. It is a country which is considered the richest in the world in terms of intellectual capital. It is a country which is considered to have the best engineers in the world. It is a country in which 5 million residents absorbed an additional one million citizens within a decade - *an impressive and unprecedented achievement, in international terms* (SHARON, 2005d, grifo nosso).⁵²

Dentre as características judaicas que são transportadas para a identidade de Israel, destaca-se a busca a paz. Sharon apresenta a paz como uma característica natural dos judeus. Ele conecta o passado dos judeus e todos os eventos trágicos e

⁵¹ Discurso proferido ao Knesset na apresentação de seu novo governo em 27 de fevereiro de 2003.

⁵² Discurso proferido ao Knesset durante a visita do Presidente Alemão, Köhler, em 02 de fevereiro de 2005.

violentos envolvendo-os, como o exílio, o Holocausto e diversas guerras, para afirmar o desejo supremo de paz entre os judeus.

Peace is a supreme value in the Jewish legacy, and is the desired goal of our policy. After the long journey of wanderings and the hardships of the Jewish people; after the Holocaust which obliterated one third of our people; after the long and arduous struggle for revival; after more than 57 consecutive years of war and terrorism which did not stop the development of the State of Israel; after all this - our heart's desire was and remains to achieve peace with our neighbors. Our desire for peace is strong enough to ensure that we will achieve it, only if our neighbors are genuine partners in this longed-for goal. If we succeed in working together, we can transform our plot of land, which is dear to both peoples, from a land of contention to a land of peace – for our children and grandchildren (SHARON, 2005a, grifo nosso).⁵³

O discurso sobre a paz entra na identidade de Israel quase como um jargão – “*Israel is a peace-seeking nation*”, ela é a terceira categoria que compõe o discurso básico do Primeiro-Ministro sobre Israel. Essa categoria é repetida e performada muitas vezes, de diversas formas diferentes, e com isso ele cria toda uma narrativa sobre ela. Primeiramente, Sharon estabelece o que significa paz para Israel. Paz é segurança, e ela não existirá enquanto houver ameaças à Israel ou aos judeus.

We do not demand an end to terror only because we want to defend our citizens, that's my role, that's what I have to do, but I think it is very important to understand that there can not be peace unless it is completely quiet. We are ready to make compromises, but for us peace means security (SARON, 2002d).⁵⁴

Em segundo lugar, ele coloca a paz como um objetivo para Israel, assim como é o objetivo supremo dos judeus. Israel busca a paz, está comprometido com ela, e como ele afirma no discurso acima, essa é sua política. Dessa forma, todo plano de política externa de Sharon será justificado na busca pela paz, principalmente com os países vizinhos. Sharon afirma que para alcançar esse objetivo, ele está disposto a fazer grandes e dolorosas concessões. Como será melhor trabalhado no próximo capítulo, a paz se torna o fim que justifica os meios de ação israelense.

Para Sharon, mesmo Estados que já estiveram em guerra, podem alcançar a paz genuína, se houver sólidos fundamentos para a paz e dolorosas concessões de ambas as partes. Ele exemplifica a “paz genuína” com a relação construída entre Israel e Egito, e mais de uma vez em seus discursos, ele ilustra essa categoria com

⁵³ Discurso proferido na Assembleia Geral das Nações Unidas em 15 de setembro de 2005.

⁵⁴ Discurso proferido à delegação da Conferência dos Presidentes das Principais Organizações Judaicas Americanas em 20 de fevereiro de 2002.

uma pequena narrativa. Nessa narrativa, Sharon conta a história de um voo que ele, enquanto Ministro da Agricultura de Israel, fez junto com dois antigos pilotos de guerra egípcios. Neste voo, eles sobrevoaram um território que antes fora disputado pelos dois países, e naquele momento era uma possibilidade de cooperação no cultivo de alimentos.

I must admit, that on the one hand I looked at this interesting and unique land and on the other hand I thought to myself that if there exists a situation in which a Jewish IDF General and Minister from Jerusalem can fly with Egyptian pilots who used to be fighter pilots, who only few years before had attack out forces with their full might – this, in my opinion, is genuine peace. This is how I perceived peace (SHARON, 2004d).⁵⁵

Dessa forma, Sharon apresenta Israel como um sujeito ativo em relação a paz. Ele define o que é ela, e a busca – “*peace-seeking*” –, ele não aceita a imposição da paz por outros *Selves*, nem outras interpretações de paz. Ele define seus objetivos, molda as políticas, se compromete, e justifica suas ações nessa caça pela paz com seus vizinhos.

Israel is a peace-seeking nation. Israel's hand has always been extended in peace to all Arab states and to our Palestinian neighbors. The yearning for peace by Jews in the land of Israel and the entire world, finds expression in every aspect of our lives: The Bible, our prayers, literature and poetry - all enunciate peace. Generations of Jews were taught to seek, aspire to and pursue peace. Therefore, even if the price is painful, even if we are required to make painful compromises, I will be willing to make them for the sake of true peace - a peace for generations, the peace that we all yearn for (SHARON, 2003b).⁵⁶

Em grande parte, como será apresentado nos próximos tópicos, essa característica básica será também um forte fator de diferenciação entre Israel e seus inimigos. Enquanto o *Self* é construído como pacífico, o *Other* é um obstáculo para a paz.

4.1.4 A free and democratic nation

A última categoria do discurso básico de Sharon sobre a identidade de Israel é a democracia. Israel, como consagração do movimento sionista, precisa ser um

⁵⁵ Discurso proferido na inauguração do Centro Cultural Juvenil em Zarzir, em 20 de julho de 2004.

⁵⁶ Discurso proferido no encontro com o Primeiro-Ministro palestino, Mahmud Abbas, em Jerusalém em primeiro de julho de 2003.

Estado democrático. Segundo o Primeiro-Ministro, este sempre foi o objetivo final do movimento: um Estado democrático e livre para os judeus.

And indeed, in the power of the spirit, Zionism has cut through all obstacles and risen from the abyss of the Holocaust to the peak of national revival. The State of Israel, the fruit of the Zionist vision, has gathered the dispersed of the people and risen anew on the stage of history: A free and democratic nation, strong and prosperous, which has taken upon itself the responsibility for its own fate and restored the Jews to honor (SARON, 2002e).⁵⁷

Durante seu mandato, Sharon estabelece alguns parâmetros para definir o que é democracia. Ela é construída de duas formas diferentes, primeiro como um processo ou burocracia, e segundo como um valor. A democracia, como categoria burocrática e processual, está ligada à existência de algumas instituições legislativas e judiciárias, de um sistema eleitoral para definir as “autoridades governamentais”, e de um “processo democrático”, em que essas autoridades votam para definir os planos de ação do governo, sem interferências pessoais, voltando-se para o interesse maior da nação. Nesse sentido, Israel se caracteriza como uma nação baseada na lei. O Knesset simboliza essa vertente processual e burocrática da categoria “democracia”.

The State of Israel is a nation based on law, and this a source of its strength. By creating a law-based government, and safeguarding the independence of the judicial system, by guaranteeing the Israeli democratic system, we - all the members of the government - must endeavor to maintain proper government, public administration that works for the welfare of its citizens, while ensuring that the government's activities are always within the boundaries of the law (SHARON, 2001c).⁵⁸

A democracia também é um valor que Israel possui. Ela é utilizada sempre associada com outras categorias, como “liberdade”, “tolerância”, “paz”, “igualdade”, todas abordadas como senso comum.

The Knesset also gives expression to our common *aspiration for peace*, to our hand which is outstretched, and to our gates which are open, to all those who seek a genuine peace for generations. But our enemies will invariably be met with an iron wall, fortified and impregnable, a wall whose bricks are our faith in the *justice of our cause*, our commitment to *democratic values* and *human freedom*, and - above all - our determination and readiness to *fight and defend these values*, even if we are called upon to defend ourselves for a lengthy period (SARON, 2002f, grifo nosso).⁵⁹

⁵⁷ Discurso proferido à Jewish Agency Assembly em 23 de junho de 2002.

⁵⁸ Discurso proferido ao Knesset na inauguração do primeiro mandato, em 07 de março de 2001.

⁵⁹ Discurso proferido ao Knesset em 28 de janeiro de 2002.

Na formação discursiva, Sharon apresenta esses valores como justos e superiores, eles diferenciam o mundo “civilizado”, do mundo das “trevas”, e isso terá grandes implicações na formação da política externa de Israel. É um “jeito de vida” – *way of life* – liberal e ocidentalizado, e se deve lutar por ele e defendê-lo. Como veremos adiante, esses valores compõem por oposição o discurso de Sharon sobre o terrorismo, e assim, a “luta contra o terror”, será apresentada como uma “luta pelos valores democráticos”.

A abordagem sobre a “democracia” nos discursos de Sharon muda de foco durante o mandato. Em 2001, Sharon relaciona a “democracia” e Israel de modo afirmativo – Israel é um país democrático – e com essa caracterização ele pretende diferenciá-lo dos demais países do Oriente Médio e conectá-lo com os países Ocidentais. A sentença “*Israel is a democracy - the only democracy that exists in this region*” (SHARON, 2001d)⁶⁰ é repetida em aproximadamente 30% dos discursos de Sharon em 2001, dando destaque à necessidade de Sharon de caracterizar os demais *Selves* no Oriente Médio como não democráticos, e de diferenciar Israel destes. Em contraposição, ele ainda cria um “grupo” de *Selves* democráticos em que Israel está inserido, se conectando principalmente ao Ocidente, conforme pode ser visto no uso do pronome “nós” – “us” – no discurso a seguir:

I think the attack in the United States is an attack against the values - *democratic values* - liberal way of life, freedom of speech. It's an attempt to impose *on us, democracies*, that way of life they would like to impose *upon us* (SHARON, 2001e, grifo nosso).⁶¹

Nos anos seguintes, Sharon continua a usar a categoria democracia para caracterizar Israel de modo afirmativo. Sharon se esforça para fechar as aberturas estruturais e construir a ideia de um ambiente interno ordenado. Assim, ele sempre reifica que as decisões são tomadas e acatadas democraticamente, e que Israel é uma democracia estável, forte, ocidentalizada, complexa e madura. Os discursos que apresentam aberturas estruturais, ou seja, que são incoerentes e controversos com a ideia de harmonia e ordem domésticas, são ressignificados por Sharon. Em vez de serem colocadas como ameaças à ordem, por exemplo, elas são construídas como um processo de aprendizado e fortalecimento da democracia. O discurso apresentado em sequência ajuda a compreender esse processo.

⁶⁰ Discurso proferido na entrevista a Fox News Sunday em 05 de agosto de 2001.

⁶¹ Discurso proferido durante a entrevista à CNN em 21 de setembro de 2001.

Year after year has passed since that bitter and terrible night when Yitzhak was murdered, and the darkness of that night does not leave us and does not fade. The inconceivable happened, that which never crossed our minds: a *traitorous and murderous* hand dared to grasp a weapon and end the life of the Prime Minister of Israel. Israeli democracy – which from its inception entrusted to the voting booths and the Knesset the freedom of decision, even with the most severe disagreements and ideas, by the majority– was *stained with the blood of Yitzhak’s heart*, a brave and honest heart; there were none more loyal than he to the nation of Israel. [...] Penetrating debates, as deep and sharp as it may be, is the essence of democracy. Freedom of expression must not be restricted, however, one must guard one’s tongue. *We must never forget the lesson of November 4, 1995* (SHARON, 2004e, grifo nosso).⁶²

Sharon cria uma narrativa sobre a morte do ex-Primeiro-Ministro de Israel, Yitzhak Rabin. Ele afirma que o evento foi um assassinato desencadeado por um desacordo de opinião política. Assim, Sharon caracteriza esse evento como uma “mancha de sangue” na democracia israelense perpetuada por “traidores”. As duas metáforas remetem à excepcionalidade do evento. Na primeira, o evento é uma “mancha de sangue” porque se destaca em meio a um processo “limpo”, sem assassinatos por desavenças políticas. É um evento que suspendeu a normalidade democrática de Israel, uma exceção, e não a regra. A segunda metáfora caracteriza aqueles que perpetuaram o evento como *outsiders*, eles não representam a população israelense como um todo, são marginalizados, também separados da normalidade. Por fim, segundo Sharon, o assassinato do ex-Primeiro-Ministro de Israel, em sua excepcionalidade, deve ser lembrado para que haja aprendizado e não se repita. Aquilo que no passado foi o motivo de um assassinado – a divergência de opinião política – neste discurso é ressignificado pelo Primeiro-Ministro como a força da democracia, e não sua fraqueza.

Até o fim de 2004, as ameaças “reais” à democracia de Israel são construídas como externas, elas vêm dos países vizinhos com seus regimes não democráticos, do terrorismo palestino, da violência externa, etc. Elas se situam no *outside*, mantendo as fronteiras entre o ambiente doméstico e externo nos termos apresentados por Walker (1993). A democracia oferece ordenamento ao Estado e ajuda a legitimar a existência do Estado pois constrói uma sensação de segurança aos cidadãos. Essa segurança diz respeito ao medo de retorno à barbárie, à desordem e à anarquia, todas categorias representadas negativamente (CAMPBELL, 1992).

Para se legitimar, segundo Campbell (1992), o Estado precisa de um *Self* ordenado e tudo aquilo que infere ameaça a essa ordem deve ser representado como

⁶² Discurso proferido no nono aniversário de assassinato de Yitzhak Rabin, em 27 de outubro de 2004.

alteridade. Quando essa ameaça é identificada no âmbito doméstico, ela desestabiliza as fronteiras entre o *inside* e o *outside*. Há, então, um esforço discursivo para classificar as instabilidades como desvios à norma, marginalizá-las e discipliná-las. O exemplo a seguir mostra como Sharon constrói algumas ameaças domésticas, e coloca essas ameaças neste processo de normalização.

Essa ameaça doméstica aparece nos discursos do Primeiro-Ministro principalmente partir do final de 2004, quando ele está em um processo de legitimar domesticamente o Plano de Desengajamento da Faixa de Gaza⁶³. Para construir essa ameaça, primeiramente o Primeiro-Ministro destaca que todas as decisões sobre o Plano foram tomadas democraticamente, seguindo o devido processo legal. Dessa forma, ele estabelece um terreno ordenado, democrático, que segue a “normalidade” esperada. Ao mesmo tempo que ele vai construindo a legitimidade do processo a partir do discurso do processo democrático, em oposição, ele também constrói uma narrativa sobre uma parte dos colonos que se opõem à desocupação. Sharon classifica esse comportamento como “desobediência civil”, e acusa os colonos de utilizarem a violência e incitamento contra outros civis israelenses.

É justamente a desobediência civil que Sharon classifica como uma ameaça à identidade israelense, porque ela contraria a característica democrática do Estado, o empreendimento sionista – a categoria judaica do Estado – e a nação israelense como um todo. Para ele, essa “desobediência civil é um passo contra a “ordem” e a favor da “anarquia”. Com isso, Sharon desestabiliza as fronteiras construídas entre o *inside* ordenado, e o *outside* anárquico e violento. Aquela característica básica que diferencia Israel dos seus vizinhos e o aproxima do ocidente⁶⁴ tem suas estruturas comprometidas.

[...] [T]he privilege and duty to ensure the future of the State of Israel is on each and every one of us – the citizens of the State. The future of the country, the future of the Zionist enterprise, rests first and foremost on the ability of each of us to accept the democratic decisions of the ruling authorities, from the moment such a decision is made. *The affliction that puts not only our democracy in real danger, but also our unity as a nation – thus undermining our very existence – is the affliction of disobedience.* “Your ruin and

⁶³ O Plano de Desengajamento da Faixa de Gaza foi um plano de segurança proposto por Ariel Sharon, com apoio dos Estados Unidos, que propunha, em linhas gerais, a retirada das tropas e das comunidades judaicas daquela região, a construção de uma cerca de proteção e remodelagem das linhas de segurança de Israel. O plano será analisado em mais detalhes no tópico 5.4 do capítulo seguinte.

⁶⁴ Esse processo de aproximação do ocidente, principalmente dos Estados Unidos, e o afastamento dos demais países do Oriente Médio, será aprofundado no tópico 4.2, a seguir.

destroyers will come from within you.” There is no more accurate a description than this of the phenomenon of disobedience. *Disobedience is the first big step towards anarchy*. Its practical significance is the destruction of the acceptance of governmental authority, without which – as is written in the Ethics of the Fathers – men would swallow one another alive (SHARON, 2004f, grifo nosso).⁶⁵

Para remediar essas instabilidades discursivas, primeiramente, Sharon caracteriza o comportamento como marginal e minoritário. Ele é incitado por um pequeno grupo, e Sharon confia que esse comportamento não irá se espalhar para o restante da população.

The apocalyptic prophecies regarding a civil war which would involve casualties - have all been refuted. And *disobedience* - an affliction which threatened to undermine the foundations of our democracy and endanger our unity - ultimately turned out to be *marginal* (SHARON, 2005e, grifo nosso).⁶⁶

They are willing to disrupt our daily lives and the normal routine in this country, through an attempt to generate massive disobedience. *And I am certain that there will be no massive disobedience in the State of Israel*, but there is an intention to undermine the legitimacy of government institutions, disrupt the daily routine by blocking roads, sabotaging telecommunication systems, throwing “ninjas”, oil, burning cars. You know it better than I do. I view this as radical and extremely severe violence against citizens, policemen and soldiers. To me, disobedience is the gravest thing. *I rely on this nation to not follow this severe incitement* (SHARON, 2005f, grifo nosso).⁶⁷

A segunda estratégia é a de tolerância zero, mostrando que esse comportamento não tem espaço na sociedade israelense. De forma conjunta, Sharon ainda reforça o caráter democrático de Israel, apontando que a liberdade de expressão através de protestos é amplamente aceita, mas não com o uso da violência.

I believe that disobedience is the worst thing that can happen. It is an attempt to bring about the destruction of the State of Israel, and it must be prevented in any way. My instruction in these instances is clear: political protest – yes! Political violence – not under any circumstances! I expect you to show tolerance towards the protesters, particularly those settlers who mourn the loss of their homes and lifestyles, but to show zero tolerance towards the radical, violent and disobeying elements. Here there must be no tolerance (SHARON, 2005f).⁶⁸

⁶⁵ Discurso proferido na sessão especial do Knesset em celebração ao nono aniversário do assassinato de Yitzhak Rabin z em 27 de outubro de 2004.

⁶⁶ Discurso proferido no décimo aniversário de assassinato de Yitzhak Rabin, em 14 de novembro de 2005.

⁶⁷ Discurso proferido no encontro com os Oficiais da Polícia, em 14 de julho de 2005.

⁶⁸ Discurso proferido no encontro com os Oficiais da Polícia, em 14 de julho de 2005.

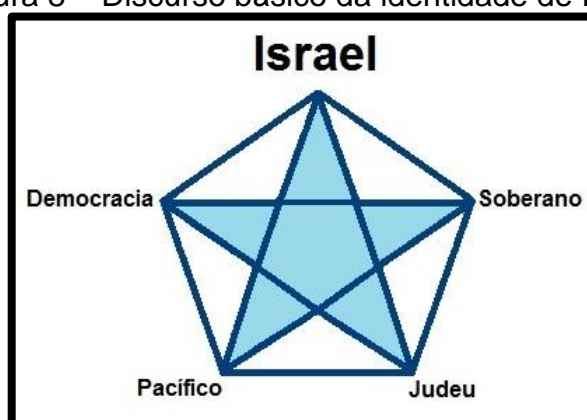
Por fim, ele também recorre à disciplinarização, a partir da criminalização dos atos de desobediência, punição daqueles que perpetuam essas ações, e afirmando a necessidade de um trabalho de prevenção.

The phenomenon of violence in Israeli society is increasing. It requires focused care - with determination and zero tolerance by all bodies that are involved in the struggle against violence. This requires that all those who head such bodies dedicate the maximum amount of time at his disposal to the struggle. The issue requires comprehensive work, directed by one person who will monitor - on a weekly basis - the plans of all bodies involved in the struggle against violence. [...] Dealing with violence is a chain that must begin with education, continues to policing, the State Prosecutor's Office, social workers, judges and prisons (SHARON, 2005g).⁶⁹

E assim, Sharon busca diminuir as instabilidades discursivas e aberturas estruturais na construção da categoria democracia. Ele marginaliza, pune e corrige aqueles que desviam do comportamento esperado, criando um discurso sobre a manutenção da ordem doméstica.

A Figura 8 ilustra o discurso básico de Ariel Sharon sobre a identidade de Israel.

Figura 8 – Discurso básico da identidade de Israel



Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Será a partir delas que Sharon irá basear os processos de ligação e diferenciação com outros *Selves*, construir relações de amizade e inimizade, e também legitimar o uso da violência contra os palestinos. Ele irá se aproximar, cooperar e criar laços de amizade com aquelas nações que compartilham com Israel algumas dessas características, e se afastará daquelas que ameaçam a estabilidade da sua identidade.

4.2 The free world against the black forces of wickedness

⁶⁹ Discurso proferido na reunião de gabinete em 05 de junho de 2005.

O Primeiro-Ministro de Israel, Ariel Sharon, transita entre diversos espaços e tempos para construir a identidade israelense. Como foi superficialmente apresentado no tópico anterior, ele coloca Israel como pertencente ao Mundo Livre, e se opõe aos demais países do Oriente Médio, categorizando-os como as “forças das trevas” ou “forças do mal”. De modo geral, o Mundo Livre é formado por aqueles países que compartilham os valores democráticos, de liberdade e paz, são civilizados, compartilham um modo de vida liberal, repudiam o terrorismo e buscam a estabilidade e a segurança global. Para o Primeiro-Ministro, Israel é o único representante do Mundo Livre no Oriente Médio, e é a fronteira entre esses dois mundos.

De acordo com Hansen (2006), a identidade e a política externa são mutuamente constitutivas. É a partir da política externa que a identidade é produzida, e vice-versa, em um processo cíclico sem começo nem fim. Nesse sentido, as características básicas da identidade israelense irão guiar a política externa de Israel. Em um espectro de oposição, em um extremo estariam aqueles Estados que reconhecem todas as características básicas de Israel, e no outro extremo, estariam aqueles que não reconhecem o direito de existir de Israel como Estado soberano, o que negaria também todas as demais categorias. Esse tópico tem como objetivo analisar essas construções identitárias a partir dos processos de ligação e diferenciação, principalmente em relação ao Estados Unidos, Europa e Oriente Médio.

4.2.1 The greatest democracy on earth - the United States of America

Sharon defende retoricamente uma política “da boa vizinhança”, prezando sempre manter uma relação cooperativa entre Israel e outras nações no mundo, principalmente ocidentais. Ele acredita que essas relações diplomáticas asseguram a força de Israel como Estado. Porém, a amizade com os Estados Unidos sempre foi prioridade em relação as demais. Desde seu discurso de vitória das eleições em 2001, Sharon já destacava a aproximação com os Estados Unidos como um objetivo de seu governo. “*We shall act to deepen the special relationships with our great friend and ally, the United States, and we shall strive to achieve closer ties between the State of Israel and the countries of the world*” (SHARON, 2001f, grifo nosso).⁷⁰

Assim, desde o início do seu mandato, Sharon se empenha em estreitar os laços entre os dois *Selves*, classificando sempre positivamente a relação e colocando-

⁷⁰ Discurso proferido na vitória das eleições, em 07 de fevereiro de 2001.

a em destaque como superior às demais. Ele sempre utiliza expressões como “*greatest friend*”, “*deep friendship*” ou “*stronger friendship*”, de modo a destacar o lugar superior que os Estados Unidos ocupam nas suas relações.

The government that I head, a national unity government, knows how to take careful and responsible consideration regarding both security and diplomatic matters. The government that I head understands that in order to maintain Israel's strength, we must maintain our network of relations with our friends around the world, especially the United States, our *greatest friend*. Our current network of relations - which is based on trust, common values, principles and mutual interests - with the US administration is, perhaps, as good as it has ever been (SARON, 2002g, grifo nosso).⁷¹

Para construir a relação com os Estados Unidos, Sharon utiliza principalmente o processo positivos de ligação, em que utiliza discursos afirmativos de semelhança. E conforme já foi apresentado anteriormente, isso pode acontecer através de diversas categorias (CAMPBELL, 1992). Com os Estados Unidos, Sharon utiliza principalmente valores, interesses e ameaças como as categorias que unem e assemelham os dois *Selves*.

A deep friendship exists between Israel and the US - between our peoples and countries. This friendship is based on common values of a commitment to democratic values, freedom, peace, and on common interests, including the drive towards regional stability and preventing terrorism and violence (SHARON, 2001g, grifo nosso).⁷²

Os valores compartilhados circundam a ideia de “valores democráticos” apresentados anteriormente e o modo de vida liberal e ocidental. As principais categorias associadas, além de “democracia”, são “liberdade”, “independência” e “paz”. Essa troca de valores se dá entre eles como Estados, e também entre as duas nações, conectado Israel à diáspora judaica estadunidense. O segundo fator diz respeito aos interesses em comum, em que se destacam o interesse pela paz, segurança e estabilidade no Oriente Médio. Por fim, a última categoria que une ambos os *Selves* são as ameaças em comum. Segundo Sharon, tanto o terrorismo – internacional e local – quanto a possibilidade de produção de armas de destruição em massa por alguns países do Oriente Médio, como Irã e Iraque, ameaçam os dois Estados. Grande parte da relação entre os dois países será construída em torno da cooperação para alcançar esses interesses e combater as ameaças em comum.

⁷¹ Discurso proferido ao Knesset em 14 de maio de 2002.

⁷² Discurso proferido no Aeroporto Ben-Gurion em 18 de março de 2001.

The Arabs are now planning missiles of 2,500 kilometers and they are working or thinking now about a missile of 5,000 kilometers. The danger is not only for Israel. The danger is, let us say, for all the region here, and I think that the danger is to you and even to the United States. Therefore, we have to look at that as one of the main dangers to the stability in the Middle East. I would like to just take advantage of your question, I would say that there are two major threats to stability in the Middle East, in which we are interested, the United States is interested, Europe is interested and the region is interested. One is terrorism and the second one is Iran and Iraq. So we speak about a common interest, a common strategic problem that all those countries or regions are involved with or interested in (SHARON, 2001h).⁷³

Dessa forma, esse discurso mais básico sobre a relação entre os dois *Selves* pode ser resumido na Figura 9.

Figura 9 – Caracterização da relação Israel-Estados Unidos



Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Essa construção da amizade é tão forte para Sharon, que em 50% das vezes que o Primeiro-Ministro usa as palavras “amigo”, “amizade” ou “amigável” – *friend*, *friendship* e *friendly* – em todo seu mandato, ele está se referindo aos Estados Unidos diretamente ou indiretamente, como por exemplo, através do Presidente George Bush. Porém, é necessário destacar que o ápice desse movimento ocorre entre o fim de 2001, após os eventos do 11 de setembro, e durante todo o ano de 2002. Neste período aproximadamente 70% das vezes que o Primeiro-Ministro utiliza a palavra “amigo” e seus derivados, ele está se referindo aos EUA. Isso demonstra uma necessidade constante de reafirmação desse discurso. A repetição é utilizada como uma forma de criar mais conexão entre duas categorias, e apagar diferenças, mas ao

⁷³ Discurso proferido para a Foreign Press Association em Jerusalém em 08 de maio de 2001.

trazer a categoria para o centro, ela acaba sinalizando alguns conflitos discursivos. E é justamente nesse período de maior destaque que algumas aberturas discursivas são encontradas na construção dessa amizade.

Nos dois discursos apresentados a seguir que ocorreram nesse período entre o pós-11 de setembro e 2002, por exemplo, Sharon é questionado sobre a conduta dos Estados Unidos em relação ao conflito entre Israel e Palestina. No primeiro discurso, ele é perguntado se Israel está sendo pressionado a voltar à mesa de negociação com os palestinos, mesmo sem o fim dos ataques terroristas⁷⁴. Já no segundo discurso, seis meses depois, Sharon é questionado se ele teme utilizar a violência contra os ataques terroristas e ser acusado pelos Estados Unidos de minar o processo de negociação⁷⁵. É interessante notar as similaridades discursivas das respostas.

No, *we are not under any pressure* by the United States. There is a *close understanding and close traditional friendship*, and I think that one cannot surrender to terror. What do we ask? We ask one thing: we want to live a peaceful life here. We are ready to help. I don't think there's any kind of an obstacle. Altogether, one must look and understand that Chairman Arafat conducts terror. His strategy is a strategy of terror (SHARON, 2001e, grifo nosso).⁷⁶

We are working in full coordination with the American government. President Bush, Vice President Cheney and the American administration know and recognize Israel's right to self-defense. *We are not subject to any pressure*, either before or during the visit. Relations between us are based on *friendship and mutual understanding of needs* (SARON, 2002a, grifo nosso).⁷⁷

Em ambos os discursos, Sharon nega qualquer tipo de pressão vinda dos Estados Unidos e afirma que há “entendimento” – *understanding* – sobre a conduta israelense⁷⁸, e apesar de não ser questionado sobre a natureza da relação, ele destaca uma amizade, profunda e tradicional. Dessa forma, ele tangencia a pergunta e reafirma a relação de forma positiva, para evitar a possibilidade de questionamento

⁷⁴ “Is there an imbalance between what the United States is asking of you - to get back to the negotiating table, if necessary, make concessions to allow negotiations to happen - and between what you are saying: that you will not negotiate under fire, that you have said that since you have been prime minister? Are you under pressure from the United States to step away from your principles?”

⁷⁵ [T]errorist attacks are continuing, despite the presence of General Zinni in the region. Why doesn't Israel react militarily to these attacks? Is it out of fear that the US will accuse it of causing the failure of Zinni's mission?

⁷⁶ Discurso proferido durante a entrevista à CNN em 21 de setembro de 2001.

⁷⁷ Discurso proferido em conjunto com o Ministro da Defesa Binyamin Ben-Eliezer para a imprensa após uma reunião de gabinete em 29 de março de 2002.

⁷⁸ No primeiro momento, um entendimento de que não se deve ceder ao terrorismo, e no segundo, sobre direito de autodefesa de Israel.

dessa categoria. Em outros momentos, conforme o discurso a seguir apresenta, Sharon assume a existência de algumas controvérsias. Mas utiliza a mesma estratégia, reafirmando a relação de modo positivo. As controvérsias são, na verdade, a “força” de uma amizade verdadeira.

Our deep friendship with the US is strong and enduring despite - and I say this with pain - revelations of disrespectful localized panic. Ours is a true friendship and partnership even if we don't always agree on everything. *This is exactly the strength of true friendship* (SHARON, 2001i, grifo nosso).⁷⁹

Manter essa relação de amizade é importante para Sharon porque os Estados Unidos são o principal mediador do conflito entre Israel e Palestina. E assim, essa relação de amizade e entendimento mútuo será mobilizada pelo Primeiro-Ministro para legitimar sua política externa contra os palestinos. Isso será feito, primeiramente, legitimando a “Guerra ao Terror” israelense contra os palestinos, a partir dos eventos do 11 de setembro, e segundo na expectativa de reconhecimento das categorias básicas da identidade de Israel no que diz respeito aos planos de negociação apresentados pelos EUA. Essas duas estratégias serão analisadas no capítulo seguinte.

4.2.2 *We do not underestimate Europe, we have contact with Europe*

A relação identitária construída pelo Primeiro-Ministro com a Europa não é de alinhamento e amizade, como com os Estados Unidos. Há uma indecibilidade no discurso de Sharon sobre a Europa que varia entre um compartilhamento de valores e interesses por um lado, e de desconfiança por outro lado. Dessa forma, não é possível estabelecer com clareza o tipo de relação construída entre esses *Selves*.

Desde o início de seu mandato, o Primeiro-Ministro estabelece que existem alguns interesses em comum entre Israel e a Europa, como por exemplo, a estabilidade do Oriente Médio. Além disso, eles também compartilham os valores democráticos e liberais. Mas quando se trata da situação política entre Israel e a Palestina, há alguns pontos de inflexão. Sendo assim, para Sharon essa é uma relação estratégica para Israel e para a Europa em diversos campos, mas que não avança para o campo político.

⁷⁹ Discurso proferido ao Knesset em 24 de outubro de 2001.

The bilateral relations between Europe and Israel are based on a long-standing tradition of shared values: democratic freedom and market economy. The scope of our mutual trade reaches almost \$25 billion a year and there is cooperation in the field of research and development. It is important that these relations further develop for the benefit of all parties, regardless of political issues relating to the Middle East conflict (SHARON, 2001j).⁸⁰

Para Sharon, existem algumas categorias mal resolvidas na identidade europeia, e na relação deles com o povo Judeu. Primeiramente, o recrudescimento do antissemitismo na Europa é recorrentemente abordado por Sharon, que destaca a falta de dedicação das lideranças europeias para lutar contra o fenômeno. Para Sharon, o ódio aos judeus não é compatível com os valores democráticos que o Mundo Livre compartilha, salientando uma instabilidade na construção da identidade europeia. Sharon chama atenção para a responsabilidade dos países da Europa de lutar contra o fenômeno. Ao ser questionado sobre sua opinião em relação ao aumento do antissemitismo na Europa e quais sugestões ele daria aos governos europeus nessa questão, por exemplo, Sharon responde:

We are eyewitness to anti-Semitism that spreads very fast. The Jews have their own experience, although we do not live in the world that existed 60 years ago, I would like to say that anti-Semitism is one of the greatest dangers, not only for us. I would say that the Jews gradually, that is the goal of my government, is to bring 1,000,000 Jews to Israel in the next 10 - 20 years. I hope that by 2020 the majority of the Jewish people will be living in Israel. But I would like to say that anti-Semitism is dangerous for the rest of the world, and not only for us (SHARON, 2003c).⁸¹

Além do recrudescimento do antissemitismo, Sharon também demonstra ressentimento em relação à história desses países com o povo Judeu, principalmente ao recordar a memória do Holocausto. Para o Primeiro-Ministro, o Holocausto foi o mais terrível ato de assassinato na história, e isso cria uma identidade histórica inegociável com Israel. Apesar de manter relações próximas com os países europeus, ele afirma que nunca haverá perdão ao Holocausto. É perceptível o rancor de Sharon nos discursos que perpassam esse assunto não só em relação aos países diretamente envolvidos com o Holocausto, mas também com aqueles que sabiam da existência dele, e não tomaram medidas para impedir.

Even 60 years after the Holocaust, the pain over the terrible loss of millions of innocent Jews, who were massacred merely for being Jewish, has not faded.

⁸⁰ Discurso proferido após o encontro com o Primeiro-Ministro da Bélgica, Verhofstadt, em 18 de novembro de 2001.

⁸¹ Discurso proferido para a Foreign Press Association em Jerusalém em 19 de janeiro de 2003.

The Jewish people will never recover from the murder of their sons and daughters by the Nazis and their collaborators. There cannot be and there is no pardon and forgiveness for what the Jewish people suffered at the hands of the Germans. There cannot be and there is no pardon for the annihilation of European Jewry - an entire world of wisdom and industry, extraordinary talent which could have contributed greatly to all of humanity. All this was destroyed and lost in the worst and most terrible act of murder throughout history (SHARON, 2005d).⁸²

Manter a história do Holocausto viva é importante para Israel pois justifica a extrema necessidade da existência de Israel como Estado judeu. Os judeus precisavam de um lar, um lugar onde poderiam viver sua identidade judaica sem medo, e assim, a razão de existir de Israel é proteger os judeus para que aquilo nunca se repita. Qualquer ameaça existencial aos judeus como povo é entendida por Sharon como uma ameaça direta para Israel, que irá se defender e defender seu povo. Para Sharon, o Holocausto e o aumento do antissemitismo na Europa são indicadores de que os judeus não podem confiar plenamente na Europa. De modo conflitante com a relação de confiança e amizade estabelecida entre Israel e os Estados Unidos, Sharon afirma que o Holocausto foi uma lição para que os judeus não confiassem em ninguém além deles mesmos, ou seja, além de Israel.

This is the Jewish lesson of the Holocaust and this is the lesson which Auschwitz taught us, the enchained people. The State of Israel has learned this lesson, and since its establishment it has done its utmost to defend itself and its citizens, and provide a safe haven for any Jew, wherever he may be. We know that we can trust no one but ourselves (SHARON, 2005b).⁸³

O Holocausto e o antissemitismo na Europa afastam os *Se/ves* de Israel e da Europa, pois negam as características básicas da identidade israelense construída por Sharon. Segundo o Primeiro-Ministro, enquanto antigamente o antissemitismo negava o direito de igualdade dos judeus nas sociedades europeias, o novo antissemitismo é performado na negação do direito de Israel de existir como Estado soberano e judeu, e de se defender, principalmente, no que tange seu direito de “legítima defesa” contra as ações ofensivas dos palestinos. Assim, quando os Europeus questionam os métodos de ação de Israel contra os palestinos, eles estão, na verdade, negando o direito de existir de Israel.

⁸² Discurso proferido ao Knesset durante a visita do Presidente Alemão, Köhler, em 02 de fevereiro de 2005.

⁸³ Discurso proferido sessão de aniversário de 56 anos do Knesset em Tu Bishvat em 25 de janeiro de 2005.

This phenomenon of Jews defending themselves and fighting back is anathema to the new anti-Semites. Legitimate steps of self-defense which Israel takes in its war against Palestinian terrorist -- actions which any sovereign state is obligated to undertake to ensure the security of its citizens -- are presented by those who hate Israel as aggressive, "Nazi-like" steps. Any of the manifestations of anti-Semitism in the past years are no longer aimed only at Jews as individuals. Rather, they are aimed at the embodiment of all Jews: the State of Israel, the Jewish state (SHARON, 2005b).⁸⁴

Em todos os discursos apresentados até então Sharon se refere aos “europeus”, de forma generalizada, não especificando nenhum Estado. E quando faz isso, ele destaca especificamente os desencontros identitários entre os *Selves*. Diferentemente, quando ele se refere aos Estados europeus de forma específica, Sharon assume um tom mais cordial. Enquanto com a “Europa” a conexão histórica é um ponto de desencontro identitário, ao se referir especificamente a um país, como no exemplo a seguir, a Estônia, a relação histórica é enaltecida como um vínculo identitário, como uma ponte que une os dois Estados.

The Jewish people and the State of Israel will never forget the fate of the approximately 2,000 Estonian Jews who were murdered during the Holocaust by the Nazis and their collaborators, as well as the thousands of others who were brought to Estonia from neighboring countries and were murdered on its soil. *The survivors of this community who today live in Israel and Estonia constitute a bridge to the advancement of bilateral relations* (SHARON, 2004g, grifo nosso).⁸⁵

Assim, ações específicas dos países contra o crescimento do antissemitismo, e o nível de integração da população judaica nessas sociedades ganham mais destaque, e são tratados de forma mais positiva.

I came in order to express my appreciation to the president of France, whom we view as one of the great leaders of the world. I would like to thank the president for his determined struggle against anti-Semitism and for his complete faith in the strengthening of bilateral relations. I would like to thank the president for inviting me at this time. I am certain that the visit will both strengthen bilateral relations and promote peace in the Middle East (SHARON, 2005h).⁸⁶

Conforme é possível observar no discurso acima, Sharon enaltece o presidente da França, Chirac, afirmando que ele é um dos “maiores líderes do mundo”, em

⁸⁴ Discurso proferido sessão de aniversário de 56 anos do Knesset em Tu Bishvat em 25 de janeiro de 2005.

⁸⁵ Discurso proferido no encontro com o Primeiro-Ministro da Estônia, Juhan Parts, em 30 de novembro de 2004.

⁸⁶ Discurso proferido no encontro com o Presidente francês, Chirac, em Paris, em 27 de julho de 2005.

seguida agradece a sua atuação contra o antissemitismo, e logo após, afirma uma aproximação bilateral entre os dois países. A forma como ele estrutura o discurso cria uma sequência de conexões: o parâmetro para identificar uma boa liderança está relacionado com a luta contra o antissemitismo, e isso gera um fortalecimento das relações bilaterais com Israel.

Outra diferença é que, enquanto Sharon não associa diretamente a Europa ao Mundo Livre, isso acontece quando ele trabalha com os Estados especificamente. Isso aparece nos discursos sobre o Reino Unido, por exemplo, principalmente associando a imagem do Primeiro-Ministro Tony Blair na luta contra o terrorismo internacional juntamente com o Presidente dos Estados Unidos, George Bush. Na ocasião, Sharon enfatiza aquilo que ele classifica como “valores básicos”, referentes aos já então associados a imagem de Israel e dos EUA como “valores democráticos”. Apesar de não utilizar o termo “Mundo Livre”, é possível fazer essa associação uma vez que Sharon relaciona todos aqueles termos que compõem o seu discurso sobre o que é o “Mundo Livre” com o Reino Unido.

I would like to praise Prime Minister Blair's leadership, together with US President George Bush, in the struggle against global terrorism. It is a fight for basic values, *freedom, liberty, security and democracy*. It is a fight that every *peace-loving nation* supports for the sake of the security of future generations. It is a justified struggle to realize the right of self-defense. We wish Britain, the United States and everyone who may be taking part in this campaign the best of success in this righteous struggle because your success is the success of all those who espouse these values (SHARON, 2001k, grifo nosso).⁸⁷

Dessa forma, pode-se resumir que existe um tratamento qualitativamente diferente no discurso de Sharon sobre o todo – Europa – e sobre as partes – países que compõe a Europa. Isso implica na impossibilidade de estabilizar esse discurso e definir uma única caracterização para essa relação. Ela não é uma amizade, como com os Estados Unidos, mas também não são apresentados discursos de oposição radical, que o caracterizaria como inimigo, se comportando de uma forma indecível.

4.2.3 *The darkness of the Middle East*

Conforme foi apresentado, a Europa não é diretamente associada ao Mundo Livre, mas também não é colocada em oposição radical. Quem faz a oposição radical

⁸⁷ Discurso proferido na coletiva de imprensa em conjunto com o Primeiro-Ministro do Reino Unido, Tony Blair, após seu encontro em 01 de novembro de 2001.

ao Mundo Livre são as “Forças das Trevas” ou “Forças do Mal”, que são localizadas por Sharon no Oriente Médio. Para a construção desse tipo de relação, o locutor utiliza principalmente o processo de diferenciação, em que contrasta as características do *Self* que são positivamente construídas, com aquelas do *Other*, em que há categorias geralmente associadas a desvios da normalidade, que causem estranheza e preocupação. Essas categorias diferenciam os *Selves* temporalmente, moralmente e espacialmente (CAMPBELL, 1992).

A primeira estratégia utilizada por Sharon de diferenciação entre esses dois “mundos” é a partir da caracterização do Oriente Médio como “hostil”, “instável” e “violento”. Desde o início de seu mandato, Sharon destaca a luta por “estabilidade”, “segurança” e “paz” no Oriente Médio como alguns dos principais interesses de Israel, e que ele compartilha com outros *Selves*, como os Estados Unidos e a própria Europa. Isso indica que, para Sharon, a região é caracterizada como instável, hostil e violenta.

In my meetings in Washington, we discussed a wide range of bilateral issues that stem from our common values - freedom, liberty and democracy – and our common interests - *striving for peace, security and stability in the Middle East*. We discussed the aspiration that is common to us all - the securing of a true peace, a peace for generations (SARON, 2002g, grifo nosso).⁸⁸

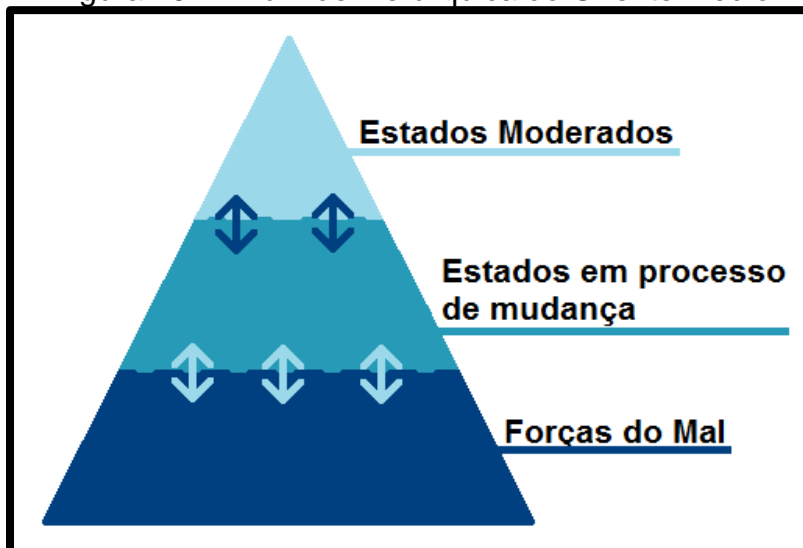
As três categorias associadas a Israel são positivamente construídas, elas são objetivos a serem alcançados, e em oposição, as três associadas ao Oriente Médio são construídas negativamente, elas precisam ser superadas. Ele aponta que existem diversos países e grupos não soberanos na região que geram essa instabilidade enquanto, dicotomicamente, Israel e os Estados Unidos buscam resolver esses problemas.

Em outros momentos, Sharon trabalha com a identidade separada de cada um dos países do Oriente Médio. O Primeiro-Ministro constrói uma pirâmide hierárquica entre esses Estados, posicionando na base aqueles que causam a instabilidade na região e ameaçam Israel. No topo da hierarquia estão os países moderados, que possuem acordos de paz com Israel, mantêm relações pacíficas e cooperativas, e entendem os males do terrorismo. Entre esses dois extremos existem um espaço em movimento, nele circulam aqueles Estados que estão em processo mudança, conforme mostra a Figura 10. É importante ressaltar que mesmo havendo países que compartilham alguns valores, e estão no topo dessa hierarquia, Israel ainda é superior

⁸⁸ Discurso proferido ao Knesset em 14 de maio de 2002.

a eles, com uma experiência política completamente diferente dos demais, uma “ilha” ocidental e democrática em meio aquele mundo hostil do Oriente Médio.

Figura 10 – Pirâmide hierárquica do Oriente Médio



Fonte: Elaborado pela autora (2020).

O Egito é, segundo o Primeiro-Ministro, o melhor – *greatest* - país árabe que existe, e se encontra no topo da pirâmide. Essa posição se deve ao fato de que o Egito buscou a paz com Israel e teve uma visão estratégica dessa relação. Sharon constrói a narrativa da relação entre Israel e Egito, mostrando como havia uma clara inimizade que gerou diversas guerras, mas que com uma mudança de postura das lideranças egípcias, quebrando o ciclo de violência, e aderindo a uma visão de paz, conseguiram firmar acordo de paz duradouro com Israel.

Today we mark 25 years since the signing of the peace agreement between Israel and Egypt, the *greatest* of all Arab states. [...] The peace treaty between Israel and Egypt, which survived the abhorrent murder of President Sadat by radical Muslims, as well as the other political developments and tribulations this region has undergone in the past 25 years, proved by its vitality that it was not a private agreement between two outstanding figures, but rather a treaty which corresponds with and embodies the true strategic interests of our two nations. For 10 years, the Arab world boycotted Egypt for making peace with Israel, but that did not deter the Egyptians, who continued on the path of peace. After 10 years, the Arab world accepted Egypt's leadership again, providing the ultimate proof of the justness of the path of peace. *After Egypt broke the cycle of hostility surrounding us*, the Kingdom of Jordan, led by King Hussein, also signed a peace treaty with Israel, led by Prime Minister Yitchak Rabin, and it is our hope that other Arab states will follow (SHARON, 2004h, grifo nosso).⁸⁹

⁸⁹ Discurso proferido na Sessão especial do Knesset em comemoração dos 25 anos do Acordo de paz entre Israel e Egito em 24 de março de 2004.

A afirmação de que o Egito quebrou o ciclo de hostilidade com Israel remete a diversos outros discursos do Primeiro-Ministro, e reforça traços da identidade de Israel. Como foi apresentado, a pacificidade é uma característica parte do discurso básico sobre o *Self* israelense. Assim, ele não seria capaz de quebrar um ciclo de hostilidade porque Israel não é um Estado hostil, violento e não produz guerras. Ao contrário, ele sempre descreve a atitude israelense como aberta ao diálogo e à negociação pacífica. Todas as guerras em que Israel esteve envolvido, segundo Sharon, foram impostas a ele na necessidade de se defender. Por isso, a ação de quebrar esse ciclo de hostilidade é atribuída ao Egito, e não a Israel. Isso também é observado quando ele fala do Reino da Jordânia, que também está no topo da pirâmide, e da esperança de que os demais Estados árabes “sigam” o mesmo caminho do Egito. Ou seja, ele reforça que o ciclo de hostilidade que existe com os Estados árabes precisa ser quebrado por eles, e não por Israel, uma vez que a hostilidade nunca foi uma escolha israelense.

Em relação à hierarquia do Oriente Médio, uma característica que diferencia a Jordânia e o Egito dos demais países é a “visão estratégica”. Segundo o Primeiro-Ministro, firmar um acordo de paz duradouro gerou benefícios para todas as partes, apesar das concessões realizadas. Dessa forma, Egito e Jordânia conseguiram ultrapassar a barreira de ódio a Israel e aos judeus que existia, e ter uma visão mais “racional” e “estratégica” da relação, o que os caracteriza como melhores e mais justos que os demais países do Oriente Médio. Existe, então, uma superioridade nos discursos do Primeiro-Ministro, da racionalidade – ligada à estratégia – sobre a “paixão” – ligada ao ódio a Israel.

Como pode-se notar, o que posiciona esses países na parte superior da pirâmide é justamente essa conexão com Israel. Porém, mesmo com uma relação pacífica com esses Estados, Sharon classifica Israel como superior a eles. A “hostilidade” é construída por Sharon como categoria negativa e inferior à “pacificidade”, e é algo a ser corrigido, “melhorado”. Portanto, essa característica hostil dos “Estados árabes” os coloca em um patamar inferior a Israel, inclusive o Egito e a Jordânia. O discurso a seguir exemplifica essa diferenciação feita pelo Primeiro-Ministro.

Even in the period preceding the peace agreements, we never hated the Egyptian people. The Torah explicitly commands that, despite the horrible things the Egyptians did to the people of Israel, and I quote: "You shall not

reject an Egyptian, for you were a sojourner in his land". And Rashi even adds, and I quote: "Remember that they provided you with shelter in a time of plight (SHARON, 2004h, grifo nosso).⁹⁰

Em oposição à relação pacífica que existe entre Israel, Egito e Jordânia, existem aqueles países que formam a base da pirâmide. No início de seu mandato, basicamente todos os demais países da região – Afeganistão, Irã, Iraque, Líbano e Síria – ocupavam esse espaço. Em relação a eles, Sharon destaca as diferenças radicais, e não se esforça em apresentar as similaridades. No extremo, esses países podem ser construídos como ameaças a Israel e poderiam ser combatidos. O principal ponto de inflexão com esses países se dá pelo não-reconhecimento do direito de existir de Israel como Estado soberano e judeu, e por não compartilharem os “valores democráticos” tão caros a Sharon.

Sharon denuncia, em especial os “Estados árabes”, de incitar o ódio ao povo Judeu e a Israel através de propagandas, mídia, escolas e até através da religião islâmica, criando uma cultura do ódio que perpetua a relação de inimizade não só entre os Estados, mas também entre os povos judeus e árabes.

Unfortunately, the propaganda against Israel in the kindergartens and schools in the Arab world is horrific and does not advance the chances for peace. In several Arab countries, including those with which we have peaceful relations, it is impossible to find Israel on maps. The Arab world still does not recognize the Jewish People's right to the Land of Israel as its homeland (SHARON, 2005i).⁹¹

Além disso, como já foi trabalhado anteriormente, Sharon se esforça para destacar que Israel é o único Estado democrático na região. Em contraposição aos “valores democráticos” caracterizado pela “liberdade”, “paz”, “tolerância”, os regimes do Oriente Médio são caracterizados por termos como “tirano”, “mal”, “trevas”, “fundamentalista”, “extremista”, “cruel”, “ditatorial”, entre outras. Esses são termos pejorativos no senso comum, ou seja, remetem a uma conotação negativa. E para reforçar essa percepção, Sharon usualmente os associa com um tipo de ameaça, seja contra Israel, Estados Unidos, Mundo Livre, aos próprios cidadãos, e até mesmo os valores que eles compartilham.

⁹⁰ Discurso proferido na Sessão especial do Knesset em comemoração dos 25 anos do Acordo de paz entre Israel e Egito em 24 de março de 2004.

⁹¹ Discurso proferido no encontro com o Primeiro-Ministro dinamarquês, Anders Fogh Rasmussen, em 16 de março de 2005.

The threat to the security of the State of Israel does not stem only from the conflict with the Palestinians. It also stems from the existence of dark regimes in our region that make every effort to arm themselves with weapons of mass destruction, in order to bring about our elimination (SARON, 2002h, grifo nosso).⁹²

Na medida que esses países negam essas características do discurso básico de Sharon, eles podem ser interpretados como uma ameaça a estrutura discursiva que o Primeiro-Ministro constrói, caracterizando uma relação conflitiva. Assim é possível perceber nesses discursos que na medida em que o Primeiro-Ministro vai construindo uma relação de maior alteridade, ele também vai interpretando as atitudes desses países como ameaças. Por exemplo, a produção de armas de destruição em massa pelos países do Oriente Médio, principalmente Iraque e Irã, são interpretadas por ele como ameaças. Em nenhum momento ele questiona se os Estados Unidos, por exemplo, produzem esse tipo de armamento.

Outro exemplo de ação que é interpretada como ameaçadora por Sharon é o apoio financeiro e de treinamento que esses países dão para organizações armadas não-governamentais. Sharon categoriza diretamente essas organizações como terroristas e como uma ameaça direta à Israel. Portanto, não é a existência material de armas de destruição em massa, ou de organizações armadas não-governamentais que tornam esses países ameaçadores, mas a oposição identitária. O perigo não existe objetivamente e materialmente, independente de quem é ameaçado. Mas apenas na medida que são interpretadas como tal (CAMPBELL, 1992). É porque Sharon interpreta esses Estados como alteridade que existe a ameaça, e não o contrário.

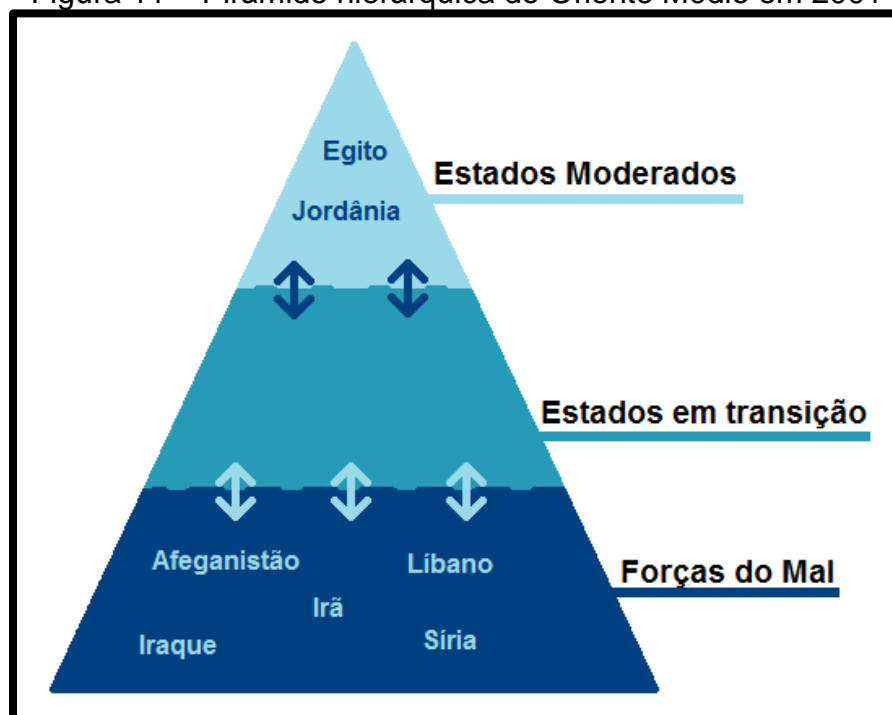
A new wave of international terrorism is on the rise from Afghanistan to Lebanon - some of it state-sponsored. [...] Regional security is eroding in the wider Middle East, as well. Iraq has not been under UN monitoring for more than two years and sanctions have been increasingly ignored. There can be no doubt that Saddam Hussein is seeking to restore his mass destruction weapons capability and his quest for long-range missiles. Iran today is providing unprecedented support for terrorism. It not only backs Hizbullah, but also seeks to arm and train Palestinian organizations like Hamas and Islamic Jihad that are planning attacks within Israel and against Jewish and Israeli targets abroad. Today, Iran is continuing its effort to export fundamentalism, converting Lebanon into one of the main centers of international terrorism that will inevitably undermine the stability of the entire Middle East. Iran is already testing missiles that can strike Israel. [...] Syria is looking east to its ties with a resurgent Iraq and Iran, instead of better relations with the West. The

⁹² Discurso proferido na abertura da sessão de inverno do Knesset em 14 de outubro de 2002.

Palestinians are waving the flags of Iraq and Hizbullah (SARON, 2001a, grifo nosso).⁹³

Com essa estrutura, Sharon estabelece ameaças do “Afeganistão ao Líbano”, e destaca as diversas formas em que esses países se associam entre si e com as organizações ditas terroristas, para retratar o Oriente Médio como majoritariamente hostil. A Figura 11 apresenta a distribuição espacial dos Estados do Oriente Médio na pirâmide hierárquica em 2001. Percebe-se que não existem nenhum Estado nesse “meio termo”, em processo de transição, apenas Estados “Moderados” e os “inimigos”.

Figura 11 – Pirâmide hierárquica do Oriente Médio em 2001



Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Sharon estabelece uma relação de antagonismo e inimizade com esses Estados, que chega ao extremo pois nega as características mais básicas da identidade israelense. Porém, ainda assim, Sharon não “retribui” essas ameaças negando o direito desses Estados de existir. Por mais que eles sejam opostos a Israel, Sharon não nega sua soberania, ou seja, eles ainda são considerados como parte do Sistema Internacional, e com isso, têm alguns privilégios. No extremo, como o próprio Sharon relata em seus discursos, essa inimizade já levou a guerras, mas ainda assim existe para Sharon a possibilidade de mudança dessa hostilidade. A relação com o

⁹³ Discurso proferido na AIPAC Policy Conference em 19 de março de 2001.

Egito, por exemplo, passou por esse processo de mudança, e evoluiu para um patamar superior na pirâmide hierárquica.

Assim, uma vez que o Primeiro-Ministro consegue estabelecer os fatores que geram essas ameaças – ódio aos judeus, não reconhecimento de Israel e aversão aos valores que eles compartilham – ele também acredita que é possível promover mudanças domésticas que alterem essas características hostis. A primeira a ser destacada seria o fim da cultura de ódio através de uma reestruturação do sistema educacional dos países. Isso seria capaz de acabar com a inimizade e promover a paz entre as nações.

I believe that the day will come when we will sign a peace agreement with all our neighbors. But the day that I wait for more is the day when there is real peace -- not between the countries and leaders, but between the peoples. Unfortunately, our Arab neighbors still do not recognize the Jewish people's birthright to an independent state in our homeland, the Land of Israel. Such recognition can only come through comprehensive change in their education system. It will be the most significant step toward real peace in our region, if that happens. I'm really sorry to say that, until now, we haven't seen any signs that it is coming, but let us hope that it will one day (SHARON, 2005j).⁹⁴

Conforme foi destacado anteriormente em relação à “quebra do ciclo de hostilidade” pelo Egito, aqui também é perceptível a expectativa de ação vinda somente dos países vizinhos, e não de Israel, reiterando, a diferença substancial que Sharon estabelece entre Israel e os demais países do Oriente Médio.

A segunda possibilidade de transformação nessa relação se dá a partir de uma mudança de regime político para um regime em que prevaleçam os “valores democráticos”. A democratização, nesse sentido, se torna uma categoria normalizadora. O principal exemplo de evolução identitária é dado através da experiência do Iraque relatada por Sharon. O Iraque, no início de 2001, estava na base da pirâmide hierárquica de Sharon, como uma das maiores ameaças a Israel. Sharon classificava o governo iraquiano como um regime ditatorial, e afirmava que o governo de Saddam Hussein sacrificava o bem-estar da população para manter um regime tirano e construir um arcabouço militar.

Porém, em 2003, um evento em específico ganha destaque nos discursos do Primeiro-Ministro e ele vai modificar essa construção discursiva sobre o Iraque apresentada até aqui. Ela será percebida como um processo de normalização desse

⁹⁴ Discurso proferido aos líderes judeus estadunidenses em Nova Iorque em 22 de maio de 2005.

Estado. Sharon apresenta esse evento como uma “guerra” dos Estados Unidos, liderando o Mundo Livre, contra o regime de Saddam Hussein. Ele afirma que o objetivo dela é destituir o governo de Saddam Hussein – “livrar o Iraque desse regime do mal”.

The war which the United States is planning to wage in order to drive out Saddam Hussein's cruel and *dictatorial regime* is a war in which Israel is not involved in. We wholeheartedly support U.S. efforts to free Iraq and the entire area from the threat of Baghdad's evil regime. Saddam Hussein is already responsible for the deaths of over one million people, including hundreds of thousands of his own people, in wars he instigated against his neighbors (the war with Iran which lasted eight long years, the invasion of Kuwait and the slaughter of thousands of Kurds, citizens of his own country). This unrestrained *tyrant* who has used all the vast resources of his oil-rich country to build his military strength, wage war and produce weapons of mass destruction while sacrificing the well-being of his own people, must be stopped (SHARON, 2003d, grifo nosso).⁹⁵

Ao retirar Hussein do poder, Sharon espera que o terrorismo e o extremismo associado ao Iraque acabem. Ou seja, há uma associação direta entre a liderança, o tipo de regime e o terrorismo. Sharon ainda afirma que a Guerra ao Terror oferece aos povos da região uma escolha: continuar no caminho da violência, e com isso, lidar com as consequências dessa escolha – mais violência – ou escolher o caminho da paz e da cooperação. Isso significa que o Iraque sai da base da pirâmide, e passa para uma fase de transição. Ainda não é certo que o Estado um dia subirá para o topo da pirâmide, isso dependerá das escolhas que a população irá fazer. Caso eles escolham o caminho da violência, o Iraque retornaria a base da hierarquia.

Recently, the struggle against terror, violence and extremism in the Middle East reached its peak. Following the toppling of *Saddam Hussein's insane and bloody regime in Iraq*, the peoples of the Middle East must choose one of two paths: to continue on the path of useless violence, while subjecting their people to the dire consequences of that choice, or choosing a new path of condemning terror, violence and incitement, and choosing peace, coexistence and cooperation instead. Israel's position is clear: only with the absolute rejection of terror, violence and a culture of hate will a new era of quiet and peace for all peoples of the region be assured (SHARON, 2003e, grifo nosso).⁹⁶

Para Sharon, a escolha da violência é inútil e só causa dor e sofrimento. Já a escolha da paz, que sempre foi a primeira escolha de Israel, leva ao desenvolvimento econômico e social, qualidade de vida para a população, a exemplo de Israel. O

⁹⁵ Discurso proferido à Association of the Friends of the Weizmann Institute em 15 de janeiro de 2003.

⁹⁶ Discurso proferido na abertura da sessão de inverno do Knesset em 20 de outubro de 2003.

sucesso da Guerra, como afirma Sharon, é uma vitória para o mundo democrático, mostrando mais uma vez que a democracia é uma categoria normalizadora. Para ele, a destituição do governo é uma demonstração de força do Mundo Livre e civilizado. Liderados pelos Estados Unidos, eles são capazes de vencer os regimes das trevas e o terrorismo. Assim, a Guerra do Iraque trouxe esperança para a população iraquiana e é um aviso para os demais países não democráticos da região.

About two hours ago, I spoke with President Bush and congratulated him on the successful operation which led to the capture of Saddam Hussein. Today is a great day for the democratic world, for the fighters of freedom and justice, [and] for those who fight against terror. We are relieved that this murderer and dictator can no longer stand in the way of the rebuilding and reconstruction of the country he destroyed. I the President on his firm and courageous stand against global terror. We believe that the entire non-democratic world, especially those that engage in terror, will learn from this lesson. The civilizations of the world, if necessary, are able to take action to protect freedom and defeat terrorism (SHARON, 2003f).⁹⁷

No final do seu mandato, em 2005, Sharon apresenta novamente sua pirâmide hierárquica, e desta vez existem países nesse meio termo de transição.

At the current time, the Middle East is moving between two extremes. On the one side, there are those countries which President Bush has labeled “the axis of evil”. At their head stand Iran and Syria, which are ruled by irresponsible leaders, who take extreme stands which threaten the stability of the area. These countries encourage the activities of radical terrorist elements, provide shelter for them, guide them, train them and fund them.

On the other side stand the more moderate countries, such as Egypt and Jordan, and the Gulf states, and those in North Africa. These countries suffer the ravages of terror, and understand that it is not possible to coexist with or accept radical terror elements in their boundaries and in the region.

In between the two extremes, are those countries which have of late undergone far-reaching changes, thanks, inter alia, to the efforts of the United States and the international community. Among these countries, Iraq and Lebanon, as well as the Palestinian Authority, can be counted (SHARON, 2005k).⁹⁸

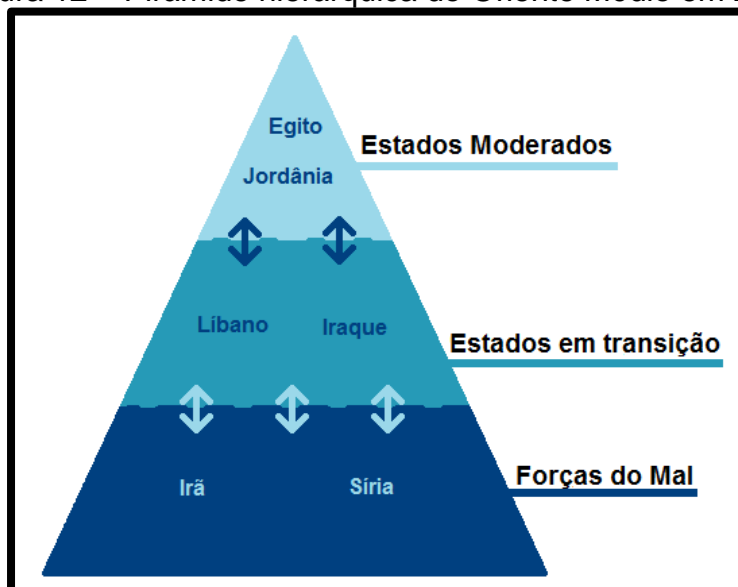
No topo da hierarquia continuam os Estados moderados – Jordânia e Egito. No outro extremo, na base da hierarquia, se localiza o “Eixo do Mal”, que são aqueles países que continuam representando uma ameaça direta a Israel e ao Mundo Livre,

⁹⁷ Discurso para parabenizar o Presidente dos Estados Unidos, George Bush, na captura de Saddam Hussein em 14 de dezembro de 2003.

⁹⁸ Discurso proferido no encontro com ex-Presidente dos Estados Unidos, Bill Clinton, em 13 de novembro de 2005.

apoiando organizações terroristas e produzindo armamentos de destruição em massa, sendo eles Irã⁹⁹ e a Síria¹⁰⁰. E entre esses dois extremos existem aqueles países que estão em processo de transformação, que podem escolher o caminho da paz a partir de agora. A nova relação hierárquica está representada na Figura 12.

Figura 12 – Pirâmide hierárquica do Oriente Médio em 2005



Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Para Sharon, esses países que se encontram em transição estão sendo reciclados e normalizados, a partir da democratização. E os responsáveis por esse processo são os Estados Unidos, segundo Sharon. Liderando o Mundo Livre nessa campanha, eles avançam no processo de normalização da região, gerando mais estabilidade e menos extremismo com a democratização.

We have been operating in this reality of radicals versus moderates in the Middle East for many years. However, the recent period symbolizes the possibility of positive and comprehensive change. The international community, headed by the United States, is working to advance the process of democratization, which will lead to more moderation and stability in the

⁹⁹ O Irã está na base da pirâmide no início do mandato e permanece nessa posição até 2005. Há uma ênfase ao país na medida em que o Primeiro-Ministro o acusa de exportar fundamentalismo e ódio contra Israel abertamente pelo Oriente Médio, principalmente através de organizações terroristas situadas em outros países, e de tentar produzir armas de destruição em massa para atacar Israel. Ele categoriza o Irã como um país perigoso, antissemita, extremista e terrorista.

¹⁰⁰ A Síria é outro país que começa e termina o período na base da pirâmide, entre os países de maior oposição a Israel. Em 2001 Sharon já destacava que o governo sírio, de Bashar Assad estava cada vez mais alinhado com Irã e Iraque, e é acusado de hospedar e dar suporte para diversas organizações terroristas que agem na região, como Hezbollah, Jihad Islâmica na Palestina e o próprio Hamas. Para Sharon, esse envolvimento do governo Sírio com essas organizações faz do país o maior centro de terrorismo do Oriente Médio. Sharon se mostra aberto a negociar com a Síria na única condição de pararem o apoio às organizações terroristas. Mas isso não chega a acontecer até 2005. Então, em 2005, o discurso ainda é de uma relação entre o regime sírio, encabeçado por uma liderança irresponsável, que apoia organizações terroristas, e que se alia a outros países que ameaçam Israel.

region. These are, indeed, long processes, however they are important for the long term. These changes also have positive consequences for the chance of peace in the region. Israel is an island of stable democracy in the region, and I have no doubt that if Israel had democratic neighbors, we could take more risks in the political process (SHARON, 2005k).¹⁰¹

Dessa forma, Sharon busca afirmar que todos os países do Oriente Médio, inclusive aqueles moderados, precisam passar por algum processo de normalização. Seja por mudanças mais básicas, como no sistema educacional, ou até mesmo por mudanças mais estruturais, como a transformação do regime político. E diferentemente dos outros Estados, Israel não precisa passar por esse processo, pois já é democrático, estável, e repudia o caminho da violência.

Esses vários atos criam, então, Israel como pertencente ao Mundo Livre. Seu discurso em relação aos Estados Unidos, performa Israel como compatível com os valores, crenças e interesses do Mundo Livre. O discurso em relação ao Oriente Médio estabelece um inimigo comum com o Ocidente, delinea uma fronteira entre o bem e o mal, o certo e o errado, e o mundo civilizado e o bárbaro. E seu discurso em relação à Europa busca legitimar Israel como Estado judeu soberano, contestando todos aqueles, inclusive ocidentais, que questionam o direito soberano de Israel de se defender. Apesar dos valores compartilhados, o alinhamento estratégico de Israel não é automático com o ocidente. Para Sharon, Israel precisa e quer ser reconhecido por sua identidade democrática, pacífica, liberal e soberana. Essas construções discursivas ajudam Sharon a legitimar a violência contra os palestinos, conforme veremos mais à frente. Antes disso, é necessário entender quem são os palestinos para Sharon, e quem é Israel em contraposição a eles.

4.3 Our Palestinian neighbors

Além das diversas faces de Israel já trabalhadas até o momento, Sharon também utiliza a relação com os palestinos para construir a identidade do Estado. Essa relação é a mais central nos discursos do Primeiro-Ministro, e é definida por Sharon como uma relação de conflito que existe há mais de 120 anos. Assim, é de suma importância entender a classificação feita por Sharon em relação à Palestina, para compreender ainda mais a construção da identidade israelense, assim como para entender a justificativa da violência contra eles.

¹⁰¹ Discurso proferido no encontro com ex-Presidente dos Estados Unidos, Bill Clinton, em 13 de novembro de 2005.

Para construir o *Self* Israelense em contraposição ao *Other* palestino, Sharon trabalha com diferentes níveis de oposição, que vão variar de acordo com qual categoria de “palestino” ele está se referindo: o cidadão comum, as lideranças ou os terroristas. Nem sempre essa separação é explícita, e muitas vezes ele irá sobrepor umas às outras. A primeira categoria a ser desenvolvida é o “palestino comum”. Em alguns momentos, principalmente no primeiro ano de mandato, Sharon deixa explícito que para ele há uma distinção “clara” entre os terroristas e seus apoiadores, daqueles que querem viver a vida na normalidade. Assim, essa categoria será construída a partir da oposição com “palestino terrorista”. A normalidade é apresentada fazendo alusão a ações comuns do dia-a-dia, como ir pra escola, criar os filhos, trabalhar, e isso entra em contraste com a vida “terrorista”, com os atos de terrorismo e a violência, escolhida pelos demais.

I said that I would like very much to ease the conditions of the Palestinians that live in the area, because I believe that we have to draw *a very clear distinction between a terrorist and their supporters, and the people that would like just to go and work and bring some bread home and raise their children.* So about the former, we have to take all the measures and all the steps which are necessary, of course without causing any escalations. With the latter, I believe we have to try and find a way how really to ease the condition of life. So that is the concept (SHARON, 2001, grifo nosso).¹⁰²

A priori, Sharon não constrói uma oposição radical entre o *Self* Israelense e o *Self* palestino “normal”. Essa diferença “clara” entre terroristas e cidadãos comuns faz com que haja uma relação conciliadora entre Israel e palestino “normal”, que coloca ambos como vítimas da violência e do terror perpetuado pelos demais palestinos. Sharon expressa empatia e solidariedade pela população, e em consequência, Israel tem como um de seus objetivos melhorar a condição de vida dos palestinos.

Meanwhile, of course, we'll have to take steps that will ease the conditions of Palestinian life. There's a famous saying that 'it's hard to be a Jew'. It's also hard to be a Palestinian. I know that. And I would like to take all those steps, but first of all, there should be quiet (SHARON, 2001).¹⁰³

Ele aponta que esse assunto chega a ser discutido com os Estados Unidos, mostrando seu interesse no assunto e a seriedade dessa pauta para Israel. Conforme

¹⁰² Discurso proferido durante a entrevista com a CNN Late Edition em 11 de março de 2001.

¹⁰³ Discurso proferido durante a entrevista com a CNN Late Edition em 11 de março de 2001.

Sharon afirma no discurso a seguir, melhorar a vida dos “palestinos que não estão envolvidos com o terror” sempre foi sua intenção.

Thank you, Mr. President. I was very glad to be again at the White House. We had discussions about strategic issues in the region. We talked about the need to fight terror and not to get into compromise with terror - one cannot get into compromise with terror. At the same time, we discussed steps that should be taken in order to improve the life conditions of those Palestinians that are not involved in terror. That's my intention. It was always my intention. And, of course, we'll try and see what can be done (SARON, 2002i).¹⁰⁴

Por outro lado, o “palestino terrorista” é aquele que escolheu o uso da “violência”, do “incitamento” contra judeus e do “terror” para agir contra Israel. Essas três categorias circundam amplamente a construção da categoria “terrorismo”. Então, primeiramente, o terrorismo se expressa pelo ato violento físico de modo geral, e se tratando do terrorismo palestino, qualquer tipo de violência física vinda dos palestinos é automaticamente classificada como “terrorismo” por Sharon.

Shooting, shelling, ambushing, there is a difference I am told. But terrorism is terrorism, in this side of what used to be the border, on the other side what used to be the border. It doesn't make any difference. Terror is mortars. Terror is roadside bombs, car bombs, all that is terror. First of all, terror should be stopped, it should be calm, and then all the other things will be discussed later. (SHARON, 2001h)¹⁰⁵

Em segundo lugar, o “terrorismo” também se caracteriza por uma violência não física, expressa pela cultura e discurso de ódio contra Israel e judeus, chamada por Sharon de incitamento. O incitamento é construído como um precursor do terrorismo, criando um ambiente hostil, de inimizade e incentivando os atos físicos de violência.

The war against terrorism is also a war against incitement, the terrible daily incitement in the official media and in the mosques. It is the incitement that leads to attacks, that dispatches suicide-bombers, that pulls the finger on the detonator trigger. In this war, every state that supports terrorism - is guilty, everybody that encourages terrorism - is guilty, every person who incites - the same judgment (SHARON, 2001m).¹⁰⁶

E, por fim, o terrorismo é composto por atos de terror, que se diferenciam de uma ação de violência Estatal “regular”. Por exemplo, uma violência estatal “regular”

¹⁰⁴ Discurso proferido no encontro com o Presidente dos Estados Unidos, George Bush, em 07 de fevereiro de 2002.

¹⁰⁵ Discurso proferido a Foreign Press Association em 08 de maio de 2001.

¹⁰⁶ Discurso proferido na sessão especial do Knesset em solidariedade aos Estados Unidos em 16 de setembro de 2001.

teria como alvo apenas militares e o objetivo apenas defensivo, já o terrorismo, tem como objetivo causar a sensação de insegurança, por isso além de ações ofensivas, ele não diferencia alvos militares de não militares, atacando cidadãos comuns e líderes políticos, e não tem limites geográficos. Sharon diferencia qualitativamente uma “causalidade” de uma guerra, em que não há a intenção de matar um civil, mas que ocorre como uma eventualidade, e que é uma tragédia, do ataque direcionado aos civis. A intenção faz com o que o primeiro seja moralmente superior ao segundo. No discurso a seguir, por exemplo, Sharon recorre à narrativa sobre vítimas crianças, e todas as categorias que são mentalmente acessadas ao se referir a elas, para destacar a imoralidade do ato de terror.

But I believe that we brought here those figures about casualties, and you can see exactly, what was the rate of casualties that Israel had. I know as a soldier for many years that civilians are killed in wars, not because that is the intention - usually that's not the intention, but sometimes they are killed, and every casualty is a tragedy. The problem is that the targets of the Palestinians are civilians, and when a suicide bomber enters a school bus with children, they know that there are children, and they decide to do it. If you take that terrible act of terror that took place in Haifa, when a lady, who was a suicide bomber, entered the restaurant, had her meal there, paid, then stood by a baby stroller - and she saw that there was a baby - and committed suicide - that's an entirely different thing. And that's not the only place (SHARON, 2004a).¹⁰⁷

A Figura 13 ilustra a construção da categoria “terroristas” nos discursos do Primeiro-Ministro, Ariel Sharon.

Figura 13 – Categoria “Terrorismo”



Fonte: Elaborado pela autora (2020).

De acordo com o que foi trabalhado no tópico 4.1.4 desta dissertação, existem alguns momentos que Sharon desestabiliza o discurso sobre a ordem interna, e

¹⁰⁷ Discurso proferido a Foreign Press Corps em 11 de janeiro de 2004.

caracteriza a violência e o incitamento realizado por colonos israelenses como “desobediência civil”. Diferentemente, quando o incitamento e a violência partem dos palestinos, ela é caracterizada como “terrorismo”. Nota-se que nem sempre para chamar um ato de “terrorismo palestino”, Sharon utiliza as três categorias conjuntamente. Portanto, uma vez que existe essa diferença crucial na classificação da ação dos palestinos e dos israelenses, também existirá uma diferença substancial na política. No primeiro caso, como já foi apresentado, Sharon apresenta um discurso que marginaliza, puni e corrige o comportamento desviante. No segundo caso, Sharon constrói uma relação de inimizade com o *Self* israelense. Portanto, a política não é de correção, mas de combate. O palestino terrorista deve ser eliminado.

Assim como foi explicado anteriormente, a construção identitária tem influência direta na prática política. A política externa e a identidade são mutuamente constitutivas e buscam equilíbrio, de modo que uma identidade construída por oposições radicais, leva a uma política externa de segurança, que irá, concomitantemente, reforçar os aspectos diferenciais da identidade (HANSEN, 2006). Dessa forma, essa diferenciação entre o “palestino comum” e o “palestino terrorista” leva a políticas substancialmente diferentes e impactam consideravelmente a vida dos palestinos. Quando o comportamento palestino é considerado “normal”, Sharon afirma que Israel busca um futuro melhor para os palestinos, construindo uma narrativa sobre uma política pacífica. Já quando o comportamento é considerado “terrorista”, ele deve ser erradicado, criando uma política de combate aos palestinos.

Porém, em diversos momentos essas duas categorias se confundem, tornando essa separação impossível. A sobreposição das duas categorias ocorre de diversas formas e em níveis diferentes. Neste primeiro discurso, por exemplo, Sharon descaracteriza a concepção de “normal” ou “comum”, e generaliza a sociedade palestina como condescendente e complacente com a violência e o mal, ou seja, com o terrorismo. Dessa forma, ele associa as duas categorias, mas ainda não há equivalência entre elas.

The reality of our lives enforces upon us at times, the dreadful mixing of sadness with sadness, of sadness with joy. This morning, vicious Palestinian terror struck again in the heart of Jerusalem - in the indiscriminate murder of innocent citizens. Apparently, this is the price a *society, which sanctifies the value of life*, has to pay for living side-by-side with a *society that does not lift*

a finger to root out the murder and evil from its midst (SHARON, 2004i, grifo nosso).¹⁰⁸

Diferentemente dos discursos anteriores, em que havia simpatia e conexão entre os *Selves* israelense e palestino “comum”, aqui há oposição e superioridade moral de uma sobre a outra. São duas “sociedades” diferentes, uma que “santifica os valores da vida” e por oposição, uma que não santifica a vida, mas a morte. Na lógica logocêntrica, a vida é superior à morte, ela representa a presença sobre a ausência. Sharon transita de uma identidade de conciliação e benevolência, para a superioridade moral, na medida que há assimilação da categoria “terrorismo” pela categoria “palestino comum”.

Em outros discursos, Sharon invalida essa separação, trabalhando com as duas categorias como equivalentes. No discurso a seguir, por exemplo, Sharon se refere à “voz da razão nas ruas palestinas”, metáfora que pode indicar para a população comum, geral palestina, e também utiliza a categoria “palestinos” – *palestinian* – de modo generalizado. E por fim, relaciona essa categoria ao “caminho do terror”. Neste discurso, as fronteiras entre palestinos “comuns” e “terroristas” é desfeita, e Sharon trabalha com a equivalência do palestino, de modo geral, com o terrorismo.

I hope that the voice of reason in the Palestinian street will increase, and that the Palestinians will abandon the path of terror. I know that when it happens, they will find in us a generous partner, willing to take many rapid steps toward them in order to reach an agreement that will secure the lives of both our peoples here in peace (SHARON, 2004j, grifo nosso).¹⁰⁹

Outro exemplo pode ser visto no discurso a seguir, mas neste caso a equivalência é feita através da categoria “incitamento”. Enquanto antes essa categoria estava diretamente associada ao terrorismo, aqui ela também aparece de modo generalizado.

Peace and coexistence cannot be achieved without reform in the fields of education, media and information; the virulent incitement mechanism instigated by the PA against Israel must be stopped immediately; there can be no peace while the Palestinian education system instills in their young generation a culture of hatred, violence and terror. Today, there is an increasing understanding in the world that stopping the phenomenon of suicide terrorism is dependent on: the cessation of incitement, ending the

¹⁰⁸ Discurso proferido na chegada dos corpos dos soldados sequestrados em 29 de janeiro de 2004.

¹⁰⁹ Discurso proferido ao Knesset em 12 de janeiro de 2004.

religious ratification of terrorism by radical elements in the Muslim world - with the encouragement and support of various Arab states (SARON, 2002j).¹¹⁰

A cultura do ódio, violência e terror está impermeada no sistema educacional palestino, de modo geral. Ou seja, se para Sharon o incitamento era um precursor do terrorismo, aqui ele está associado à toda população palestina, e ainda ao “Mundo Muçulmano” e aos “Estados árabes”.

Além da categoria “palestino terrorista”, ainda aparecem nos discursos do Primeiro-Ministro referências às organizações supostamente terroristas. E elas são completamente deslegitimadas por Sharon no âmbito político. Não há nenhum espaço político para essas organizações, e Sharon utiliza algumas estratégias centrais para deslegitimá-las, além da acusação básica de serem terroristas.

A primeira estratégia destacada é a que se refere à construção das causas dessas organizações. Sharon não cita em nenhum momento durante os anos do seu mandato as reivindicações políticas das organizações terroristas. Ele fala que há o desejo “palestino” – de forma generalizada – de se estabelecer como nação e estado soberano, fala dos pontos de inflexão em relação aos assentamentos/ocupações israelenses, mas nunca conecta uma organização classificada por ele como terrorista, por exemplo, o Hamas, ou um atentado realizado por essa, a uma demanda política específica.

Essa estratégia é interessante para não dar espaço a construção de legitimidade da causa, ou criar empatia entre a audiência e seus inimigos. Em contraposição, enquanto não há espaço para construir causas e justificativas para a violência, Sharon dá destaque às vítimas e aos danos causados. Ele sempre salienta a normalidade da vida daquele cidadão que foi interrompida por alguém que mata sem piedade, muitas vezes dando destaque para a idade, o gênero, o número de filhos, como forma de gerar empatia e comoção.

Outra estratégia diz respeito à forma com que Sharon não abre espaço de diálogo com organizações classificadas como terroristas. Sharon não abre nenhuma possibilidade para negociar nem mesmo um cessar-fogo com as organizações, retirando totalmente a possibilidade de elas serem reconhecidas como atores importantes em uma mesa de negociação. Essa estratégia busca excluir totalmente as organizações da arena política do conflito – eles são apenas violentos, assassinos

¹¹⁰ Discurso proferido na Herzliya Conference em 04 de dezembro de 2002.

e sanguinários, e não possuem moralidade suficiente para negociar. Essas estratégias terão também respaldo na classificação das lideranças palestinas, na medida em que são acusadas de apoiar, gerir, financiar, hospedar essas organizações.

4.3.1 *The PA Chairman is an enemy of Israel*

Além da separação entre palestinos “terroristas” e “comuns”, Sharon também trabalha com a categoria “lideranças palestinas”, personificada na figura central de Yasser Arafat. De modo geral, Sharon acredita que existe um regime não democrático na palestina, comandado por um líder tirano e irresponsável, que causa sofrimento à população palestina, e que escolhe uma estratégia de violência e terrorismo. Assim, grande parte da responsabilidade pelo conflito com Israel é depositada em Yasser Arafat, e ele será categorizado como o maior inimigo de Israel.

O discurso de oposição e inimizade com Arafat evolui com o passar do tempo, de modo que no início do mandato, Sharon transita entre categorias contraditórias para caracterizar essa relação com o líder palestino. Aos poucos, o Primeiro-Ministro cria uma base identitária que levará à inimizade, mas sem romper, a princípio, com as relações entre os dois. Ele não se preocupa muito em caracterizar a figura de Arafat explicitamente, isso vai aparecer em poucos discursos no início de seu mandato, mas quando aparece é de forma evasiva, remetendo a categorias contraditórias e constroem mais o passado de Arafat, que o próprio presente.

I listened to what Arafat said. I was disappointed that he did not call for a cessation of hostilities. He did not give any instructions. I expect that he would do that. But today I became even more disappointed when I read the interview that he gave to a Saudi newspaper that appeared today in the Arab press and media, in which he says that the terrorism will continue. And that means that *Arafat - although peace is important for him no less than for ourselves*, and although I believe that he should have made every effort to reach peace as we are making every effort to reach peace - that *he had not left the way of terror* (SHARON, 2001, grifo nosso).¹¹¹

Neste discurso, por exemplo, Sharon afirma que a “paz” é tão importante para Arafat, quando é para ele próprio – criando conexão e simpatia entre os dois. E logo depois ele afirma que Arafat mantém um “caminho do terror”. Aqui essas categorias não são apresentadas como opostas ou incoerentes para Sharon, mas como coexistentes. Mas, quando colocado em conexão com outros discursos, é possível

¹¹¹ Discurso proferido durante a entrevista com a CNN Late Edition em 11 de março de 2001

perceber que o Primeiro-Ministro recorre a essas instabilidades discursivas para fazer acusações e críticas sem romper completamente o diálogo com Arafat.

Neste mesmo discurso também é válido notar o uso da expressão “não havia abandonado” – “*had not left*” – para conectar com o “caminho do terror”, remetendo a um passado supostamente terrorista da liderança palestina. Sharon vai utilizar recorrentemente essa estratégia de conectar o passado e o presente de Arafat, e construir o terrorismo como uma estratégia recorrente em sua trajetória. Mas percebe-se que Sharon mantém o diálogo com Arafat, e que pretende negociar com ele, na medida que a “violência e o terror” cessem. O terrorismo é o problema, não Arafat.

In the future I will conduct negotiations with Yasser Arafat, when the violence disappears and stops. In order for an initial meeting to be held, Yasser Arafat must carry out certain steps. These steps are known to him. There must first be actions that we can see, then that can happen. The government that I will head will not conduct negotiations under the pressure of terror and violence. We will conduct negotiations when the hostile acts will stop (SHARON, 2001n).¹¹²

Aos poucos esse discurso vai se transformando. Sharon começa introduzir o terrorismo como uma escolha de Arafat, feita de modo consciente como uma estratégia para conseguir ganhos políticos de Israel. Neste discurso, Sharon novamente remonta ao passado terrorista de Arafat, e conecta, sem rodeios, Arafat a uma estratégia de luta armada contra Israel.

Yasser Arafat and the Palestinian Authority *are returning* to the belief that they can *defeat Israel* by means of armed struggle. They feel that violence will produce further Israeli concessions. Arafat is willing to destabilize the entire Middle East, including moderate Arab regimes, in order to achieve his goals. The current situation in the Middle East can be reversed. Strong democracies determined to protect themselves can restore stability and build the foundations for a lasting peace(SARON, 2001a, grifo nosso).¹¹³

É possível notar que na medida em que a categoria “terrorismo” vai sendo associada à Arafat, maior vai se tornando o nível de oposição. No discurso acima, Sharon ainda está se referindo mais ao passado de Arafat, e não há equivalência entre as categorias, apenas associação. Ainda há esperança de negociações e Arafat não é o problema central. Já no discurso abaixo, Sharon passa para uma estratégia de muito mais ofensiva em relação a imagem de Arafat. Ele é construído como

¹¹² Discurso proferido em coletiva de imprensa juntamente com o Secretário de Estado dos Estados Unidos, Powell, em 25 de fevereiro de 2001.

¹¹³ Discurso proferido na AIPAC Policy Conference em 19 de março de 2001.

totalmente responsável pela situação conflitiva em que os dois *Selves* se encontram. Por liderar a Autoridade Palestina, Sharon afirma que Arafat tem os meios para prevenir o terrorismo e acabar com a infraestrutura das organizações terroristas, mas não o faz porque não quer e, portanto, deve ser responsabilizado.

*Arafat controls the area, yet never took any preventing steps against the terrorist organizations and against their infrastructure. We've had many words, but steps were never taken. I think that Arafat should be under heavy pressure to stop fire and to stop terror. That is, I would say, the answer to the current situation. Altogether, I am really very sorry for that and I have been thinking about that since yesterday, but the fire should be stopped and the one who is responsible for that is Yasser Arafat and the Palestinian Authority (SHARON, 2001h, grifo nosso).*¹¹⁴

Diferente dos primeiros discursos apresentados, em que as negociações não ocorriam por causa da violência, aqui a justificativa repousa na liderança. Segundo Sharon, Arafat usa recorrentemente essa estratégia contra Israel: pressiona com a violência para conseguir concessões. E, portanto, ele começa a fechar as possibilidades de negociação.

*Now, I don't believe that we can start negotiations under terror and violence. That was the mistake of the former government because Arafat put more pressure, more terror, as more concessions were made and that is what happened. So therefore, if you ask me, if all the Israeli-Palestinian conflict is going to be solved by military steps? The answer is no. I never thought about it. But should it be quiet before negotiating the political solutions? Yes, that is a must (SHARON, 2001h, grifo nosso).*¹¹⁵

A partir dos eventos de 11 de setembro, Sharon passa a conectar Arafat não somente ao terrorismo local, mas também ao terrorismo internacional. Para Sharon não há diferenças entre os “terroristas” que atacaram os Estados Unidos e Arafat. Essa equivalência entre o terrorismo do 11 de setembro e Arafat é feita tanto de forma direta quanto indireta. No discurso abaixo, por exemplo, ele cria essa conexão recorrendo novamente ao passado o líder palestino, afirmando que Arafat é um pioneiro em sequestros de aviões, mesmo método utilizado contra os Estados Unidos. E afirma que muitas organizações, possivelmente até as que perpetuaram o ataque de 11 de setembro, ganharam mais legitimidade através dos atentados encabeçados por Arafat no passado.

¹¹⁴ Discurso proferido a Foreign Press Association em 08 de maio de 2001.

¹¹⁵ Discurso proferido a Foreign Press Association em 08 de maio de 2001.

And we must remember: It was *Arafat who - dozens of years ago - legitimized the hijacking of planes*. It was *Palestinian terrorist organizations* who began to dispatch suicide-terrorists. *All extremist movements* have receive redoubled legitimacy from Arafat since the murder of the Israeli athletes at Munich, and the murders of children at Avivim and Ma'a lot (SHARON, 2001m, grifo nosso).¹¹⁶

Sharon expande o alcance da influência de Arafat sobre o “terrorismo”, associando seu “passado terrorista” às “organizações terroristas palestinas” e a “todos os movimentos extremistas”. E ainda cria uma ideia de contiguidade temporal, conectando passado e presente de Arafat, como se houvesse uma continuidade do uso dessa estratégia terrorista no tempo. Então, neste primeiro discurso pode-se afirmar que Sharon conecta o terrorismo internacional a Arafat de forma indireta. Já nos discursos a seguir, Sharon afirma que Arafat estabeleceu uma coalizão terrorista, e que, portanto, deve ser combatido da mesma forma que aqueles que atacaram os Estados Unidos.

I congratulate President George W. Bush on his decision to create a *coalition against terrorism*. This coalition must fight against all terrorist organizations, including those belonging to Arafat: the Presidential Guard, Force 17, parts of Arafat's security services that are collaborating in terrorism, the Tanzim and Fatah, who are causing a great part of our losses, as well as their partners to *Arafat's coalition of terrorists* - the Islamic Jihad and Hamas, Hizbullah and the PFLP (SHARON, 2001m, grifo nosso).¹¹⁷

I'll tell you what should be done. I believe that every country that would like to participate in this struggle against terror should get rid or arrest or dismantle or deport those organizations. Arafat is one of those. No doubt, Arafat is a terrorist. We have to understand that. He is a terrorist, a host of terrorist organizations. But I hope that the day will come that we will be able to conduct peace negotiations with the Palestinian people. I believe that we can live together with the Palestinians (SHARON, 2001e, grifo nosso).¹¹⁸

Arafat é acusado de liderar uma “coalizão do terror” com organizações consideradas claramente terroristas por Sharon, como Hamas, Jihad Islâmica e até o próprio serviço de segurança da Autoridade Palestina. Esse discurso aparece para contrapor a “coalizão contra o terrorismo” liderada pelos Estados Unidos da qual Israel faz parte. Dessa forma, o Primeiro-Ministro estabelece ambientes diferentes para Israel e para os palestinos, de um lado os israelenses fazem parte de uma coalizão

¹¹⁶ Discurso proferido na sessão especial do Knesset em solidariedade aos Estados Unidos em 16 de setembro de 2001.

¹¹⁷ Discurso proferido na sessão especial do Knesset em solidariedade aos Estados Unidos em 16 de setembro de 2001.

¹¹⁸ Discurso proferido durante a entrevista à CNN em 21 de setembro de 2001.

com objetivos justificáveis e moralmente superiores. Do outro, os palestinos pertencem a uma coalizão imoral e condenável. Assim, ele conecta diretamente as duas categorias.

Se caracterizar Arafat como alguém que utiliza o terrorismo como estratégia política já era suficiente para estabelecer a inimizade, ao conectá-lo com os eventos de 11 de setembro, Sharon busca levar a inimizade com Arafat ao extremo, e romper a barreira local. Ele não é apenas inimigo de Israel, mas de todo o Mundo Livre porque ele se opõe a tudo que o Mundo Livre representa, os “valores democráticos” e o modo de vida liberal.

This terror is operated, directed and initiated by one man - Palestinian Authority Chairman Yasser Arafat. Arafat heads a coalition of terror. He operates a strategy of terror. The PA Chairman is an *enemy of Israel in particular and the entire free world in general*. All those who treasure freedom, all those who were raised on the values of freedom and democracy, must know that Arafat is an obstacle to peace in the Middle East. Arafat endangers the stability of the entire region (SARON, 2002k, grifo nosso).¹¹⁹

Além do terrorismo, Sharon também se esforça para criar Arafat como alguém desonesto e sem credibilidade. Ele constrói essa percepção em relação aos acordos internacionais firmados por Arafat, em relação aos discursos voltados para Israel e também em relação à própria população palestina. No discurso a seguir, por exemplo, Sharon destaca o descumprimento de um acordo firmado pelo próprio Arafat sobre a posse de armamentos pesados. Através da repetição da expressão “ele assinou” – *he signed* – Sharon destaca que o próprio Arafat assinou esse acordo, e aproveita para relembrar diversos outros acordos que estão sendo descumpridos, como em relação aos incitamentos e ao terrorismo.

We know, we have been watching for months already, that there is an attempt to smuggle weapons by the Palestinian Authority. We know that this boat itself, it is the fourth time coming with weapons to Gaza. [...] Altogether, as you know, they are not allowed to have any weapons whatsoever beside the light weapons for self-defense or what I think used to once be call a side-arm. They are not allowed to keep mortars, nor Katyushas or anti-tank weapons, nor mines. It is a clear violation of the agreement. As a matter of fact an agreement that *Arafat signed* -- I saw him signing at Wye when we spent there ten days -- *he signed* that all illegal weapons and weapons that they are not allowed to keep should be collected, handed to American representatives, taken out from the Palestinian Authority area and destroyed. *He signed it*. As

¹¹⁹ Discurso proferido à nação israelense em 31 de março de 2002.

a matter of fact, *he signed* to stop incitement. *He signed* to arrest terrorists, but he released all of them (SHARON, 2001h, grifo nosso).¹²⁰

No discurso a seguir, diferentemente, ele destaca a falta de compromisso de Arafat com os próprios discursos em relação ao conflito com Israel. E assim, ele destaca o que espera de Arafat: ações e não palavras.

Look, usually I think that one should look not at what one says, but at what one did, or does. Not the declarations, but deeds. Since Arafat's statement three days ago in Rome, we had 88 acts of terror already since then. So, I think that we have to look not at words, but at deeds and acts. By now, we don't see any change whatsoever (SHARON, 2001d).¹²¹

E por fim, ele descredibiliza Arafat perante a própria população palestina, caracterizando-o como um líder irresponsável, que abusa da sua posição de liderança e coloca a própria população em risco, algo de absoluta imoralidade. Sharon destaca, ainda, que existem aqueles que desafiam esse governo, favoráveis à posição de Israel, dispostos a negociar a paz, mas são silenciados por um “regime de terror”. Assim, o Primeiro-Ministro relativiza a legitimidade doméstica de Arafat, afirmando que ele mantém seu regime por meio da força, não por legitimidade.

Yasser Arafat is not, never has been and never will be a leader of peace. His path is rife with destruction and terror. He is to be counted among the leaders who brought disaster upon disaster on the Palestinian people. Arafat abused his position and the recognition he was granted to build a murderous terrorist regime to continue the armed struggle against Israel. Instead, he has wreaked havoc on his people. The Israelis are not breaking, but there are cracks in the Palestinian facade, and more and more people understand the disaster, but they are ruled by a regime of terror, and their voices are silenced (SHARON, 2003d).¹²²

A falta de credibilidade da palavra de Arafat, dos acordos firmados por ele, e sua irresponsabilidade perante a população palestina são utilizados para justificar a recusa de Sharon de ir para a mesa de negociação. Para ele, negociar com Arafat, enquanto ele não cumpre com sua palavra é abrir um precedente para que outros atores violassem seus acordos. Em oposição a Arafat que não respeita os acordos, Israel é retratado como um “país de direito”, que não deve abrir esse precedente.

It is essential that Arafat finally fulfill agreements he has signed. Israel, like the United States, is a country of law, and we will create a dangerous precedent

¹²⁰ Discurso proferido a Foreign Press Association em 08 de maio de 2001.

¹²¹ Discurso proferido na entrevista a Fox News Sunday em 05 de agosto de 2001.

¹²² Discurso proferido à Association of the Friends of the Weizmann Institute em 15 de janeiro de 2003.

for all countries if we will allow the Palestinian Authority continuous violation and total disregard for the implementation of their agreements with Israel (SHARON, 2001o, grifo nosso).¹²³

O uso do terrorismo e a falta de credibilidade são somados para classificar, finalmente, Arafat como um “obstáculo para a paz”. Em contraposição aos discursos do início do mandato, quando Sharon chega a afirmar que a paz era importante para Arafat e coexistia com o “caminho do terror”, aqui eles são colocados em extremos opostos. É justamente a escolha por esse “caminho do terror” que faz de Arafat um obstáculo para a paz. Sharon desloca essa categoria para caracterizar a própria “natureza” de Arafat. Isso também se conecta com o histórico de Arafat, na medida que Sharon busca mostrar que há uma continuidade do uso do terrorismo como estratégia no tempo, essa natureza de Arafat, oposta à paz, ganha mais significado. Ele foi um obstáculo para a paz no passado, no presente e, se tiver oportunidade, também o será no futuro. No discurso a seguir, por exemplo, ele afirma que por muito tempo o restante do mundo não via Arafat pelo que ele “é”, mas todos estão descobrindo o “Arafat real”: um grande obstáculo para a paz.

Israel does not start wars. This war of terror, as in the past, has been forced upon us. We know who has forced it upon us. We know who is guilty. We know who is responsible. Arafat is responsible for everything that happens here. Arafat has made his strategic choices: a strategy of terrorism, in choosing to try and win political accomplishments through murder and in choosing to allow the ruthless killing of innocent civilians, Arafat has chosen the path of terrorism. *For a long time, the world has not seen Arafat for what he is, but recently there has been a significant shift. There are signs of greater understanding for our position - everyone is discovering the real Arafat. Arafat is the greatest obstacle to peace and stability in the Middle East. We have seen this in the past, are seeing it in the present, and will unfortunately probably continue to see this in the future.* But, Arafat will not fool this government. This time, Arafat will not succeed in fooling us. The Palestinian people must know: They are the primary victims of the current situation brought about by Arafat. I tell you now: we will pursue those responsible, the perpetrators of terrorism and the supporters. We will pursue them until we catch them, and they will pay the price (SHARON, 2001p).¹²⁴

Assim, Arafat é responsabilizado por tudo negativo que está acontecendo aos palestinos e à Israel: a crise econômica de Israel, a violência, as mortes de israelenses e palestinos, a estagnação das negociações, a falta de perspectiva dos palestinos, etc. Enquanto Israel é aquele que continua a “buscar” a paz. Em alguns momentos, ainda, essa responsabilidade é dada à própria população palestina, que escolhe

¹²³ Discurso proferido à American-Israel Friendship League em 25 de junho de 2001.

¹²⁴ Discurso proferido a nação israelense em 03 de dezembro de 2001.

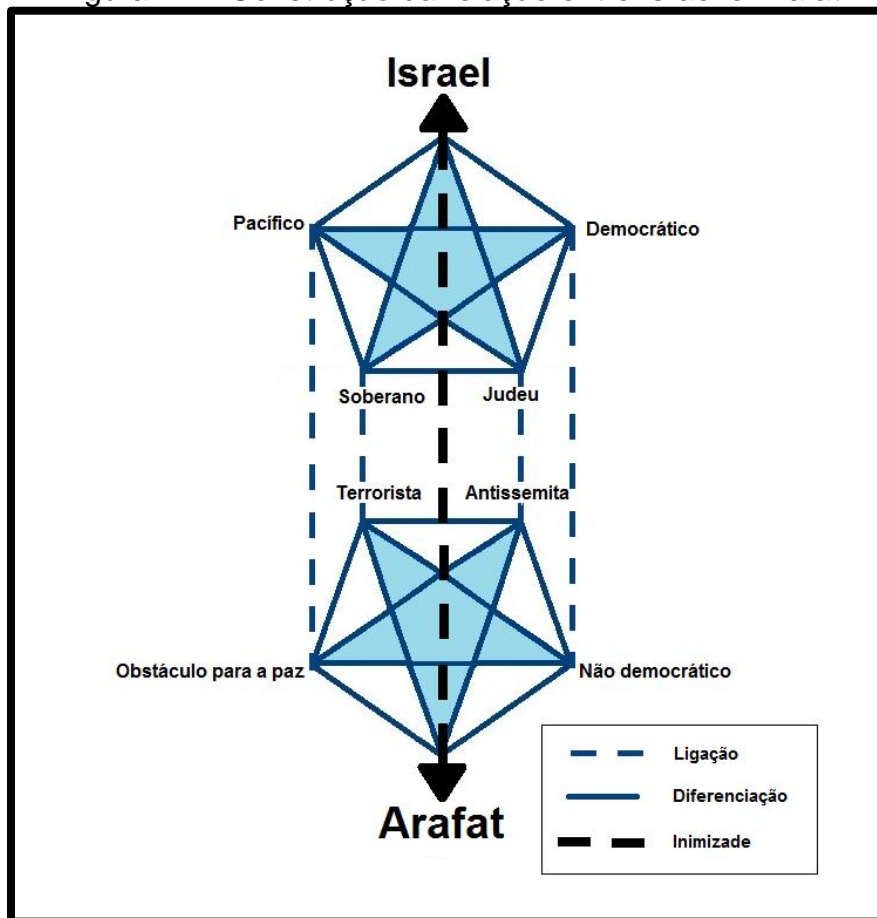
seguir Arafat e suas estratégias. Se eles escolherem diferente, escolhas como as de Israel, a paz e a prosperidade podem chegar também para os palestinos. O discurso de Sharon sugere que os palestinos invejam e desejam alcançar o patamar israelense, destacando todas as “conquistas” israelenses, em oposição às “misérias” palestina. Para chegar ao patamar de desenvolvimento de Israel, a população palestina precisa parar de seguir essas lideranças e o terrorismo, e seguir Israel, este é o caminho para a paz.

I turn from here also to the Palestinian people to say what I have said in the past - I know that it is not easy being a Palestinian. I turn to those Palestinians who do not want war and are not involved in terrorism. Those Palestinians whose sole purpose is to support their families and afford clothes for their children. *You are observing us, Israelis, yearningly, and see Israel's many achievements.* In the last 53 years Israel has developed flourishing industries and agriculture, among the most advanced in the world; our hi-tech industry will prosper again with the recovery of the world economy; one of the most advanced food industries in the world; modern cities with hundreds of thousands of citizens and education and health systems which are envied across the world. All this has been achieved in 53 years. Today I suggest that you think long and hard what you and your children would want to achieve in the coming years. Will you continue to follow those who lead you to ruin, destruction and despair? Will you continue to be misled by those who call upon your sons to commit suicide, or will you follow those who choose to progress and to thrive? Today I promise you all, Jews and Arabs alike, when quiet prevails and you stop encouraging hatred, we will all prosper. And I know that eventually this is how it will be (SARON, 2002c, grifo nosso).¹²⁵

Como é possível perceber, Sharon mobiliza todas as categorias que formam o discurso básico sobre a identidade de Israel para se opor a Arafat: ele é violento e um obstáculo para paz, governa com um “regime de terror” não democrático, promove o ódio e o incitamento contra Israel e os judeus, e por fim, é terrorista. Arafat é a oposição absoluta da identidade de Israel, conforme mostra a Figura 14.

¹²⁵ Discurso proferido à nação israelense em 21 de fevereiro de 2002.

Figura 14 – Construção da relação entre Israel e Arafat



Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Mesmo com a saída de Arafat do poder e a ascensão de novas lideranças, ele continua sendo o responsável pelo conflito. Sharon afirma que Arafat sabota os governos de outros líderes e continua a encabeçar o apoio aos terroristas. É interessante salientar que Sharon divide a responsabilidade entre Arafat e os palestinos, em si, que estão pagando o preço pelo terror “que eles criaram”.

Regrettably, as time went on, it became clear to us that the strength of those who support terrorism among the Palestinian leadership was growing. This became clear to us from the repeated attempts by supporters of terrorism, headed by *Yasser Arafat*, to sabotage *Abbas' Government*. It was especially evident following the fall of *Abbas' Government*, from the powerlessness which we witness every day, of *Qurei's Government* and of the current Palestinian leadership. It seems that in the near future a serious Palestinian leadership will not rise, which has both the will and the ability to fight terror and lead its people to peace. This is a tragic fact for us in Israel, for the countries in the region, and especially for the Palestinians who pay a heavy price for the *terror they create* (SHARON, 2004k, grifo nosso).¹²⁶

¹²⁶ Discurso proferido na Conferência Anual Israel's Annual Hi-Tech, em 31 de março de 2004.

Esse discurso só perderá força com a morte de Arafat, no fim de 2004. Esse evento é retratado por Sharon como um acontecimento decisivo – *turning point* – para as relações entre palestinos e israelenses e para a região do Oriente Médio. Ele se refere à morte da liderança palestina como a “maior e mais genuína oportunidade” de paz, tanto para Israel, quanto para os palestinos, que não deve ser desperdiçada.

The most genuine and greatest opportunity for building a new and different relationship with the Palestinians was created following the death of Yasser Arafat, who constituted the primary obstacle to peace. Now there is a real chance that new Palestinian leaders will rise, those who will be elected, who will truly abandon the path of terror, and instead will advance a strategy of reconciliation and negotiation without violence, terror and hatred. We hope that the Palestinians will succeed in holding free, democratic and quiet elections. On our part, we will take all the necessary steps to assist them (SHARON, 2004).¹²⁷

O líder eleito após a morte de Arafat é Abu Mazen, que já havia sido Primeiro-Ministro da Autoridade Palestina em 2003, e já havia sido classificado por Sharon como uma liderança adequada para a Palestina. Assim, essa eleição é vista com entusiasmo pelo Primeiro-Ministro.

[...] We see great opportunities in the election of Chairman Mahmoud Abbas. We hope he will be able to lead his people and create a democratic law-abiding society that will build its institutions, undergo a broad reform process, fight terrorism and dismantle the infrastructure and dismantle the terrorist organizations. Israel does not intend to lose this opportunity. We will do our utmost to cooperate with the new Palestinian leadership and will take the needed measures to help Chairman Abbas. We are willing to help Chairman Abbas as much as we can, as long as we do not risk our security. That is the red line (SHARON, 2005).¹²⁸

A abordagem Sharon em relação à Abu Mazen é totalmente diferente daquela com Arafat. Uma vez que, segundo Sharon, ele se mostra uma liderança amigável, favorável as demandas israelenses, é interessante para Sharon manter Abu Mazen no poder. Então, ele não deslegitima Abu Mazen perante a população palestina, mesmo com a continuidade do terrorismo. Na medida que Abu Mazen não se mostra um empecilho para os interesses de Sharon, ele mantém esse discurso positivo e esperançoso. Esse discurso só muda já no final do seu mandato, quando Abu Mazen é acusado por Sharon de negociar com as organizações terroristas.

¹²⁷ Discurso proferido na Herzliya Conference em 16 de dezembro de 2004.

¹²⁸ Discurso proferido na AIPAC Conference em Washington DC, em 24 de maio de 2005.

While we will not interfere in the elections, we will not coordinate on them and will not allow Hamas members to either work or move about other than they do today. Hamas's participation could lead to the end of the Roadmap, if there is a situation in which an armed terrorist organization is a political partner in the Palestinian administration. While we fully support the President's democratization efforts, we will not help Hamas. We will not help those who murder Jews even if they participate in the elections. Nowhere in the world would they be allowed to participate in elections. Even according to the Oslo accords, they were not allowed to participate in elections (SHARON, 2005m).¹²⁹

A primeira afronta a política externa de Sharon, que não acredita na credibilidade das organizações terroristas, e acredita que negociar com elas pode dar legitimidade as suas formas de ação e causas. A segunda afronta se dá em relação ao conteúdo do acordo, em que ele possibilitou que as organizações terroristas participassem das próximas eleições. Segundo Sharon, essas organizações são abertamente antissemitas e não reconhecem o direito de Israel de existir. Elas são o principal inimigo de Israel. Com isso, a possibilidade de elas estarem no governo da Autoridade Palestina impede qualquer perspectiva de negociação com Israel. Essa impossibilidade de negociação, conforme será apresentado no capítulo posterior, será uma das principais articulações de Sharon para a legitimidade do uso da violência no seu governo.

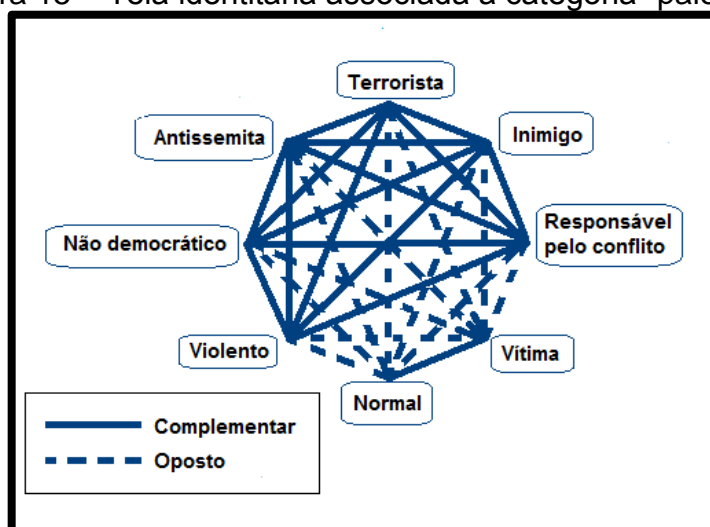
The immediate future is critical for the Palestinian Authority – it must decide if it chooses the path of peace and communication, or if it chooses the path of radical terror and allows the existence of terrorist organizations and their participation in the political system before they disarm. In addition, Hamas must annul its charter calling for the destruction of Israel. Advancing to the second phase of the Roadmap will be done only after the Palestinian Authority implements the first phase of the plan – by dismantling the terrorist organizations and implementing the comprehensive reforms to which they are committed. We cannot accept a situation in which terrorist organizations do not disarm, yet gain legitimacy for their existence, under the cloak of democracy (SHARON, 2005k).¹³⁰

Percebe-se, então, que existe uma teia de identidades variadas construídas em relação aos palestinos. No centro desta teia existem características diversas, que são apresentadas por Sharon em alguns momentos como complementares, em outros como opostas, conforme mostra a Figura 15. Além disso, elas são associadas às três categorias de “palestino”: comum, terrorista e líder.

¹²⁹ Discurso proferido durante o encontro com a Secretária de Estado dos Estados Unidos, Condoleezza Rice, em 14 de novembro de 2005.

¹³⁰ Discurso proferido no encontro com ex-Presidente dos Estados Unidos, Bill Clinton, em 13 de novembro de 2005.

Figura 15 – Teia identitária associada à categoria “palestino”



Fonte: Elaborado pela autora (2020).

A associação das características às categorias muitas vezes ocorre de forma contraditória, como, por exemplo, caracterizar os palestinos “comuns” como vítimas e como responsáveis pelo conflito. Da mesma forma, as três categorias principais muitas vezes são apresentadas como opostas, outras vezes elas se sobrepõem ou são generalizadas, apagando as diferenciações. O palestino “comum” nem sempre é diferenciado do palestino “terrorista”, os “terroristas” em alguns momentos são associados aos líderes palestinos, em outros são igualados a eles. De modo que a construção das relações varia desde a empatia até inimizade radical, se tornando em alguns momentos indecível.

Essa teia identitária, assim como todas as demais construções identitárias apresentadas nesse capítulo, terão grande impacto na construção discursiva da política externa de Israel e na legitimação do uso da violência. E são essas construções que serão exploradas e analisadas no capítulo a seguir.

5 A LEGITIMIDADE DA VIOLÊNCIA NOS DISCURSOS DE ARIEL SHARON

“O inimigo do momento sempre representava o mal absoluto, com o resultado óbvio de que todo e qualquer acordo passado ou futuro com ele era impossível” (ORWELL, 2009, p. 47).

No capítulo anterior foram apresentados diversos aspectos que compõem a identidade de Israel e as diferenças que constituem os *Others*. Foi possível perceber que ambos os processos, de ligação e diferenciação, criam essa teia identitária, com níveis de oposições variadas, constituindo desde relações de amizade, como com os Estados Unidos, até relações extremas de inimizade, como com Yasser Arafat. A partir dessas construções, o presente capítulo tem como objetivo analisar a construção da legitimidade do uso da violência como política externa de segurança em relação aos palestinos. Dessa forma, busca-se associar as narrativas da identidade, já apresentadas anteriormente, às narrativas sobre a legitimidade do uso da violência. O discurso central circunda a construção dos palestinos e do terrorismo como uma ameaça a Israel em diversos aspectos e, a partir daí, a legitimidade do uso da violência por Israel como ação de autodefesa – *self-defense*.

Primeiramente será apresentada a construção do discurso sobre a ameaça palestina. Sharon cria diferentes ameaças que se conectam às diferentes categorias que formam o discurso básico da identidade de Israel. Assim, ele legitima o uso da violência contra os palestinos como uma forma de defesa da identidade israelense. Em sequência é apresentada a construção da diferença moral entre as violências israelense e palestina. A primeira é moralmente superior à segunda pois tem objetivos, intenções e modos de operar justificáveis, enquanto a violência palestina, por ser generalizada como terrorismo, ocupa um lugar imoral e injustificável. Ainda neste capítulo é trabalhado como Sharon manipula as relações com outros países na busca dessa legitimidade. Isso ocorre tanto com a aproximação dos Estados Unidos, a partir do discurso sobre o Mundo Livre e a luta estadunidense contra o terrorismo internacional, quanto com o afastamento da Europa que questiona o modo de operação israelense. Por fim, o capítulo se encerra com uma análise sobre como o discurso da legitimidade do uso da violência está também inserido nas narrativas sobre os planos de ação e propostas de negociação do conflito.

5.1 The right and the capability to defend themselves by themselves

Segundo Lene Hansen (2006), uma política externa de segurança bem-sucedida é aquela em que o locutor constrói discursivamente uma ameaça, a partir da delimitação do *Other* como moral, temporal e espacialmente diferentes do *Self*. Essas diferenças são interpretadas de forma radicalmente antagônicas e infringem um perigo à identidade do *Self*. Além disso, como já foi trabalhado anteriormente com Campbell (1992), o perigo não é objetivo ou material, e não necessariamente é aquilo que infere maior risco ao objeto de referência, mas é uma interpretação daquele que está sendo ameaçado – no caso presente, Israel através da interpretação do Primeiro-Ministro Sharon. Quando o *Other* é construído dessa forma, a violência se torna uma das possibilidades de ação.

É preciso lembrar que com todas as contradições discursivas já apresentadas, Sharon apresenta o *Other* palestino associado ao uso do terrorismo, e como inimigos de Israel. A partir desta construção Sharon começa a interpretar diversas ações dos palestinos como ameaças. Este tópico, então, se esforça para apresentar como os palestinos, através da associação com o terrorismo, são interpretados por Sharon como uma ameaça à identidade de Israel, justificando, então, o discurso de “autodefesa”. A construção da ameaça dos palestinos a Israel está associada às quatro categorias básicas do discurso de Sharon sobre a identidade do *Self*, sendo elas a soberania, a característica judaica do Estado, a busca pela paz e a democracia. Assim sendo, neste tópico serão apresentadas as construções discursivas em que Sharon percebe o terrorismo palestino como uma ameaça a essas categorias, e como ele utiliza isso para justificar o uso da violência como forma de defesa dessa identidade.

Primeiramente, os palestinos, principalmente através do uso do terrorismo, ameaçam a existência de Israel como Estado soberano e judeu. No discurso a seguir, por exemplo, Sharon destaca que o problema do conflito com os palestinos não são apenas as fatalidades – *casualties* –, mas a ameaça à própria existência de Israel. E em seguida, afirma o direito de defesa dos cidadãos israelenses. Assim, nesse discurso, ele afirma que existe um grau mais alto de ameaça e perigo, que retira essa situação da normalidade, e eleva a necessidade da defesa dos cidadãos israelenses.

And I think that it's not only that we suffer casualties, heavy casualties, but *it's a danger to the very existence of the State of Israel*. It's about those that act against us. I think that we have, though, been very careful. I'll make every effort that we'll not cause any escalation of the situation, because I don't think we need this. We have to be very careful, yet *we have the right to defend our*

citizens. The Israeli citizens have the right to live in security. That one must understand (SHARON, 2001I, grifo nosso).¹³¹

Para Sharon, essa ameaça existia antes mesmo da independência do Estado, quando era negado o direito de permanência dos judeus naquela região. É interessante destacar essa permanência da ameaça no tempo, pois, assim, ele a conecta com diversas categorias passadas, que já foram representadas como ameaças anteriormente. No discurso a seguir, por exemplo, ele conecta essa narrativa de duas formas: associando as categorias “terror árabe” e “terror palestino”, e ao fazer referência às gerações passadas.

I can tell you one thing - it is very complicated. The terror did not start last year. The terror started here 125 years ago. Arab terror which later came to be known as Palestinian terror. My grandfather was already facing this terror. I know families that have been facing Arab/Palestinian terror for five or six generations. So it will take time. It needs patience, it needs determination, it needs strong will power, but I think it is very important otherwise there will never be peace here. I have made it very clear that for a genuine, durable, true peace we are willing to make painful compromises. But we will not make any compromises whatsoever which might endanger Israeli citizens and the very existence of the State of Israel (SARON, 2002d).¹³²

Primeiro, ao trabalhar com uma suplementação entre as categorias “árabe” e “palestino” quando se trata da ameaça à Israel, ele constrói uma contiguidade entre a luta do povo judeu antes mesmo da declaração da independência de Israel contra quem ele nomeia “árabes”, para a luta “atual” contra os “palestinos”. É a mesma luta, com os mesmos objetivos: garantir a existência de um Estado soberano judeu. Segundo, ao conectar essa luta “atual” com as outras guerras que as gerações passadas lutaram, ele também cria essa continuidade no tempo. São diversas “lutas”, mas que fazem parte de um mesmo conflito entre judeus e o terror “árabe/palestino”.

Sharon classifica como uma tendência de longo-prazo dos “árabes” a de negar o direito de existir do Estado de Israel – “[...] *the long-time Arab trend to deny the very right of the State of Israel to exist*” (SARON, 2002I)¹³³ – e, desde então, através do terrorismo, colocam a própria existência de Israel em perigo. Essa continuidade no tempo da ameaça “árabe/palestina” através do terrorismo, da luta pela existência e

¹³¹ Discurso proferido durante a entrevista com a CNN Late Edition em 11 de março de 2001.

¹³² Discurso proferido à delegação da Conferência dos Presidentes das Principais Organizações Judaicas Americanas em 20 de fevereiro de 2002.

¹³³ Discurso proferido ao Knesset em 08 de abril de 2002.

manutenção do Estado de Israel atribui mais legitimidade a interpretação das ações dos palestinos como perigosas, e com isso, o direito de autodefesa.

A associação entre as categorias soberania e autodefesa pode ser vista no discurso a seguir. Sharon afirma que Israel tem direito de se proteger, dissuadir seus inimigos, no caso específico, os terroristas e as organizações terroristas, e manter seu direito de autodefesa. Neste sentido, existe uma lógica cíclica: Israel precisa lutar contra o terrorismo e acabar com essas ameaças, justamente para manter o direito de se defender. E assim, a categoria soberania se associa à manutenção da capacidade de se proteger.

Terror has not ceased, reform of the Palestinian security services has not been undertaken, and real institutional reforms have not taken place. The State of Israel continues to pay the heavy cost of constant terror. Israel must preserve its capability to protect itself and deter its enemies, and we thus retain our right to defend ourselves against terrorism and to take actions against terrorist organizations (SHARON, 2004m).¹³⁴

Além disso, o terrorismo palestino também é significado como uma ameaça à permanência do povo naquela terra. Como foi afirmado anteriormente, Sharon constrói a razão de existir de Israel como o protetor da conexão entre os judeus e a terra. Cabe a Israel garantir o direito dos judeus de existir como nação na terra prometida, terra natal, a terra de Sião. Assim, parte do discurso de Sharon constrói essa ameaça direcionada não só à existência do Estado soberano, em si, mas também à permanência dos judeus e dos israelenses naquele território.

It is not a coincidence, Members of Knesset. It is not cruel fate. The murderous gangs have a leader, a purpose, and a directing hand. *They have one mission: to chase us out of here, from everywhere* - from our home in Elon Moreh and from the supermarket in Jerusalem, from the cafe in Tel Aviv and from the restaurant in Haifa, from the synagogue in Netzarim - where the murderers slaughtered two over 70 worshippers, walking in their prayer shawls to morning prayers - and from the Seder table in Netanya (SARON, 2002I, grifo nosso).¹³⁵

E em seguida, no mesmo discurso, o Primeiro-Ministro destaca que apesar de tentar diversas medidas de resolução pacífica, sem sucesso, o uso da violência se torna a única opção no momento para parar o terrorismo. Assim sendo, Sharon cria

¹³⁴ Discurso proferido em carta ao Presidente dos Estados Unidos, George Bush, em 14 de abril de 2004.

¹³⁵ Discurso proferido ao Knesset em 08 de abril de 2002.

essa conexão entre a ameaça à permanência do povo Judeu em Israel, à legitimidade do uso da violência como forma de defesa.

We remained patient and moderate as one atrocity followed another. Despite the fact that we knew of our power to act, we hoped that we would not be forced to use our forces, and rejected extreme suggestions of all sorts. [...]. We have not given up on direct dialogue, to bring about an end to violence. [...] However, Arafat chose a different path. We know which path his is. He assumed, and still assumes, that he will be able to defeat Israel and break its spirit. In our sensitivity to the sanctity of human life and in our openness for political debate, he sees basic weakness. By way of blood and horror he wants to force Israel into a unilateral withdrawal to its 1967 borders, including Jerusalem, thereby achieving his aims through violence, and he is not averse to using any means. The Government of Israel has thus decided to instruct the IDF and other security forces to embark on Operation Defensive Shield, which has one goal: uprooting the terrorist infrastructure which Arafat built to continue attacking us (SARON, 2002l).¹³⁶

Além do direito de permanecer naquela terra, o terrorismo palestino também é caracterizado por Sharon como antisemita. Segundo Sharon, eles não reconhecem o direito de existir de Israel e o direito dos judeus sobre aquela terra, disseminam o ódio contra o povo Judeu e não querem que eles vivam livremente suas crenças. Dessa forma, Sharon os constrói como uma ameaça à característica judaica do Estado.

I want to say a few words about the attack by the Palestinian terror organizations at the Tomb of the Patriarchs in Hebron. *This attack again underscores Israel's unequivocal stand that in order to end terrorism, we must fight a determined battle against the terrorists, those who dispatch them and those who finance them.* This morning's attack at the Tomb of the Patriarchs was an attempt to attack Jews' freedom of religion at one of the Jewish people's holiest sites. *We are fighting, all over the world, for the rights of Jews to pray without being attacked, and we defend the right of religious freedom for everyone - Jews, Muslims and Christians to pray at their holy sites in Israel.* We will continue to uphold the rights of all people to pray at the Tomb of the Patriarchs and we will not tolerate attempts by the terrorist organizations to prevent Jews from doing so. Jews will continue to pray at the Cave of the Patriarchs in Hebron and to live there (SHARON, 2005n, grifo nosso).¹³⁷

No discurso acima, Sharon novamente constrói uma vertente da ameaça do terrorismo palestino, que se refere à liberdade religiosa, e a conecta à luta contra o terrorismo e aqueles que o apoiam, ou seja, o uso da força contra estes. Ele busca justificar, mais uma vez, esse uso da violência afirmando que a defesa do direito de liberdade religiosa é mais uma fonte de legitimidade. Esse discurso é ainda mais

¹³⁶ Discurso proferido ao Knesset em 08 de abril de 2002.

¹³⁷ Discurso proferido ao Knesset sobre o ataque de tiro em Hebron, em 07 de março de 2005.

reforçado quando ele expande esse direito para outras religiões, além do judaísmo. Dessa forma, a luta contra o terror não é de benefício apenas de Israel ou dos judeus, mas de todas as religiões que possuem locais sagrados naquela região.

Já no discurso a seguir, o direito de *self-defense* emana da ameaça aos judeus. Ele caracteriza, primeiramente, Israel como o único lugar em que os judeus podem se defender por conta própria, ou seja, não necessitam de ajuda externa. Portanto, é responsabilidade de Israel manter sua soberania, para preservar esse direito do povo Judeu. Uma vez que o terrorismo palestino ameaça o povo Judeu, e seu direito de existir com suas crenças, ele é o inimigo a ser combatido para a manutenção desses direitos.

Israel is a peace-seeking nation. I have fought in all of Israel's battles and seen the horrors of war. For this reason, I can truly appreciate the value of peace. For true peace, I am ready to make painful compromises - but it must be genuine peace that will last for generations. I will not make compromises on the survival and security of the State of Israel and its citizens. *The Jewish people have only one small country - the only place in the world where they have the right and the capability to defend themselves by themselves.* We must preserve this for the sake of every Jew around the world and for future generations. This is not just our right; it is our duty (SHARON, 2001q, grifo nosso).¹³⁸

A expressão “*defend themselves by themselves*”, ou ainda “*defend ourselves by ourselves*”, se referindo ao direito do povo Judeu de se defender, e de Israel ser o único local em que eles possam fazer isso, é um jargão de Sharon. Ele utiliza essa expressão em todos os 5 anos de mandatos analisados, mas principalmente em 2001, quando ele repetiu esta expressão em 25% dos seus discursos. Pode-se inferir que havia uma necessidade de colocar esse direito em destaque, de construir as ações de Israel como de natureza defensiva, como um direito do povo Judeu e como uma obrigação de Israel como Estado.

Neste discurso, é válido ressaltar que Sharon inicia destacando o interesse de Israel pela paz, o que gera o interesse em negociar e fazer concessões. Porém, uma vez que paz é sinônimo de segurança nos discursos do Primeiro-Ministro, enquanto houver ameaça à Israel e aos cidadãos, não haverá negociações. Assim, primeiramente pode-se afirmar que o terrorismo é oposto à paz, e assim se caracteriza como uma ameaça à busca pela paz de Israel, e que uma vez que a ameaça existe,

¹³⁸ Discurso proferido em vídeo mensagem para a Assembleia Geral da United Jewish Communities em Washington DC em 11 de novembro de 2001.

o que resta à Israel é a obrigação de manter o direito de *self-defense* do povo Judeu. Ou seja, manter Israel como um Estado soberano e judeu, afastando aquilo que ameaça essas características da sua identidade.

O terrorismo palestino também ameaça os “valores democráticos”. Como foi apresentado no capítulo anterior, esses valores estão associados ao Mundo Livre, e se referem não só a democracia como regime político, mas a uma gama de valores como liberdade, tolerância, o modo de vida ocidental e paz. Dessa forma, como pode ser observado no discurso a seguir, uma vez que o terrorismo é construído como uma ameaça a esses valores, a luta contra o terrorismo ganha uma conotação moral e superior. Também se observa que o uso da violência neste sentido é apresentado não só como um direito, mas uma obrigação “moral” de se defender.

Over the last nineteen months, Israel has been engaged in a war against Palestinian terrorism - a war that was imposed on us. *This is a war for our homes and way of life. The very foundations of our freedom are under attack.* The Israeli public is strong and determined to win this struggle. [...] We have a *moral right and obligation to defend ourselves*. Terrorists in Washington, Tel Aviv or any other place have no right to murder innocent civilians indiscriminately (SARON, 2002m, grifo nosso).¹³⁹

Por fim, Sharon também afirma que a ameaça palestina é direcionada ao “espírito” israelense. Em diversos discursos o Primeiro-Ministro israelense afirma que o principal objetivo do terrorismo palestino é quebrar – *break* – o espírito de Israel. Apesar de não explicitar o que define esse “espírito”, Sharon o relaciona tanto aos judeus como povo, à união nacional e até mesmo ao desenvolvimento industrial, econômico e social do Estado em si, conforme pode ser visto nos três discursos a seguir. Assim pode-se afirmar que ele está conectado aos valores de Israel, sua essência e identidade.

During the past three and a half years, the terror organizations have tried to *break the spirit of the people of Israel*. They did not succeed. *The Jewish people cannot be broken – we will never break.* And I say it again – we will never break (SHARON, 2004n, grifo nosso).¹⁴⁰

Four years ago, we were at the height of a cruel terror campaign which was *meant to break our spirits*. The participants of the 16th Maccabiah came to Israel at that time made a great moral contribution to the people of Israel. Today as well, as the Israeli society faces difficult challenges, your arrival here symbolizes the mutual guarantee which has characterized, and will continue to *characterize the Jewish people*. Those who see you here understand the

¹³⁹ Discurso proferido à AIPAC Policy Conference em 23 de abril de 2002

¹⁴⁰ Discurso proferido no 5º aniversário da lei Birthright em 06 de junho de 2004.

significance of the sentence: “*All of Israel is responsible for one another*” (SHARON, 2005o, grifo nosso).¹⁴¹

Today’s ceremony is one of many responses to those who attempt to harm us. Faced with *attempts to break our spirit*, to undermine *our right to our homeland*, to defeat us with terror and violence, we will continue to develop our advanced industries, absorb new immigrants, invest in the education of our children, and build and advance everywhere in Israel (SHARON, 2005p, grifo nosso).¹⁴²

Com isso, toda a estrutura identitária é desestabilizada pelo terrorismo, que se opõe inteiramente a tudo que Israel é, e representa. Assim, a justificativa do uso da violência por Israel contra os palestinos vai se firmar em uma base específica: o direito de Israel de defender todas essas categorias da sua identidade. Independente se Israel está usando a violência para defender sua soberania, o povo Judeu/israelense, os valores democráticos, ou se é um meio para alcançar a paz, para Sharon isso tudo é “autodefesa”, porque se associa às raízes da identidade de Israel. É o próprio *Self* israelense que está ameaçado.

5.2 There can be no moral equivalency between acts of self-defense and terrorist actions

Além do discurso puramente sobre o direito de defesa de Israel, a legitimidade do uso da violência por Israel também ganha contornos morais. Sharon estabelece que a violência cometida pelos dois *Selves* é qualitativamente diferente e impossível de serem equiparadas. Essa diferença é construída a partir de diversas perspectivas, desde a diferença entre intenções, métodos, e até pela “natureza” do ator que usa a violência. A primeira estratégia de legitimação da violência diz respeito à intenção da violência, e ela se divide em duas narrativas principais: a do “mal menor” e a da “defesa e não ataque”.

Como opostos binários, Sharon constrói Israel como “*a peace-seeking nation*”, enquanto o terrorismo palestino é um “obstáculo para a paz”. Arafat e o “caminho do terror” escolhido por ele precisam ser superados para que haja uma possibilidade de mudança na relação hostil entre Israel e a Palestina.

We all strive to end the terrible, bloody conflict with the Palestinians. We can - we can - achieve peace. But will the present Palestinian leadership want to

¹⁴¹ Discurso proferido na Cerimônia de Abertura do 16º Maccabiah em 10 de julho de 2005.

¹⁴² Discurso proferido na Cellcom Netanya em 26 de julho de 2005.

abandon their scheme to eliminate Israel, and instead, chose to live with us in peace? Even a Palestinian child knows the real answer in his heart: the bands of terrorists and murderers that have taken over the lives of the Palestinians with the encouragement, agreement, and at the initiative of the Palestinian Authority that controls them, do not want peace - not for us and not for the Palestinians. *They are an obstacle to peace*. In order to reach peace, their murderous regime must be removed and replaced with one of peace (SARON, 2002h).¹⁴³

Dessa forma, essa primeira estratégia de legitimação circunda a ideia de que a violência perpetuada por Israel é um meio para a paz e, portanto, é justificável. Ele assume uma postura de “mal menor”, o assassinato de um palestino supostamente terrorista é justificável, na medida que evitar uma “tragédia maior”, ou seja, a morte de mais israelenses.

Now, how can we move forward when terror is going on? So Israel, of course, has the *right for self-defense*, and that's exactly what we are doing. *Let's assume* for one minute that those terrorists who were *attacked* this morning were on the way to commit maybe a most terrible act of terror. So what is better? What will bring negotiations earlier? What will bring peace earlier? That they will kill another 20 or 40 or 50 Israeli citizens, or if they will be stopped on the way there? So, believe me, if we stop them on the way there, that prevented maybe a chain of terror that would have postponed every negotiation for a long time (SHARON, 2001k, grifo nosso).¹⁴⁴

Neste discurso, Sharon transforma um ataque perpetuado por Israel contra palestinos em uma situação hipotética: e se aqueles “terroristas” que foram atacados por Israel estivessem no caminho para cometer um terrível ato de terror?”. Seria melhor permitir que eles fizessem o ataque, e Israel agisse posteriormente, ou é melhor que ele aja preventivamente? Segundo Sharon, a morte destes palestinos supostamente terroristas melhora as chances de negociação, aproxima a “paz” e, portanto, a violência se justifica. Ou seja, Sharon inverte a lógica, e constrói a violência perpetuada por Israel como moralmente aceitável, porque irá prevenir a morte de outros israelenses, enquanto a violência dos palestinos contra Israel é moralmente condenável e deve ser evitada.

Em sequência a esse questionamento, Sharon ainda retira de Israel a responsabilidade pelo ato e a transporta para Yasser Arafat. Se o líder palestino agisse contra o terrorismo, tomasse medidas preventivas, assim como Israel está fazendo, e prendesse os palestinos supostamente terroristas, eles não precisariam

¹⁴³ Discurso proferido na abertura da sessão de inverno do Knesset em 14 de outubro de 2002.

¹⁴⁴ Discurso proferido na coletiva de imprensa em conjunto com o Primeiro-Ministro do Reino Unido, Tony Blair, após seu encontro em 01 de novembro de 2001.

ser “atacados” por Israel. Israel está no direito de *self-defense*, mesmo que preventivamente. E a culpa “está nas mãos” de Arafat.

As a matter of fact, Arafat could have avoided it. He got the names of all the terrorists. We made it very clear to him and we asked him directly and through our friends and we said: arrest them. *That is in your hands*. They are coming from the area which is under complete Palestinian control. If he would have done it, it would have never have happened. *We have the right of self-defense. You must understand that*. And as I said we are ready to go very far. In one thing there will not be, not now, not in the future, no compromise when it comes to our security (SHARON, 2001k, grifo nosso).¹⁴⁵

Por ser pacífico, Israel também é um Estado não-beligerante. As guerras em que Israel esteve envolvido são construídas como imposições. Israel foi obrigado a entrar em guerras para garantir sua segurança e existência uma vez que havia ameaças externas. Essa mesma lógica é utilizada para o conflito com os palestinos, e constitui a segunda estratégia de legitimação da violência: a intenção de Israel é diferente da intenção dos terroristas palestinos.

Já foi apresentado anteriormente a construção de Sharon em relação à população palestina em geral. Em alguns momentos, ele chega a afirmar que a população palestina fez escolhas erradas, tanto de lideranças quanto de estratégias, que levaram à situação conflitiva em que eles se encontram. Em outros momentos, Sharon não diferencia entre “palestinos comuns” e os “terroristas”, generalizando a violência para todos. Mas apesar dessa variedade de relações, que são inclusive contraditórias, Sharon não declara inimizade com a população “comum” palestina explicitamente. Ele deixa claro que nem Israel, nem os judeus, odeiam os palestinos e querem que esses sejam exterminados.

Isso é importante porque, caso Sharon assumisse uma postura deliberadamente odiosa aos palestinos de forma geral, sua política externa poderia ser caracterizada como genocida. Essa imagem internacional desestabilizaria totalmente o discurso básico da identidade de Israel, como pacífico e democrático, além de aproximá-lo das identidades dos seus inimigos. Para evitar aberturas estruturais muito amplas, que desestruturam as bases da legitimidade de sua política externa, Sharon não recorre a um discurso de ódio deliberado aos palestinos, nem promove a violência contra civis. Dessa forma, mesmo com as incoerências e a

¹⁴⁵ Discurso proferido na coletiva de imprensa em conjunto com o Primeiro-Ministro do Reino Unido, Tony Blair, após seu encontro em 01 de novembro de 2001.

elasticidade das relações entre os *Selves*, ele evita assumir uma oposição radical. Para ele, a sociedade palestina pode evoluir na medida em que seguir os passos e as recomendações israelenses. Podendo até, no futuro, se tornar uma nação soberana. Dessa forma, não é preciso eliminar os palestinos, mas fazer com que eles façam escolhas “corretas”, alinhadas com Israel.

Assim, o que diferencia a violência israelense contra os palestinos, daquela violência dos palestinos contra Israel é, em parte, a intenção. Israel não tem intenção de acabar com os palestinos ou submetê-los a uma ocupação total, destruindo a Autoridade Palestina. A intenção dele é acabar apenas com o terrorismo, que aqui é diferenciado de “palestino”. E mais, Israel não escolhe usar a violência, ele é “forçado”, “obrigado” a proteger os israelenses, agindo defensivamente.

We are *forced* to defend ourselves against attacks, and we know how to do so successfully. However, when faced with tranquility and a hand extended in peace, we will know how to react in tranquility and extend an honest and brave hand in return. We desire a life living side-by-side, in understanding and peace. We have no desire to rule over you, we have no desire to run your affairs (SHARON, 2004I, grifo nosso).¹⁴⁶

Israel's supreme obligation, as in any state, is to protect its citizens, and Israel will continue to exercise its right to self-defense. [...]. We shall continue to act until we accomplish our goals. We have clarified that we have no intention of remaining in "A" areas, and when we conclude our mission, we shall withdraw. If we should *need* to exercise our right to self-defense in the future, we shall not hesitate to act. We have clarified that Israel will do all it can in order to prevent an escalation (SHARON, 2001i).¹⁴⁷

Diferentemente, o terrorismo palestino é construído como tendo a intenção de eliminar Israel e os judeus. Para Sharon, o terrorismo não é uma tática, ou seja, não é apenas um procedimento, um método, um arranjo militar, uma forma específica de agir, mas uma estratégia. Ele é utilizado sistemática e metodicamente, principalmente por regimes ditatoriais no Oriente Médio, para pressionar os inimigos a ceder aos interesses dos regimes terroristas. Como uma estratégia comum entre esses governos, muito bem pensada e articulada, Sharon classifica que o terrorismo é a maior ameaça à estabilidade no Oriente Médio.

A new wave of international terrorism is on the rise from Afghanistan to Lebanon - some of it state-sponsored. Most recently, acts of terror *instigated* by the Palestinian Authority, coupled with deliberate incitement, have become one of the primary sources of instability in the Middle East. Terrorism as a

¹⁴⁶ Discurso proferido na Herzliya Conference em 16 de dezembro de 2004.

¹⁴⁷ Discurso proferido ao Knesset em 24 de outubro de 2001.

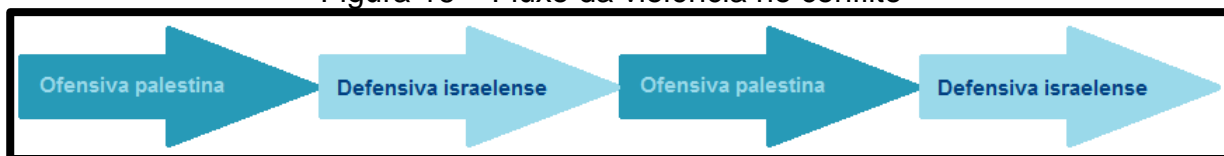
form of warfare *is a strategic issue* in our region: Most of the past wars in the region were *instigated* by acts of terrorism. Therefore, on the basis of past experience, even today international terrorism can still threaten regional and global stability (SHARON, 2001a, grifo nosso).¹⁴⁸

Da mesma forma, os palestinos também fazem uso estratégico e sistemático do terrorismo contra Israel. Não é uma violência aleatória, causada por uma pequena minoria, mas por uma coalizão do terror, organizada e liderada por Yasser Arafat com um objetivo claro e específico: destruir Israel, os judeus e seus valores.

No doubt that the strategy of the *Palestinian Authority is a strategy of terror*. They would like to bring us to conduct negotiation under terror. And though we are committed to peace, one thing I can assure you, we are not going to negotiate under threat of terror and fire. Once it will be quiet -- completely quiet, full cessation of terror, hostilities, violence and excitement -- I can assure you, I'm not going to waste one day. I'll start negotiating immediately (SHARON, 2001d, grifo nosso).¹⁴⁹

Dessa forma, Sharon estabelece um fluxo da violência no conflito: ela começa nos palestinos, com ataques terroristas contra os civis israelenses de modo ofensivo. Israel, em contrapartida, reage a essa violência, defensivamente. Toda a violência que vem de Israel é uma resposta a um ato terrorista que o antecedeu, nunca uma ofensiva, conforme a Figura 16 apresenta.

Figura 16 – Fluxo da violência no conflito



Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Essa construção da “defensiva” e nunca do “ataque”, pode ser vista nos discursos do Primeiro-Ministro sobre a *Operation Defensive Shield*. Essa operação é apresentada por Sharon como um plano militar, e essa retórica do modo defensivo é construída já a partir do próprio nome da operação – Operação Escudo Defensivo.

The Government of Israel has thus decided to instruct the IDF and other security forces to embark on Operation Defensive Shield, which has one goal: uprooting the terrorist infrastructure which Arafat built to continue attacking us. IDF soldiers and officers have been given clear orders: to enter cities and villages which have become havens for terrorists; to catch and arrest terrorists and, primarily, their dispatchers and those who finance and support them; to confiscate weapons intended to be used against Israeli citizens; to expose and destroy terrorist facilities and explosives, laboratories, weapons

¹⁴⁸ Discurso proferido na AIPAC Policy Conference em 19 de março de 2001.

¹⁴⁹ Discurso proferido na entrevista a Fox News Sunday em 05 de agosto de 2001.

production factories and secret installations. The orders are clear: target and paralyze anyone who takes up weapons and tries to oppose our troops, resists them or endanger them - and to avoid harming the civilian population (SARON, 2002i).¹⁵⁰

Percebe-se que, apesar de Sharon afirmar que os soldados israelenses iriam entrar nos territórios palestinos, invadir vilas e cidades para desmantelar as organizações terroristas, destruir o terrorismo onde quer que fosse encontrado – ou seja, a operação tem um caráter ofensivo – seu objetivo é defensivo. A operação busca criar um escudo de defesa para Israel contra os ataques terroristas palestinos, agindo preventivamente. Ele varia entre ações menos radicais, como prender, confiscar armamentos, destruir instalações e infraestruturas, que podem ser caracterizadas como ações de prevenção, até as mais radicais, como o aval para soldados “paralisarem” todos que se opuserem às forças israelenses.

Sharon também destaca a transitoriedade dessa operação. Seu objetivo não é criar um estado de invasão permanente, mas apenas um caminho para tornar o ambiente mais propício para a paz. Ou seja, essa narrativa não só confirma a lógica da defesa, mas também a estratégia do “fim justificar os meios”. O objetivo da operação não é “paralisar/matar” palestinos, mas construir um caminho para a paz. As mortes são uma consequência.

Once free of terror, we can move forward to implement the Tenet cease-fire agreement. We want to live in peace with our Palestinian neighbors, but they must first accept our right to live in our ancestral homeland in peace and security. I am optimistic about the future. Operation Defensive Shield has opened a window of opportunity to put the peace process back on a different, more realistic track (SARON, 2002m).¹⁵¹

E esse estilo de narrativa, em que Sharon apresenta sempre operações com caráter ofensivo, mas nomeadamente defensivas, é constante durante seu mandato. As políticas militares de Israel são sempre apresentadas como ações de “legítima defesa” preventivas.

We have not finished the work. Our struggle against terror goes on and will go on. The principles for action which were outlined immediately upon the conclusion of Operation Defensive Shield are enabling us to continue dealing with the infrastructures of terror, via entry into the Palestinian Authority areas,

¹⁵⁰ Discurso proferido ao Knesset em 08 de abril de 2002.

¹⁵¹ Discurso proferido à AIPAC Policy Conference em 23 de abril de 2002.

locating suicide-terrorists and foiling attacks in their preliminary stages (SARON, 2002g).¹⁵²

Sharon também utiliza estratégias para moldar a “natureza” dos atores. Conforme Campbell (1992) afirma, para construir a diferença, os locutores recorrem a outros signos que conectam os estigmas de outras categorias, de forma a criar a sensação de repulsa, estranheza, ou de familiaridade, por exemplo. Essa estratégia discursiva está muito presente na construção da legitimidade da violência por Sharon. Ele conecta as violências palestina e israelense a diferentes signos que remetem a naturezas diferentes dos atores que as perpetuam.

Primeiramente, Sharon nunca usa a palavra “violência” para se referir as ações israelenses. Ela sempre será substituída por categorias que remetem ao âmbito militar, exclusivo para atores soberanos, ou seja, para Estados, e que estão relacionadas ao ato de defesa e de manutenção da segurança: *military operations, military activities, security steps, security needs, security policy, security zones, buffer zones, warfare, war on terror, counterterrorism actions*. Há ainda uma recorrente citação às forças oficiais de um Estado, são as “*security forces*” e “*defense forces*”, como *Israel Defense Force (IDF), Police, Israel Security Agency (ISA), Mossad*. Aqueles que agem em nome de Israel são soldados e oficiais. Todas essas categorias remontam a ideia de ações militares oficiais, organizadas e de defesa.

Já a categorização da violência palestina é associada a termos normalmente privados, não oficiais, e muitas vezes pejorativos, que passam a ideia de ameaça, desordem, criminalização, maldade e sofrimento. Primeiramente, aqueles que agem são classificados como *terrorist, murder, killer, suicide bomber*, ou seja, todas categorias não-oficiais, de âmbito privado. As ações, além de “*terrorism*”, também são classificadas como: *assassination, kill, murder, massacre*, todas possuem carga ofensiva, e não defensiva. E os adjetivos mais utilizados para classificar suas ações e eles próprios remontam a sofrimento e ações descabidamente violentas, como: *bloodthirsty, barbaric, despicable, evil, darkness, glorify death, brutal, cruel*. No discurso a seguir, por exemplo, diversas dessas categorias são utilizadas por Sharon.

Again, I would like to say that I think there's an *entirely different situation* here. We have, on the one hand, we have *terror* mostly carried out by the Palestinian Authority - *terror acts, murder, assassinations, suicide bombers*. On the other hand we are taking *defensive means*. We are *intercepting suicide*

¹⁵² Discurso proferido ao Knesset em 14 de maio de 2002.

bombers on the way to commit their crimes. [...] I think that what we are doing is exercising our right of self-defense. We are all-out against killing -- I'm against killing. I would not like to kill anyone. Every casualty is a tragedy. But we have to avoid massive tragedies, and that's the only way that we can do it. But of course, one must understand Arafat could avoid it. That's in his hand. He got the list of about 100 terrorists, who are preparing now all those car bombs and roadside bombs, and are mobilizing those suiciders, are preparing them, are sending them to commit their crimes. What he has to do is just to stop them. Personally, I believe that the free world has to join in that warfare against terror. Terror is a danger to all of us. Israel is a democracy - the only democracy that exists in this region. From Iran, across the Middle East, across Africa to the Atlantic, there is one tiny, small country -- a great democracy, but a tiny, small country. That's Israel. And we have the right to defend ourselves, like every other nation in the world. And that's what we are going to do (SHARON, 2001d, grifo nosso).¹⁵³

Com essas classificações, Sharon cria níveis de moralidade diferentes que, para ele, não são possíveis de equiparar. Não há equivalência moral entre a ação dos dois lados, a violência israelense, ou “*military activities*” e “*security steps*”, são moralmente superiores à violência e ao terrorismo palestino. Israel é uma vítima do terrorismo, e não um perpetrador.

There can be no moral equivalency between acts of self-defense against terror and terrorist actions. The two cannot and must not be equated. There is a world of difference between victims of terrorism and those who commit terror. In Afghanistan, the United States is fighting terrorism; sometimes innocent civilians are caught in the crossfire. Israel is fighting terrorism on our doorstep. We have a moral right and obligation to defend ourselves. Terrorists in Washington, Tel Aviv or any other place have no right to murder innocent civilians indiscriminately (SHARON, 2002m, grifo nosso).¹⁵⁴

Ele deixa explícito que não existe um “ciclo de terror”, porque isso igualaria moralmente as ações palestinas e israelenses.

And I made it very clear that we have to defend our citizens. We have to defend our lives. And that therefore, we had to take counterterrorist steps. That's what we have been doing. It's not a cycle of terror here. On the one hand, we have murderers, killers, suicide bombers. On the other hand, we are taking defensive counterterrorist measures. That's what we are doing (SHARON, 2001d).¹⁵⁵

Segundo Sharon, de um lado há uma violência legal, defensiva, vinda de um ente soberano que busca proteger seus cidadãos e promover a paz, enquanto do lado palestino há grupos armados, ilegais, que contrabandeam armas para atacar Israel, sem nenhuma causa moral. De um lado existe uma ação cirúrgica, específica e

¹⁵³ Discurso proferido na entrevista a Fox News Sunday em 05 de agosto de 2001.

¹⁵⁴ Discurso proferido à AIPAC Policy Conference em 23 de abril de 2002.

¹⁵⁵ Discurso proferido na entrevista a Fox News Sunday em 05 de agosto de 2001.

pontual para dismantelar as organizações terroristas, que têm como alvo sujeitos envolvidos no terrorismo, enquanto do outro lado há uma violência que não discrimina alvos militares de civis, matando todos aqueles que estão no caminho, inclusive crianças, mulheres, árabes e palestinos. Por fim, de um lado há um soldado israelense, que é construído por Sharon como honrado, corajoso, determinado, que se sacrifica para salvar sua nação e proteger seu povo, conforme ilustra o discurso a seguir.

Ben-Gurion, who for all his life had been concerned for the fate of the Jewish State, could have rested calmly – the IDF fighters had *bravely*, and through their *sacrifice*, saved the State of Israel. The Israel Defense Forces, which was designed in his spirit and inspiration, had won the war (SHARON, 2004o, grifo nosso).¹⁵⁶

Sharon se esforça para construir as narrativas em torno dos soldados e sua glória, seja no combate contra o terrorismo palestino, seja em relação àqueles que já lutaram em guerras passadas, construindo as ações dos soldados israelenses como extraordinárias e cheias de simbolismo. No discurso a seguir, por exemplo, as ações dos soldados, que conquistaram Jerusalém, são retratadas com metáforas, como o “fogo de Jerusalém que ardeu em seus corações”, e os resultados das ações como “a realização da visão dos profetas”.

It is symbolic that the fighters of three reserve troops brigades – the most explicit manifestation of “Army of the People”, were the redeemers of Jerusalem. On that night, Head of Command Uzi Narkis suddenly announced that the General Staff suggested that the attack be postponed until morning so that it could receive aerial support. Motta assembled the commanders for consultation and they unanimously decided: We cannot wait. We must attack tonight. This is how they were, the paratroopers. That is how they were trained: to be dedicated to the mission, to attack, to risk their lives for their people. They could not wait until the break of day. A fire burned in their hearts. The fire of Jerusalem. In the storm of battle that raged here, many of them paid with their lives. There is no stone on this hill which was not soaked with the blood of fighters. We will forever cherish those who, for our sake, bridged the two sections of our eternal capital – a bridge between the dream of generations and the reality of our time. The vision of the prophets was realized. Prayer turned into salvation (SHARON, 2005q).¹⁵⁷

E em contraposição, como já foi apresentado em discursos passados, todos aqueles palestinos que lutam contra Israel são retratados como terroristas, homens-

¹⁵⁶ Discurso proferido na Cerimônia Memorial do Estado para David Ben-Gurion, em 21 de novembro de 2004.

¹⁵⁷ Discurso proferido na Cerimônia do Dia de Jerusalém Ammunition Hill em 06 de junho de 2005.

bomba, suicidas, que são treinados desde criança para odiar, matar e destruir. Claramente não há nenhum tipo de honraria, ou mesmo do reconhecimento de alguma legitimidade mínima para esses palestinos nos discursos de Sharon.

Conforme pode ser percebido, a moralidade perpassa todas essas características desse discurso de Sharon. Aqui a violência é construída como justificável, porque tem uma intenção e um propósito justos, é um meio para alcançar a paz, e ainda tem caráter de defesa e prevenção. Somando às demais construções já apresentadas, em que a violência israelense é construída como legítima defesa de um Estado soberano contra as diversas ameaças a identidade israelense, Sharon vai construindo um amplo arcabouço discursivo para legitimar a política de segurança de Israel. No tópico a seguir, será apresentado como o Primeiro-Ministro soma a esse arcabouço o discurso sobre a Guerra ao Terror e ao 11 de setembro, articulando as relações de amizade com os Estados Unidos a essa busca de legitimidade para o uso da violência.

5.3 A partnership of blood

No capítulo anterior, foram apresentados os atos que permitem que Sharon construa performaticamente a identidade de Israel como parte do Mundo Livre. O esforço principal de Ariel Sharon é para criar conexões fortes com o Ocidente, principalmente com os Estados Unidos, que é uma parceria estratégica para Israel garantir seus interesses na região. Em grande medida, essa identidade é construída a partir de um discurso da “evangelização do medo”: o terrorismo e os governos não democráticos do Oriente Médio ameaçam o Mundo Livre, seus valores e a soberania dos Estados que o compõem, portanto eles precisam estar cada vez mais unidos, cooperando para o bem comum, para o progresso em conjunto e lutando contra as ameaças. Como já foi afirmado anteriormente, ele utiliza sistematicamente o *Self* estadunidense para ter apoio internacional das suas políticas, e desqualifica estrategicamente aqueles que não concordam com elas. Portanto, essas relações serão muito importantes na estratégia de Sharon para legitimar a violência, principalmente após os eventos do 11 de setembro.

Como foi visto, Sharon se esforça para construir uma relação de amizade entre Israel e os Estados Unidos. Ele busca reiterar, em diversos momentos, que os Estados Unidos entendem as necessidades de segurança de Israel, o reconhece como uma

nação soberana, com direito de legítima defesa, e que não pressionam as decisões de Israel. *“I believe that President Bush and the U.S. Administration are very sensitive to Israel's needs, are committed to its security, and understand Israel's right to defend itself”* (SHARON, 2004p)¹⁵⁸.

Essa relação foi intensificada após os eventos de 11 de setembro. Segundo Ariel Sharon, os eventos de 11 de setembro mudaram a ordem mundial, lançaram o terrorismo como uma ameaça global e os Estados Unidos como a liderança do Mundo Livre. Ele caracteriza esse evento-chave como um ataque “terrorista”, perpetuado pelas “forças do mal” ou “forças das trevas”, apoiadas por regimes não democráticos. Sharon afirma que o alvo dos ataques não foram os EUA em si, mas o que eles representam: a maior democracia do mundo, a maior fonte de segurança e ordenamento internacional, o centro da economia mundial, além de ser uma sociedade livre e tolerante. Assim, mais do que matar civis, os terroristas tinham como objetivo central atacar os valores e o modo de vida ocidental.

On behalf of the people of Israel, I wish to send our deepest condolences and heartfelt sympathy to the American people, President Bush and the entire United States government, following the terrorist attacks against the United States and against *our* common values. The fight against terror is an international struggle of the *free world* against the forces of darkness who seek to destroy *our* liberty and *our* way of life. I believe that together, *we* can defeat these forces of evil. In this most difficult hour, all Israelis stand as one with the American people. Our hearts are with you and we are ready to provide any assistance at any time (SHARON, 2001r, grifo nosso).¹⁵⁹

No discurso acima, é possível perceber no uso repetido do pronome “nosso” – *our* – que Sharon aproveita o evento para estreitar a relação dos EUA com Israel, através de um processo de ligação. Ele coloca Israel como membro do Mundo Livre, e sendo assim, os ataques atingiram também Israel. Israel compartilha com os Estados Unidos a dor e a obrigação de combater o terrorismo. Uma vez que foi um ataque ao Mundo Livre, a guerra ao terrorismo deve ser uma responsabilidade de todas essas nações que se sentiram atacadas, inclusive de Israel. Assim, uma vez que para Sharon, tanto Israel quanto os Estados Unidos são “vítimas” do terrorismo, ambos possuem como obrigação combatê-lo. Isso se torna um denominador comum

¹⁵⁸ Discurso proferido na Conference of Presidents of Major Jewish Organizations em 19 de fevereiro de 2004.

¹⁵⁹ Discurso proferido na coletiva de imprensa após os ataques em 12 de setembro de 2001

entre os *Selves*, e mais um motivo de aproximação entre eles, conforme mostra o discurso a seguir.

Israel is proud of its friendship with the United States and of America's leadership in the moral and historic, political military struggle against the forces of evil which have risen up against the civilized nations. Since that deadly attack in September, the partnership between Israelis and Americans has, unfortunately, become a "*partnership of blood*" between victims of terror. We are partners to the principle set forth by President Bush in his most recent speech, and I quote: "Terror must be stopped. No nation can negotiate with terrorists. For there is no way to make peace with those whose only goal is death" (SARON, 2002l, grifo nosso).¹⁶⁰

Sharon cita e endossa um discurso do Presidente dos Estados Unidos, George Bush, em que ele se refere justamente à necessidade de "parar" o terrorismo e de não negociar com terroristas. É interessante notar que esta será justamente a política adotada por Sharon no âmbito local, se recusando a negociar com Yasser Arafat, por exemplo, e na busca de "parar" o terrorismo através do combate.

A partir do 11 de setembro, Sharon também passa a construir o *Self* estadunidense como o líder do Mundo Livre e líder da luta contra o terrorismo, e personifica esses valores em George Bush, o "Presidente do Mundo Livre". Em oposição às "forças das trevas e do mal", Bush lidera as "forças da liberdade e da democracia".

We stand with you America, and we applaud President George W. Bush whose leadership, courage and determination in leading this struggle against terrorism has inspired us all. After September 11th President Bush has indeed become the *President of the Free World*, and the *leader of the forces of freedom and democracy everywhere*. We are all grateful for that (SHARON, 2001q, grifo nosso).¹⁶¹

Com o papel de liderança, Sharon constrói nos Estados Unidos autoridade para lidar com o terrorismo internacional e legitimidade para conduzir a Guerra ao Terror como exercício do direito de defesa. Essa estratégia faz com que o apoio dos Estados Unidos seja ainda mais importante, pois ele está conduzindo uma guerra internacional contra o terror, e segundo Sharon, com grande êxito. Dessa forma, se os Estados Unidos apoiam a política de Israel de combate ao terrorismo palestino, ela ganha mais legitimidade perante o internacional. Então, é muito importante, por exemplo, que

¹⁶⁰ Discurso proferido ao Knesset em 08 de abril de 2002.

¹⁶¹ Discurso proferido em vídeo mensagem para a Assembleia Geral da United Jewish Communities em Washington DC em 11 de novembro de 2001.

Sharon dê destaque ao “êxito” estadunidense no combate ao terrorismo internacional. Ele se mostra favorável a política externa de segurança estadunidense que sucede os ataques, conforme mostra o discurso a seguir, em que ele apoia não só as decisões já tomadas até aquele momento, mas também as que estariam por vir.

We have been supporting the courageous decisions and the great leadership that have been shown by President Bush and Vice President Cheney - by the American leadership - in their struggle against terror, local terror, regional terror, international terror. It may be the most important decision that has been taken. We supported it the recent American action and we will support and back any American decision when it will come to phase B or any other phase in that struggle against terror. We regard terror as the greatest danger to our free society, to our values, and to all our lives (SARON, 2002n).¹⁶²

Do mesmo modo, em relação a guerra do Iraque, Sharon também destaca apenas pontos positivos, mostrando a autoridade estadunidense nesse assunto. Segundo o Primeiro-Ministro, apenas os Estados Unidos, personificado em Bush, tiveram a coragem e a determinação para fazer o que precisava ser feito: retirar um governo tirano do poder. Para ele, a campanha contra Saddam Hussein foi uma vitória.

Mr. President, I congratulate you on the *impressive victory* in the Iraqi campaign and for removing Saddam Hussein from power - one of the most ruthless and tyrannical leaders in history. For thirty years, the Free World has witnessed the recklessness and brutality of this dictator. Only you, Mr. President, have shown the courage, determination and leadership needed to spearhead the successful campaign to oust this merciless despot, his dynasty and evil regime (SHARON, 2003g, grifo nosso).¹⁶³

Como já foi apresentado no capítulo anterior, os discursos que conectam Israel ao Mundo Livre, e diferenciam do Oriente Médio têm maior destaque após os eventos do 11 de setembro. Isso porque Sharon se esforça para estabelecer uma fronteira clara entre Israel e os demais países da região, uma vez que as “forças das trevas” são identificadas como especialmente localizadas no Oriente Médio. Sharon busca construir Israel como um Estado que combate o terrorismo e não o perpetua. Ele é parte do Mundo Livre e da coalizão contra o terrorismo. Assim, ele se distancia cada vez mais do restante do Oriente Médio, e se coloca cada vez mais próximo do Ocidente “civilizado” e dos Estados Unidos. Israel é a linha de frente contra esse mundo de diferença.

¹⁶² Discurso proferido na Coletiva de Imprensa com o vice-presidente dos EUA Richard Cheney em Jerusalém em 19 de março de 2002.

¹⁶³ Discurso proferido após encontro com Presidente dos Estados Unidos, George Bush, na Casa Branca, em 29 de julho de 2003.

One thing which has not changed, however, is our appreciation of AIPAC. At this challenging hour, we need you more than ever. We are grateful for your work throughout the year, in every city and in every state. You help strengthen the friendship between Israel and the United States - a friendship based on the shared values of freedom, democracy and the sanctity of life. Being the only true democracy in the Middle East, *Israel stands at the forefront of the conflict between the civilized world and the forces of evil* (SARON, 2002m, grifo nosso).¹⁶⁴

Sharon destaca que a luta contra o terrorismo deve ser local, regional e internacional, e com isso ele começa a introduzir o conflito com os palestinos como parte desse conflito mais amplo dos Estados Unidos e do Mundo Livre contra as “Forças das Trevas”. Existe uma luta ampla do Mundo Livre contra o terrorismo internacional, e uma luta específica, de Israel contra o terrorismo palestino. Ele cria essa correlação, primeiramente, ao afirmar que não há diferença entre os eventos de 11 de setembro e o que os palestinos perpetuam na região.

The issue of terrorism - to my regret - is not new to us. The State of Israel has been fighting Arab, Palestinian and Islamic fundamentalist terrorism for over 120 years. Thousands of Jews have been murdered in terrorist attacks; Arab terrorism has left thousands of widows and tens of thousands of orphans. The pain of the bereaved American people is familiar to us - very familiar to us. [...] *Terrorist actions against Israeli citizens are no different from Bin-Laden's terrorism against American citizens. Terrorism is terrorism and murder is murder* (SHARON, 2001m, grifo nosso).¹⁶⁵

Como ameaça geral, o terrorismo é classificado por Sharon como a estratégia das “forças das trevas”, em contraposição ao Mundo Livre. Eles possuem o objetivo de destruir os valores de liberdade, tolerância, democracia, ordem e paz que norteiam o Mundo Livre. Como ameaça específica a Israel, o terrorismo palestino usa a violência para pressionar Israel a fazer maiores concessões sem reciprocidade, para que Israel tome decisões que não favoreçam seus interesses, e por fim, como uma forma de ameaçar a existência de Israel, expurgá-los da região e destruir os valores que norteiam a existência de Israel como estado judeu e democrático. Porém, mesmo com escalas diferentes, todo terrorismo é igual, inegociável, injustificável e imoral.

Assim, Sharon estabelece que existem dois entes “iguais” – Estados Unidos e Israel – ambos soberanos, democráticos, comprometidos com a paz e parte do Mundo Livre, com inimigos comuns – terroristas, representados de um lado pelas Forças do

¹⁶⁴ Discurso proferido à AIPAC Policy Conference em 23 de abril de 2002

¹⁶⁵ Discurso proferido na sessão especial do Knesset em solidariedade aos Estados Unidos em 16 de setembro de 2001.

Mal, e do outro pelos palestinos liderados por Arafat. Assim, o discurso de Sharon busca construir a legitimidade dos dois para combater o terrorismo. Do mesmo modo que os Estados Unidos têm legitimidade para fazer a guerra ao terrorismo internacional e combater o terrorismo através de meios militares, Israel também possui legitimidade para fazer sua própria guerra ao terror local, e combater os palestinos. São duas guerras com amplitudes diferentes, mas com objetivos iguais – a busca pela paz – e ambas dotadas de legitimidade. No discurso a seguir, ele faz justamente essa comparação: da mesma forma que os Estados Unidos estão conduzindo uma guerra ao terror internacional, usando todo o seu poder, assim também fará Israel. Ou seja, se os Estados Unidos têm esse direito de usar tudo ao alcance para acabar com o terror internacional, Israel também possui esse direito.

Just as the United States is conducting its war against international terror, *using all its might* against terror, so will we too. With all the strength, determination and resources we have used until today, and with resources at our disposal (SHARON, 2001p).¹⁶⁶

A expressão “usando todos os seus meios”, pode ser interpretada de diversas formas, tanto a partir de recursos de barganha, de poder militar, de sanções, por exemplo. Porém, ele está se referindo à situação como uma “guerra”, e contra atores que para Sharon não são legítimos, com quem não se negocia. Dessa forma, pode-se afirmar que Sharon se refere ao uso da violência para combate. Da mesma forma que os EUA podem usar a força contra o terrorismo, Israel também pode.

Além da associação do terrorismo palestino ao terrorismo internacional, Sharon também aproveita a oportunidade para associar Arafat ao terrorismo internacional e ao 11 de setembro. No dia 16 de setembro de 2001, logo após os ataques, Sharon discursa construindo todas essas associações. Ele começa afirmando que não se surpreende com o terrorismo “árabe, palestino e islâmico radical”. É interessante notar que a categoria religiosa não aparece quando Sharon se refere ao terrorismo palestino em outros momentos. Porém, para associá-lo ao 11 de setembro, em que o discurso percorria uma construção do terrorismo religioso, neste discurso em específico, ele afirma o islamismo como uma categoria terrorista. Além disso, ao afirmar que não se surpreende, Sharon passa a ideia de que o terrorismo é comum, trivial para essas categorias, ele é usado com recorrência, e não como exceção.

¹⁶⁶ Discurso proferido a nação israelense em 03 de dezembro de 2001.

We were not surprised by Arab, Palestinian and radical Islamic terrorism. Arafat chose a strategy of terrorism and established a coalition of terrorism. Terrorist actions against Israeli citizens are no different from Bin-Laden's terrorism against American citizens. Terrorism is terrorism and murder is murder (SHARON, 2001m). ¹⁶⁷

Logo em seguida, o Primeiro-Ministro de Israel associa o líder palestino ao terrorismo, mostrando que há equivalência entre eles. O terrorismo contra os israelenses, ou seja, aquele encabeçado por Arafat, não é diferente daquele perpetrado contra os estadunidenses por Bin-Laden. Todo terrorismo é igual. Nesta passagem do discurso é ainda interessante notar que o terrorismo não é construído como algo direcionado ao Estado de Israel ou aos Estados Unidos da América, mas à população, aos civis. Isso destaca a imoralidade dos atos.

Para aprofundar mais as conexões entre Arafat e Bin-Laden, Sharon ainda remonta o passado do líder palestino, conforme já foi mostrado no capítulo anterior, e relacionando ao uso de sequestros de aviões. Assim, não só Arafat e Bin-Laden usam o terrorismo como estratégia, mas eles também compartilham os mesmos métodos. Quanto mais similares forem os dois, mais fácil é para Sharon justificar localmente a própria guerra ao terror contra Arafat.

And we must remember: It was Arafat who - dozens of years ago - legitimized the hijacking of planes. It was Palestinian terrorist organizations who began to dispatch suicide-terrorists. All extremist movements have receive redoubled legitimacy from Arafat since the murder of the Israeli athletes at Munich, and the murders of children at Avivim and Ma'a lot (SHARON, 2001m). ¹⁶⁸

Após essa construção discursiva da proximidade entre os eventos nos Estados Unidos e os eventos locais, Sharon se esforça para delimitar que não há justificativa para nenhum dos dois. Não se pode justificar o uso do terrorismo por causas louváveis. Todo terrorismo é ruim e todos aqueles que perpetuam o terrorismo são ruins – *bad boys*. Da mesma forma que todo terrorismo é igual, todo terrorista também é igual.

There is no "good" and "bad" terrorism - it is all horrific, all evil, all lacking in human values. There is no forgiveness of terrorism. There is no compromise with terrorism. There are no terrorists who are "good boys" while other terrorists are "bad boys." They are all bad. [...] The war against terrorism is

¹⁶⁷ Discurso proferido na sessão especial do Knesset em solidariedade aos Estados Unidos em 16 de setembro de 2001.

¹⁶⁸ Discurso proferido na sessão especial do Knesset em solidariedade aos Estados Unidos em 16 de setembro de 2001.

also a war against incitement, the terrible daily incitement in the official media and in the mosques. It is the incitement that leads to attacks, that dispatches suicide-bombers, that pulls the finger on the detonator trigger. In this war, every state that supports terrorism - is guilty, every body that encourages terrorism - is guilty, every person who incites - the same judgment. A differentiation must be made between the forces of light who sanctify life and the forces of darkness who sanctify death (SHARON, 2001m).¹⁶⁹

Enquanto Sharon categoriza todos os “terroristas” da mesma forma, ele ainda busca diferenciar o Mundo Livre, as “forças da luz”, das “forças das trevas”. A guerra ao terror é uma guerra de todos aqueles que santificam a vida, ou seja, o Mundo Livre, contra aqueles que financiam, incitam, comandam ataques terroristas. Dessa forma, Arafat está neste grupo a ser combatido, assim como Bin-Laden. Com todo esse discurso apresentado, Sharon busca deslegitimar Arafat internacionalmente. Portanto, qualquer ação que legitime Arafat como, por exemplo, um encontro entre ele e um membro do governo israelense, é prejudicial para essa luta que pretender travar.

However, in my opinion, a meeting with Arafat at the senior political level, at this point in time, while he is actively using terrorism at its fullest possible strength and has taken no preventative steps, and in light of the apparent trends, will legitimize Arafat as a "good guy", and perhaps he might even join the coalition, as the Syrians might possibly join as well. This is very dangerous, and it will give Arafat the opportunity to continue terrorist actions without allowing us to act against him (SHARON, 2001m).¹⁷⁰

É importante não dar credibilidade a Arafat, ou legitimá-lo como um “*good boy*”. Ele não pode ser percebido como alguém que pode, por exemplo, se juntar à coalizão antiterrorista dos Estados Unidos, porque ele é parte da coalizão do terror. Conforme foi trabalhado no capítulo anterior, Arafat é acusado por Sharon de firmar uma coalizão do terror com organizações consideradas terroristas. Esse discurso aparece para contrapor a coalizão contra o terrorismo liderada pelos Estados Unidos da qual Israel faz parte. São espaços opostos, e os dois lados do conflito – Israel e palestinos – não podem participar do mesmo espaço. Se tudo que Sharon busca construir é a diferença qualitativa, moral, entre os *Se/ves*, eles não podem compartilhar o mesmo espaço.

Look, we offered all our help. We gave all the help; we will be giving help. *We understand this is a kind of war, and it's about Arafat.* We have to remember that Arafat was the one who started with hijacking airplanes already in 1968. He was the one who was fully responsible for the terrible murder of our

¹⁶⁹ Discurso proferido na sessão especial do Knesset em solidariedade aos Estados Unidos em 16 de setembro de 2001.

¹⁷⁰ Discurso proferido na sessão especial do Knesset em solidariedade aos Estados Unidos em 16 de setembro de 2001.

members in the Olympic games in 1968. Arafat, himself, instructed - and he was monitored - instructed the killing of two American ambassadors and a Belgian one in Khartoum in the Sudan in, I think, March of 1973 (SHARON, 2001e, grifo nosso).¹⁷¹

Com todas essas construções discursivas apresentadas, Sharon lança Arafat, o líder palestino, no mesmo nível daqueles que perpetuaram o 11 de setembro. A luta encabeçada pelos Estados Unidos, dessa forma, é também uma luta contra Arafat, ele deve ser combatido, retirado do poder, através de qualquer meio que se faça necessário.

Resumidamente, Sharon utiliza os eventos de 11 de setembro e a relação de amizade com os Estados Unidos para legitimar internacionalmente o uso da violência contra os palestinos. Ele constrói Israel como igual aos Estados Unidos, ambos Estados soberanos que compartilham o interesse para alcançar a paz através da segurança e da estabilidade regional. Além disso, compartilham valores democráticos e possuem um modo de vida liberal, o que faz com que sejam parte do mesmo espaço, o Mundo Livre. A partir do 11 de setembro, eles passam a ter mais um denominador comum: são vítimas de ataques terroristas. Com todas essas similaridades destacadas, Sharon estabelece que, da mesma forma que os EUA têm direito e até a obrigação de combater o terrorismo, Israel também os tem. Afinal, o inimigo é o mesmo, todo terrorismo e todo terrorista deve ser combatido. É, como o próprio Sharon nomeia, uma parceria de sangue.

Israel is proud of its friendship with the United States and of America's leadership in the moral and historic, political military struggle against the forces of evil which have risen up against the civilized nations. Since that deadly attack in September, the partnership between Israelis and Americans has, unfortunately, become a "partnership of blood" between victims of terror (SHARON, 2002i).¹⁷²

Além de se aproximar dos Estados Unidos na busca dessa legitimidade internacional, Sharon afasta do conflito aqueles *Selves* que questionam a legitimidade de Israel e podem desestabilizar sua identidade. Quando países europeus questionam a moralidade, por exemplo, o tipo de guerra que está sendo conduzida por Israel, sua intensidade e sua justificativa, eles questionam tudo que Sharon construiu. A estratégia de Israel em relação às críticas europeias à sua política externa é

¹⁷¹ Discurso proferido durante a entrevista à CNN em 21 de setembro de 2001.

¹⁷² Discurso proferido ao Knesset em 08 de abril de 2002.

marginalizá-los, de modo que eles não possuem grandes destaques e espaços nos discursos de Sharon.

Uma outra estratégia se refere à desqualificação, como forma de salientar as contradições inerentes a própria estrutura identitária dos europeus – como por exemplo, serem democráticos e antissemitas ao mesmo tempo – e deslegitimá-los como *Selves* com autoridade para questionar Israel. Conforme foi apresentado no capítulo anterior, Sharon destaca a incompatibilidade entre antissemitismo e democracia, colocando em dúvida se as ações desses países realmente se encaixam no padrão de comportamento esperado dos países do Mundo Livre. Sharon demonstra que há críticas europeias ao uso da violência por Israel contra os palestinos, e para afastar esse discurso, ele classifica as críticas como antissemitismo, e como uma negação do direito de Israel, como Estado soberano, de se defender.

Assuming moral responsibility for the sins of the past does not absolve the current European leadership from its responsibility for preventing future crimes against the Jewish people. [...] If, in the past, anti-Semites were opposed to Jews being equal members of society, then the *new anti-Semites deny the right of the Jewish people to defend themselves, as a State which is an equal member of the family of nations* (SHARON, 2005d, grifo nosso).¹⁷³

Também se referindo aos europeus, Sharon demonstra uma forte necessidade de reiterar o caráter democrático de Israel. No discurso a seguir, por exemplo, ele diferencia Israel, uma democracia, dos demais países da região que ameaçam Israel com o terrorismo e não são democráticos. A característica democrática de Israel é salientada para definir um padrão de superioridade, e como justificativa para a legitimidade de Israel lutar contra o terrorismo, e defender seus cidadãos. Por fim, ele ainda salienta os objetivos de Israel, relacionados a alcançar a paz e a segurança, que também é visto por Sharon como superior ao terrorismo, que é injustificável. E afirma esperar que essa mensagem, ou seja, essa diferenciação qualitativa entre os países do Oriente Médio e Israel, da qualidade do tipo de violência, seja compreendida pelos Europeus.

I want to stress that *Israel is a democracy, the only one in the region* and we face a *wave of terror perpetrated by countries who are not democracies*. I am encouraged by the comments of the Secretary of State and the position of the United States about the ways to stop the terrorism and violence. *We are a democratic country and I sincerely hope that this message will be received in*

¹⁷³ Discurso proferido ao Knesset durante a visita do Presidente Alemão, Köhler, em 02 de fevereiro de 2005.

Europe as well. I am encouraged by, and proud of, the firm stand taken by Israeli citizens and our armed forces in this difficult struggle to defend our nation and bring security and peace. We are a peace-seeking nation which has withstood tremendous adversity (SARON, 2001b, grifo nosso).¹⁷⁴

Uma vez que essas críticas europeias aparecem nos discursos, Sharon busca afastar os europeus do conflito entre Israel e os palestinos. Sharon acredita que a Europa não tem uma percepção balanceada do conflito, favorecendo os palestinos e, portanto, não é bem-vinda para se envolver diretamente. Ele chega a encorajar ações indiretas, como investimentos na economia palestina, no desenvolvimento de infraestrutura e outras questões secundárias, mas não no conflito diretamente.

In general, we see eye to eye with the US and not with the *Other* members. [...] We do not underestimate Europe. When talking to European leaders, I have often said that I am interested in more involvement from the European side with what's happening here. But I had one condition, I said, your attitude towards Israel and the Arabs and the Palestinians should be balanced. Once it is balanced you are more than welcome to participate. But as long as the relationship is unbalanced, I think there are many things that Europe can do, Europe can be involved in helping the Middle East, in building, construction and developing industry. But when it comes to our life, we feel that we have the right to ask that countries should have an equal relationship with the Palestinians and with us. Right now, that is not the situation. We do not underestimate Europe, we have contact with Europe. The US says that they understand (and maybe the Russians too), that in order to move the peace process forward, Mr. Arafat should be removed from his influence in security, finance and major decisions. [...] But for Europe, Mr. Arafat is the address, and as long as that is the case, it will only make the process longer. I have very deep appreciation to Mr. Blair, Mr. Chirac and all the other European countries, but at the same time they do not understand that in order to move things forward, Arafat should be removed. I hope you appreciate this position (SHARON, 2003c).¹⁷⁵

Como Sharon afirma neste discurso, para ele a relação com os Estados Unidos é de reciprocidade, de igual para igual, isso porque ele constrói que eles possuem uma visão igual do conflito, com os direitos de Israel para legítima defesa garantidos, sem pressão para negociar com Arafat, entre outras coisas. Já com a Europa, a relação é caracterizada como desbalanceada, eles não reconhecem as categorias básicas da identidade israelense e não percebem Israel como parte totalmente integrante do Mundo Livre. Assim, Sharon não vê como positiva uma interferência deles no conflito. Em outros momentos, o Primeiro-Ministro chega a ironizar o interesse dos Europeus de “ajudar” no conflito, uma vez que possuem seus próprios “problemas” para lidar.

¹⁷⁴ Discurso proferido em Jerusalém em 22 de maio de 2001.

¹⁷⁵ Discurso proferido para a Foreign Press Association em Jerusalém em 19 de janeiro de 2003.

I always envy and feel jealousy that the Europeans, and other countries in the world, have the time to deal with our problems. I wish the day will come, where there will be peace and life will be normal, then maybe I, or Israel will be able to help you solve some of your problems. Every country has a problem and as I said, I am really jealous that I cannot contribute to you in the way that you would like to contribute to us (SHARON, 2003c).¹⁷⁶

É interessante notar que, assim como na construção identitária mostrada no capítulo anterior, em que há uma diferença no tratamento do todo – Europa – e das partes – Estados membros da União Europeia – também há diferença quando se trata da legitimação da política externa. No discurso a seguir, por exemplo, ele percebe a entrada da Estônia para a União Europeia como uma oportunidade de balancear o posicionamento europeu como um todo em relação a Israel e ao conflito com os palestinos.

Estonia is among the 10 countries that have recently joined the European Union. We wish you success and a successful absorption into the EU. We hope that the accession of new member states will exert a positive influence on Europe's position and the positions of the new EU vis-a-vis Israel will become more balanced (SHARON, 2004g).¹⁷⁷

É importante ressaltar que enquanto a isonomia da Europa é questionada por Sharon, que dispensa a ajuda desses atores no conflito, não há nenhum tipo de problematização desta natureza em relação aos Estados Unidos, que é construído como a maior e mais verdadeira amizade de Israel. Para garantir os interesses de Israel, é importante atrair os palestinos para um processo de negociação mediada pelos Estados Unidos. E na medida que algum *Other* pode dificultar seus interesses, eles são automaticamente afastados e descredibilizados.

5.4 Israel will not negotiate under fire and under terror

Nos tópicos anteriores, foram apresentadas diversas estratégias utilizadas por Ariel Sharon para legitimar o uso da violência contra os palestinos. No presente tópico, diferentemente, serão apresentadas as narrativas que Sharon constrói sobre os planos de ação e propostas de negociação. O tópico começa com a construção das demandas apresentadas por Sharon para que o processo de negociação ocorresse, e depois em dois planos específicos, a *Roadmap*, e o *Disengagement Plan*. O objetivo

¹⁷⁶ Discurso proferido para a Foreign Press Association em Jerusalém em 19 de janeiro de 2003.

¹⁷⁷ Discurso proferido no encontro com o Primeiro-Ministro da Estônia, Juhan Parts, em 30 de novembro de 2004.

do capítulo não é apenas apresentar essas propostas, mas analisar como elas reforçam o mesmo discurso de legitimidade do uso da violência.

De acordo com o que já foi apresentado no capítulo anterior, a princípio, Sharon afirma que o terrorismo é o único impedimento para que ele inicie o processo de negociação da paz com os palestinos. Segundo Sharon, negociar enquanto ainda há violência enfraquece Israel, faz com que concessões sejam feitas sem reciprocidade, e com que os interesses do Estado não sejam alcançados. Dessa forma, seu discurso se estabelece em torno da necessidade de um cessar-fogo. Porém, na medida em que os discursos sobre Yasser Arafat vão se tornando mais radicais, Sharon vai tornando o discurso sobre os impedimentos para negociar cada vez mais complexos.

No início de seu mandato, o cessar-fogo significava o fim da violência física. Um pouco depois, a narrativa sobre o cessar-fogo incluía além do fim da violência física permanentemente, o fim do incitamento, do terror e a prisão dos “palestinos terroristas”, e com o tempo ele também adiciona desmantelar as organizações terroristas e sua infraestrutura e apreender armamentos.

We accepted the Tenet proposal for implementation of a complete and unconditional cease-fire. We insisted that the cease-fire includes ALL forms of violence and hostilities including assaulting Israelis with rocks and Molotov cocktails. The cease-fire must also encompass a cessation of all hostilities against Israelis everywhere. Finally, the cease-fire requires the re-arrest of terrorists who are now free but still seek to attack innocent Israeli civilians. This is a fundamental obligation of the Palestinians from all their past agreements with Israel. It is not enough that Arafat lower the flames of violence temporarily. He must put out the flames of violence permanently (SHARON, 2001o).¹⁷⁸

I said that the Palestinians have not achieved anything. This is not surprising. Whatever the Arabs have achieved, they have done so through negotiations. By resorting to violence, they have only brought tragedy on themselves. Even today, we still hope for, and desire, peace. But today it is clear what are the necessary conditions for establishing a true peace process. First, all Palestinian terrorist organizations must be disarmed. Unless the infrastructure for terrorism is dismantled, unless the terror option is gotten rid of, there can be no genuine progress toward peace because we will not compromise with terror. I am not talking about declarations and promises; we have had enough of those. *Not declarations, but action. Not words, but facts* (SHARON, 2001i, grifo nosso).¹⁷⁹

É interessante notar, por exemplo, nos discursos acima, que ao se referir ao cessar-fogo incondicional, o Primeiro-Ministro destaca apenas as demandas aos

¹⁷⁸ Discurso proferido à American-Israel Friendship League em 25 de junho de 2001.

¹⁷⁹ Discurso proferido ao Knesset em 24 de outubro de 2001.

palestinos, e em momento nenhum fala sobre a necessidade de Israel parar qualquer tipo de ação violenta contra os palestinos. E neste mesmo período, ele reafirma a necessidade de Israel manter o uso da violência como forma de defesa. Assim, é possível inferir que apesar do Primeiro-Ministro declarar a implementação do cessar-fogo, ele acredita que a violência perpetuada por Israel, por ser defensiva, não está inclusa nessas demandas.

And I made it very clear that we have to defend our citizens. We have to defend our lives. And that therefore, we had to take counterterrorist steps. That's what we have been doing. It's not a cycle of terror here. On the one hand, we have murderers, killers, suicide bombers. On the other hand, we are taking defensive counterterrorist measures. That's what we are doing (SHARON, 2001d).¹⁸⁰

Além da demanda sobre o cessar-fogo e de desmantelar organizações terroristas e sua infraestrutura, Sharon também adiciona às demandas o isolamento de Yasser Arafat das posições de poder dentro da Autoridade Palestina e a ascensão de uma liderança que seja compatível com as expectativas de Sharon.

All together I think that Arafat at the present time is an obstacle to peace. He adopted this strategy of terror. He formed this coalition of terror. With him I don't think we can reach anything. So, of course, the question is, will there be in the future any other Palestinian leadership, maybe more pragmatic, with whom we will be able to negotiate. That depends on the pressure that Arafat will be under. The heavier the pressure will be, and that includes isolation and so on, the shorter the time will be until maybe we will have somebody else to negotiate with. It may take a long time, but he made himself irrelevant, and that's the situation. I think if there is something that should be done, it should be heavy pressure put upon him. That's the most important thing at the present time. Altogether, what we need is to start negotiations (SARON, 2002d).¹⁸¹

E por fim, como ele personifica a figura “terrorista” de Yasser Arafat, na própria Autoridade Palestina como instituição, Sharon também exige uma reforma institucional completa, para superar esse “regime ditatorial”.

In my talks in the US, I made it known that Israel wants to enter into peace negotiations and will do so as soon as two basic terms for the establishment of a genuine peace process are met: 1. The complete cessation of terror, violence and incitement. 2. The Palestinian Authority must undergo basic structural reforms in all areas - security, economic, legal and social - while maintaining complete transparency and organizational responsibility. Whoever wants peace must understand that there is no choice - there can be

¹⁸⁰ Discurso proferido na entrevista a Fox News Sunday em 05 de agosto de 2001.

¹⁸¹ Discurso proferido à delegação da Conferência dos Presidentes das Principais Organizações Judaicas Americanas em 20 de fevereiro de 2002.

no peace with a corrupt, rotten and dictatorial regime of terror. It must be a different Authority (SARON, 2002g).¹⁸²

Existe uma lógica na construção dessa narrativa: primeiro o terrorismo e Arafat são construídos como ameaças a Israel, segundo, enquanto houver terrorismo e Arafat no poder, não haverá negociação, e Israel continuará a usar a violência contra os palestinos. Isso não significa que Ariel Sharon aumenta essas demandas e sua complexidade com o objetivo consciente de continuar a utilizar a violência. Mas que a construção dessa narrativa conserva a legitimidade do discurso sobre o direito de autodefesa. Se não houve negociação ainda, é porque para Sharon ainda existe ameaça e, portanto, Israel precisa se defender.

We will continue to fight terrorism and terrorists with all our might and will intensify our activities. We will not rest until terrorism is eradicated, until the terrorist organizations infrastructure is dismantled and their weapons are confiscated and destroyed. Simultaneously, we will continue to do everything in our power to promote a cease-fire - one which will lead, eventually, to a settlement, an agreement, peace. I wish to emphasize that contrary to what is being published, the political echelon has placed no constraints on the security forces in taking whatever action is deemed necessary to fight terrorism. *Israel's security policy is determined by our needs.* I strongly reject all the unfounded publicity suggesting that Israel is prevented from taking action because of international pressure. The United States, which is spearheading the international anti-terrorism campaign, knows and understands that it is our duty to protect the lives of our citizens. I will do everything in my power to bring an end to violence and terrorism and achieve a cease-fire. I will continue to meet with Palestinian officials and take whatever security steps are necessary, in accordance with the government decisions. I will continue, on my part, to make every effort to avoid escalation and deterioration into an all-out war. In order to enhance the security of the citizens of Israel, and for the purpose of achieving a security separation, we have decided to establish buffer zones. During a discussion by the "extended kitchenette" it was decided to immediately begin marking buffer zones and placing obstacles along them (SARON, 2002c, grifo nosso).¹⁸³

Além disso, Sharon não legitima nenhuma ação palestina como suficiente para dar seguimento ao processo de negociação. Na verdade, nos momentos em que Sharon afirma haver mais calma, ele salienta justamente que as ações militares israelenses são responsáveis. Ou seja, mais uma vez ele utiliza esse discurso para legitimar o uso da violência. Como mostra o discurso a seguir, ainda não há calma o suficiente para afirmar que o terrorismo acabou, mas a calma que existe é graças às atividades militares israelenses.

¹⁸² Discurso proferido ao Knesset em 14 de maio de 2002.

¹⁸³ Discurso proferido à nação israelense em 21 de fevereiro de 2002.

While relative quiet currently prevails in Israel, terror has not yet completely ceased. This relative calm was achieved, first and foremost, through the uncompromising activity of the Israeli security forces, and as a result of your personal efforts, and the actions taken by the United States among Arab and European countries (SHARON, 2003g, grifo nosso).¹⁸⁴

Essas diversas demandas que Sharon constrói em relação aos palestinos serão institucionalizadas em forma de um Plano de ação para a paz apresentado pelos Estados Unidos, conhecida como *Roadmap*. É interessante notar que Sharon utiliza a relação de amizade e aliança com os Estados Unidos, apresentada anteriormente, para legitimar suas ações em relação ao conflito, e a *Roadmap* é um exemplo desse uso estratégico. Sharon apresenta em seus discursos o esforço para “convencer” os Estados Unidos sobre sua abordagem em relação ao conflito e os pré-requisitos para negociação baseado em cessar o terror, a violência e o incitamento, e reforma estrutural da AP, o que também significa a retirada de Arafat do poder. No discurso a seguir, por exemplo, ele afirma que eles entenderam e concordaram que este é o único modo de alcançar a paz.

After concerted efforts, the U.S. Administration has understood and agreed that the only way to achieve a true peace agreement with the Palestinians is progress in phases, *with the first phase being a complete cessation of terror*. President Bush's speech is a fatal blow to Arafat's policy of terrorism and serves as proof of the failure of his attempt to achieve political gains by means of violence and terrorism. Only after a cessation of terror - and this is already agreed by most world leaders - will the commencement of peace negotiations between the parties be possible. The American plan defines the parties' progress according to phases. The transition from one phase to the next will not be on the basis of a pre-determined timetable - which would have resulted in a build-up of heavy pressure on Israel towards the end of one phase and approaching the next phase. Rather, progress is determined on the basis of performance - only once a specific phase has been implemented, will progress into the next phase be possible. On the basis of lessons learned from past agreements, it is clear to all that Israel can no longer be expected to make political concessions until there is proven calm and Palestinian governmental reforms (SARON, 2002j, grifo nosso).¹⁸⁵

O plano estabelece um desenvolvimento progressivo do processo de paz baseado em performance. Ele foi dividido em diferentes fases, e em cada fase existem obrigações que as partes devem cumprir. A primeira fase se refere às pré-condições estabelecidas por Sharon que são o fim da violência e do terrorismo, o reconhecimento do direito histórico de Israel de existir como um Estado judeu naquela terra, e a

¹⁸⁴ Discurso proferido após encontro com o Presidente dos Estados Unidos, George Bush, na Casa Branca, em 29 de julho de 2003.

¹⁸⁵ Discurso proferido na Herzliya Conference em 04 de dezembro de 2002.

substituição da liderança palestina, retirando Arafat do poder da AP e levando a cabo uma reforma administrativa. Segundo Sharon, todas essas demandas são necessárias para criar um ambiente de coexistência entre as partes.

Therefore, the achievement of true and genuine coexistence must be a precondition to any discussion on political arrangements. The Jewish people seek peace. Israel's desire is to live in security and in true and genuine coexistence, based, first and foremost, *on the recognition of our natural and historic right to exist as a Jewish state in the land of Israel, while maintaining genuine peace*. The achievement of true coexistence must be carried out, first and foremost, by the replacement of the Palestinian leadership which has lied and disappointed, with different leadership which can - and more importantly - is willing to achieve real peace with the State of Israel. [...] The reconstruction of a Palestinian government should commence with governmental reforms which will ultimately lead to the establishment of a new, honest and peace-seeking administration, the removal of Arafat from his command of power and sources of financing, and from the decision-making process, and his relegation to a symbolic role (SARON, 2002j, grifo nosso).¹⁸⁶

A segunda fase da *Roadmap* diz respeito ao estabelecimento de um Estado palestino soberano, e por fim, a última fase diz respeito ao estabelecimento das fronteiras permanentes desse Estado. Uma fase só começa quando a anterior estiver completamente realizada, ou seja, depende da performance das partes ao cumprirem essas obrigações. Segundo Sharon, esse tipo de abordagem diminui a pressão sobre Israel porque obriga os palestinos a agirem de fato, impedindo Arafat de prosseguir com a estratégia de pressionar Israel a fazer concessões através do terrorismo.

Sharon afirma que esse progresso em fases é um aprendizado dos acordos anteriores, em que Israel fazia concessões para tentar diminuir o terrorismo palestino e a pressão exercida. No *Roadmap*, isso não seria esperado de Israel, porque o plano de negociação vai ao encontro da concepção básica de Sharon que as negociações só podem ser encaminhadas uma vez que haja a eliminação do terrorismo, e que a paz depende da segurança, de modo que enquanto os palestinos não cumprirem com sua parte, não teria progresso para as outras fases.

É válido ressaltar que Ariel Sharon se torna inflexível a qualquer outro tipo de proposta de negociação. Para ele, a *Roadmap* é a única proposta balanceada e realista, que entende os direitos de Israel como um Estado Soberano, que dá responsabilidades aos palestinos e não só a Israel, e será a única proposta que Israel irá negociar. Essa sua postura irremediável em relação a *Roadmap* pode ser compreendida justamente pelo fato de ela garantir muitas demandas de Israel, e

¹⁸⁶ Discurso proferido na Herzliya Conference em 04 de dezembro de 2002.

manter a legitimidade das políticas já aplicadas pelo Estado, principalmente no que se refere ao uso da violência.

We adopted the Roadmap, with the 14 points our reservations, and that's what the government approved. And we of course believe, and I believe, that *the Roadmap is the only plan that can provide security and peace*, and altogether, I don't see any other plan that can provide us with security and peace as the Roadmap. In the Roadmap, as you know, there are three stages, and the Palestinians should accomplish several things, like the reforms that should be implemented by them (SHARON, 2004a, grifo nosso).¹⁸⁷

Na primeira fase, Ariel Sharon reforça a maior parte das suas demandas anteriores aos palestinos. Ele garante a legitimidade do uso da força na medida em que a eliminação do terrorismo é ponto central dessa fase. Sem o fim do terrorismo, não haverá progresso em nenhuma circunstância. Assim, o uso da violência se torna justificado e legítimo como um passo dentro da *Roadmap*. Ao fazer uso da violência, Israel está cumprindo com parte das suas obrigações para garantir a continuidade das fases do plano.

The Roadmap is a clear and reasonable plan, and it is therefore possible and imperative to implement it. The concept behind this plan is that *only security will lead to peace*. And in that sequence. *Without the achievement of full security within the framework of which terror organizations will be dismantled it will not be possible to achieve genuine peace, a peace for generations*. This is the essence of the Roadmap. The opposite perception, according to which the very signing of a peace agreement will produce security out of thin air, has already been tried in the past and failed miserably. And such will be the fate of any other plan which promotes this concept. These plans deceive the public and create false hope. *There will be no peace before the eradication of terror* (SHARON, 2003h, grifo nosso).¹⁸⁸

Essa legitimidade também parte do reconhecimento do direito de defesa de Israel pelo plano, conforme mostra o discurso a seguir em que Sharon faz essa associação.

In addition, we agreed, *in accordance with the Roadmap* – any steps towards realizing the political outlook offered to the Palestinians first obligates them to take genuine action against terror until it is eliminated and stopped, advance real reforms and stop teaching hatred towards Israel which exists. *The United States also recognized Israel's right to act in any way to defend itself against any enemy and against any threat*, and promised to prevent any attempt to impose on Israel any other agreement or agenda which is not the Roadmap.

¹⁸⁷ Discurso proferido a Foreign Press Corps em 11 de janeiro de 2004.

¹⁸⁸ Discurso proferido à Quarta Herzliya Conference em 18 de dezembro de 2003.

The implementation of the Roadmap is also carried out – and will be carried out – in full agreement (SHARON, 2004l, grifo nosso).¹⁸⁹

Essa primeira fase do plano também corrobora com a visão de Sharon sobre o papel regulador da democracia, pois apresenta um plano de democratização da Autoridade Palestina. A democracia é o processo de reciclagem da instituição, que levaria a uma administração diferente, pacífica e honesta.

In concordance with the sequence presented by President Bush, a Chief Executive Officer for Reforms will be appointed to the Palestinian Authority, and will constitute the head of the executive authority and the source of administrative authority. The provisional Palestinian government will administer a more efficient governmental system, fight the prevailing corruption in the PA and adhere to regulations of proper management. That government will lead a comprehensive process of reforms, maintain coexistence and prepare the general elections. The elections in the Palestinian Authority should be held only at the conclusion of the reform process and after proper governmental regulations have been internalized. The goal is that these will be true elections - free, liberated and democratic (SARON, 2002j).¹⁹⁰

Esse processo de reforma e de democratização não se limita às eleições. O plano estabelece reformas no sistema de segurança, jurídico, financeiro e educacional da Autoridade Palestina, e todas essas reformas se referem a prevenção do uso do terrorismo no futuro. Diferente da Autoridade Palestina, Arafat não tem credibilidade para ser “reciclado”. Ele representa tudo aquilo a *Roadmap* tenta superar: o terrorismo, os incitamentos, a desestabilização da região do Oriente Médio. E conforme foi apresentado no capítulo anterior, a referência ao passado terrorista do líder palestino cria a ideia de que não há mudança nas atitudes dele, portanto, segundo Sharon, a *Roadmap* institucionaliza essa demanda de retirar Arafat do poder de decisão para um papel apenas simbólico.

The US says that they understand (and maybe the Russians too), that in order to move the peace process forward, Mr. Arafat should be removed from his influence in security, finance and major decisions. Therefore, a prime minister should be appointed in order to put a barrier between Mr. Arafat, who may stay a symbol, I don't know what that symbol is, and the Palestinian government. The Palestinian government will then act without his influence. That is the American position, and I think that is right. He should be ignored. That is our position and I think the Russians agree. But for Europe, Mr. Arafat is the address, and as long as that is the case, it will only make the process longer. I have very deep appreciation to Mr. Blair, Mr. Chirac and all the *Other* European countries, but at the same time they do not understand that in order

¹⁸⁹ Discurso proferido na Herzliya Conference em 16 de dezembro de 2004.

¹⁹⁰ Discurso proferido na Herzliya Conference em 04 de dezembro de 2002.

to move things forward, Arafat should be removed. I hope you appreciate this position (SHARON, 2003c).¹⁹¹

A segunda e a terceira fase da *Roadmap* dizem respeito ao Estado palestino. Assim, ao cumprir com todas as demandas de Israel na primeira fase, os palestinos finalmente fariam parte do “Sistema Internacional”. Em nenhum momento Sharon se apresenta como contrário a perspectiva de solução por dois Estados; pelo contrário, ele acredita que essa é única maneira de garantir a existência de Israel como um Estado judeu¹⁹². Porém, os discursos sobre a solução de dois Estados proposta na *Roadmap* demonstram algumas incoerências discursivas de Sharon.

Conforme já foi apresentado, em grande parte dos seus discursos Sharon estabelece Israel como um Estado soberano e que, portanto, tem direito a segurança, a paz, a defender seus interesses e a proteger seus cidadãos contra as ameaças dos inimigos. Esses são os privilégios daqueles que participam do Sistema Internacional e formam a base de todo o discurso do Primeiro-Ministro. É a partir da própria categoria “soberania” que Sharon constrói o direito de Israel a “*self-defense*”, que permeia toda a legitimidade do uso da violência contra os palestinos. Contraditoriamente, o Estado palestino, segundo Sharon, não teria controle da própria segurança e não poderia se aliar a nenhum outro Estado que Israel identificasse como inimigo. Eles teriam permissão para ter forças policiais, com o objetivo de manter a ordem doméstica, mas não poderiam ter forças armadas, armamentos e controle sobre as fronteiras. Ou seja, eles não gozariam nem do direito de autodefesa, nem do privilégio de construir as relações de amizade e inimizade.

The second phase of President Bush's sequence proposes the establishment of a Palestinian state with borders yet to be finalized, and which will overlap with territories A and B, except for essential security zones. This Palestinian state will be *completely demilitarized*. It will be allowed to maintain lightly armed police and interior forces to ensure civil order. *Israel will continue to control all entries and exits to the Palestinian state, will command its airspace, and not allow it to form alliances with Israel's enemies* (SARON, 2002j, grifo nosso).¹⁹³

A contradição existe porque, todas as categorias essenciais para a manutenção da soberania de Israel – e de qualquer outro Estado, conforme já foi mostrado nos

¹⁹¹ Discurso proferido à imprensa internacional em Jerusalém em 19 de janeiro de 2003.

¹⁹² Segundo Sharon, controlar todo o território palestino e, ao mesmo tempo, controlar o povo palestino geraria um problema demográfico para Israel, que não teria mais os judeus como maioria populacional. Portanto, a solução por dois Estados é vista como positiva para os interesses de Israel.

¹⁹³ Discurso proferido na Herzliya Conference em 04 de dezembro de 2002.

tópicos e no capítulo anteriores – reside, justamente, na capacidade desse Estado de se defender das ameaças. Portanto, ao aceitar a *Roadmap*, e essa proposta de solução de dois Estados, em que Israel controlaria a segurança dos palestinos, Sharon contradiz seu maior argumento em defesa da legitimidade do uso da força contra os palestinos. Nos discursos de Sharon, o uso da violência é um direito e obrigação dos Estados soberanos para proteger seus cidadãos e sua identidade. Israel utiliza a violência para defender sua soberania, identidade, a segurança dos cidadãos, seus valores, etc. É um direito inflexível, menos quando se trata do inimigo. Para os palestinos, Sharon constrói uma “soberania” totalmente diferente da israelense. Ela é uma categoria fluída e maleável, que serve aos interesses de Israel.

Além da *Roadmap*, Sharon também propõe outro Plano, chamado *Disengagement Plan*. Segundo Sharon, esse plano é uma abordagem diferente do plano anterior, pois não tem como objetivo as negociações em si, e é resultado da falta de avanço da própria *Roadmap*. Ele reitera em seus discursos que nenhum dos líderes palestinos conseguiram se mostrar parceiros de verdade de Israel para a condução do plano proposto pelos Estados Unidos e, portanto, a segurança de Israel continuava comprometida. Assim, se fazia necessário uma mudança de abordagem.

We wish to speedily advance implementation of the Roadmap towards quiet and a genuine peace. We hope that the Palestinian Authority will carry out its part. However, if in a few months the Palestinians still continue to disregard their part in implementing the Roadmap then *Israel will initiate the unilateral security step of disengagement from the Palestinians*. The purpose of the Disengagement Plan is to reduce terror as much as possible, and grant Israeli citizens the maximum level of security. The process of disengagement will lead to an improvement in the quality of life, and will help strengthen the Israeli economy. The unilateral steps which Israel will take in the framework of the Disengagement Plan will be fully coordinated with the United States. We must not harm our strategic coordination with the United States. These steps will increase security for the residents of Israel and relieve the pressure on the IDF and security forces in fulfilling the difficult tasks they are faced with. The Disengagement Plan is meant to grant maximum security and minimize friction between Israelis and Palestinians. We are interested in conducting direct negotiations, but do not intend to hold Israeli society hostage in the hands of the Palestinians. I have already said we will not wait for them indefinitely (SHARON, 2003h, grifo nosso).¹⁹⁴

Destaca-se no discurso acima que esse plano não é político, ou seja, não haverá nenhum processo de negociação sobre o conflito em si. Sharon se mantém firme com a estratégia de não negociar enquanto o terrorismo existir. Por não ser um

¹⁹⁴Discurso proferido à Quarta Herzliya Conference em 18 de dezembro de 2003.

plano político, ele não impede a implementação da *Roadmap*. Na verdade, Sharon espera que com o plano de desengajamento crie-se um ambiente mais propício para a implementação da *Roadmap*. Ele estabelece que é um plano unilateral, com apoio dos Estados Unidos, que busca retirar as tropas e os colonos que habitam a região da Faixa de Gaza, passá-la para o controle da Autoridade Palestina. Com isso, Sharon afirma esperar uma diminuição na fricção entre palestinos e israelenses, e consequentemente no terrorismo, melhorando a qualidade de vida da população.

The Disengagement Plan does not prevent the implementation of the Roadmap. Rather, it is a step Israel will take in the absence of any other option, in order to improve its security. The Disengagement Plan will be realized only in the event that the Palestinians continue to drag their feet and postpone implementation of the Roadmap. Obviously, through the Disengagement Plan the Palestinians will receive much less than they would have received through direct negotiations as set out in the Roadmap. According to circumstances, it is possible that parts of the Disengagement Plan that are supposed to provide maximum security to the citizens of Israel will be undertaken while also attempting to implement the Roadmap (SHARON, 2003h).¹⁹⁵

Segundo Sharon, o *Disengagement Plan* criará novas linhas de segurança em que as forças da IDF serão realocadas, os israelenses que vivem naquele território seriam retirados e realocados em outras comunidades, e seriam criados obstáculos físicos para separar ainda mais as populações e para evitar a entrada de terroristas nas comunidades israelenses.. É interessante notar, então, que Sharon quer criar um espaço mais seguro para a população israelense com a formação de uma fronteira defensiva. Ou seja, apesar de ser um plano de desengajamento, o que transmite a ideia de uma retirada do envolvimento israelense na região, Sharon o constrói como também como um reposicionamento militar.

The Disengagement Plan will include the redeployment of IDF forces along new security lines and a change in the deployment of settlements, which will reduce as much as possible the number of Israelis located in the heart of the Palestinian population. We will draw provisional security lines and the IDF will be deployed along them. Security will be provided by IDF deployment, the security fence and other physical obstacles. The Disengagement Plan will reduce friction between us and the Palestinians (SHARON, 2003h, grifo nosso).¹⁹⁶

O Plano leva em consideração a demografia da região da Faixa de Gaza que estava sob controle israelense. Segundo Sharon, aquela região nunca seria

¹⁹⁵ Discurso proferido à Quarta Herzliya Conference em 18 de dezembro de 2003.

¹⁹⁶ Discurso proferido à Quarta Herzliya Conference em 18 de dezembro de 2003.

majoritariamente judaica, por causa do crescimento populacional palestino. Portanto, retirar os assentamentos judaicos da região e passar seu controle para a Autoridade Palestina era de interesse de Israel. Sharon afirma que não visualizava nenhum acordo final em que Israel ficasse com aquela região pela balança populacional, e faria mais sentido para Israel aplicar seus esforços, econômicos e militares, para regiões ainda em disputa.

The greatest change we are implementing is the Disengagement Plan. We had to take the initiative. We faced a situation in which we could be either leaders or be led. And we decided to lead. We decided what our priorities were - we are withdrawing from the Gaza Strip - an area where there was no chance of establishing a Jewish majority, and which would clearly, in any final agreement, not be part of the State of Israel. At the same time, we are directing the majority of our efforts to areas which are most crucial to ensuring our existence - the Galilee, the Negev, Greater Jerusalem, the settlement blocs and the security zones. I initiated the Disengagement, because it is the best tool to fundamentally change the national situation of the State of Israel. Withdrawing from Gaza will have a positive and decisive influence on every facet of life in Israel: security, the economy and the quality of life in the country. I say with confidence - the Disengagement places Israel in a better position in every possible scenario, and it will be carried out according to the timetable decided, beginning in seven weeks' time (SHARON, 2005r).¹⁹⁷

Apesar de se referir ao plano como de segurança e não político, um dos objetivos claros desse desengajamento é evitar um colapso político. Sharon afirma que há muita pressão internacional para que Sharon abandone suas demandas básicas aos palestinos, e negocie mesmo sem o fim do terrorismo. A imagem de Israel estava prejudicada internacionalmente, porque as “atividades de segurança” – uso da violência contra os palestinos – são compartilhadas pela mídia criando uma narrativa em que Israel é o vilão do conflito.

There are people in the world, regrettably also in Israel, who do not understand the essential political and security interests of Israel. As far as they are concerned, the Israeli demand, embraced by the Roadmap, of an effective Palestinian fight against terror as a pre-condition for political negotiation, is unacceptable. They believe we should first withdraw from all the territories, and then, simply by force of a written agreement, the Palestinians will stop the terror. These people, who garner a wide range of support around the world, primarily in Europe, will not stop pressuring Israel to abandon its demand that the Palestinians fight terror. Since the Palestinians are doing nothing, the pressure is focused on us. It is easier to pressure a westernized democratic country like Israel. So far, we have been successful in putting off such initiatives, mainly due to the support of our friends around the world, headed by the United States, which holds the Palestinian Authority responsible for the situation. However, no one can guarantee that this will continue in a situation of deadlock. In the end, every country has its own interests. I remind you that

¹⁹⁷ Discurso proferido à Caesaria Conferece em 30 de junho de 2005.

in the background of all of the aforementioned, Palestinian terror continues, which obligates Israel to carry out security activities. These activities are not a pleasant sight. Every day around the world, pictures are transmitted of people standing at Israeli roadblocks, of Israeli soldiers in the streets of Palestinian towns and there are horror stories of alleged Israeli abuse of Palestinians (SHARON, 2004k).¹⁹⁸

Assim, o Plano de Desengajamento não é uma atitude benevolente de Israel, mas uma moeda de troca para aliviar essa pressão internacional, principalmente com o apoio político dos Estados Unidos. O colapso político seria evitado na medida que diminuiriam a fricção e o terrorismo, diminuindo a necessidade do uso da violência a partir das barreiras físicas que seriam construídas. Isso melhoraria a imagem internacional de Israel. E por outro lado, os Estados Unidos demonstrariam por escrito seu apoio às demandas de Ariel Sharon, às pré-condições para qualquer negociação, e negariam o apoio a qualquer outro plano político diferente da *Roadmap*.

Israel must take the initiative to prevent political collapse, which could be ensured by an initiative which will decrease the ongoing friction between Israelis and Palestinians; friction which leads to the pictures in the international media, and may lead to the situation I mentioned earlier. This move will contribute to the stabilization of security and reduction in terror, and is primarily a step which will anchor a determined American position in writing which rejects any political plan which endangers Israel, any plan which does not pre-condition political progress with the elimination of terror. The American commitment will free us from having to accept and face pressure to adopt policies which do not consider it necessary for the Palestinians to fight terror. We must take the political initiative in our hands in order to ensure the political and security interests of Israel for many years to come (SHARON, 2004k).¹⁹⁹

Para Sharon, a declaração escrita dos Estados Unidos garantia que os interesses de Israel fossem resguardados em futuras negociações com os palestinos. Entre os interesses estão a negação completa da demanda palestina de retorno dos refugiados a Israel, a manutenção dos assentamentos com maioria judaica nos territórios em disputa, a demarcação das fronteiras e, principalmente, o direito de defesa de Israel contra ameaças, incluindo ataques terroristas.

The letter includes: unequivocal American recognition of *Israel's right to secure and protective borders*, and as it appears: "defensible borders". American recognition of *Israel's right to defend itself by itself anywhere and to preserve its strength of deterrence against any threat*, and American recognition of *Israel's right to defend itself against active terror and terrorist organizations anywhere, including in areas from which Israel will withdraw*. The United States also expressed its position on the most crucial topics for Israel, in discussions regarding a final status agreement [...]. Negotiations

¹⁹⁸ Discurso proferido na Conferência Anual Israel's Annual Hi-Tech, em 31 de março de 2004.

¹⁹⁹ Discurso proferido na Conferência Anual Israel's Annual Hi-Tech, em 31 de março de 2004.

regarding the final status agreement will take place between Israel and the Palestinians. However, if, during the negotiations disagreement on these subjects should arise, the United States will support Israel's stance and this will allow Israel to be in a better stand. This is an unprecedented accomplishment (SHARON, 2004q, grifo nosso).²⁰⁰

O que é possível perceber nos discursos é que apesar de Sharon apresentar como objetivo do *Disengagement Plan* a diminuição do terrorismo palestino, ele foi utilizado como uma manobra para legitimar o direito do uso da violência por Israel contra os palestinos através do apoio do Estados Unidos. No discurso acima, por exemplo, ele destaca de três formas diferentes a legitimidade criada para justificar a violência: primeiramente com o reconhecimento dos EUA do direito de Israel ter fronteiras protegidas e seguras, segundo com o reconhecimento do direito de Israel poder se defender em *qualquer* lugar e manter sua capacidade de força de dissuasão contra *qualquer* ameaça, e por fim, o direito de Israel lutar contra o terrorismo em *qualquer* lugar, até mesmo nesses território em que ele está “desengajando”.

Apesar do plano ter esses contornos claramente instrumentais, Sharon disfarça esse discurso através de uma retórica bastante melancólica sobre a situação. O destaque aos benefícios do plano, para conseguir apoio doméstico, divide bastante espaço com um discurso sobre a “mais difícil e dolorosa” – *most difficult and painfull* – concessão que Israel está disposto a fazer para alcançar a paz.

The day has arrived. We are beginning the most difficult and painful step of all – evacuating our communities from the Gaza Strip and Northern Samaria. This step is very difficult for me personally. It was with a heavy heart that the Government of Israel made the decision regarding Disengagement, and the Knesset did not lightly approve it. It is no secret that I, like many others, believed and hoped that we could forever hold on to Netzarim and Kfar Darom. However, the changing reality in this country, in this region, and in the world, required another reassessment and changing of positions (SHARON, 2005s).²⁰¹

Por um lado, essa narrativa sobre as grandes concessões de Israel tem como objetivo deslegitimar ainda mais o terrorismo, porque segundo Sharon, com essa concessão unilateral, não há nada que justifique a continuidade do uso da violência. Por outro lado, essa narrativa destaca o lado pacífico de Israel. Para Sharon, essa concessão mostrou para todo o mundo como Israel está comprometido com a paz, agindo unilateralmente, abrindo mão de um território em disputa sem reciprocidade.

²⁰⁰ Discurso proferido ao Knesset após visita aos Estados Unidos em 22 de abril de 2004.

²⁰¹ Discurso proferido na reunião de gabinete em 15 de agosto de 2005.

Dessa forma, é possível afirmar que a construção discursiva sobre *Disengagement Plan* ajudou Sharon a aumentar a legitimidade internacional de Israel, sendo apresentado como um Estado comprometido com a paz, que faz grandes concessões. Ele também aumenta a legitimidade dessa política de segurança violenta utilizada por ele. De modo oposto, os discursos do Primeiro-Ministro também ajudam a forçar os palestinos a fazerem algumas concessões políticas, e a abandonar a estratégia “terrorista”, conforme nomeia Sharon.

Este capítulo buscou articular as construções identitárias feitas por Sharon, que foram apresentadas no capítulo anterior, com a legitimação do uso da violência como política de segurança de Israel contra os palestinos. Como foi possível demonstrar, o principal ponto de Sharon é o uso legítimo da força por um Estado soberano – Israel – em contraposição ao uso ilegítimo e imoral da força por entes não soberanos – os palestinos. Ele manipula as relações com outros *Selves*, como os Estados Unidos e Europa, para garantir essa legitimidade. E por fim, essa lógica é traduzida nas narrativas construídas pelo Primeiro-Ministro sobre os planos de ação e as propostas de negociação. Resumidamente, Israel é obrigado, pelos próprios palestinos, a utilizar a violência para se proteger, proteger a sua identidade e tudo aquilo que, para Sharon, caracteriza o *Self* israelense.

6 CONCLUSÃO

A presente dissertação tinha como objetivo geral analisar a construção discursiva da identidade israelense através dos discursos de Ariel Sharon e, a partir desta identidade, analisar a legitimação da violência contra os palestinos, durante o período entre 2001 e 2005. A partir deste objetivo geral, havia 4 objetivos específicos: a) compreender os processos de ligação e diferenciação presentes nos discursos do Primeiro-Ministro na construção da identidade israelense; b) compreender como essa identidade constrói diferentes relações com os *Others*; c) analisar a construção discursiva das ameaças ao *Self* israelense, e a legitimação do uso da violência contra essas ameaças; e por fim, d) identificar as instabilidades discursivas, contradições e aberturas estruturais, e desconstruí-las.

Os dois primeiros objetivos foram executados, principalmente no quarto capítulo desta dissertação, “A construção identitária de Israel”. Pois nele é possível entender como, a partir dos processos de ligação e diferenciação, os discursos de Sharon vão construindo o *Self* israelense e os tipos de relação com os *Others*. Já o terceiro objetivo foi executado no último capítulo da dissertação, “A legitimidade da violência nos discursos de Ariel Sharon”, uma vez que é neste capítulo que ficam claras as estratégias de legitimação da violência. Por fim, a desconstrução foi utilizada durante toda a análise, destacando, sempre que se necessário, as incoerências e contradições discursivas, as aberturas estruturais. Com isso, o objetivo era salientar que por mais “naturalizado” seja o discurso de Ariel Sharon, e que muitas vezes ele trabalhe com categorias no “senso comum”, elas não são naturais, nem não-problemáticas e totalmente fechadas. Elas foram construídas nos próprios discursos, a partir da constante repetição, e sempre estão sujeitas a contradições.

Com essa análise foi possível concluir que a construção da narrativa de Sharon sobre a legitimidade de Israel para fazer uso da violência contra os palestinos começa em seu discurso básico sobre a identidade de Israel. Conforme já foi esclarecido, ao caracterizar Israel como um ente soberano, Sharon dá a Israel o privilégio de construir suas inimizades, as ameaças e construir uma política externa. Ele ainda estabelece que toda nação soberana tem a obrigação e o direito de proteger o seu povo, seus cidadãos, e de se autodefender como ente soberano.

Israel também é construído como um Estado judeu, que tem como razão de ser a proteção do direito do povo Judeu de existir, de serem livres para viver suas crenças e tradições, para contribuírem com seu talento excepcional para a evolução da humanidade, e viverem suas vidas normalmente em segurança. Israel é o único Estado em que o povo Judeu – tanto israelense, quanto da diáspora – pode confiar inteiramente. Para Sharon, a proteção do povo Judeu é a maior obrigação de Israel como Estado.

Transportando características do povo Judeu à Israel, Sharon o constrói também como um Estado pacífico por natureza. Sua característica judaica faz com que a paz seja sempre sua primeira escolha e seu maior interesse. Para ele, apenas uma paz é desejável, aquela duradoura e genuína, baseada na segurança. E dessa forma a política externa de Israel será desenhada a partir desse objetivo final: o alcance da paz genuína. Por fim, a última característica diz respeito ao caráter democrático de Israel, seja por sua burocracia, seja pelos valores que Israel compartilha. Os “valores democráticos” conforme foi apresentado, estão conectados com a “liberdade”, “tolerância”, “paz”, entre outras categorias que ligam Israel aos Estados Unidos e afasta de outros *Selves*.

No oposto dessas características, Sharon se esforça para construir seus vizinhos palestinos, principalmente através da figura de Yasser Arafat, como inimigos e uma ameaça à identidade israelense. O líder palestino, através do uso sistemático do terrorismo, e apoiando as organizações terroristas palestinas, ameaçam a existência de Israel como um Estado soberano e um Estado judeu. Existe um esforço de Sharon para caracterizar as ações palestinas como antisemitas, e de afirmar uma cultura palestina de ódio a Israel e aos judeus.

Além disso, Yasser Arafat também é construído por Sharon como uma ameaça aos “valores democráticos” ao disseminar um regime “terrorista” e colocar a própria democracia israelense em perigo. A partir do uso do terrorismo como estratégia de ação, da narrativa sobre a falta de credibilidade de Yasser Arafat e da falta a avanço nos processos de negociação, ele também é caracterizado como um obstáculo à paz. Ou seja, todas as características atribuídas ao líder palestino, e ao terrorismo orquestrado por ele, se opõem ao *Self* israelense, desde a soberania, até a busca pela paz, são ameaçadas pelos palestinos terroristas e seu líder.

Dessa forma, as ações de violência contra eles são legitimadas por Sharon como *self-defense*. Não só Israel tem o direito de se defender, por seu um Estado

soberano, ele também tem a obrigação de proteger seus cidadãos, os valores que esses cidadãos compartilham, as crenças que eles possuem. O uso da violência é uma forma de defesa de Israel como Estado, dos judeus como povo, e dos valores democráticos. Além disso, é um meio para alcançar a paz, uma vez que os terroristas que estão sendo combatidos são construídos como obstáculos para a paz que precisam ser “superados”. O discurso sobre a autodefesa, ou legítima defesa, é o principal argumento de Ariel Sharon para legitimar sua política de segurança.

Sharon também difere o palestino “terrorista” e seus líderes e apoiadores, daqueles palestinos “comuns”, que não perpetuam o terrorismo contra Israel, e têm o desejo de viver uma vida “normal”. Quando o Primeiro-Ministro deixa essa diferenciação das categorias de “palestino” explícita, ele também ajuda a legitimar o uso da violência. Nessas narrativas, Sharon destaca que a violência israelense é direcionada apenas ao combate dos “terroristas” e seus apoiadores, e não da “população civil comum”. Ao contrário, segundo o Primeiro-Ministro, Israel quer melhorar a vida da população comum palestina, e viver lado a lado com eles. Dessa forma, Sharon, primeiramente, evita cair em uma narrativa genocida de eliminação dos “palestinos”. E em segundo lugar, ele diferencia qualitativamente a violência israelense da violência terrorista dos palestinos.

Outra forma de legitimar o uso da violência está associada a construção dos demais *Selves*, como Estados Unidos, Europa e Oriente Médio. Principalmente quando se refere aos Estados Unidos, o Primeiro-Ministro israelense tem sempre uma estratégia para utilizar essa relação ao favor de Israel. Ela é amplamente utilizada para aproximar Israel do Ocidente e do Mundo Livre, através de narrativas sobre o compartilhamento de interesses, valores/modo de vida e até inimigos em comum. A relação com os Estados Unidos é construída principalmente a partir de processos de ligação, em que Sharon evita as diferenças, e acentua as semelhanças entre os dois.

Da mesma forma, a construção do Oriente Médio é utilizada por Sharon para aproximar a identidade de Israel do Ocidente. Mas nessa relação, ele utiliza principalmente o processo de diferenciação, em que a alteridade e as diferenças são exacerbadas, e as semelhanças esquecidas. Sharon constrói Israel como o limite da fronteira entre dois mundos. De um lado o Mundo Livre ao qual faz parte, do outro, um Mundo das Trevas, das Forças do Mal, dos regimes terroristas e ditadores. Como foi trabalhado, essa aproximação do Mundo Livre e afastamento do Oriente Médio foi utilizada pelo Primeiro-Ministro para legitimar a violência contra os palestinos como

uma “Guerra ao Terror” local. Assim, da mesma forma que os Estados Unidos possuíam legitimidade para agir contra o terrorismo internacional, Israel teria para agir contra o terrorismo local palestino.

A relação com a Europa destaca a forma como essas construções são utilizadas de modo instrumental pelo Primeiro-Ministro. É perceptível em seus discursos o desacordo dos Europeus em relação ao modo violento de agir israelense contra os palestinos. E, portanto, Sharon tem uma estratégia de desacreditar esse *Other*, destacando, por exemplo, as narrativas sobre o Holocausto e os movimentos antissemitas na Europa. Com esse discurso, ele afasta os europeus do conflito com os palestinos sob a justificativa de não haver uma relação balanceada e justa em relação ao conflito.

Com essa discussão foi possível perceber a riqueza analítica que a Análise de Discurso oferece. O objetivo dessa dissertação nunca foi esclarecer a “verdade” sobre essas relações, mas lançar uma interpretação crítica sobre essa realidade discursiva. Outros analistas poderiam olhar para esses discursos e interpretá-los de uma forma completamente diferente, observar outras categorias, trazer novas formas de poder e é justamente nessa amplitude que reside a maior riqueza dessa análise. O principal que deve ser entendido do que foi trabalhado aqui, é que a partir desta interpretação, o Primeiro-Ministro de Israel naquele período construiu um arcabouço discursivo que justificava amplamente o combate dos palestinos através da violência. E em contraposição à violência praticada pelos palestinos sempre será deslegitimada, sem justificativa, sem causa e imoral. Como foi destacado na introdução desta dissertação, toda construção de identidade e de política externa afeta diretamente a vida das pessoas envolvidas, e por isso, é de extrema importância ter esse olhar crítico sobre esses fenômenos discursivos.

REFERÊNCIAS

- BARNETT, Clive. Deconstructing context: exposing Derrida. **Trans. Inst. Br. Geogr.** v. 24, n. 3, p. 277-293, 1999. Disponível em: <<https://rgs-ibg.onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.0020-2754.1999.00277.x>>. Acesso em: 07 fev. 2020.
- BEST, Steven; KELLNER, Douglas. **Postmodern Theory: Critical Interrogations.** New York: The Guilford Press, 1991
- BLAIKER, Roland. Postmodernism. In: DEVETAK, R.; BURKE, A.; GEORGE, J. **An introduction to International Relations – Australian Perspective.** Melbourne: Cambridge Press, cap. 7, p. 86-95, 2008.
- CAMPBELL, David. Poststructuralism. In: DUNNE, T; KURKI, M. SMITH, S. **International Relations Theories: Discipline and diversity.** 3 ed. Oxford: Oxford University Press, cap. 12, p. 223-246, 2013.
- CAMPBELL, David. **Writing Security: United States Foreign Policy and the Politics of Identity.** Minneapolis: University of Minnesota Press, 1992.
- CULLER, Jonathan. **Teoria literária: Uma introdução.** São Paulo: Beca, 1999.
- DERRIDA, Jacques. **A escritura e a diferença.** 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1995.
- DERRIDA, Jacques. **Gramatologia.** São Paulo: Perspectiva, 1973.
- DOBIE, Ann B. Deconstruction. In: DOBIE, Ann B. **Theory into practice: An introduction to literary criticism.** 3. ed. Boston: Wadsworth, cap. 8, 2012.
- HANSEN, Lene. The theory and methodology of discourse analysis. In: HANSEN, Lene. **Security as practice: Discourse analysis and the Bosnia War.** New York: Routledge, p. 15-92, 2006.
- ISRAEL. **Events and Speeches.** Prime Minister's Office. 2019. Disponível em: <<https://www.gov.il/en/departments/news/?OfficeId=e744bba9-d17e-429f-abc3-50f7a8a55667&newsType=4e5dbe9d-2b9f-4d20-af6a-ae4463da964d&limit=10>>. Acesso em: 20 jan. 2020.
- ISRAEL. **Press Room.** Israel Ministry of Foreign Affairs. 2013. Disponível em: <<https://mfa.gov.il/MFA/PressRoom/Pages/default.aspx>>. Acesso em: 20 jan. 2020.
- LUNDY, Craig. From Structuralism to Poststructuralism. In: DILLET, B.; MACKENZIE, I.; PERTER, R. (Ed.). **The Edinburgh Companion to Poststructuralism.** Edinburgh: Edinburgh University Press, cap. 3, p. 69-94, 2013.
- MAINGUENEAU, Dominique. Análise de Discurso: A questão dos fundamentos. **Cad. Est. Ling.,** Campinas, v. 19, p. 65-74, jul./dez., 1990. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8636826>>. Acesso em: 07 fev. 2020.

MENDES, Cristiano Garcia. **A construção do terrorismo**: Análise de discurso do ex-Primeiro-Ministro Britânico Tony Blair. 233 f. 2008. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Departamento de Relações Internacionais, Universidade de Brasília. Brasília, 2008.

MENDES, Cristiano Garcia. Pós-estruturalismo e a crítica como repetição. **RBCS**, v. 30, n. 88, p. 45-60, jun. 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.17666/308845-59/2015>>. Acesso em: 20 fev. 2019.

MUSSALIM, Fernanda. Análise de Discurso. *In*: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, ANNA CHRISTINA (Orgs.). **Introdução à lingüística**: domínios e fronteiras - v. 2. 4. ed. São Paulo: Cortez Editora, cap. 4, 2004.

NABERS, Dirk. **A Poststructuralist discourse theory of global politics**. New York: Palgrave Macmillian, 2015.

ORWELL, George. **1984**. 31^a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

PÊCHEUX, Michel. A Análise do Discurso: três épocas (1983). *In*: GADET, F; HAK, T. (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: UNICAMP, cap. VII, 1990.

SALES, Léa Silveira. Estruturalismo – história, definições, problemas. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis: EDUFSC, n. 33, p. 159-188, abr. 2003.

SANTIAGO, Silvano (Org.). **Glossário de Derrida**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1976.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Lingüística Geral**. São Paulo: Cultrix, 2006.

SCHMITT, Carl. **O conceito do político**: Teoria do partisan. Belo Horizonte: Del Rey, 2009.

SHARON, Ariel PM Sharon Knesset speech on visit of German Pres Köhler (Jerusalem). **Israel Ministry of Foreign Affairs (MFA)**. Jerusalem: MFA, 02 Feb. 2005d. Disponível em: <<https://mfa.gov.il/MFA/PressRoom/2005/Pages/PM%20Sharon%20Knesset%20speech%20on%20visit%20of%20German%20Pres%20Kohler%202-Feb-2005.aspx>>. Acesso em: 13 mar. 2020.

SHARON, Ariel. Address by PM Ariel Sharon at the Caesarea Conference. **Israel Ministry of Foreign Affairs (MFA)**. Jerusalem: MFA, 08 July. 2004c. Disponível em: <<https://mfa.gov.il/MFA/PressRoom/2004/Pages/Address%20by%20PM%20Sharon%20at%20the%20Caesarea%20Conference%208-July-2004.aspx>>. Acesso em: 12 mar. 2020.

SHARON, Ariel. Address by PM Ariel Sharon at the Fourth Herzliya Conference (Herzliya). **Israel Ministry of Foreign Affairs (MFA)**. Jerusalem: MFA, 18 Dec. 2003h. Disponível em: <<https://mfa.gov.il/mfa/pressroom/2003/pages/address%20by%20pm%20ariel%20sharon%20at%20the%20fourth%20herzliya.aspx>>. Acesso em: 11 mar. 2020.

SHARON, Ariel. Address by PM Sharon 4th Commemoration of the Assassination of Minister Rehavam Ze'evi (Jerusalem). **Prime Ministe's Office**. Jerusalem: Israel, 02 Nov. 2005c. Disponível em: <<https://www.gov.il/en/departments/news/speech021105>>. Acesso em: 13 mar. 2020.

SHARON, Ariel. Address by PM Sharon at ceremony awarding former US President Bill Clinton an Honorary Doctor's Degree (Tel Aviv). **Israel Ministry of Foreign Affairs (MFA)**. Jerusalem: MFA, 20 Jan. 2002b. Disponível em: <<https://mfa.gov.il/MFA/ForeignPolicy/MFADocuments/Yearbook2002/Pages/Address%20by%20PM%20Sharon%20at%20ceremony%20awarding%20former%20U.aspx>>. Acesso em: 10 mar. 2020.

SHARON, Ariel. Address by PM Sharon at the Opening of the Knesset Winter Session (Jerusalem). **Israel Ministry of Foreign Affairs (MFA)**. Jerusalem: MFA, 14 Oct. 2002h. Disponível em: <<https://mfa.gov.il/MFA/PressRoom/2002/Pages/Address%20by%20PM%20Sharon%20at%20the%20Opening%20of%20the%20Knesset.aspx>>. Acesso em: 10 mar. 2020.

SHARON, Ariel. Address by PM Sharon to the Caesarea 2005 Conference (Jerusalem). **Israel Ministry of Foreign Affairs (MFA)**. Jerusalem: MFA, 30 Jun. 2005r. Disponível em: <<http://www.israel.org/MFA/PressRoom/2005/Pages/Address%20by%20PM%20Sharon%20to%20the%20Caesarea%202005%20Conference%2030-Jun-2005.aspx>>. Acesso em: 13 mar. 2020.

SHARON, Ariel. Address by PM Sharon to the Friends of the Weizmann Institute (Rehovot). **Israel Ministry of Foreign Affairs (MFA)**. Jerusalem: MFA, 15 Jan. 2003d. Disponível em: <<https://mfa.gov.il/MFA/PressRoom/2003/Pages/Address%20by%20PM%20Sharon%20to%20the%20Friends%20of%20the%20Weizman.aspx>>. Acesso em: 11 mar. 2020.

SHARON, Ariel. Address by PM Sharon upon the arrival of the bodies of the kidnapped soldiers. **Israel Ministry of Foreign Affairs (MFA)**. Jerusalem: MFA, 29 Jan. 2004i. Disponível em: <<https://mfa.gov.il/MFA/PressRoom/2004/Pages/Address%20by%20PM%20Sharon%20upon%20the%20arrival%20of%20the%20bodie.aspx>>. Acesso em: 12 mar. 2020.

SHARON, Ariel. Address by Prime Minister Ariel Sharon at Cellcom Netanya (Netanya). **Prime Ministe's Office**. Jerusalem: Israel, 26 July 2005p. Disponível em: <<https://www.gov.il/en/departments/news/speech260705>>. Acesso em: 13 mar. 2020.

SHARON, Ariel. Address by Prime Minister Ariel Sharon to AIPAC Policy Conference (Washington-US). **Israel Ministry of Foreign Affairs (MFA)**. Jerusalem: MFA, 19 Mar. 2001a. Disponível em: <<https://mfa.gov.il/MFA/PressRoom/2001/Pages/Address%20by%20Prime%20Minister%20Ariel%20Sharon%20to%20AIPAC%20Po.aspx>>. Acesso em: 09 mar. 2020.

SHARON, Ariel. Address by Prime Minister Ariel Sharon to the Foreign Press Corps in Israel (Jerusalem). **Israel Ministry of Foreign Affairs (MFA)**. Jerusalem: MFA, 11 Jan. 2004a. Disponível em:

<<https://mfa.gov.il/MFA/PressRoom/2004/Pages/Address%20by%20Prime%20Minister%20Ariel%20Sharon%20to%20the%20Fore.aspx>>. Acesso em: 12 mar. 2020.

SHARON, Ariel. Address by Prime Minister Ariel Sharon to the Knesset (Jerusalem). **Israel Ministry of Foreign Affairs (MFA)**. Jerusalem: MFA, 14 May 2002g.

Disponível em:

<<http://www.israel.org/MFA/PressRoom/2002/Pages/Address%20by%20Prime%20Minister%20Ariel%20Sharon%20to%20the%20Knes.aspx>>. Acesso em: 10 mar. 2020.

SHARON, Ariel. Address to the Knesset by PM Sharon on the Presentation of the New Government (Jerusalem). **Israel Ministry of Foreign Affairs (MFA)**. Jerusalem: MFA, 27 Feb. 2003a. Disponível em:

<<https://mfa.gov.il/MFA/PressRoom/2003/Pages/Address%20to%20the%20Knesset%20by%20PM%20Sharon%20on%20the%20Present.aspx>>. Acesso em: 11 mar. 2020.

SHARON, Ariel. Birthright's 5th Anniversary (Jerusalem). **Prime Minister's Office**. Jerusalem: Israel, 06 Jun. 2004n. Disponível em:

<<https://www.gov.il/en/departments/news/speech060604>>. Acesso em: 12 mar. 2020.

SHARON, Ariel. Cabinet Communique (Jerusalem). **Israel Ministry of Foreign Affairs (MFA)**. Jerusalem: MFA, 05 Jun. 2005g. Disponível em:

<<https://mfa.gov.il/MFA/PressRoom/2005/Pages/Cabinet%20Communique%205-Jun-2005.aspx>>. Acesso em: 13 mar. 2020.

SHARON, Ariel. Cabinet Communique (Jerusalem). **Israel Ministry of Foreign Affairs (MFA)**. Jerusalem: MFA, 15 Aug. 2005s. Disponível em:

<<https://mfa.gov.il/MFA/PressRoom/2005/Pages/Cabinet%20Communique%2015-Aug-2005.aspx>>. Acesso em: 13 mar. 2020.

SHARON, Ariel. Exchange of letters between PM Sharon and President Bush (Washington D.C). **Israel Ministry of Foreign Affairs (MFA)**. Jerusalem: MFA, 14 Apr. 2004m. Disponível em:

<<https://mfa.gov.il/mfa/foreignpolicy/peace/mfadocuments/pages/exchange%20of%20letters%20sharon-bush%2014-apr-2004.aspx>>. Acesso em: 12 mar. 2020.

SHARON, Ariel. Fox News Sunday interview with Israeli PM Ariel Sharon (Jerusalem). **Israel Ministry of Foreign Affairs (MFA)**. Jerusalem: MFA, 05 Aug. 2001d. Disponível em:

<<https://mfa.gov.il/mfa/pressroom/2001/pages/fox%20news%20sunday%20interview%20with%20israeli%20pm%20ariel%20sh.aspx>>. Acesso em: 09 mar. 2020.

SHARON, Ariel. Inauguration Speech of Prime Minister Ariel Sharon in the Knesset (Jerusalem). **Israel Ministry of Foreign Affairs (MFA)**. Jerusalem: MFA, 07 Mar. 2001c. Disponível em:

<<https://mfa.gov.il/mfa/pressroom/2001/pages/inauguration%20speech%20of%20prime%20minister%20ariel%20sharon.aspx>>. Acesso em: 09 mar. 2020.

SHARON, Ariel. Interview with PM Sharon on CNN (Jerusalem). **Israel Ministry of Foreign Affairs (MFA)**. Jerusalem: MFA, 21 Sep. 2001e. Disponível em: <<https://mfa.gov.il/MFA/PressRoom/2001/Pages/Interview%20with%20PM%20Sharon%20on%20CNN%20-%202021-Sep-2001.aspx>>. Acesso em: 09 mar. 2020.

SHARON, Ariel. Interview with Prime Minister Ariel Sharon on CNN Late Edition. **Israel Ministry of Foreign Affairs (MFA)**. Jerusalem: MFA, 11 Mar. 2001l. Disponível em: <<http://www.israel.org/MFA/PressRoom/2001/Pages/Interview%20with%20Prime%20Minister%20Ariel%20Sharon%20on%20CNN.aspx>>. Acesso em: 09 mar. 2020.

SHARON, Ariel. Israel Reacts to Terrorist Attacks on the US (Jerusalem). **Israel Ministry of Foreign Affairs (MFA)**. Jerusalem: MFA, 12 Sep. 2001r. Disponível em: <<https://mfa.gov.il/MFA/MFA-Archive/2001/Pages/Israel%20Reacts%20to%20Terrorist%20Attacks%20on%20the%20US%20-%202011-.aspx>>. Acesso em: 09 mar. 2020.

SHARON, Ariel. Joint Press Conference by PM Sharon and British PM Blair following their meeting (Jerusalem). **Israel Ministry of Foreign Affairs (MFA)**. Jerusalem: MFA, 01 Nov. 2001k. Disponível em: <<https://mfa.gov.il/mfa/pressroom/2001/pages/joint%20press%20conference%20by%20pm%20sharon%20and%20british%20pm.aspx>>. Acesso em: 09 mar. 2020.

SHARON, Ariel. Knesset speech by Prime Minister Ariel Sharon (Jerusalem). **Israel Ministry of Foreign Affairs (MFA)**. Jerusalem: MFA, 28 Jan. 2002f. Disponível em: <<https://mfa.gov.il/mfa/pressroom/2002/pages/knesset%20speech%20by%20prime%20minister%20ariel%20sharon%20-%202028.aspx>>. Acesso em: 10 mar. 2020.

SHARON, Ariel. Message from PM Sharon to the American-Israel Friendship League (New York). **Israel Ministry of Foreign Affairs (MFA)**. Jerusalem: MFA, 25 Jun. 2001o. Disponível em: <<https://mfa.gov.il/MFA/PressRoom/2001/Pages/Message%20from%20PM%20Sharon%20to%20the%20American-Israel%20Frie.aspx>>. Acesso em: 09 mar. 2020.

SHARON, Ariel. Message of Prime Minister Ariel Sharon to the AIPAC Policy Conference (video conference). **Israel Ministry of Foreign Affairs (MFA)**. Jerusalem: MFA, 23 Apr. 2002m. Disponível em: <<https://mfa.gov.il/MFA/PressRoom/2002/Pages/Message%20of%20Prime%20Minister%20Ariel%20Sharon%20to%20the%20AIPA.aspx>>. Acesso em: 10 mar. 2020.

SHARON, Ariel. PM Sharon addresses American Jewish leaders in New York. **Israel Ministry of Foreign Affairs (MFA)**. Jerusalem: MFA, 22 May 2005j. Disponível em: <<https://mfa.gov.il/MFA/PressRoom/2005/Pages/PM%20Sharon%20addresses%20American%20Jewish%20leaders%20in%20New%20York%20%202022-May-2005.aspx>>. Acesso em: 13 mar. 2020.

SHARON, Ariel. PM Sharon addresses Conference of Presidents of Major American Jewish Organizations delegation (Jerusalem). **Israel Ministry of Foreign Affairs (MFA)**. Jerusalem: MFA, 20 Feb. 2002d. Disponível em: <<https://mfa.gov.il/MFA/ForeignPolicy/MFADocuments/Yearbook2002/Pages/PM%20>

Sharon%20addresses%20Conference%20of%20Presidents%20of%20Ma.aspx>. Acesso em: 10 mar. 2020.

SHARON, Ariel. PM Sharon addresses Knesset's 56th birthday session on Tu Bishvat (Jerusalem). **Israel Ministry of Foreign Affairs (MFA)**. Jerusalem: MFA, 25 Jan. 2005b. Disponível em: <<https://mfa.gov.il/MFA/PressRoom/2005/Pages/PM%20Sharon%20addresses%20Knesset%20on%20Tu%20Bishvat%2025-Jan-2005.aspx>>. Acesso em: 13 mar. 2020.

SHARON, Ariel. PM Sharon Addresses the Jewish Agency Assembly (Jerusalem). **Israel Ministry of Foreign Affairs (MFA)**. Jerusalem: MFA, 23 Jun. 2002e. Disponível em: <<https://mfa.gov.il/mfa/foreignpolicy/mfadocuments/yearbook2002/pages/pm%20sharon%20addresses%20the%20jewish%20agency%20assembly%20-%20202.aspx>>. Acesso em: 10 mar. 2020.

SHARON, Ariel. PM Sharon Addresses the Knesset-s Special Solidarity Session (Jerusalem). **Israel Ministry of Foreign Affairs (MFA)**. Jerusalem: MFA, 16 Sep. 2001m. Disponível em: <<https://mfa.gov.il/MFA/PressRoom/2001/Pages/PM%20Sharon%20Addresses%20the%20Knesset-s%20Special%20Solidari.aspx>>. Acesso em: 09 mar. 2020.

SHARON, Ariel. PM Sharon Addresses the Nation (Jerusalem). **Israel Ministry of Foreign Affairs (MFA)**. Jerusalem: MFA, 03 Dec. 2001p. Disponível em: <<https://mfa.gov.il/mfa/pressroom/2001/pages/pm%20sharon%20addresses%20the%20nation%20-%2003-dec-2001.aspx>>. Acesso em: 09 mar. 2020.

SHARON, Ariel. PM Sharon addresses the United Nations General Assembly (New York). **Israel Ministry of Foreign Affairs (MFA)**. Jerusalem: MFA, 15 Sep. 2005a. Disponível em: <<https://mfa.gov.il/mfa/foreignpolicy/peace/guide/pages/pm%20sharon%20addresses%20the%20un%20general%20assembly%2015-sep-2005.aspx>>. Acesso em: 13 mar. 2020.

SHARON, Ariel. PM Sharon at Special Knesset Session-25th anniversary of Israel-Egypt Peace Treaty (Jerusalem). **Israel Ministry of Foreign Affairs (MFA)**. Jerusalem: MFA, 24 Mar. 2004h. Disponível em: <<https://mfa.gov.il/MFA/PressRoom/2004/Pages/PM%20Sharon%20Knesset%20speech%2024-Mar-2004.aspx>>. Acesso em: 12 mar. 2020.

SHARON, Ariel. PM Sharon congratulates US President Bush on capture of Saddam Hussein (Jerusalem). **Israel Ministry of Foreign Affairs (MFA)**. Jerusalem: MFA, 14 Dec. 2003f. Disponível em: <<https://mfa.gov.il/MFA/PressRoom/2003/Pages/PM%20Sharon%20congratulates%20US%20President%20Bush%20on%20on%20ca.aspx>>. Acesso em: 11 mar. 2020.

SHARON, Ariel. PM Sharon Meets Former US President Bill Clinton. **Prime Minister's Office**. Jerusalem: Israel, 13 Nov. 2005k. Disponível em: <<https://www.gov.il/en/departments/news/eventbill131105>>. Acesso em: 13 mar. 2020.

SHARON, Ariel. PM Sharon meets with Estonian PM Parts (Jerusalem). **Israel Ministry of Foreign Affairs (MFA)**. Jerusalem: MFA, 30 Nov. 2004g. Disponível em: <<https://mfa.gov.il/mfa/pressroom/2004/pages/pm%20sharon%20meets%20with%20estonian%20pm%20parts%2030-nov-2004.aspx>>. Acesso em: 12 mar. 2020.

SHARON, Ariel. PM Sharon meets with French President Chirac (Paris). **Israel Ministry of Foreign Affairs (MFA)**. Jerusalem: MFA, 27 July 2005h. Disponível em: <<http://www.israel.org/MFA/PressRoom/2005/Pages/PM%20Sharon%20meets%20with%20French%20President%20Chirac%2027-Jul-2005.aspx>>. Acesso em: 13 mar. 2020.

SHARON, Ariel. PM Sharon meets with US Secy of State Condoleezza Rice (Jerusalem). **Israel Ministry of Foreign Affairs (MFA)**. Jerusalem: MFA, 14 Nov. 2005m. Disponível em: <<https://mfa.gov.il/MFA/PressRoom/2005/Pages/PM%20Sharon%20meets%20with%20US%20Secy%20of%20State%20Rice%2014-Nov-2005.aspx>>. Acesso em: 13 mar. 2020.

SHARON, Ariel. PM Sharon Statement to The Foreign Press Association (Jerusalem). **Israel Ministry of Foreign Affairs (MFA)**. Jerusalem: MFA, 08 May. 2001h. Disponível em: <<https://mfa.gov.il/MFA/MFA-Archive/2001/Pages/MFAH0jxf0.aspx>>. Acesso em: 09 mar. 2020.

SHARON, Ariel. PM Sharon to Knesset- Israel wants peace (Jerusalem). **Israel Ministry of Foreign Affairs (MFA)**. Jerusalem: MFA, 24 Oct. 2001i. Disponível em: <<https://mfa.gov.il/MFA/PressRoom/2001/Pages/PM%20Sharon%20to%20Knesset-%20Israel%20wants%20peace%20-%2024-Oct-.aspx>>. Acesso em: 09 mar. 2020.

SHARON, Ariel. PM Sharon's Address at the Opening of the Knesset Winter Session (Jerusalem). **Israel Ministry of Foreign Affairs (MFA)**. Jerusalem: MFA, 20 Oct. 2003e. Disponível em: <<https://mfa.gov.il/MFA/PressRoom/2003/Pages/PM%20Sharon-s%20Address%20at%20the%20Opening%20of%20the%20Knesset.aspx>>. Acesso em: 11 mar. 2020.

SHARON, Ariel. PM Sharon-s Address to the Knesset (Jerusalem). **Israel Ministry of Foreign Affairs (MFA)**. Jerusalem: MFA, 08 Apr. 2002l. Disponível em: <<https://mfa.gov.il/mfa/pressroom/2002/pages/pm%20sharon-s%20address%20to%20the%20knesset%20-%2008-apr-2002.aspx>>. Acesso em: 10 mar. 2020.

SHARON, Ariel. PM Sharon-s Address to the Nation (Jerusalem). **Israel Ministry of Foreign Affairs (MFA)**. Jerusalem: MFA, 31 Mar. 2002k. Disponível em: <<https://mfa.gov.il/mfa/pressroom/2002/pages/pm%20sharon-s%20address%20to%20the%20nation%20-%2031-mar-2002.aspx>>. Acesso em: 10 mar. 2020.

SHARON, Ariel. PM Sharon's remarks at Ammunition Hill Cabinet meeting (Jerusalem). **Israel Ministry of Foreign Affairs (MFA)**. Jerusalem: MFA, 06 Jun. 2005q. Disponível em: <[https://mfa.gov.il/MFA/PressRoom/2005/Pages/PM%20Sharon%20remarks%20at%](https://mfa.gov.il/MFA/PressRoom/2005/Pages/PM%20Sharon%20remarks%20at%20)

20Ammunition%20Hill%20Cabinet%20meeting%206-Jun-2005.aspx>. Acesso em: 13 mar. 2020.

SHARON, Ariel. PM Sharon's Remarks at Lunch with visiting Heads of State. **Prime Ministe's Office**. Jerusalem: Israel, 16 Mar. 2005i. Disponível em: <<https://www.gov.il/en/departments/news/speech160301>>. Acesso em: 13 mar. 2020.

SHARON, Ariel. PM Sharon's Remarks on the 100TH Anniversary of THEODOR HERZL'S Passing. **Prime Ministe's Office**. Jerusalem: Israel, 08 July. 2004b. Disponível em: <<https://www.gov.il/en/departments/news/mes0807042>>. Acesso em: 12 mar. 2020.

SHARON, Ariel. PM Sharon's speech at the Herzliya Conference (Herzliya). **Prime Ministe's Office**. Jerusalem: Israel, 16 Dec. 2004l. Disponível em: <<https://www.gov.il/en/departments/news/speech161204>>. Acesso em: 12 mar. 2020.

SHARON, Ariel. PM Sharon's Statement at the State Memorial Ceremony for David Ben-Gurion (Jerusalem). **Prime Ministe's Office**. Jerusalem: Israel, 21 Nov. 2004o. Disponível em: <<https://www.gov.il/en/departments/news/speach2111>>. Acesso em: 12 mar. 2020.

SHARON, Ariel. PM's Speech to the US United Jewish Communities Leaders (Jerusalem). **Prime Ministe's Office**. Jerusalem: Israel, 18 July. 2004r. Disponível em: <<https://www.gov.il/en/departments/news/speech180704>>. Acesso em: 12 mar. 2020.

SHARON, Ariel. Press Conference with US Vice President Richard Cheney and Israel Prime Minister Ariel Sharon (Jerusalem). **Israel Ministry of Foreign Affairs (MFA)**. Jerusalem: MFA, 19 Mar. 2002n. Disponível em: <<https://mfa.gov.il/MFA/PressRoom/2002/Pages/Press%20Conference%20with%20US%20Vice%20President%20Richard%20Ch.aspx>>. Acesso em: 10 mar. 2020.

SHARON, Ariel. Prime Minister Ariel Sharon's Speech at the Opening Ceremony of the Maccabiah. **Prime Ministe's Office**. Jerusalem: Israel, 10 July. 2005o. Disponível em: <<https://www.gov.il/en/departments/news/speech100705>>. Acesso em: 13 mar. 2020.

SHARON, Ariel. Prime Minister Ariel Sharon-s Address to the Nation (Jerusalem). **Israel Ministry of Foreign Affairs (MFA)**. Jerusalem: MFA, 21 Feb. 2002c. Disponível em: <<https://mfa.gov.il/MFA/PressRoom/2002/Pages/Prime%20Minister%20Ariel%20Sharon-s%20Address%20to%20the%20Natio.aspx>>. Acesso em: 10 mar. 2020.

SHARON, Ariel. Prime Minister Ariel Sharon's remarks on the ninth anniversary of the assassination of Yitzhak Rabin z"l. **Prime Ministe's Office**. Jerusalem: Israel, 27 Oct. 2004f. Disponível em: <<https://www.gov.il/en/departments/news/speech271004>>. Acesso em: 12 mar. 2020.

SHARON, Ariel. Prime Minister Sharon's Speech at a Special Knesset Meeting to Mark the 9th Anniversary of the Assassination of Yitzhak Rabin z"l (Jerusalem). **Prime Minister's Office**. Jerusalem: Israel, 27 Oct. 2004e. Disponível em: <<https://www.gov.il/en/departments/news/speak2710042>>. Acesso em: 12 mar. 2020.

SHARON, Ariel. Prime Minister's Meeting with Police Officers. **Prime Minister's Office**. Jerusalem: Israel, 14 July. 2005f. Disponível em: <<https://www.gov.il/en/departments/news/speech140705>>. Acesso em: 13 mar. 2020.

SHARON, Ariel. Remarks by PM Sharon on 10th anniversary of the assassination of Yitzhak Rabin (Jerusalem). **Israel Ministry of Foreign Affairs (MFA)**. Jerusalem: MFA, 14 Nov. 2005e. Disponível em: <<https://mfa.gov.il/mfa/pressroom/2005/pages/remarks%20by%20pm%20sharon%20on%2010th%20anniversary%20of%20the%20assassination%20of%20yitzhak%20ra bin%2014-nov-2005.aspx>>. Acesso em: 13 mar. 2020.

SHARON, Ariel. Remarks by PM Sharon on Hebron shooting attack (Jerusalem). **Israel Ministry of Foreign Affairs (MFA)**. Jerusalem: MFA, 07 Mar. 2005n. Disponível em: <<https://mfa.gov.il/MFA/PressRoom/2005/Pages/Remarks%20by%20PM%20Sharon%20on%20Hebron%20shooting%20attack%207-Mar-2005.aspx>>. Acesso em: 13 mar. 2020.

SHARON, Ariel. Remarks by PM Sharon to the Foreign Press (Jerusalem). **Israel Ministry of Foreign Affairs (MFA)**. Jerusalem: MFA, 19 Jan. 2003c. Disponível em: <<https://mfa.gov.il/MFA/PressRoom/2003/Pages/Remarks%20by%20PM%20Sharon%20to%20the%20Foreign%20Press%20-%2019-Jan.aspx>>. Acesso em: 11 mar. 2020.

SHARON, Ariel. Remarks by President George Bush and Prime Minister Ariel Sharon in photo opportunity (Washington D.C.). **Israel Ministry of Foreign Affairs (MFA)**. Jerusalem: MFA, 07 Feb. 2002i. Disponível em: <<https://mfa.gov.il/MFA/PressRoom/2002/Pages/Remarks%20by%20President%20George%20Bush%20and%20Prime%20Ministe.aspx>>. Acesso em: 10 mar. 2020.

SHARON, Ariel. Remarks by Prime Minister Ariel Sharon at the Opening of a Youth Cultural Center in Zarzir (Beit Zarzir). **Prime Minister's Office**. Jerusalem: Israel, 20 July. 2004d. Disponível em: <<https://www.gov.il/en/departments/news/spee210704>>. Acesso em: 12 mar. 2020.

SHARON, Ariel. Speech by PM Ariel Sharon at Israel's Annual Hi-Tech Conference. **Israel Ministry of Foreign Affairs (MFA)**. Jerusalem: MFA, 31 Mar. 2004k. Disponível em: <<https://mfa.gov.il/mfa/pressroom/2004/pages/pm%20sharon%20speech%2031-mar-2004.aspx>>. Acesso em: 12 mar. 2020.

SHARON, Ariel. Speech by PM Ariel Sharon at the Knesset (Jerusalem). **Israel Ministry of Foreign Affairs (MFA)**. Jerusalem: MFA, 22 Apr. 2004q. Disponível em:

<<https://mfa.gov.il/mfa/pressroom/2004/pages/pm%20sharon%20knesset%20speech%2022-apr-20-4.aspx>>. Acesso em: 12 mar. 2020.

SHARON, Ariel. Speech by PM Ariel Sharon at the Special Debate in the Knesset (Jerusalem). **Israel Ministry of Foreign Affairs (MFA)**. Jerusalem: MFA, 12 Jan. 2004j. Disponível em: <<https://mfa.gov.il/MFA/PressRoom/2004/Pages/Speech%20by%20PM%20Ariel%20Sharon%20at%20the%20Special%20Debate%20in.aspx>>. Acesso em: 12 mar. 2020.

SHARON, Ariel. Speech by PM Sharon at the Conference of Presidents of Major Jewish Organizations (Jerusalem). **Israel Ministry of Foreign Affairs (MFA)**. Jerusalem: MFA, 19 Feb. 2004p. Disponível em: <<https://mfa.gov.il/MFA/PressRoom/2004/Pages/PM%20Sharon%20to%20Conference%20of%20Presidents%20Feb%202004.aspx>>. Acesso em: 12 mar. 2020.

SHARON, Ariel. Speech by PM Sharon at the Herzliya Conference (Herzliya). **Israel Ministry of Foreign Affairs (MFA)**. Jerusalem: MFA, 04 Dec. 2002j. Disponível em: <<http://www.israel.org/MFA/PressRoom/2002/Pages/Speech%20by%20PM%20Sharon%20at%20the%20Herzliya%20Conference%20-%2004.aspx>>. Acesso em: 10 mar. 2020.

SHARON, Ariel. Speech by PM Sharon to AIPAC Conference (Washington D.C.). **Israel Ministry of Foreign Affairs (MFA)**. Jerusalem: MFA, 24 May. 2005l. Disponível em: <<https://mfa.gov.il/mfa/pressroom/2005/pages/speech%20by%20pm%20sharon%20to%20aipac%20conference%2024-may-2005.aspx>>. Acesso em: 13 mar. 2020.

SHARON, Ariel. Statement by PM Ariel Sharon after meeting with US President George Bush (Washington D.C.). **Israel Ministry of Foreign Affairs (MFA)**. Jerusalem: MFA, 29 July 2003g. Disponível em: <<https://mfa.gov.il/MFA/PressRoom/2003/Pages/Statement%20by%20PM%20Ariel%20Sharon%20after%20meeting%20with%20US.aspx>>. Acesso em: 11 mar. 2020.

SHARON, Ariel. Statement by PM Ariel Sharon at meeting with Palestinian PM Mahmoud Abbas (Jerusalem). **Israel Ministry of Foreign Affairs (MFA)**. Jerusalem: MFA, 01 July. 2003b. Disponível em: <<https://mfa.gov.il/MFA/MFA-Archive/2003/Pages/Statement%20by%20PM%20Ariel%20Sharon%20at%20meeting%20with%20Pales.aspx>>. Acesso em: 11 mar. 2020.

SHARON, Ariel. Statement by PM Sharon following his meeting with Belgian PM Verhofstadt (Jerusalem). **Israel Ministry of Foreign Affairs (MFA)**. Jerusalem: MFA, 18 Nov. 2001j. Disponível em: <<https://mfa.gov.il/MFA/PressRoom/2001/Pages/Statement%20by%20PM%20Sharon%20following%20his%20meeting%20with.aspx>>. Acesso em: 09 mar. 2020.

SHARON, Ariel. Statement by Prime Minister Ariel Sharon at Ben-Gurion Airport (Tel Aviv). **Israel Ministry of Foreign Affairs (MFA)**. Jerusalem: MFA, 18 Mar. 2001g. Disponível em: <<https://mfa.gov.il/MFA/PressRoom/2001/Pages/Statement%20by%20Prime%20Minister%20Ariel%20Sharon%20at%20Ben-Gu.aspx>>. Acesso em: 09 mar. 2020.

SHARON, Ariel. Statement by Prime Minister Sharon (Jerusalem). **Israel Ministry of Foreign Affairs (MFA)**. Jerusalem: MFA, 22 May. 2001b. Disponível em: <<https://mfa.gov.il/MFA/PressRoom/2001/Pages/Statement%20by%20Prime%20Minister%20Sharon%20-%202022-May-2001.aspx>>. Acesso em: 09 mar. 2020.

SHARON, Ariel. Statements by PM Sharon and DM Ben-Eliezer at press conference following Cabinet meeting (Jerusalem). **Israel Ministry of Foreign Affairs (MFA)**. Jerusalem: MFA, 29 Mar. 2002a. Disponível em: <<https://mfa.gov.il/mfa/pressroom/2002/pages/statements%20by%20pm%20sharon%20and%20dm%20ben-eliezer%20at%20pres.aspx>>. Acesso em: 10 mar. 2020.

SHARON, Ariel. Statements by PM-Elect Sharon and US Secy of State Powell following their meeting (Jerusalem). **Israel Ministry of Foreign Affairs (MFA)**. Jerusalem: MFA, 25 Feb. 2001n. Disponível em: <<https://mfa.gov.il/MFA/PressRoom/2001/Pages/Statements%20by%20PM-Elect%20Sharon%20and%20US%20Secy%20of%20State.aspx>>. Acesso em: 09 mar. 2020.

SHARON, Ariel. Victory Speech by Prime Minister Elect Ariel Sharon (Jerusalem). **Israel Ministry of Foreign Affairs (MFA)**. Jerusalem: MFA, 07 Feb. 2001f. Disponível em: <<https://mfa.gov.il/MFA/PressRoom/2001/Pages/Victory%20Speech%20by%20Prime%20Minister%20Elect%20Ariel%20Sharo.aspx>>. Acesso em: 09 mar. 2020.

SHARON, Ariel. Video Message of PM Ariel Sharon to the General Assembly of the United Jewish Communities (Jerusalem). **Israel Ministry of Foreign Affairs (MFA)**. Washington D.C: MFA, 11 Nov. 2001q. Disponível em: <<https://mfa.gov.il/MFA/PressRoom/2001/Pages/Video%20Message%20of%20PM%20Ariel%20Sharon%20to%20the%20General%20As.aspx>>. Acesso em: 09 mar. 2020.

SMITH, Steve. Positivism and beyond. In: SMITH, Steve; BOOTH, K.; ZALEWSKI, M. (Eds.) **International Theory: Positivism & beyond**. 10. ed. Cambridge: Cambridge Press, cap. 1, 11-45, 2008.

WALKER, Rob B. J. **Inside/Outside: International Relations as Political Theory**. New York: Cambridge University Press, 1993.

WALKER, Rob B. J. The double outside of the modern international. **Ephemera global conflicts**, v. 6, n. 1, p. 56-69, 2006. Disponível em: <<http://www.ephemerajournal.org/sites/default/files/6-1walker.pdf>>. Acesso em: 02 dez. 2019.

ZEHFUSS, Maja. The politics of 'reality': Derrida's subversions, constructivism and German military involvement abroad. In: ZEHFUSS, Maja. **Constructivism in International Relations – The Politics of Reality**. Cambridge: Cambridge University Press, cap. 5, p. 196-249, 2004.